



Volume 11, Nº 2, Ano 2013

Excesso

Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise





Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Volume 11, Nº 2, Ano 2013

ISSN 2311-3642

**Publicação oficial da Fepal
(Federação Psicanalítica da América Latina)**

Luis B. Cavia 2640 apto. 603 esq. Av. Brasil,
Montevideo, 11300, Uruguay.
revista@fepal.org

Tel: 54 2707 7342. Telefax: 54 2707 5026.

www.facebook.com/RevistaLatinoamericanadePsicoanalisis

Editores

- Mariano Horenstein (Argentina), Editor-chefe.
- Laura Verissimo de Posadas (Uruguai),
Editora-chefe suplente.
- Ana Maria Andrade de Azevedo (Brasil),
Editora associada.
- Raya Angel Zonana (Brasil), Editora associada suplente.
- Andrea Escobar Altare (Colômbia), Editora associada.

Comissão executiva: Jorge Bruce (Peru-Editor da seção *O estrangeiro*), Alberto Cabral (Argentina), Gloria Gitaroff (Argentina-Editora da seção *Bitácula*), Admar Horn (Brasil), Marta Labraga de Mirza (Uruguai-Editora da seção *Cidades Invisíveis*), Sandra Lorenzon Schaffa (Brasil-Editora da seção *De memória*), Fernando Orduz (Colômbia-Editor da seção *Textual*), Lúcia Palazzo (Brasil-Editora da seção *Vórtice*), Jean Marc Tauszik (Venezuela-Editor da seção *Clássica & Moderna*), Laura Verissimo de Posadas (Uruguai-Editora da seção *Argumentos*), Raya Angel Zonana (Brasil-Editora de *Dossiê*).

Conselho de editores regionais: César Luís de Souza Brito (SPPA), Helena Surreaux (SBPPA), Candida Holovko (SBPSP), Viviane Frankenthal (SBPRJ), Maria Arleide da Silva (SPR), Miriam Catia Bonini Codorniz (SPMS), Claudia Borensztejn (APA), Cristina Bisson (APdeBA), Eduardo Kopelman (APC), Rosa Amaro (SPM), Mabel Sapino (APR), Julia Braun (SAP), Marta Labraga de Mirza (APU), Marta Guzmán (APCH), Jorge Bruce (SPP), Carlos Gómez-Restrepo (Socolpsi), Rómulo Lander (SpdeC), Paolo Polito (AsoVeP), Julia Casamadrid (APM), Adriana Lira (APG).

Revisão da versão em espanhol: Andrea Escobar Altare.

Revisão da versão em português: Raya Angel Zonana.

Colaboradores: Natalia Mirza (APU), Noemí Chena (APC), Iliana Horta Warchavchik (SBPSP), Raquel Plut Ajzenberg (SBPSP), Regina Weinfeld Reiss (SBPSP), Osvaldo Canosa (APA), Verónica Ester Díaz (APdeBA), Adriana Yankelevich (APdeBA), Eloá Bittencourt Nóbrega (SBPRJ), Wania Maria Coelho Ferreira Cidade (SBPRJ), Analía Wald (APA), Vivian Schwartzman (SPP), Alfredo Valencia (APM), Helena Surreaux (SBPPA).

Logística & Comercialização: Jorge Federico Gómez.

Tradução e correção: Denise Mota, Maurício Erramuspe, Laura Verissimo de Posadas, Natalia Mirza, Analía Wald.

Projeto gráfico: Di Pascuale Estudio [www.dipascuale.com].



Federação
Psicanalítica
da América Latina

Comissão Diretora da Fepal

Presidente

Abel Mario Fainstein
(Asoc. Psic. Argentina)
Suplente: Fernando Weissmann
(Asoc. Psic. Argentina)

Secretaria Geral

Jeanette Dryzun
(Asoc. Psic. Argentina)
Suplente: Darío Alberto Arce
(Asoc. Psic. Argentina)

Tesouraria

Liliana Tettamanti (APdeBA)

Coordenador Científico

Sergio Lewkowicz
(Soc. Psic. de Porto Alegre)
Suplente: Zelig Libermann
(Soc. Psic. de Porto Alegre)

Diretora da Sede

Susana Garcia Vázquez
(Asoc. Psic. del Uruguay)
Suplente: Ana Maria Chabalgoity
(Asoc. Psic. del Uruguay)

Diretora do Conselho Profissional

Amelia Jassan
(Asoc. Psic. Mexicana, A.C.)
Suplente: Alexis Schreck Schuler
(Asoc. Psic. Mexicana, A.C.)

Diretora de Comunidade e Cultura

Mónica Cardenal
(Asoc. Psic. de Buenos Aires)
Suplente: Nara Amália Caron
(Soc. Psic. de Porto Alegre)

Coordenador de Crianças e Adolescentes

Sérgio Nick
(Soc. Bras. de Psic. do Rio de Janeiro)
Suplente: Maria Cecilia Pereira da Silva
(Soc. Brasileira de Psicanálise de São Paulo)

Diretor de Publicações

Luis Alejandro Nagy Urbina (Soc. Psic. de México, A.C.)
Suplente: Alejandro Martini Morel (Soc. Psic. de México, A.C.)

- *As opiniões dos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem necessariamente as dos editores da publicação. Permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte e somente com autorização expressa e por escrito dos editores.*
- *Os editores fizeram o possível para entrar em contato com os detentores dos copyrights das imagens utilizadas. Se você é responsável por alguma dessas imagens e não entramos em contato, por favor, comunique-se conosco através do nosso correio.*

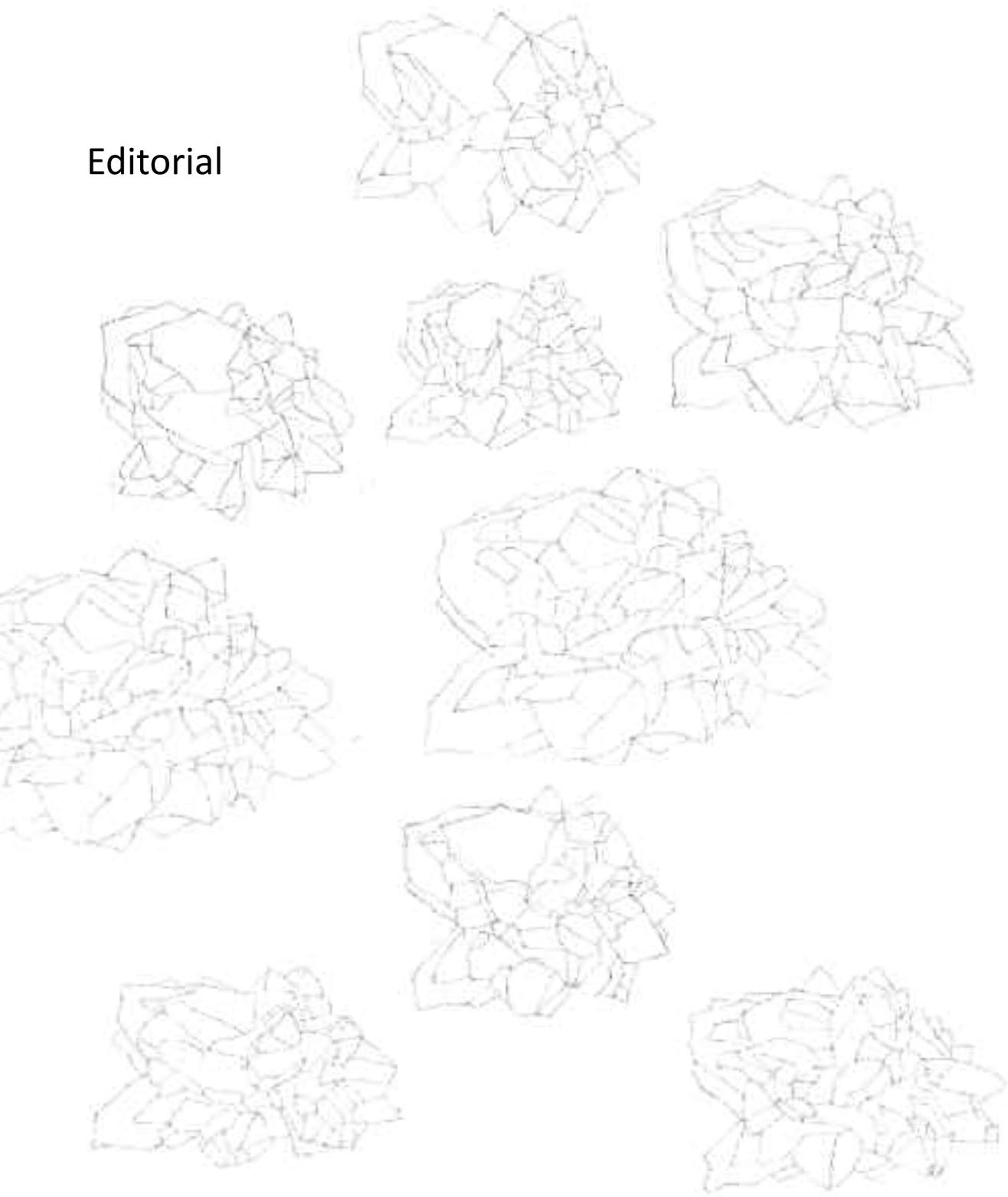
Índice

6	Editorial
7	Geografia do excesso <i>por Mariano Horenstein</i>
15	Argumentos
16	O excesso contemporâneo no corpo da mulher ou <i>Nem toda brasileira é bunda</i> <i>por Liana Albernaz de Melo Bastos</i>
28	Corpos, excessos e limites. Entre a lei e o cuidado <i>por Jorge Canteros</i>
43	O analista, seu paciente adolescente e a estupidez no campo analítico <i>por Roosevelt M.S. Cassorla</i>
65	Sobre a noção de <i>excesso</i>, sua pertinência na psicanálise e os excessos da noção de <i>excesso</i> <i>por Rodolfo Moguillansky</i>
83	Excessos: As formas atuais do mal-estar <i>por María Teresa Reyes</i>
97	O Estrangeiro
98	A imagem suplicante (narração, duração e excesso no cinema) <i>por David Oubiña</i>
107	Textual
108	Perguntas sobre o excesso <i>Entrevista com Néstor García Canclini</i>
121	Vórtice: Investigar em psicanálise
122	O analista investigador <i>auto-reverse</i> e o mapa da mina <i>por Lúcia Palazzo</i>

- 130 **Qual enfoque de investigação para nosso pluralismo teórico e científico? Abertura, debates e propostas**
por Silvia Acosta e Analía Wald
- 133 **Que tipos de investigação são mais convenientes para a psicanálise? Como articular seus aspectos observáveis ou empíricos e seus conceitos teóricos?**
por Ricardo Bernardi
- 136 **“Seria paradoxal que a investigação fosse como um imposto”**
Entrevista com Stefano Bolognini
- 140 **Contemporaneidade e psicanálise**
por Miguel Calmon du Pin e Almeida
- 144 **Por uma investigação pluralista em psicanálise**
por Serge Frisch
- 148 **Psicanálise: Uma ciência observacional**
por Charles Hanly
- 150 **A investigação na API: Reflexões de um ex-tesoureiro**
por Moisés Lemlij
- 153 **A pesquisa empírica e a especificidade da psicanálise**
por Leopold Nosek
- 157 **Notas sobre a pesquisa em psicanálise**
por Carlos Alberto Plastino
- 162 **Primeira infância. Pontes entre psicanálise e investigação**
por Clara Raznoszczyk Schejtman
- 165 **A crise da psicanálise e o lugar da investigação**
por Daniel Rodríguez
- 168 **Sobre investigação em psicanálise: Refutação e proposta**
por Marcelo Viñar
- 171 **Fora de Campo**
- 172 **Um achado-abertura na clínica e na técnica: O objeto analítico lúdico**
por Patricia Saks

- 189 **O assunto sexual freudiano. Ponto de encontro e divergência entre psicanalistas e neurociências**
por Néstor Marcelo Toyos
- 207 **Cidades Invisíveis**
- 208 **Caracas Caracas**
por Jean Marc Tauszik
- 213 **Clássica & Moderna**
- 214 **Luisa Álvarez de Toledo: Uma analista de vanguarda**
por Susana Vinocur Fischbein
- 225 **Extramuros**
- 226 **Uma contribuição da psicanálise para a saúde coletiva: Protocolo de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil**
Por Rogério Lerner, Angela Flexa di Paolo, Nathalia Teixeira Caldas Campana, Ana Silvia de Moraes, Andrea Bianchini Tocchio e Rosa Resegue Ferreira da Silva
- 239 **Bitácula**

Editorial



Obras nesta seção: Irene Kopelman, *Meditation piece* (série de 30 desenhos, 24 × 24 cm, 2008). No contexto da mostra *Una fantasía para Allan Kaprow* e baseada nas *Piezas de meditación de Kaprow* (1981), Kopelman viajou pelo Deserto Branco do Egito, onde por fim escolheu uma pedra para levar ao seu estúdio e desenhá-la repetitivamente a partir do mesmo ângulo, dia após dia, durante um mês.

Geografia do excesso

A PSICANALISTA ITALIANA Lorena Preta conduz há anos um grupo de investigação internacional chamado “Geografias da Psicanálise”. No seu seio vem sendo discutida –sem que se caia em um enganoso relativismo cultural– a validade das teorias e do método psicanalítico em outras culturas, e o modo como elas testam, questionam e ao mesmo tempo enriquecem nossas ideias fundamentais.

Ao longo do seu trabalho, o “Outro” que questiona a psicanálise, produto da civilização ocidental, é o Oriente: a Ásia, os países muçulmanos, especialmente. Nossa psicanálise, introduzida por pioneiros formados na Europa e em permanente contato com essa tradição, tem laços estreitos, sem dúvida, com ela. Mas cabe que nos perguntemos, por sua vez, em que se diferencia, em qual ponto o “Extremo Ocidente”, que poderia ser a América Latina para a Europa, possui marcas particulares. No caso de tê-las, uma delas bem poderia ser a do Excesso.

Nos anos 60-70 do século passado, a literatura escrita na América Latina apareceu na Europa através do que ficou conhecido como “o *boom*”. À medida que escritores como Gabriel García Márquez, Julio Córdazar ou Mario Vargas Llosa iam ficando conhecidos fora da nossa região, se criava a categoria de “realismo mágico” para classificar o que a literatura do *boom* contava. O chamado realismo mágico, apesar de haver levantado questionamentos¹, permitiu uma visibilidade internacional importante para nossos escritores e nossa realidade.

Mas García Márquez –a nave-mãe do *boom*– indica um erro inicial de apreciação: o que para os europeus era realismo *mágico*, aqui na América Latina era realismo puro e duro. Vale a pena citá-lo: “A vida cotidiana na América Latina nos mostra que a realidade está cheia de coisas extraordinárias. Sobre isso costumo citar sempre o explorador norte-americano F.W. Up de Graff, que no final do século passado fez uma viagem incrível pelo mundo amazônico, onde viu, entre outras coisas, um riacho de água fervendo e um lugar onde a voz humana provocava inundações torrenciais. Em Comodoro Rivadavia, no extremo sul da Argentina, ventos do polo levaram pelos ares um circo inteiro. No dia seguinte, os pescadores tiraram das suas redes cadáveres de leões e de girafas (...). Não há nos meus romances uma linha que não esteja baseada na realidade”².

1. A ponto de haver sido construído outro grupo, de uma geração posterior e ironicamente chamado de McOndo, que tenta sair do lado exótico do qual parece ter sido vítima a América Latina do *boom*.

2. G. García Márquez, *El olor de la guayaba. Conversaciones con Plinio Apuleyo Mendoza*, Sudamericana, Bs. As., 1993, p. 25.

Essa realidade latino-americana, na surpreendida visão dos conquistadores espanhóis, mostrava de que modo estava construída: com o mesmo estofado da ficção³. E esse erro de apreciação, que García Márquez atribuía ao racionalismo europeu, talvez tenha se originado da sua dificuldade para perceber o Excesso que parecia nos constituir. Se isso é válido para a América hispânica, torna-se hiperbólico quando se trata do Brasil, onde tudo parece acontecer em outra escala, *mais grande*⁴.

O *boom* latino-americano na literatura não teve um homólogo na psicanálise. Para o bem ou para o mal, e apesar da agudeza clínica, da efetividade teórica e das contribuições criativas dos nossos pioneiros e mestres, não houve um *boom* da psicanálise latino-americana *fora* da nossa região. Com exceção de referências esporádicas devidas ao acaso ou à insistência ou à lucidez e à abertura de alguns (poucos) europeus, aqueles entre os nossos autores que conseguem driblar a distância que existe de uma América a outra ou que conseguem atravessar o Atlântico não são muito numerosos. Nem falemos de outra distância igual ou mais difícil de driblar: a da tradução. Não é raro que um analista latino-americano leia em inglês ou em francês; apesar do fato de que, sim, seja raro que colegas de outras regiões leiam em espanhol ou em português. Portanto os destinos da nossa produção estão necessariamente atados às possibilidades de sua tradução. Sobre a questão das traduções –não é esse o contexto para desenvolvê-la–, devemos a nós mesmos um debate, porque aí estão em jogo questões de índole tanto econômica como teórica e inclusive ética. De um modo ou de outro, fazem parte desse muro invisível que as línguas “maiores” transpõem melhor que as nossas na hora de difundir a psicanálise com um sotaque regional.

Claro que –contra uma visão ingênua e folclórica– nem tudo é Excesso nestas terras. Há também um pensamento analítico, capaz de destilar, da atmosfera frondosa que por momentos nos embriaga, seus óleos essenciais, os articuladores que permitem ser inteligível a realidade da nossa clínica, impregnada pela cultura que habitamos.

Esse contraponto entre a exuberância do Excesso e o seu destilado conceitual aparece também no aspecto gráfico deste número de *Calibán*. Os artistas que generosamente nos oferecem seu trabalho não o fazem enquanto meros ilustradores dos nossos textos. Suas obras também não são caprichos estéticos, adornos, apenas, para que cada número da nossa revista seja atraente, para que motive a vontade de tê-lo em mãos, de sentir seu peso e sua textura, de colecioná-lo. Ao seu modo, os artistas que nos acompanham são também *autores* de cada número de *Calibán*.

3. “Antonio Pigafetta, um navegador florentino que acompanhou Magallanes na primeira viagem ao redor do mundo, escreveu durante sua passagem pela nossa América meridional uma crônica rigorosa que, no entanto, parece uma aventura da imaginação. Contou que havia visto porcos com o umbigo no lombo e pássaros sem patas, cujas fêmeas chocavam nas costas do macho, e outros como alcatrazes sem língua com bicos que pareciam uma colher. Contou que havia visto uma criatura animal com cabeça e orelhas de mula, corpo de camelo, patas de cervo e relinchar de cavalo. Contou que colocaram um espelho na frente do primeiro nativo que encontraram na Patagônia e que aquele gigante eufórico perdeu o uso da razão por conta do pavor gerado pela própria imagem. Esse livro breve e fascinante, no qual já se vislumbram os germes dos nossos romances atuais, não é nem sequer o testemunho mais assombroso da nossa realidade daqueles tempos. Os Cronistas das Índias nos legaram outros, incontáveis” (*La soledad de América Latina*, discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Literatura, 1992, consultado em 19 de março de 2014 em http://www.ciudadseva.com/textos/otros/la_soledad_de_america_latina.htm).

4. Assim os hispanofalantes costumamos chamar –em razão de um desconhecimento da língua– a escala brasileira.

As *performances* impactantes da guatemalteca Regina Galindo colocam o Excesso em primeiro plano, assim como o trabalho sutil da argentina residente em Amsterdã Irene Kopelman, que atravessa de modo quase invisível a revista, mostra o seu revés. Ali é *mostrado* o contraponto –à maneira de Wittgenstein e da sua indicação de que, para o que não é possível dizer, o melhor é mostrá-lo– entre o Excesso e a sua desconstrução.

A parte gráfica se completa com o trabalho de design geral de cada número, responsabilidade de Lucas di Pascuale, e os croquis de Daniel Villani que iluminam, a partir de fotografias icônicas de cada cidade, a seção de crônicas.

Em **Argumentos**, nossa seção doutrinária, cinco analistas de destaque da região realizam a dissecação da noção de Excesso. Em rigor de verdade, fazem incursões ao redor dessa noção, exploram fragmentos, esquadrinham, a partir de pontos de vista sempre singulares. Seria um excesso abordar o Excesso como totalidade enganosa, então privilegiamos os enfoques parciais: a sexualidade feminina, o corpo, a crítica das abordagens habituais do excesso, a pulsão e a lei, a adolescência... são apenas alguns dos ângulos a partir dos quais os autores trabalharam.

Além das habituais, este número de *Calibán* inclui duas novas seções: a primeira delas é **Fora de Campo**. Com esse nome fazemos alusão, em um revista temática –e que consequentemente põe o foco em determinado tema–, a aqueles temas que ficam de fora do enfoque central, mas que podem dialogar com ele. Na outra seção incorporada, **Extramuros**, nos ocupamos de textos que, provenientes do campo analítico, façam uma incursão para além das fronteiras da clínica, ou pelo menos da clínica tal como é desenvolvida nos nossos consultórios. Em ambas seções incluímos desta vez artigos premiados pela Fepal.

Em **O Estrangeiro**, o prestigioso ensaísta David Oubiña desenvolve algumas ideias sobre o lugar do Excesso no cinema.

Dando continuidade à série que iniciamos com São Paulo e demos sequência com Bogotá, em **Cidades Invisíveis** apresentamos uma nova “crônica analítica”. Dessa vez sobre Caracas, cidade que pareceria condensar neste momento vários dos aspectos chave do Excesso latino-americano.

Em **Clássica & Moderna**, a seção onde tentamos exercitar, questionar a partir da nossa contemporaneidade os grandes clássicos latino-americanos, incluímos um panorama do pensamento de Luisa Álvarez de Toledo.

Textual, a seção de entrevistas da nossa revista, inclui uma realizada no México com o antropólogo Néstor García Canclini. O leitor certamente considerará estimulante o seu pensamento sobre a realidade latino-americana, abordada em seus numerosos livros e que se desdobra no diálogo ágil e inteligente que publicamos. Quase como um antídoto contra a nossa própria identificação com o realismo mágico, García Canclini propõe como ler o Excesso, definindo três perguntas centrais sobre ele: como é representado, por quem e com quais objetivos.

O objetivo dessa seção, como de outras como **O Estrangeiro** ou os dossiês que continuaremos a publicar periodicamente, é ampliar nosso enfoque, contaminá-lo para torná-lo mais eficaz. A partir da política editorial de *Calibán*, acreditamos que a pureza do nosso enfoque psicanalítico não está apenas no desejável diálogo entre pares (por mais que falemos línguas distintas, que habitemos distintas geografias ou que nos orientemos por teorias distintas, temos



pontos centrais de coincidência que deixam fora de vista, inexoravelmente, certas questões), mas também no questionamento crítico por parte da ciência e da cultura.

Uma pedra do deserto

A seção Vórtice se destina a tocar em assuntos presentes no debate dos analistas de um modo ágil e ao mesmo tempo coral, com textos curtos e variados que possam abrir o campo para reflexão e polemizar sobre temas controversos. Foi assim que nos números anteriores trabalhamos sobre *Transmissão* e sobre as *Publicações* psicanalíticas. Neste número, a seção trata de um tema que também está no centro das discussões contemporâneas na nossa disciplina, o da *Investigação*.

Introduzidos por uma nota da editora da seção, encontrarão um estimulante mosaico de textos, alguns pertencentes a colegas que participam ativamente dos espaços de investigação dentro da comunidade internacional e outros que não, representativos talvez de muitos que praticam nosso ofício e têm com a investigação um vínculo menos conceitualizado, mais afim, em todo caso, com o modo com que Freud concebia a cura, como um efeito, por acréscimo, da decifração, tributária da investigação.

Alguns dos autores convidados têm, pela sua posição institucional, uma perspectiva de conjunto que nos pareceu valiosa. Contamos, assim, com uma breve entrevista com Stefano Bolognini, presidente da API, distintos textos do ex-presidente da API, Charles Hanly, e de ex-presidentes da Fepal, como Marcelo Viñar e Leopold Nosek, do presidente da Federação Europeia de Psicanálise, Serge Frisch, do ex-tesoureiro da API, Moisés Lemlij... Tomara que essa apresentação sumária estimule o leitor a ler a seção com espírito crítico com relação a um tema candente que está presente desde a invenção da psicanálise.

Os desenhos de Irene Kopelman, que acompanham tanto a seção como o presente editorial, são quase uma contribuição a mais para a discussão. Talvez valha a pena contextualizar pelo menos uma das séries⁵.

Depois de uma viagem ao deserto, da qual voltou com várias pedras, a artista se pôs a desenhar durante um mês, na mesma hora do dia, no mesmo lugar, com os mesmos instrumentos, as mesmas condições de iluminação, a mesma pedra. Ao mesmo tempo, iria tomando notas, em uma espécie de bitácula⁶, do processo, de como seu desenho mudava, de como ela mesma mudava enquanto desenhava. Queria experimentar, em suma –se sempre é percebida a mesma coisa–, como a percepção de um mesmo objeto pode variar por parte de um mesmo observador.

Vendo a série dos seus esboços, chama a atenção que *nunca* é a mesma pedra que ela desenha... apesar de, sim, ser a mesma que lhe serve de modelo e que se mantenham ferreamente as coordenadas dia após dia. A artista comprova que *jamaiz* desenha a mesma pedra e é exposto com lucidez se a observação científica não terá a mesma precariedade que aquela evidenciada por suas incursões

5. Trata-se de *Meditation piece*, parte da coleção do Museu Reina Sofia de Madri.

6. Pode-se ler a respeito em *Mahkuzine, Journal of Artistic Research*, 2011, pp. 17-20, ou em *Art & Research, A Journal of Ideas, Concepts and Methods*, vol. 2, nº. 2, 2009.

através da arte. Seu trabalho coloca em dúvida qualquer possibilidade de objetividade, ao mesmo tempo em que estimula a possibilidade de conhecimento que aninha no desenho, ao seu critério, “um modo de pensar”.

Quão mais complexo do que tratar de uma pedra será tratar de algo vivo, móvel e inapreensível como um sujeito humano (ou mais ainda: um sujeito em transferência com outro)? Mais ainda quando quem registra não é sempre o mesmo, como no caso da artista que desenha e com as exceções do caso. A investigação do singular nos propõe desafios inéditos. Esperamos que esse diálogo seja fecundo e que nos aproxime para tecer as pontes e os pontos de fratura, os modos e os modelos mais aptos para tratar do que nos ocupa diariamente na nossa clínica.

Estado de situação

Com o exemplar de *Calibán-RLP* que o leitor tem em suas mãos, a revista completa os três primeiros números propostos inicialmente depois de haver sido realizado o relançamento da *Revista Latino-Americana de Psicanálise*. Essa tarefa é executada sob a base do estímulo e do trabalho de muitos colegas da região que formam o *staff*, que generosamente publica seus trabalhos, e de duas comissões diretoras da Fepal. Foram publicadas resenhas dos números anteriores em revistas e jornais especializados de distintos países; registra-se um número crescente de assinaturas da América Latina e da Europa e, de diversos modos, a revista da nossa Federação vai traçando o seu caminho.

Em relativamente pouco tempo, já foi apresentada em Buenos Aires e em Montevideu, em Lima e em Córdoba, em Madri e na Cidade do México, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e em breve em Montreal. Às vezes no seio de congressos ou jornadas locais ou internacionais, onde grande quantidade de colegas se reúne; outras vezes, como no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em eventos organizados em conjunto com instituições culturais (o Museu de Arte do Rio – MAR e o Museu de Arte de São Paulo – Masp), gerando intercâmbios férteis com outras disciplinas e contribuindo para arraigar mais nossa prática e nossas sociedades em cada cidade.

Certamente um novo marco em sua divulgação será o próximo 30º Congresso Latino-Americano em Buenos Aires, que terá como tema *Realidades e Ficções*. Os dois próximos números de *Calibán* serão destinados a esse tema e incluirão –entre outras coisas– os textos centrais do congresso. Os assinantes poderão recebê-los com antecedência ao evento em seus domicílios.

Recebemos cada vez mais trabalhos de colegas de toda a região e convidamos a continuar enviando textos, apesar de saber que as possibilidades de publicação nem sempre correspondem aos nossos desejos como editores: para além do viés temático que cada número possui e do resultado das avaliações em duplo cego que são realizadas sobre os textos, temos uma forte limitação de espaço porque são editados atualmente apenas dois números por ano. Além disso, sendo *Calibán* a revista oficial da Fepal, deve publicar também os trabalhos premiados a cada dois anos e os textos pré-publicados dos congressos regionais. Tal quantidade de conteúdos –um saudável excesso talvez–, somada às seções fixas da revista, deixa uma margem de manobra limitada, que tentamos administrar com o maior cuidado, atendendo à maior representatividade regional possível.

Há uma frase de William Blake: “O caminho do excesso leva ao palácio da sabedoria”⁷. Essa frase bem poderia ter funcionado como epígrafe deste editorial, que é a porta de entrada a um novo número de *Calibán*. Trabalhamos sobre o Excesso, não para nos regozijarmos prazerosamente nele, senão para desnudar suas notas estruturais, para extrair dele, de suas manifestações clínicas, de suas expressões na cultura contemporânea, algum saber, algumas gotas dessa sabedoria aludida.

No entanto, não é pelo seu conteúdo que decidimos citar essa “quase epígrafe”, mas sim por sua origem: ela foi enviada para nós por um leitor da revista, que sabia que trataríamos do Excesso.

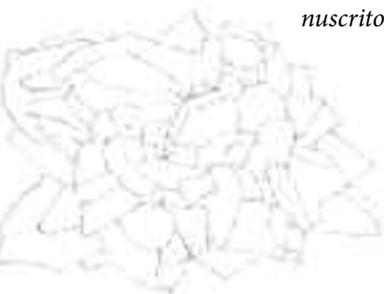
Calibán pretende ser uma obra em colaboração: com os autores, claro, que oferecem seus olhares férteis através de artigos, testemunhos, entrevistas ou sugestões de leitura.

Também com cada um dos entusiastas integrantes de uma equipe com quem, em diversos países, vamos construindo número a número uma língua comum e compartilhando os desafios da exigente tarefa de edição.

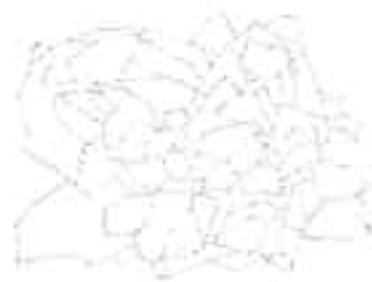
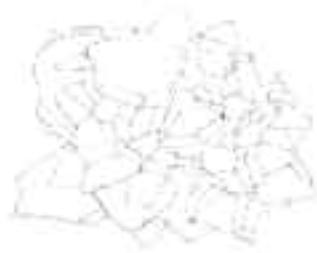
Mas *Calibán* também pretende ser sobretudo uma obra em colaboração *com os leitores*, a quem propomos completar por si mesmos, com suas ideias, com suas críticas, com suas observações e sugestões, cada número que publicemos. O desejo dos editores é que cada número recém-saído da gráfica seja um *manuscrito*, uma peça original e única onde cada leitor deixe sua marca.

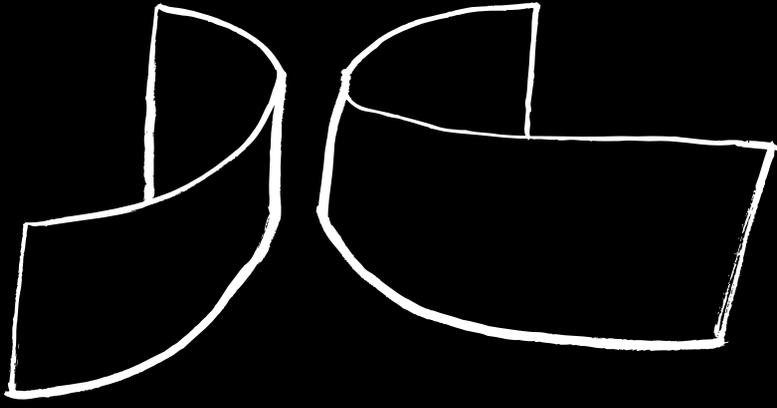
Mariano Horenstein

Editor-chefe *Calibán-RLP*



7. El matrimonio del cielo y el infierno, *Proverbios del infierno*, 1790-1793.





Argumentos

O excesso contemporâneo no corpo da mulher ou *Nem toda brasileira é bunda*

Pois minha imaginação não tem estrada. E eu não gosto mesmo de estrada. Gosto de desvio e de desver.

MANOEL DE BARROS (2012)

No gigantesco outdoor próximo à praia de Ipanema a imagem de uma mulher de biquíni é propaganda de uma academia de ginástica. O corpo da mulher fotografado é um ícone de nosso tempo. Penso, olhando a praia, que “nossa famosa garota nem sabia” o que estava por vir no século XXI. Imortalizada na música de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, a garota de Ipanema, como musa, não era exatamente um corpo: era uma “coisa mais linda, mais cheia de graça, um doce balanço a caminho do mar”.

As garotas de Ipanema daquela época não corresponderiam aos ideais de hoje. Seus corpos não eram musculosos, os seios pequenos, as cinturas finas, as bocas em nada se assemelhavam à da Angelina Jolie. Havia uma diversidade entre os tipos de beleza: altas e baixas, louras e morenas, mais raramente mulatas ou negras. Apesar do preconceito que fazia da beleza europeia o seu modelo, o corpo feminino tido como belo não era rigidamente colado a uma imagem.

Algumas das lindas mulheres de então não passariam no crivo das exigências atuais de beleza. Marta Rocha, a eterna Miss Brasil, que perdeu, em 1954, o título de Miss Universo por ter duas polegadas a mais nos quadris, não seria hoje, com seu corpo “violão”, nem sequer classificada. O corpo da mulher bela e desejável agora é outro.

Corpos são construções sociais. Sempre foram, portanto, marcados pela cultura. Nas mulheres, de forma mais evidente: os pés deformados das chinesas, os pescoços das mulheres girafas, os espartilhos do século XIX. Na produção artística ocidental podemos acompanhar as mudanças dos parâmetros da beleza dos corpos femininos.

No século XXI, a Vênus de Milo seria considerada de baixa estatura, seu nariz mereceria uma cirurgia plástica, seus seios deveriam

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

ser aumentados, seu cabelo, alisado. As banhistas de Renoir seriam vistas como obesas. Poderíamos prosseguir com a lista. Desnecessário. Embora o corpo do homem também sofra os efeitos do mercado – vide a correção dos dentes de jogadores de futebol como Ronaldo Fenômeno –, seus padrões não são tão mutáveis. O David de Michelangelo continuaria a fazer sucesso nas praias brasileiras. O corpo feminino parece assim mais suscetível às modificações determinadas culturalmente. Por que a cultura contemporânea tem promovido tantas e tão rápidas modificações nos corpos das mulheres? A que corresponde esse excesso?

Há 20 anos não havia a internet, nem a telefonia móvel, nem a televisão a cabo, nem a maciça utilização e divulgação de técnicas de intervenção no corpo. A globalização¹ promoveu uma mudança radical que incidiu e modificou o imaginário social. No processo de universalização da cultura, a singularidade tende a desaparecer (Baudrillard, 2003).

Como construção social, o corpo, particularmente o feminino, reflete essa situação. Ele se uniformizou, se fixou e perdeu a sua mobilidade imagética. Numa cultura heterogênea e miscigenada como é a brasileira, o fascínio da cibercultura imagética capturou a identidade da mulher. O imaginário foi colonizado por uma espécie de hiperrealismo congelado deslibidinizado em que não cabem formas e cores múltiplas.

A identidade da mulher se colou a uma imagem que determina a beleza dos corpos pela lógica da globalização. O corpo da mulher para ser reconhecido como belo deve atender a padrões globalizados: cabelos lisos e loiros, sorrisos regulares e branqueados, uso de próteses de silicone nos seios, panturrilhas e nádegas, barrigas musculosas, narizes pequenos e arrebitados, lábios carnudos. Nenhuma ruga, gordura ou celulite. Mas isso não acontece gratuitamente.

As mulheres, no mundo contemporâneo, passaram a investir em seus corpos – “capitais eróticos” – visando obter os maiores lucros possíveis.² Embora não se possa precisar quais são esses lucros, eles têm a ver com o poder de consumo, alinhados com a linguagem capitalista. Essa faz um giro perverso ao atribuir valor afetivo àquilo que é mercadoria. Assim, uma mulher pode pedir a um homem como “prova de amor” uma cirurgia plástica para colocação de próteses mamárias. Ou ela mesma pode se dar esse “presente” sentindo-se “poderosa”, palavra muito usada nessas situações. O “eu mereço”, expressão empregada com frequência pelas mulheres para um excesso de intervenções em seus corpos, é uma metáfora da precariedade narcísica dessa busca da

1. Para Baudrillard (2003), a globalização refere-se à tecnologia, ao mercado, ao turismo, à informação. O que primeiro se globaliza é o mercado, os negócios e as trocas de produtos, o fluxo permanente de dinheiro. Culturalmente tem-se a promiscuidade de todos os signos e valores, ou seja, a pornografia.

2. A discussão sobre o investimento que cada mulher deve fazer em seu “capital erótico” para auferir os maiores lucros possíveis foi tema do programa “Saia Justa”, veiculado pelo canal de televisão GNT, em 15.08.2012. No capitalismo hoje tudo vira mercadoria.

perfeição: coisificam-se os afetos. Quanto mais alto for o custo financeiro das intervenções no corpo, mais valorizada, dentro desse sistema, a mulher fica. O corpo globalizado se tornou um grande negócio. Não por acaso o Brasil é, hoje, um dos maiores consumidores mundiais de produtos de beleza e o segundo país do mundo (atrás apenas dos EUA) no número de cirurgias plásticas estéticas.

Esse excesso de intervenções, informações e exigências gerado pela cultura globalizada com enorme impacto sobre o corpo da mulher permite muitas leituras. Como psicanalista busco entender como na contemporaneidade se articulam identidade, imagem, subjetividade e sexualidade feminina na construção do corpo da mulher e, em particular, como isso se expressa na cultura brasileira.

Ainda que não consigamos esgotar a abrangência de todas essas questões, vamos mapear alguns pontos.

Identidade e imagem

“A identidade não é um estado, é uma procura do ser que pode somente receber sua resposta refletida pelo objeto e pela realidade que a reflete” (Green, 1983, p. 40). Ela é um processo intrapsíquico ancorado, necessariamente, no social. Cada um de nós, na sua singularidade, e todos nós, na nossa universalidade, construímos identidades, dentro de uma dada cultura, num dado momento histórico. Isso se faz a partir de complexas redes alteritárias: não posso ser eu sem o outro, portador da cultura. Esse outro –semelhante e diferente– com o qual nos identificamos/desidentificamos, ao longo de toda a vida, nos faz carregar em nossas subjetividades as dimensões sociais-históricas. Sem as dimensões sociais-históricas, nossas identidades se esvaziariam de sentido (Souza Santos, 1999).

A cultura ocidental não engendra um único modelo de identidade. Há modelos hegemônicos que veiculam as crenças e os valores das ideologias dominantes e que, apropriados por uma dada racionalidade, são disseminados para atender às leis do mercado. No entanto, tais modelos não são estáveis nem coesos porque há, nas instituições sociais, ao lado da racionalidade que as organiza, uma dimensão imaginária, o imaginário social (Castoriadis, 1996), que promove a constante criação, subversão e recriação dos modelos hegemônicos.

A polissemia das identidades, com suas múltiplas interpretações, revela os mitos do imaginário social de uma dada cultura num dado tempo histórico. O poder, na tentativa de controlar esses múltiplos sentidos para atender aos interesses dominantes, faz a história oficial apresentar uma dada versão como a única verdadeira. A apresentação da identidade como unívoca demanda um congelamento da imagem.

No congelamento da imagem esvazia-se a multiplicidade de sentidos. Muitos se reduzem a um. A identidade unívoca é, portanto, uma identidade mutilada. Quando a mulher é capturada por uma única imagem, passa a atender às leis do mercado globalizado. Curiosamente, a mulher “poderosa”, a que teria o poder de intervir à

exaustão em seu corpo, se torna escrava de um sistema no qual ela se aliena na crença de uma única verdade: o corpo feminino apresentado numa imagem globalizada.

A identidade –aquilo que reconhecemos como o eu– é uma estrutura vazia que comporta múltiplas imagens. O sentimento da permanência da identidade se alimenta, paradoxalmente, da mutabilidade. Somos capazes de nos reconhecermos, ao longo dos tempos, por irmos incorporando a nós mesmos as mudanças –até mesmo as indesejáveis, como o envelhecimento. Posso dizer que eu sou eu, ainda que meu eu já não seja o eu que eu era.

A constituição da estrutura do eu, estrutura narcísica necessária, se faz sustentada no investimento libidinal parental a partir de um jogo especular com a imagem: o bebê se reconhece como eu na imagem especular de um corpo unificado, sustentado pelo olhar materno. O corpo refletido é outro na medida em que sua imagem é invertida e que se mostra integrada antecipando a capacidade motora do bebê (Lacan, 1949/1984). O que permite esse esboço da articulação do eu com o corpo é a imagem libidinizada.

Essa imagem não é por si só unificadora nem, tampouco, se restringe ao visível. Ela se torna unificadora ao permitir ao olho ver e ver-se através do amor do qual é objeto. A “colagem” da imagem do corpo despedaçado –o corpo autoerótico– e sua articulação com o eu se dão através do investimento libidinal do outro no eu (Freud, 1914/1976). O processo identificatório constitutivo do eu, indissociável da imagem do corpo, se estende por toda a vida, e sua riqueza consiste na capacidade identificatória com muitas imagens.

Antecedendo a “colagem” narcísica especular, temos um momento primeiro, mítico, por certo, do eu-corpo que também tem, nas imagens, seu berço. As imagens primeiras –as protoidentificações– fornecem um fundo em cima do qual as demais se configuram e reconfiguram. As protoidentificações se assentam num território afetivo que tem um duplo movimento: por um lado, as pulsões de vida, integradoras, que “colam”; por outro, a angústia primordial e suas marcas traumáticas, fragmentárias e caóticas, que dispersam. Da combinação variada e variável desses “ingredientes” resultam infinitas misturas, a rede das protoidentificações que antecede a linguagem. Por precederem a linguagem, as protoidentificações não são da ordem da representação,³ mas –e exatamente por isso– fazem com suas intensidades afetivas marcas determinadoras das configurações identificatórias posteriores.

Estabelece-se, então, uma dialética entre o eu-corpo unificado investido narcisicamente e o eu-corpo das pulsões parciais, autoerótico, fragmentário (Bastos, 1998).

3. Como postula Castoriadis (1999), o sujeito não é possuidor de suas representações, afetos e intenções. O sujeito é fluxo representativo-afetivo-intencional em que emergiu a possibilidade permanente da reflexão e em que a espontaneidade bruta da imaginação radical se converteu.

A identidade, o eu, mantém a tensão entre esses corpos coexistentes: ela é, paradoxalmente, uma e múltipla. A riqueza identitária alimenta-se dessa tensão. Sei que sou eu, sei que não me sei e sei que não sou; às vezes, nem sou nem sei. Meu eu é um campo onde o mal-estar é semente e raiz.

Suportar esse mal-estar não é tarefa fácil. A disruptura e a fragmentação necessárias para a emergência do novo trazem o risco da dissolução do eu. Diante dessa ameaça, o eu pode se colar a uma imagem única. A identidade fica adequada ao modelo. A identidade deixa de ser para se mostrar. A pergunta “quem eu sou?” é substituída pelo “o que eu sou?” São os atributos da imagem mostrada que passam a propiciar a identidade ao eu. O eu, para se salvar do perigo da perda identitária, adere à imagem única, alienando-se de si ao se mostrar pelo outro. Eu sou o que minha imagem –o outro– mostra de mim. A imagem tomada como identidade é um engodo. Engana o eu do seu mal-estar constitutivo (Bastos, 2002).

Há uma captura do eu pelo fascínio da trama imagética da mídia-cultura contemporânea. Consomem-se imagens. A imagem é um veículo privilegiado para o consumo, já que não demanda um processo reflexivo, apagando-se a dimensão crítica. O que se quer são imagens de um dado *way of life* apresentadas pela mídia como sinônimo de felicidade total e irrestrita. Desse modo, a imagem, na tecnocultura, transmite a ordem social contemporânea mantendo-a e expandindo-a (Albuquerque & Maia, 2000).

Por outro lado, a inadequação do eu com uma única imagem especular gera, pela tensão e risco de fragmentação, angústia e mal-estar. A não equivalência do eu com uma única especularidade –a assunção do eu como um campo identificatório conflitivo– retira a identidade de uma alienação do eu na imagem. Se o sujeito for capaz de suportar o mal-estar gerado por essa inadequação, ele fica livre para circular por várias imagens sem aderir a uma única “salvadora”. Mesmo quando o social oferece imagens paradigmáticas, mais ou menos fixas, os sujeitos que suportam o mal-estar podem se movimentar com autonomia sem aderir inteiramente a elas.

Subjetividades contemporâneas

A constituição da identidade na articulação com a imagem expõe a dimensão social desse processo. Processo autopoietico: o eu é um produto histórico social e é, ao mesmo tempo, produtor de história e sociedade (Morin, 1996).

A história ocidental moderna nasce com a emergência do eu, e este, ao emergir, faz nascer a modernidade. A subjetividade –expressão moderna da individualidade– veio como decorrência dessa nova visão de mundo.

Capitalismo e individualidade se autodeterminam e se retroalimentam. Essa relação, na contemporaneidade, vem se mostrando cada vez mais problemática. O indivíduo e seu corolário –as liberdades

individuais – passaram, cada vez mais, a se afirmar como valores centrais do sistema, ao mesmo tempo em que o sistema buscou uma modelização de bem-estar e felicidade identificados com o consumo. O valor individual passou a ser aferido pelo consumo. A liberdade de consumir se transformou num imperativo violento, já que os que não podem fazê-lo deixam de ter existência para o sistema. São os consumidores falhos (Bauman, 1998). Para existir e ser reconhecido, há que ter. Só se é tendo e, quanto mais se tem, mais se é. Tudo se faz para ter. Tudo se coloca a serviço do ter. Tudo, inclusive as tecnologias.

A tecnologia contemporânea tem alcançado graus de eficácia nunca antes pensados. Na área da saúde humana, a tecnologia permite a melhoria das condições sanitárias, a diminuição das taxas de mortalidade infantil, diagnósticos mais precisos, cura de doenças antes letais, diminuição do sofrimento, novas próteses, correções de deficiências, prolongamento da vida. Pode-se hoje, graças à tecnologia, viver mais e melhor. Mas, também ela, a tecnologia, toma a forma de um bem a ser consumido. Nada parece escapar à lógica do sistema. O modelo de desenvolvimento capitalista “transformou a subjetividade num processo de individuação e numeração burocráticas e subordinou a *Lebenswelt* às exigências de uma razão tecnológica que converteu o sujeito em objeto de si próprio” (Souza Santos, 1999, p. 245).

O sujeito da modernidade transitava num mundo em que se buscava a ordem e a identidade; no qual o cenário social tinha estabilidade, muitas vezes rigidez e em que havia propostas de projetos coletivos. Na atualidade tem-se um desvencilhamento da ordem e da identidade com a contingência substituindo a estabilidade, a fragmentação no lugar da rigidez e os projetos individuais sobrepondo-se aos coletivos.

A configuração do sujeito contemporâneo se dá dentro de uma mudança paradigmática. Vários foram os determinantes dessa mudança paradigmática, dentre eles o fulgurante desenvolvimento tecnológico. Uma de suas consequências foi a dominância que a imagem ganhou. O ver e ser visto – que a audiência dos *reality shows* confirma – aponta para a relevância que o espelhamento tem no contemporâneo.

No mundo imagético o pensar é regido pelo processo primário. A representação psíquica, necessária ao processo de simbolização, resulta da lógica da castração e do desejo, ausentes no pensar por imagens. Há assim um certo a-criticismo sobre o bombardeamento de imagens que sofremos. Somos impactados por elas, melhor dizendo, traumatizados. Há um excesso de excitações que determina fragmentações: a velocidade transforma a vida em videoclipes. A dor psíquica resultante do excesso traumático busca ser aplacada mediante uma felicidade que não está do lado do prazer, mas do gozo. Desse modo os ideais de perfeição são veiculados, e os sujeitos lutam para alcançá-los como anestésicos poderosos. Quando não conseguem alcançar tais ideais, se culpabilizam. Essa culpa não diz respeito ao sofrimento que eventualmente causamos ao outro. Dito de outro modo, essa

culpa não é depressiva. Ela é, antes, um imperativo superegótico que aponta para a falha individual. O sujeito está falhando ao não alcançar o ideal de perfeição veiculado pela cultura imagética.

O corpo –que também é imagem– torna-se o *locus* por excelência desse funcionamento. As novas práticas corporais e os avanços biotecnológicos surgem como maneiras de tamponar a culpa (persecutória) e de buscar alcançar os ideais de perfeição.

Sexualidade feminina

O corpo da mulher é falicizado diferentemente do corpo do homem. Para o homem, a falicidade pode ficar deslocada para o que possui: o dinheiro e a fama que fazem dele poderoso, desejante e desejado. Os corpos masculinos, de alguma forma, não são inteiramente recobertos pelas imagens veiculadas pela cultura. Há outros modos, para além de seus corpos, de acumularem “capital erótico”.

A lógica fálica não é capaz de dar conta da sexualidade feminina. O corpo da mulher é não todo fálico. Para Lacan (1960/1985), o significante do desejo da mãe é um significante primordial que rege a vida da criança e a marcará para sempre. É esse significante enigmático que será substituído pelo significante paterno, através da operação estrutural da metáfora paterna que introduz a falta e possibilita a constituição do sujeito como desejante. Na menina, há a permanência de uma certa nostalgia em relação à mãe, indicando que o corte simbólico não é total. A operação edípica deixa um “resto” no destino feminino. Ao passar pelo Édipo, a menina recebe do pai (tal qual o menino) uma identificação viril que lhe dá estrutura como sujeito, porém o pai não pode lhe fornecer uma identificação especificamente feminina. Isso porque não há significante do sexo feminino como o falo o é para o sexo masculino.

Há um “para além do Édipo” que reside na especificidade da relação mãe-filha. Na mulher há duas “camadas” edípicas: uma com o pai, outra com a mãe, pré-edípica (Freud, 1931/1976), de modo que a feminilidade se constrói para a mulher em um movimento de inventividade e criação.

Segundo Zalcberg (2003), por não ter um significante que a represente especificamente como mulher, uma parte dela fica fora do processo de simbolização, fazendo-a ter maior proximidade com o real. É junto à sua mãe que a menina busca o recobrimento imaginário de sua falta real.

Só quando a menina recebe uma cobertura imaginária é que ela pode se ver; isto é, quando se torna imagem e se assegura dela. É preciso que o olhar ou o sorriso de sua mãe digam que ela existe. A menina, mais do que o menino, depende de uma cobertura imaginária para um corpo para o qual falta um significante feminino.

“Frente ao espelho que a mãe representa para ela, a menina pergunta-se: “Qual o traço de mulher visível nessa imagem?”. A impossibilidade de nomear-se o sexo feminino faz com que a mulher

defronte-se com um espelho inacabado que não reflete qualquer traço de identidade feminina. A menina tem de confrontar-se com esse aspecto particular: a imagem do que seria específico da mulher é inexistente” (Zalcberg, 2003, p. 150).

Na busca de uma imagem que represente a especificidade da mulher, a menina procurará captar essa imagem no olhar do Outro materno, que é seu espelho. “É do corpo da mãe que se desprende a imagem de um corpo de mulher que pode sustentar o desejo de um homem, imagem da qual cabe a cada filha separar-se para tornar-se mulher” (idem, p. 150).

Há, assim, um duplo movimento de conjugação entre o ideário da contemporaneidade e o que é próprio da sexualidade feminina. De um lado, há uma imagem globalizada de mulher maciçamente veiculada pela cultura; por outro, há, na sexualidade feminina, a busca da imagem de um corpo de mulher sustentada no desejo dos homens da qual a menina precisa se separar, realizar um luto, para se individualizar obtendo, assim, consistência para o seu ser.

Desse modo, fundem-se duas dificuldades: do ponto de vista social, a globalização apagando as singularidades com seu “padrão ouro” para o corpo da mulher; do ponto de vista individual, a manutenção do fascínio que a imagem do corpo da mãe carrega traduzida na recusa da separação da imagem do “corpo ideal” que o Outro sustenta. Fascinadas, assim, na imagem, as mulheres não são apenas vítimas inocentes dessa tirania.

Como psicanalistas, sabemos do gozo que essa posição de submissão/fascínio proporciona. A falácia narcísica da completude coloca as mulheres e seus corpos, de modo objetalizado, esvaziado de subjetividade, prontos para serem consumidos como produtos do mercado. Consumindo para serem consumidas, as mulheres entram na lógica do mercado que anuncia que, desse modo, alcançaremos a felicidade. O que vemos, no entanto, em nossas clínicas, são vazios depressivos, desertos de solidão.

Identidade da mulher brasileira

Buscar uma identidade nacional faz parte da tradição da cultura brasileira desde o movimento antropofágico da Semana de Arte Moderna, em 1922.

Em 1922, Patrícia Galvão, a Pagu, tinha apenas 12 anos, mas logo se tornaria personagem importante no movimento antropofágico ao se aproximar, aos 18, de Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Em 1930, casou-se com Oswald, e ambos ingressaram no Partido Comunista Brasileiro. Bonita e inteligente, escritora, crítica de arte, produtora teatral, Pagu rompeu com os padrões burgueses do meio de onde emergira. Foi a primeira mulher no Brasil a ser presa política. Ao longo de sua vida sofreu 23 prisões. Separou-se de Oswald, casando-se novamente. Morreu aos 52 anos após uma trajetória de vida revolucionária.

Em sua homenagem, Rita Lee, nossa roqueira maior, compôs Pagu. Rita, fundadora do tropicalismo, faz nessa música uma crítica cáustica à imagem de mulher que se submete a um padrão “colonizador”. Na Semana de 22 buscava-se construir pela canibalização uma identidade cultural brasileira; hoje, a afirmação cultural se dá pela manutenção de singularidades e pela resistência aos padrões globalizados.⁴ “Nem toda brasileira é bunda, meu peito não é de silicone”.⁵

As referências à Pagu militante e à Pagu musa de Rita Lee na resistência à homogeneização do corpo da mulher brasileira me inspiraram a pensar, através do recorte psicanalítico, a identidade cultural brasileira através do corpo da mulher.

Nessa empreitada não estou sozinha. Vários psicanalistas têm se dedicado a teorias descritivas do processo de constituição das subjetividades brasileiras contemporâneas.

Alguns problemas aí se apresentam. O primeiro deles diz respeito às dificuldades metodológicas de uma pesquisa psicanalítica (Celes, 2000) especialmente se referida à subjetividade brasileira. Nesse caso, trata-se de poder pensar se há um universal na identidade brasileira que, comportando as singularidades de cada sujeito, revele, ainda assim, um traço comum de nossa cultura. Ou seja, se o inconsciente é o objeto da psicanálise, há um inconsciente específico brasileiro? Há marcas identificatórias de brasilidade?

Abandonando qualquer pretensão de uma explicação que resolva as dificuldades, tomarei a articulação da trama identificatória do eu – nomeada como identidade – com a imagem na cultura brasileira. Sem querer definir o brasileiro por isto ou aquilo, considerarei a identidade brasileira tal como ela se apresenta no discurso do senso comum.

A definição do senso comum me oferece a vantagem de poder correlacionar imagem e identidade sem me propor nem a definir brasilidade nem a abarcar todo o cosmos brasileiro. Além disso, posso retomar uma tradição iniciada por Freud e sustentada epistemologicamente por Fleck (1979),⁵ que é a de valorizar o senso comum por considerar que há nele saber (Bastos, 2002).

O brasileiro se sustenta em duas imagens paradigmáticas: o futebol e o carnaval (Backer, 2000).

O carnaval nos apresenta ao vivo e em cores a glorificação do corpo da mulher brasileira. Curiosa situação: por um lado, somos o povo com a maior diversidade genética. Descendemos não apenas de europeus, africanos e negros, constituintes majoritariamente de nosso código genético, mas ainda de povos orientais (a comunidade japonesa no Brasil, por exemplo, é a segunda maior população japonesa no

4. “É preciso estar atento que a nova exaltação da diferença e da multiculturalidade implica outra forma de colonialismo cultural” (Ramirez, 1996, em citação de Orosz, 2012).

5. *Pagu*, de Rita Lee.

6. Fleck (1979). Cabe anotar que Fleck, cujo primeiro artigo data de 1927, foi redescoberto por Kuhn, na década de 50, e é por ele mencionado no prefácio de *A estrutura das revoluções científicas* (1962) como sendo um dos pensadores que influenciaram o seu trabalho.

mundo, perdendo apenas para o Japão). Por outro, somos formatadas midiaticamente pela imagem da “mulher global” que desqualifica as nossas múltiplas formas de ser e de existir apagando as singularidades dos grupos étnicos.

No Brasil, país da miscigenação, é frequente que jovens de todas as cores alisem e pintem seus cabelos de louro. Poucos são os espaços em que tal padrão não vige inteiramente. Negras e mulatas podem ter suas belezas apreciadas (embora com uma profusão de silicones nos seios), pontualmente, no Carnaval, em shows exóticos ou como prostitutas, num misto de valorização/depreciação. Nem fetichização da mestiçagem nem incorporação estereotipada.

Voltamos a Pagu. É preciso uma reflexão crítica. A resistência à homogeneização imagética da mulher é uma postura política.

Nós, psicanalistas, por trabalharmos com as singularidades, temos em mãos um precioso instrumento. Ao criticarmos aquilo que nos é vendido como “ideal de felicidade” a partir de uma imagem de um corpo de mulher perfeito imposto pela tirania do mercado, de fora para dentro, podemos restituir valor a cada uma de nós, com nossas histórias e origens, com a complexidade que o humano nos traz.

Isso implica uma travessia: sairmos do lugar onipotente do bebê maravilhoso submetido à tirania da imagem da perfeição narcísica, sairmos do fascínio da imagem do corpo materno, sairmos da crença do gozo paradisíaco para suportarmos a castração. Aquela que nos liberta pela possibilidade de simbolizar e assim contermos o excesso nas mentes e nos corpos.

Se há sempre um resto, que este seja o da feminilidade, que diz respeito tanto a mulheres quanto a homens.

Resumo

A autora busca compreender porque a cultura contemporânea tem promovido tantas e tão rápidas modificações nos corpos das mulheres e a que corresponde esse excesso. Com o referencial da psicanálise, articula identidade, imagem, subjetividade e sexualidade feminina, e trata, em particular, da sua expressão na cultura brasileira.

Palavras-chave: *Corpo, Sexualidade feminina, Cultura, Beleza, Castração, Vazio.*

Abstract

This article tries to understand the reason why the contemporary culture has promoted so many, and so fast changes on the body of the women, and also tries to understand in which way this excess occurs. By the psychoanalysis point of view, it manages the feminine gender identity, image, subjectivity and sexuality, particularly in the Brazilian culture.

Keywords: *Body, Feminine Sexuality, Culture, Beauty, Castration, Emptiness.*

Referências

-
- Albuquerque, A. & Maia, M.S. (2000). Get there now. *Rev. Pulsional*. Ano XIII, 132.
-
- Backer, C. (2000). *O que é ser brasileiro?* São Paulo: Escuta.
-
- Barros, M. (2012, 18 de março). Carta a José Castello. *Valor Econômico*, São Paulo.
-
- Bastos, L.A.M. (1998). *Eu-corporando: O ego e o corpo em Freud*. São Paulo: Escuta.
-
- Bastos, L.A.M. (2002). Dos raios x ao casal X. In Facchinetti, C. (Org). *Lições de psicanálise 1: Sedução e fetiche na comunicação*. Rio de Janeiro: UniverCidade.
-
- Baudrillard, J. (2003). A violência do global. In *Power inferno*. Porto Alegre: Sulina.
-
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
-
- Castoriadis, C. (1986). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
-
- Castoriadis, C. (1999). *Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V*. Rio de Janeiro: DP&A.
-
- Celes, L. A. (2000). Aspectos metodológicos da construção da psicanálise. In *Alter – Jornal de Estudos Psicodinâmicos da Sociedade de Psicanálise de Brasília*, vol. XIX, 2, pp. 309-320.
-
- Fleck, L. (1979). *Genesis and development at a scientific fact*. Chicago: The University of Chicago Press.
-
- Freud, S. (1976). Introducción del narcisismo. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XIV). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1914).
-
- Freud, S. (1976). La sexualidad femenina. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XXI). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1931).
-
- Green, A. (1983). *Narcissisme de vie, narcissisme de mort*. Paris: Minuit.
-
- Lacan, J. (1984). El estadio del espejo como formador de la función del yo (je) tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica. In Lacan, J., *Escritos 1*. México: Siglo Veintiuno (Trabalho original publicado em 1949).
-
- Lacan, J. (1985). Ideas directivas para un congreso sobre la sexualidad femenina. In Lacan, J. *Escritos 2*. México: Siglo Veintiuno (Trabalho original publicado em 1960).
-
- Morin, E. (1996). *A noção de sujeito*. In Morin, E. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
-
- Minerbo, M. (2012). Corrupção, poder e loucura: Um campo transferencial. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(1), pp. 162-169.
-
- Orosz, D. (2012). O fim dos passaportes?. *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 10(1), pp. 137-144.
-
- Souza Santos, B. (1999). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
-
- M. Zalberg, M. (2003). *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Campus.
-

Adendo

Pagu

Rita Lee

Mexo remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira
Sabe o que é ser carvão
Uh! Uh! Uh! Uh!...
Eu sou pau prá toda obra
Deus dá asas à minha cobra
Hum! Hum! Hum! Hum!
Minha força não é bruta
Não sou freira
Nem sou puta...
Porque nem
Toda feiticeira é corcunda
Nem
Toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho
Que muito homem
Nem
Toda feiticeira é corcunda
Nem
Toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho
Que muito homem...
Ratatá! Ratatá! Ratatá!
Taratá! Taratá!...
Sou rainha do meu tanque
Sou Pagu indignada no palanque
Hanhan! Ah! Hanran!
Uh! Uh!

Fama de porra louca
Tudo bem!
Minha mãe é Maria Ninguém
Uh! Uh!...
Não sou atriz
Modelo, dançarina
Meu buraco é mais em cima
Porque nem
Toda feiticeira é corcunda
Nem
Toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho
Que muito homem...
Nem
Toda feiticeira é corcunda
Nem
Toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho
Que muito homem...
Ratatá! Ratatá
Hiii! Ratatá
Taratá! Taratá!...

Corpos, excessos e limites. Entre a lei e o cuidado

O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor.

NIETZSCHE, F., 1883-1885/2005

Quando Spinoza diz: “Nós não sabemos o que pode um corpo”, esta fórmula é quase um grito de guerra.

DELEUZE, G., 1968/1975

Introdução

Como enfrentar hoje esta temática: corpo-excesso? É possível que muitos entendam esse sintagma como uma articulação entre o *excesso do corpo* e a *declinação da lei*, entre o excesso de gozo, do pulsional, e a *declinação do Nome do Pai*. Ou seja, como falha de uma função que opera na *retirada do gozo* para levar este último à sua subordinação à organização fálica. Operação da Metáfora Paterna que conduz à instalação do Falo como significante da diferença e que coloca *medida* ao *excesso* do Desejo Materno. Pensamos que é essa lógica que contribuiu, de forma explícita ou implícita, a partir de diferentes teorizações psicanalíticas, para uma conceitualização do sujeito e da sociedade contemporânea que, a meu critério, requer mais reflexão, dada a importância clínica e social que adquire essa concepção em nossas práticas (Lacan, 1969-1970/1992). Talvez mais reflexão permita contar com outras propostas geradas em um marco diferente desse, do *excesso-declinação*.

A pulsão ou o excesso do corpo

É a partir do próprio corpo que parte aquilo que resiste a fazer de si um corpo restrito às funções de adaptação. A *pulsão* é o conceito psicanalítico que permite abordar o lugar do corpo como aquilo que não termina de aceitar sua mera operatividade em suas funções adaptativas, para sublinhar seu valor de *conatus* (Spinoza, 1677/1980) à satisfação, ao gozo próprio, não necessariamente cedido, sempre em tensão, em algum ponto, com as legalidades de época.

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

Na teoria psicanalítica é presente a tensão entre *fome e amor* ou entre *trabalho e sexualidade* como um dos seus modos de acontecer, onde do lado da pulsão aparece aquilo que, como gozo, “libera”-o de estar absolutamente sujeito à *necessidade* ou de estar totalmente a serviço do *trabalho* ou da *reprodução* a serviço da espécie. Freud (1908) assim o reconhece quando considera que a sexualidade é a via que permite ao sujeito o caminho do autoerotismo e da fantasia, como formas de resistência à sua adaptação à realidade. Aquilo que “resta” ao sujeito, algo do corpo que não é só destinado à *produção*, mas sim, como puro *gasto*, tal como assinala Bataille (1933/1987), à não necessidade. Poderíamos dizer: aquilo do sujeito que resiste, até um ponto, ao *Ananké*, ao *Not des Lebens*, às *leis da vida* (Freud, 1895b/1913; Canteros, 1995). É justamente com esse conceito de *pulsão* que a psicanálise contribuiu para questionar o *sujeito moderno*, aquele que se centra no ego, dirigido a se apropriar do mundo através da ciência e da tecnologia. Contribuição da psicanálise à concepção do *sujeito contemporâneo* através do forte golpe aos seus limites identitários em torno do ego. Creio que foi justamente a noção de *excesso* que atuou nessa transformação do paradigma. Como dizíamos, o pulsional é aquele aspecto do ser, que nos mostra a psicanálise, com o qual não é possível a repressão porque a pulsão vai buscar sua satisfação de todas as maneiras.

Na construção dos *diques* (Freud, 1905), como poderemos ver, não se trata de “ir ao fundamento”, como na repressão, mas sim de continuar pulsando, de forma preempatória, de um empurrão rumo à satisfação, ainda que possam acontecer outras *vicissitudes*, rodeios, encaminhamentos, e ainda cessões, sublimações, mas tudo isso até certo ponto. Aquele, como indica Freud, onde vai se deter, como o “burro da nória”, a quem, se lhe é retirado em extremo sua “cota de prazer”, como “plus de gozo” que lhe corresponde como “salário”, vai parar a *produção*, como bem sabem seus donos. O corpo, como o “burro da nória”, em uma das suas metáforas, ocupa o lugar do *escravo*, que na dialética hegeliana é quem sabe do *trabalho* e da relação com o objeto. Nesse sentido, esse gozo não é um extra, é o que o sujeito não entrega no serviço da espécie, no serviço do trabalho.

Para Freud (1916-1917), a psicanálise terá a responsabilidade de assumir um lugar de vigilância, como cuidado, desse lado do homem, da sua pulsionalidade, como algo de direito próprio. Não é um pagamento, e sim o que lhe “resta” do que já foi cedido ao social, ao trabalho,¹ aquilo que se recupera, que se sustenta na fantasia e na dimensão *sexual e poética* da vida. Dimensão do homem que, como relata Rorty (1989/1996), constituiu a democratização que fez a psicanálise do “poeta vigoroso” de Nietzsche, quando Freud concede a cada homem a capacidade de criar um sonho, uma narrativa com

1. “O homem primitivo tornou o trabalho aceitável, por assim dizer, tratando-o como equivalente e substituto da atividade sexual”. Freud (1916-1917), p. 152.

sua linguagem, uma posição pulsional não arrebatada que vai participar, como “poeta vigoroso”, de um gozo não empobrecido.

O Manuscrito G (Freud, 1895a/1976-1978) é um dos primeiros lugares em que Freud apresenta a origem da pulsão, aquilo que se produz no corpo incitado pelo Outro. Verdadeiro grafo onde Freud localiza perfeitamente cada um dos seus componentes no corpo e na alma. Ali apresenta as vicissitudes de um empobrecimento pulsional como efeito da administração da libido e das suas práticas de satisfação, consequência de uma atividade sexual empobrecida pelas normas de época que condicionam essas práticas. A melancolia ou a depressão do sujeito estão apresentadas ali não como resultado da *renúncia ao desejo*, mas sim da *perda de gozo*.

É esse empobrecimento da *tensão sexual* e da *voluptuosidade*, ambos componentes do empuxo pulsional, o que provoca a depressão frente a *perda da libido*. Entendo que, para além dos diferentes modos em que a sociedade atual parece tratar as condições da sexualidade, continua a se apresentar uma certa *depressão* atual, uma das expressões sintomáticas do sujeito contemporâneo. Em *Malestar en la cultura*, Freud (1927) nos mostra também os efeitos desse ato de ceder o pulsional, em extremo.

Não seria adequado falar então de um “excesso” no ceder com relação à pulsão? Aquele percurso da pulsão que Freud supõe no Manuscrito G, na relação do sujeito com o Outro, sofre um “curto-circuito”, que, como a masturbação de então, empobrece o desenrolar desse percurso pulsional, afetado sempre pelos modos incontornáveis que a cultura tem de intervir em cada época.

Essa consideração do valor da pulsão e de certo excesso não se inscreve, como também não fez Freud, em uma *política para a liberação dos impulsos*.

Por que consideramos a *pulsão* como capaz, diferentemente do desejo, de questionar as categorias identitárias provenientes da Linguagem e da Lei? Poderia ser atribuído também ao desejo esse poder subversivo?² O pulsional dá a possibilidade de movimentos que irão transbordar os limites das categorias identitárias circunscritíveis do ser.

Não porque o pulsional produzirá a liberação de uma outra identidade ou essência, mais verdadeira ou reprimida, mas sim porque, em todo caso, gera certos movimentos no sujeito que deixam sua identidade incompleta no ego. É testemunha, se quisermos, de que a identidade também não estava absolutamente consolidada pela Linguagem, dado que ela, por sua vez, permite registrar, como as palavras do sonho, para além dos significantes amos, a complexidade dos seus rastros, das suas identificações, o que poderíamos chamar, com

2. “Este drama não é o acidente que se acredita. É essência: pois o *desejo vem do Outro*, e o *gozo está do lado da Coisa*. O desejo é uma transação e uma defesa que mantém o gozo em seu horizonte de impossibilidade, e este desejo há de pregar-se à Lei graças à função do Pai. O desejo e a lei são a barreira que obstrui nosso acesso à Coisa”. Braunstein, 2006, p.101 (O itálico é nosso).

Bajtín (1978), de uma polifonia do sujeito. Nesse sentido, há certa coincidência com o questionamento que Derrida faz do discurso falo-logo-fono-cêntrico no estabelecimento das categorias identitárias.

Entre o excesso da carne e o excesso da inscrição.

O sonho da injeção de Irma

É um sonho intenso, como diz Lacan (1955/1995), que, se não despertou Freud, foi por conta da sua valentia. Sonho onde Freud, como psicanalista, se questiona sobre sua responsabilidade na condução da cura, caso que se aproxima, pode-se pensar, do mencionado em Signorelli (Freud, 1906). Em ambos, alude-se a uma psicanálise que estava começando a elaborar sua teoria e sua técnica, construindo propostas terapêuticas, sem ter, como os psicanalistas atuais, uma teorização e um discurso constituídos que guiassem a sua prática. Nesses momentos inaugurais, tinham, talvez por isso mesmo, mais questionamentos e interrogações sobre suas responsabilidades na atividade que praticavam.

Na análise do sonho da injeção de Irma, aparecem dois elementos que acredito que permitem delimitar essa questão, dois componentes diferentes frente aos quais haverá tanto um “*limite para atravessar*” como um “*ponto para parar*”. Temos por um lado o *corpo* de Irma, a *carne*³ (Lacan, 1955-1956/1995), essa imagem que se situará no limite das formas, trazendo aí algo da sexualidade que cria angústia, que interroga sobre o que a linguagem não consegue rotular ou simbolizar. Por outro lado, os rastros, os significantes, de onde, do seu lugar mais denso, surge o sonho, como o cogumelo de seu micélio (Freud, 1900). Essa parte “densa”, digamos, complexa, tecido difícil de desemaranhar, *umbigo* do sonho, excesso, talvez, de significantes, de rastros, chama-nos a que paremos, ou, talvez, que avancemos “mais devagar”. Houve um excesso de autoridade na “proposta” terapêutica, com relação à qual Freud acusa Irma por não tê-la aceitado? Não parece ser assim, Freud duvida, sente-se responsável por sua proposta e pela saúde de Irma, o motivo do seu sonho demonstra isso. Também dirá mais adiante que sua proposta estava errada, que era apenas o produto da sua elaboração até aquele momento.

Então foi a recusa da *histérica*, de Irma, àquela proposta falo-logo-fono-cêntrica, para falar como Derrida, o que permitiu a Freud um *saber fazer* com essa recusa. Irma (Freud, 1900), Emma (Freud, 1895b), Dora (Freud, 1901) marcaram o que não funcionava naquela “proposta”. Elas foram um estímulo que possibilitou a transformação e o desenvolvimento da teoria. Será sempre a mesma “xícara de chá” que deve reduzir ou conter o real? Sempre será da mesma maneira?

3. “(...) Eis aí uma descoberta horrível, a carne que jamais se vê, o fundo das coisas, o avesso da face, do rosto, os secretados por excelência, a carne da qual tudo sai, até mesmo o íntimo do mistério, a carne, dado que é sofredora, informe, cuja própria forma é algo que provoca angústia. Visão de angústia, identificação de angústia, última revelação do és isto –és isto, que é o mais longínquo de ti, isto que é o mais informe.” Lacan, 1955-1956, pp. 258-259.

Irá se transformando para possibilitar que algo desse avesso informe do rosto, que produz rechaço e angústia, encontre lugar nela?

Nesse sonho, encontramos então, creio, a tensão paradigmática entre o lugar informe, excessivo, que angustia, a *coisa*, a *carne* da qual nos fala Freud (1895b) e Lacan (1955-1956/1995), lugar do demônio, do feminino, do que não tem um nome, de um “lugar em espera”, também de parada, e por outro lado um excesso de significantes, de rastros, que se expandem até o ponto mais denso, o *umbigo* do sonho, lugar também onde será necessário se deter, deixando que o sonho se perca em sua densidade sem querer prendê-lo totalmente com nosso saber. Nesse lugar se produz então uma dupla detenção. A “proposta” de Freud não consegue estabelecer um laço entre ambas, não pode construir aí uma ponte entre a “carne” e o “significante”, algo não combina, como será possível saber de antemão.

O rechaço à proposta de Freud com relação à questão apresentada nos sonhos nos permite observar a necessidade de um tempo de espera que sempre vai existir, mais curto ou mais longo, entre a “proposta do discurso” e sua “aceitação” ou “recusa”. Ambas terão que ser compreendidas sempre dentro de um contexto histórico e serão, portanto, suscetíveis de modificações.

O *corpo* como *carne* resiste à reabsorção do seu excesso informe pelas significações propostas pela linguagem. Essa *resistência* é potência enquanto *pulsão*, enquanto empuxo ainda não reduzido, de uma “animalidade não domesticada”.⁴

Então poderíamos ver a pulsão como excesso do corpo, na medida em que dela vai partir sempre a recusa da proposta significante e normatizadora do Outro.

A transgressão, um uso dos corpos que questiona os limites identitários

As mudanças recentes com relação às identidades sexuais, entre outras, suas concepções e legalidades, puseram em destaque sua constituição histórica, cujos *limites* e *excessos*, efeitos das transformações tecnológicas e sociais, fizeram-se perceber como móveis e, portanto, motivo de debate.

O corpo é destacado hoje como um constituinte fundamental no discurso. Ele marca a *apresentação*, e não a *representação* do sujeito no discurso, no sentido de que vai assinalar algo mais do que o que é enunciado pela linguagem, algo do seu lugar de *enunciação* no mais amplo sentido. Esse lugar, que constitui certa *corporeidade*, forma parte ineludível da enunciação, rastros do sujeito, modos pulsionais e passionais, apesar de a comunicação acontecer via Skype.

No Teatro da Crueldade, Artaud (1932) testemunha, com sua obra e sua vida, a força da sua proposta para atacar a metafísica. Como homem de teatro, quer ver a atuação transformada, para que

4. Expressão metafórica, já que a pulsão não é compreendida como uma naturalidade fora do Outro.

ela não seja o testemunho de uma verdade que só cabe ser representada, como algo perdido que deve ser recuperável apenas como *representação*.⁵ Artaud propõe um teatro como vida, como *apresentação*, como aquilo que põe em jogo o corpo, suas forças, sua violência, seus gritos, a atuação como vida, que altera sempre o lugar do público, tirando-o do seu papel de espectador-*voyeur*. Tema que não pode nos deixar indiferentes quanto ao papel da *representação* e da *apresentação* nas sessões psicanalíticas.

Também Bataille (1933/1987), com os conceitos de *parte maldita*, *gasto* e *erotismo*, aborda a temática da *transgressão*⁶ como movimento de ir além do limite, do instituído, das fronteiras estabelecidas pela Linguagem, pela Lei. Convida primeiro a questionar o limite e, como tal, os princípios identitários.

O *excesso* então bate com violência, em autores como Sade, Artaud e Bataille, nas diferenças delimitadas em lugares ou legalidades históricas, questionando o estabelecimento de identidades consolidadas, no sentido de essências estáveis e transcendentais.

Derrida também, com muitos dos seus conceitos (desconstrução, *différance*, indizíveis), não propõe que sejam apagadas as diferenças, e sim um conceito que é produtor de diferenças, distintas das denominações de Adão. Produtor de um movimento que provém não tanto da tensão entre identidades preestabelecidas, senão que essa *différance* surge a partir do *ser vivente* (Cragolini, 2005; Miller, 2002), tempo de produção, não necessariamente de diferenças opostas, senão de diferenças que podem ser produzidas na repetição do sujeito consigo mesmo. Com o conceito de *différance* Derrida (1967), questiona as categorias identitárias, faz com que transbordem os limites entre elas, não para apagar diferenças, mas sim para permitir um movimento produtivo de diferenças constantes, ainda no si mesmo, diferenças provenientes do movimento da vida (diferença e repetição), e não de certa estabilidade da linguagem.

Em “Políticas da diferença”, Derrida se manifesta a favor dos *movimentos de libertação*, mas só do ponto de vista político, já que conceitualmente considera que esses movimentos podem produzir, por sua vez, um reforço das identidades nacionais, de classe ou de gênero. Como movimentos de reação, produzem uma consolidação de identidades, em todo caso, com novas oposições binárias. Pelo contrário,

5. “O teatro da crueldade não é representação. É a própria vida no que ela tem de irrepresentável (...). “Disse ‘crueldade’ como poderia ter dito ‘vida’” (Artaud, 1932, IV, p. 137). “(...) Como funcionarão então a palavra e a escritura? (...) Desconstituindo o diáfano, desnuda-se a carne da palavra, a sua sonoridade, a sua entoação, a sua intensidade, o grito que a articulação da língua e da lógica ainda não calou totalmente, aquilo que em toda palavra resta do gesto oprimido, esse movimento único e insubstituível que a generalidade do conceito e da repetição nunca deixou de recusar” (Derrida, 1967, pp. 338-343).

6. “O que torna difícil falar de interdito não é a variabilidade dos objetos, mas seu caráter ilógico. Nunca, a propósito do mesmo objeto, uma proposição contrária é impossível. Não existe interdito que não possa ser transgredido. Frequentemente a transgressão é admitida, frequentemente mesmo ela é prescrita.” Bataille, 1933/1987, p. 46.

a produção a partir da *différance* questiona o excesso na produção de categorias identitárias que, apesar de necessárias do ponto de vista da legalidade, consolidam “direitos” que não permitem *colocar em jogo* as diferenças, as singularidades e, ainda mais, a *différance* do sujeito consigo mesmo (Derrida & Roudinesco, 2001).

Há uma desconstrução da noção de sujeito a partir do identitário em qualquer de suas concepções, de gênero, de classe, de nação, questionando os conceitos de *soberania*. Com relação a esse último paradigma, Bataille e em algum momento Foucault defenderam a *transgressão* e certas expressões do excesso como um *movimento de libertação*.

No entanto, Foucault vai diferenciar o valor dos movimentos de libertação do que seriam as práticas de resistência, que implicam outra concepção dos jogos de poder e outro posicionamento com a sociedade. Os *movimentos de libertação* correspondem ao *paradigma da soberania*, a que é caracterizada por movimentos de poder fixos, sustentando certas legalidades que correspondem à concepção de *dominação*, que Foucault diferencia do *paradigma contemporâneo da biopolítica*, onde os *jogos de poder* são móveis. São modos permanentes de incidência mútua, de uma concepção de poder que circula, e que só se concentra por momentos em diferentes práticas e em diferentes núcleos. Então não são *movimentos de libertação*, mas sim *práticas de resistência*, que implicam transformações do sujeito a partir das *práticas do cuidado de si*.

Torna-se necessário agora que diferenciemos as noções de *limite real* e *limite simbólico*. Na ideia de *cuidado de si* de Foucault (1981-1982/2002) encontramos um trabalho com os excessos, como *práticas de governo de si*, como um *trabalho de resistência*. Implica um trabalho consigo mesmo, de *doença*, não um ajuste à lei, mas sim práticas de cuidado de si com produção de transformações no sujeito. Trata-se de respostas para a governabilidade de si como práticas de um trabalho consigo mesmo e com o seu corpo,⁷ que possuem diferentes modos de acontecer em diferentes momentos históricos.

Para além do trabalho com os significantes do desejo e do inconsciente, a psicanálise reconhece um trabalho com as pulsões, aquilo que, poderíamos dizer, começou com a construção dos *diques*, como um voltar sobre si mesmo. Quantos terão de passar pelo corpo para fazer algo com o excesso, quanto nessas práticas se necessita do *corpo próprio*, de uma necessária *apoiatura*?

Passar pelo corpo para que o excesso volte a se apoiar no cuidado do outro, que, apesar de não estar fora da lei, funciona pelo contrário como *limite real* que convoca o Outro. Nesse sentido, o *excesso* funcionaria como um *acting out*, uma *chamada à contenção*, a entrar na

7. “Há um texto muito curioso de Platão no *Crátilo*, afirmando que entre os pitagóricos o corpo é considerado como um contorno da alma. Não o corpo como prisão ou túmulo da alma que ele encerra, mas ao contrário como um *peribolon tês psykhês* (um contorno para a alma) *hína sózetai* (a fim de que a alma seja salva).” Foucault, 1981-1982/2002, pp. 183,184.

cena, delimitada, poderia-se dizer, pelo corpo do sujeito e do Outro, o que permite a construção do fantasma. Há *apoiatura* no corpo também no trabalho de contenção do excesso, assim como ela existiu quando o Outro possibilitou o “*despertar*” das moções da pulsão. É o mesmo corpo que por essa mesma via, talvez, consegue oferecer apoiatura aos movimentos produtores dos *diques* da pulsão. Os conceitos de *transformação no contrário* e de *formação reativa* nos mostram isso. Seria interessante continuar pesquisando a participação do corpo próprio neles. Isso nos faz lembrar da noção de Platão “do corpo como prisão da alma”.

Vemos em diferentes lugares da teoria processos análogos de transformação, vemos isso particularmente em *Pulsiones y destinos de la pulsión* (Freud, 1915), entre eles na passagem do sadismo ao masoquismo, no qual descrevemos um movimento de *dobra*, de tempo de espera, da mesma pulsão onde o empuxo originalmente dirigido ao outro é sucedido, em um segundo passo, por um movimento, como voz média, onde essa ação volta sobre o mesmo sujeito, ao mesmo corpo, assim como pode ser visto também em “Bate-se numa criança” (Freud, 1919), para depois voltar a recair sobre o ego, mas dessa vez proveniente do Outro.

A “*formação reativa*” é um mecanismo de defesa que forma parte também da *construção dos diques* e ainda da *formação do superego*, mas nele é fundamental como apoiatura a voz do Outro, para ser dirigida a si mesmo. No caso dos *diques*, sua formação é algo proveniente da mesma fonte, da mesma pulsão, mas que sofre uma dobra, e nesse caso se “*apoia*” no “*próprio corpo*”. O Outro, também com seu corpo, participa dessa construção. Pode-se dizer que é um processo semelhante ao que nos apresenta Freud na sua primeira teoria da angústia, enquanto libido transformada, que recai sobre o ego, o que sustenta uma defesa. Seja derivada ou não da energia libidinal, de acordo com a segunda teoria, a angústia é o uso da reação emocional do ego frente a uma libido excessiva. Nesse sentido, o sinal de angústia funcionaria como um processo análogo ao dos diques, impedindo avançar além de certos limites onde esse *sinal* nos detém. O *excesso* é encontrado obviamente quando algo do *sinal* de angústia ou dos *diques* foi superado.

Os signos do excesso, da voluptuosidade ou da tensão sexual provêm de uma “*falta*” ou de um “*excesso*” da presença do outro, ou talvez de ambos? Assim Freud nos mostra no caso de Leonardo, onde a “*falta do pai*” era compensada pelo “*excesso da presença da mãe*”, ou seja, pelo que ele chama de “*violência das carícias de sua mãe*”, que, segundo Freud (1910a), tirou de Leonardo parte da sua virilidade.

Experiências, de um excesso do outro, que deixam no sujeito um signo de máximo, de um limite que não poderá ultrapassar. Isso é semelhante ao que acontece com o *trauma* que produz um máximo, uma cicatriz, sobre o qual não se pode avançar, uma “*alteração do*

ego”. Semelhantes a esses diques, essas cicatrizes no corpo e na alma são rastros do “encontro traumático com a sexualidade”. Ao se aproximar deles, dos diques, dos traumas, o corpo reagirá: “pulsão de memória” (Lacan, 1959/1988), “memórias” do corpo, como mostram os sintomas contemporâneos tais como os ataques de pânico, de vertigem, afecções psicossomáticas, excessos do corpo quando o dique transbordou ou não foi estabelecido.

Os efeitos continentais do abraço, em suas diversas formas e intensidades, “dos braços da mãe às grades da prisão”, como dirá Winnicott (1984/1990), defendendo certa “invariabilidade” nas figuras múltiplas de sustentação, permitem conter o excesso através dessas funções de holding e de handling que sustentam o Outro, marcando com eles o limite. Ele funciona como um “não passar”, não *simbólico*, mas sim *real*, ou seja, marca um “não poder passar” como impedimento real, diferente de um “não dever passar”, dado que nesse caso, ainda que não devêssemos, poderíamos fazê-lo. Então o que funciona nesse último é uma decisão do ego, decisão do ego, o que é mais próprio do sujeito humano, que deixa-o então exposto à falta e à culpa. O *dique*, pelo contrário, nós o postulamos como *contenção interna*, *abraço do Outro encarnado*, de um verdadeiro *não poder passar* nos destinos da pulsão. Será o corpo quem reage, como no *nojo*, na *vergonha* ou na *compaixão*. Então é “o corpo prisão da alma” ou é “a alma prisão do corpo”? Em ambas expressões, está em jogo a ideia de um *limite encarnado* e de algo “preso”, nesse sentido, o corpo ou a alma circunscrevem algo da pulsão, que busca, que empurra a um “além”. Mas também esse limite não é independente do Outro, por isso há aqui uma dupla apoiatura, “o caminho do corpo” e “o caminho do Outro”, pode-se dizer, uma apoiatura no “*simbólico*” e uma apoiatura “*no real*” que se enlaçam. Mais ainda quando esses limites internos ou diques são derrubados ou não puderam ser constituídos em determinado momento, em uma “regressão à dependência”, dirá Winnicott, o sujeito volta a necessitar de uma contenção externa, capaz de ajudar a construir, ou a suprir, esses “diques insuficientes”, reparar esse elo que falta. Figuras de sustentação, de acompanhamento, que, apesar de não suprir os processos terapêuticos, são necessárias em muitas das sintomatologias contemporâneas como as adições, por exemplo.

A tensão entre *excesso* e *limite* encontra distintos modos de acontecer, não só históricos, senão singulares, modos de acontecer no tempo, nos horários, nas atividades, por exemplo, o trabalhista e o festivo, o diurno e o noturno, o que nos permite observar que as categorias sobre o excesso são relativas especialmente às *condições* e aos *contextos de recepção*. Será excesso de acordo com seus modos de ser lido, de acordo com os momentos em que aparecer, ou seja, de acordo com as expectativas do Outro. Diversos modos de expor o pulsional, que correspondem a formas excessivas ou a déficits, segundo os casos, mas há um “para todos? Há um “para todo momento”?

A sociedade e o sujeito costumam não funcionar como um todo. Resgatamos aqui Bataille (1961) quando em seu texto sobre o erotismo nos propõe que o mundo do sujeito e da sociedade está dividido em dois universos, o do *trabalho*, da *produção* e da *adaptação*, e outro, o da *transgressão*, da *festa*, do *excesso*.⁸ O primeiro é chamado de *profano*, o segundo, de *sagrado*. Ele nos diz também que não se trata apenas de dois universos, mas sim de duas dimensões da vida do homem, *tempos do profano* e *tempos do sagrado*, tempos de produção e tempos de erotismo. Sobre isso, todos recordaremos Bajtin (1978), quando também ele discrimina na vida o mundo do trabalho e o mundo da festa, e como cada um deles tem linguagens diferentes que vão predominar em distintos momentos, o momento do trabalho, o da linguagem hegemônica e do homem sujeito a ela, e o momento da festa como aquilo subversivo que se apodera do mundo cotidiano e que chama de *carnavalesco*, onde o proibido é autorizado, e a expectativa é de que todos participem dessas formas transgressoras. Não nos faz lembrar nisso do excesso da produção e da entrega do homem ao trabalho na época contemporânea, com uma carga horária intensa, para depois se entregar a certos gozos nas diversões, nos momentos de um suposto tempo “livre” (*after office*, fins de semana... etc.)?

Diques, beiras, excessos e continências

Usaremos a ideia de *assinalamento* em Freud como “uma beira”, função de um corpo, beira no sentido de *limite*, entre certo *excesso*, que faz com que justamente aí o corpo vá além da sua função biológica, da sua função de adaptação. Aí estão aninhados, por exemplo, os “olhos para *ver*” que darão lugar aos “olhos para *olhar*” (Freud, 1910b), para *espiar*, para gozar, que como excesso perturba a função adaptativa quando, como disse Freud, “o patrão se meteu em amores com a cozinheira”. Mas por sua vez o corpo também oferece essa *apoiatura* ao limite de um “até onde for possível”, aberto sempre a um “ir além” excessivo. A figura de Láquesis, uma das Moiras, que como sabemos é a fiandeira que toma as medidas, encurta, estica, representa a função de um limite máximo no “*real*”, enquanto leis da vida, *Not des Lebens*, do *Ananké* (Freud, 1913), que nenhum homem ou deus pode, enquanto *limite real*, transgredir ou desconhecer. Então, nesse assinalamento do corpo, produz-se essa tensão que acontece entre esse *estimar-transgredir* e *encurtar-limitar*: “não aguento mais”, “o corpo pôs um limite”. Um limite do real, para além de quanto lhe exigir ou lhe pedir o Outro, para além da capacidade sempre transbordável que oferecer a “xícara de chá” (Lacan, 1959-1960/1988).

8. “O interdito responde ao trabalho, o trabalho à produção; no tempo profano do trabalho a sociedade acumula os recursos, o consumo é reduzido à quantidade necessária à produção. A festa é por excelência o tempo sagrado (...), a suspensão maciça dos interditos; mas em tempo de festa o que é habitualmente proibido pode sempre ser permitido, às vezes exigido. Há na festa uma inversão dos valores do tempo ordinário (...). Do ponto de vista econômico, a festa consome em sua prodigalidade sem medida os recursos acumulados no tempo do trabalho. Trata-se dessa vez de uma oposição nítida”. Bataille, 1961, pp. 48-50.

contenções fortes, se necessário, que são requeridas durante toda a vida e que não são apenas enunciados de um “*você não deve*”, mas sim de um “*você não pode*”, *real* além de *simbólico*, que limita no real aquilo que o adulto considera arriscado. Problema não menor é o de conceder ao adulto essa capacidade e essa responsabilidade, que, se ele próprio não passou por um *cuidado de si*, poderá usar arbitrariamente e em excesso. Essas *operações de cuidado* correspondem às do *pai real*, que considero serem as *necessárias para ser sustentadas nesta época*, sem deixar o sujeito só com uma liberdade de escolha dos seus gozos em tempos precoces, quando ainda não puderam ser constituídos esses *diques*. Tempos de constituição do sujeito, onde o Outro deve instalar, ou “fazer saber” o poder do *Ananké*, sempre e quando possa ser limitado o gozo narcisista do pai, já que só por amor ao seu filho irá limitar *his majesty the baby*, para que ele não peque pela *hybris*, como Aquiles.

Para concluir

Anteponer a “Lei” ao “Cuidado” pode ser uma maneira de responsabilizar o sujeito e de deixar de responsabilizar o Outro. Por isso creio que nossa época requer equilíbrio entre a Lei e o Cuidado, com legislações, elaborações e práticas de cuidado de si, para que o Outro assuma suas funções de cuidado social para com os sujeitos e suas vulnerabilidades.

As operações na cura psicanalítica, as intervenções, os atos podem colocar essa tensão em jogo. Um diálogo a partir de Freud entre Winnicott e Lacan, creio, enriquece muito a maneira de abordar essa tensão na direção da cura. Tema que se abre para a questão da responsabilidade clínica e social da psicanálise e dos psicanalistas. Então o que será excesso para alguns pode não sê-lo para outros, e isso não deve ser indiferente na escuta psicanalítica. Não podemos estabelecer um “para todos”, uma diferenciação entre o que é excesso, ou onde está, e o que é ou onde está o limite. Si quiséssemos, para além das variações, poderíamos ver que hoje a abordagem ou o uso do “excesso” representam em nossa época um questionamento dos limites; mais que nada das suas legalidades, das suas *origens*, cuja relação com o real é interrogada. O direito nunca foi para Freud outra coisa que o efeito daquilo adquirido pela violência, a dos vencedores (Freud, 1933), que estabelecia ou modificava fóruns anteriores. Não considerava que isso devia ser de outro modo, mas dava a essas legalidades estabelecidas, mais que outra coisa, um valor histórico quanto a seu conteúdo, quanto a suas formas, reconhecendo que a existência da cultura e do trabalho as requeria. Colocando ênfase em que o homem, ao necessitar do Outro para subsistir, faz desse Outro o condicionamento de todos os seus princípios morais (Freud, 1895b). Mas avisa, sobretudo, sobre os custos dos modos e das magnitudes que o social reclama do sujeito.

Nesse sentido, muitos autores de procedência muito diversa consideram que certos movimentos dados na cultura contemporânea adquirem a forma de um “excesso”, seja estético, político, social, sexual, para expressar, para produzir, um questionamento ao que poderíamos chamar de hegemonia da Linguagem ou de uma certa hipérbole do Simbólico, dado o poder que têm de estabelecer categorizações, discursos, onde são estabelecidos *limites* e *excessos*. Há necessidade, portanto, de reforçar suas origens históricas e, assim, suscetíveis de ser modificadas.

Deixaremos que entre ambas ordens, o *excesso do pulsional* e o *limite do simbólico*, se sustente uma tensão que há de ser produtiva se for postulado um *tempo de demora* para não ceder rápido demais.

Resumo

O autor propõe um olhar sobre o tema diferente daquele que contrapõe excesso de gozo – declinação do Nome do Pai, que faz do primeiro uma consequência do segundo. Considera, pelo contrário, que certo excesso entendido como pulsionalidade, como força da vida, e certa declinação do Nome do Pai, entendida como crítica a uma hegemonia excessiva do Simbólico e da Linguagem, permitem uma recepção e uma resposta a essa questão diversas tanto na clínica como na sociedade.

Considera que a tensão intensidade-forma percorreu a história e em cada época foi enfocado de modo diferente o que é ou onde está o excesso, e o que é ou onde está o limite.

Os movimentos de libertação próprios do paradigma social da soberania, do disciplinar, dão lugar no paradigma da biogovernabilidade atual a condutas de demonstração, como chamado a um Outro de época, que “deixa morrer”, que “deixa cair”, e práticas de cuidado de si que permitem construir dobras nos sujeitos, diques à pulsão com apoio no corpo, que o autor diferencia em sua construção e em seus efeitos com relação à sujeição à lei.

Palavras-chave: Corpo, Limites, Pulsão, Transgressão, Desejo, Lei.

Candidatos a palavras-chave: Excesso, Diques.

Abstract

The author proposes a view of this subject that differs from one that would place excess of jouissance in opposition to decline of the Name of the Father, a view that sees the former as a consequence of the latter. In contrast, he thinks that a certain excess, considered as drive and the life force, and a certain decline of the Name of the Father, considered as criticism of the excessive hegemony of the Symbolic and Language, enable our reception of and response to this different question in both clinical work and in society.

He considers that tension or intensity-form has run through history and in each period has been considered in different ways: what excess is or where it is, and what or where the limit is.

The liberation movements inherent to the social paradigm of sovereignty and the disciplinary lead in today's paradigm of bio-governability to manifestation behavior, an appeal to an Other of the period, who "lets die" and "lets fall", as well as to self-care practice that allow the construction of folds in subjects, dams against the drive, supported by the body; the author differentiates their construction and effects with respect to subjection to the law.

Keywords: Body, Limits, Drive, Transgression, Desire, Law.

Candidates to keyword: Excess, Dams.

Referências

- Bajtin, M. (1978). *Problemas de la poética de Dostoievski*. Barcelona: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1993.
- Bataille, G. (1987). *La noción de gasto*. In *La parte maldita*. Barcelona: Icaria. (Trabalho original publicado em 1933).
- Bataille, G. (1997). *El erotismo*. Barcelona: Tusquets. (Trabalho original publicado em 1961).
- Braunstein, N. (2006). *El goce, un concepto lacaniano*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Canteros, J. (1995a). Del apremio de la vida al Ananké, o las relaciones del sujeto con el semejante. *Revista de Psicoanálisis*, APA. Tomo XLIX, nº 5-6.
- Canteros, J. (1995b). Consideraciones acerca del "Proyecto Freudiano". *Rev. Nuevas realidades*. APA. Tomo LII, nº 2.
- Cragolini, M. (2005). *Derrida, un pensador del resto*. Buenos Aires: La Cebra.
- Deleuze, G. (1975). *Spinoza y el problema de la expresión*. Barcelona: Muchnik. (Trabalho original publicado em 1968).
- Derrida, J. (1967). *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Anthropos.
- Derrida, J. (1996). *Resistencias del psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Derrida, J. & Roudinesco, É. (2001). *Y mañana, qué....* Barcelona: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.
- Foucault, M. (2002). *Hermenéutica del sujeto*. Barcelona: Fondo de Cultura Económica de Argentina. (Trabalho original publicado em 1981-1982).
- Freud, S. (1895b). El proyecto de una psicología para neurólogo. In Freud, S., *Obras completas* (T. I). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
- Freud, S. (1900). La interpretación de los sueños. In Freud, S., *Obras completas* (T. IV). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
- Freud, S. (1901). Psicopatología de la vida cotidiana. In Freud, S., *Obras completas* (T. VI). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.

-
- Freud, S. (1901b). Fragmento de análisis de un caso de histeria. In Freud, S., *Obras completas* (T. VII). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1905). Tres ensayos de teoría sexual. In Freud, S., *Obras completas* (T. VII). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1908). El creador literario y el fantaseo. In Freud, S., *Obras completas* (T. IX). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1910a). Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. In Freud, S., *Obras completas* (T. XI). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1910b). Trastorno psicógeno de la visión según el psicoanálisis. In Freud, S., *Obras completas* (T. XI). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1913). El motivo de la elección del cofre. In Freud, S., *Obras completas* (T. XII). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1915). Pulsiones y destinos de la pulsión. In Freud, S., *Obras completas* (T. XIV). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1915-1916). Conferencias de introducción al psicoanálisis. In Freud, S., *Obras completas* (T. XV). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1927). El malestar en la cultura. In Freud, S., *Obras completas* (T. XXI). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1933). ¿Por qué la guerra? In Freud, S., *Obras completas* (T. XXII). Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
-
- Freud, S. (1976-1978). Manuscrito G. melancolía. In *Cartas a Wilhem Fliess*. A.E. I Buenos Aires. (Trabajo original publicado en 1895).
-
- Miller, J.M. (2002). *Biología lacaniana y acontecimiento del cuerpo*. Buenos Aires: Colección Diva.
-
- Lacan, J. (1995). Seminario 2. Buenos Aires: Paidós. (Trabajo original publicado em 1955-1956).
-
- Lacan, J. (1988). *Seminario 7. La ética del psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós. (Trabajo original publicado em 1959-1960).
-
- Lacan, J. (1992). *Seminario 17. El reverso del psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós. (Trabajo original publicado em 1969-1970).
-
- Nietzsche, F. (2005). *Así habló Zaratustra*. Madrid: Alianza. (Trabajo original publicado em 1883-1885).
-
- Rorty, R. (1996). *Contingencia, ironía y solidaridad*. Barcelona: Paidós. (Trabajo original publicado em 1989).
-
- Spinoza, B. (1980). *Ética*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Trabajo original publicado em 1677).
-
- Winnicott, D. (1990). *Deprivación y delincuencia*. Buenos Aires: Paidós. (Trabajo original publicado em 1984).

O analista, seu paciente adolescente e a estupidez no campo analítico¹

Este trabalho amplia reflexões sobre a adolescência iniciadas na década de 1980. Naquela ocasião foram discutidos aspectos do processo de desprendimento do adolescente visando compreender comportamentos que simulam simbioses: adição a pessoas, drogas, ideologias, religiões, gravidez precoce, atração pela morte. Foi estudado também seu oposto, a chamada independência precoce (pseudomaturidade) (Cassorla, 1981, 1985, 1986a, 1991a, 1991b).

Essa linha de investigação derivou para o estudo do campo analítico, quando pacientes graves confrontam o analista com emaranhados defensivos de difícil acesso (Cassorla, 2000b, 2005a, 2008a, 2009, 2012a).

Neste texto retomo o estudo dos emaranhados em conexão com as ideias iniciais sobre as vicissitudes da adolescência. Em particular serão discutidas situações em que a capacidade de sonhar e pensar do analista se encontra embotada. Esse embotamento ocorre quando a dupla analítica se aproxima de vivências traumáticas decorrentes do processo de desprendimento do adolescente. Aproveitando a nomenclatura bioniana (Bion, 1958/1967), nomeio esse embotamento como *estupidez*.

Utilizo duas acepções para *estupidez*, que se complementam. A primeira se refere, no mito de Narciso, à situação em que este se apaixona pela própria imagem refletida na água de um lago. A *estupidez* se revela na incapacidade de Narciso discernir self de objeto. Esse obstáculo na percepção da realidade faz, numa das versões do mito, com que Narciso se afogue ao tentar alcançar o objeto idealizado que ele não percebe ser sua própria imagem.

Transpondo a situação para o campo analítico, estamos em área em que analista e paciente, através de identificações cruzadas, constituem uma relação fusional. Cada um sente o outro como prolongamento de seu próprio self. Ambos podem não ter consciência desse fato. Quando isso ocorre, o processo analítico permanece congelado na área dual de fusão-confusão, ainda que em outras áreas possa ocorrer desenvolvimento.

* Grupo de Estudos Psicanalíticos de Campinas e Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

1. Este trabalho recebeu o prêmio Psicanálise, Crianças e Adolescentes – Congresso Fepal 2012, São Paulo.

A segunda acepção de estupidez remete à indelicadeza grosseira de Narciso quando recusa o amor da ninfa Eco. Narciso diz a Eco que prefere morrer do que receber seu amor. Podemos considerar a rejeição de Narciso como resultante do terror de entrar em contato com o outro, isto é, com a diferenciação self-objeto. Portanto, a função da estupidez é evitar o contato com a realidade triangular visando manter a fantasia de completude narcísica.

A transposição da segunda acepção para o campo analítico indica situações nas quais a percepção da realidade triangular é atacada. A ameaça da discriminação self-objeto provoca ansiedade catastrófica. Essa ansiedade é descarregada, ao mesmo tempo em que a dupla analítica retorna à situação dual fusional. Quando o paciente atribui, com razão, essa percepção ao trabalho analítico, este será atacado. Esse ataque pode ser efetuado rompendo os vínculos entre analista e paciente (Bion, 1958/1967) e tentando deformar ou bloquear a capacidade de pensar do analista através de identificações projetivas massivas que o recrutam a não pensar. Esse recrutamento pode enganchar-se em fatores próprios do profissional. Portanto, a retomada da relação dual e a estupidez são precedidas do esboço insuportável de contato com a realidade.

As configurações implicadas nas duas acepções oscilam em duplo sentido: relação dual congelada <-> ameaça de percepção da relação triangular. A estupidez se manifesta, portanto, tanto na impossibilidade de perceber a relação dual como na impossibilidade de vivenciar a relação triangular.

O leitor certamente está familiarizado com os modelos descritos. Eles remetem ao trabalho com pacientes que revelam dificuldades para perceber e viver na realidade triangular, onde self e objeto estão discriminados. Entre esses pacientes se encontram aqueles em que predominam configurações borderlines, isto é, onde partes cindidas vivem num mundo de relações duais enquanto outras mantêm contato com a realidade triangular. Esses pacientes não conseguiram, em determinadas áreas de sua mente, elaborar situações edípicas, retornando ou permanecendo em situações narcísicas. Por outro lado, a atração pelas situações narcísicas indica traumas que dificultam sua elaboração.

O mito de Édipo revela situações similares ao de Narciso. Se neste o estado inicial é a fusão indiferenciada e a triangularidade é a ameaça, no mito edípico a triangularidade adquirida se torna insuportável. Por esse motivo, é desfeita. Isso ocorre, por exemplo, quando Édipo inicia a investigação em busca do assassino de Laio. Édipo consulta Tirésias, o adivinho cego. Ocorre um tenso e agressivo diálogo no qual Tirésias tenta abrir os olhos de Édipo para a realidade². Um esboço de sua percepção ameaçadora faz com que Édipo se defenda efetuando violentas projeções dentro de Tirésias. Édipo acusa grosseiramente Tirésias de

2. Esse diálogo pode ser encontrado na obra de Sófocles *Édipo rei*, teatralização do mito.

estar em conluio com Creonte (irmão de Jocasta) para lhe tirar o trono. Dessa forma, Tirésias, o agente da percepção ameaçadora, passa a ser responsabilizado pelas fantasias inconscientes de Édipo. Ao projetar dentro da dupla Tirésias-Creonte, esta se torna depositária dos aspectos vorazes, invejosos e destrutivos, livrando a dupla Édipo-Jocasta, os reais usurpadores do trono de Laio³.

Se considerarmos que mitos podem descrever configurações emocionais, não nos surpreenderemos com o fato de Narciso e Édipo serem adolescentes. Pois é justamente na adolescência que a oscilação e confusão entre aspectos narcísicos e edípicos se apresenta com intensidade.

Portanto, o psicanalista que lida com adolescentes corre riscos similares aos desses mitos. O jovem Narciso poderá ver o analista como um prolongamento de si mesmo, uma imagem no lago. O analista corre o risco de se identificar com essa imagem e ver, também, o adolescente como um prolongamento de si mesmo. O espelhamento apaixonado se revela como conluios de idealização mútua sem que o analista perceba o que está ocorrendo⁴.

Sabemos que o adolescente passa por grande turbulência emocional (Bion, 1977/1987), fruto da intensidade e da confusão pulsional frente a um ego ainda não suficientemente maduro. O conflito consequente é tornado mais complexo pela revivescência de situações edípicas infantis que se manifestam num corpo capaz de colocar em ato fantasias assassinas e incestuosas. O conluio de idealização mútua tenta, de alguma forma, manter essas fantasias sob controle ao transformar uma potencial relação triangular em relação dual. Mas a ameaça de perda desse controle é constante. As fantasias edípicas provocam, figuradamente, tempestades e tsunamis revolucionando o plácido espelho d'água que refletia a completude narcísica. O jovem paciente Narciso se desespera com a ameaça de desintegração da imagem (e do self) e a consequente percepção de que o analista é outro, não-self. Essa percepção é vivenciada como terrivelmente traumática.

As diferentes formas como essas configurações são externadas no campo analítico, somadas às condições de o analista transformá-las, nos orientam em relação às possíveis elaborações que estão ocorrendo (ou não) durante a adolescência de determinado paciente. Quando a dupla analítica oscila, com certa flexibilidade, entre relações duais e relações triangulares, o analista intui que predominam fatos da adolescência “normal”. Rigidez alerta para o risco de estabilização de configurações borderline. Essa estabilização, no entanto, somente deverá ser considerada após a diminuição da turbulência adolescente⁵.

3. Penso que Tirésias também estaria projetando massivamente, em Édipo, fatos conflitivos “edípicos” próprios, miticamente expostos em sua interferência nos conflitos entre Zeus e Hera, e no assassinato de serpentes durante o ato sexual (Cassorla, 2008b, 2010b).

4. Conluios duais, idealizados e/ou sadomasoquistas, serão chamados, adiante, de *enactments crônicos*.

5. Gammelgaard (2010) discute profundamente o estado atual do conceito borderline. Em Outeiral (1993) encontram-se trabalhos que abordam essas configurações no adolescente sob diversos enfoques teóricos.

Na área em que a simbolização está prejudicada, isto é, na área dual ou na parte psicótica da personalidade, não será possível sonhar. Elementos sem significado ou com significado deteriorado ou bizarro serão eliminados através de identificações projetivas. O conjunto desses fatos pode ser chamado de *não-sonhos*. Os não-sonhos são externados no campo analítico através de descargas de elementos que não se conectam à rede simbólica. O analista deixa-se penetrar pelos não-sonhos de seu paciente e, utilizando sua função alfa, lhes dá significado. O analista transforma em sonho o não-sonho do paciente. Nesse momento, o paciente é introduzido na realidade triangular. Se ela não for suportada, o paciente reverte o sonho para não-sonho. O analista tenta de novo, e de novo, e, na melhor das hipóteses, a própria função alfa do analista termina por ser introjetada, possibilitando que o paciente sonhe por si próprio.

Quando os não-sonhos do paciente atacam a capacidade de pensar do analista, por vezes enganchando-se em aspectos próprios do profissional, este também produz não-sonhos. Nessas situações o campo analítico é tomado por *não-sonhos-a-dois*. Eles constituem a matéria-prima dos conluios duais descritos acima (Cassorla, 2000b, 2003, 2005a,b, 2008c).

As ideias de sonho e não-sonho aplicadas aos mitos nos mostram que o adolescente Narciso ao não-sonhar não pode discriminar self de objeto. A eventual transformação de seu não-sonho em sonho, pelo analista (ou por Eco), é revertida para não-sonho. Impedir que o analista sonhe, constituindo-se não-sonhos-a-dois, é a melhor forma de manter a relação narcísica. O processo analítico permanece congelado na área em questão.

O jovem Édipo tem capacidade de sonhar. Mas o sonho faz Édipo tomar consciência de fatos terríveis vinculados a assassinato e incesto. Não suportando essa percepção, Édipo reverte o sonho para não-sonho, destruindo o significado da realidade triangular.

Recordemos que Narciso e Édipo coexistem no mesmo adolescente, e a oscilação não-sonho <->sonho (com as infinitas possibilidades intermediárias) é equivalente à oscilação entre relações duais e triangulares e EP<->D⁷.

O conluio idealizado pode se transformar, rapidamente, num conluio sadomasoquista e vice-versa. Como a idealização não pode ser mantida permanentemente (afinal, o analista, mesmo em conluio idealizado, também frustra, por exemplo, interrompendo a sessão...), o paciente se ressentido e passa a atacar o analista. Este revida ou se submete, e o paciente faz o mesmo. A situação se repete, e se repete, sem poder ser significada e sonhada. Paciente e analista se mostram cegos e estúpidos ao não se darem conta do que está ocorrendo⁸.

7. Na fronteira entre as duas configurações o jovem se assemelha a Hamlet: “Ser ou não ser, eis a questão”. “Não ser” se manifesta como conluio narcísico e/ou indiscriminação na morte, e “ser”, como penoso contato com a realidade (Cassorla, 1997b, 2007).

Fenomenologicamente a oscilação entre conluios duais idealizados e sadomasoquistas se revela, ao observador externo, como seduções e ataques, que envolvem acusações, vitimização, chantagens, ameaças de abandono, tentativas de suicídio etc., que se arrastam de forma ressentida. O analista, recrutado pelas projeções, pode sucumbir a elas, sentindo-se culpado e/ou rancoroso e/ou impotente e/ou sedutor etc. Impossibilitado de pensar suas experiências emocionais, o analista contribui para a manutenção da relação dual⁹.

O funcionamento mental do adolescente pode ser deduzido a partir das características de suas relações objetais. O retraimento de Narciso impede o contato com o outro e podemos supor que ele mantém uma relação de indiscriminação com Liríope, sua mãe. Os conflitos de Édipo se relacionam intimamente com pai e mãe internalizados e projetados. Em ambos mitos, surgem claramente conflitos das figuras parentais. É possível imaginar Liríope apaixonada por seu belo filho. Tirésias lhe anuncia que Narciso morrerá, se olhar a si mesmo. A prática psicanalítica sugere que Liríope interpretou o vaticínio convenientemente para manter a relação dual. Jocasta, por sua vez, “fecha os olhos” para a percepção de que Édipo poderia ser seu filho e o auxilia a conquistar o trono paterno¹⁰.

Os fatos descritos acima nos alertam para a rede de identificações projetivas cruzadas que tomam o campo analítico quando trabalhamos com adolescentes (Cassorla, 1997a). Elas envolvem pais, familiares, professores, parceiros amorosos e buscam recrutar o analista. Fazem parte do dia-a-dia do trabalho com jovens. O analista não pode ignorar esses fatos e muitas vezes, para compreendê-los, terá que entrevistar-se com os familiares. Curiosamente, em geral o paciente não deseja participar dessas entrevistas, como intuindo a necessidade de os pais terem um espaço próprio.

Em outras palavras, não seria fácil atender psicanaliticamente Narciso ou Édipo, sem ouvir pelo menos Liríope e Jocasta. Certamente, após ouvi-los, eles seriam encaminhados para outros analistas.

A clínica¹¹

Sei que estou irritado com Katia. Sei, também, que me sinto preocupado e impotente. É a quarta sessão, em sequência, em que Katia falta. Nas anteriores, como sempre, o mordomo havia deixado recado gravado. “Katia manda avisar que não poderá ir porque...”. O motivo era explicitado: “teve que viajar com a mãe”, “tem consulta médica”, “saiu com seu pai”..

8. Penso que conluios idealizados correspondem à “pele fina”, e conluios sadomasoquistas, à “pele grossa”, organizações patológicas (Steiner, 1993/1997) descritas pioneiramente por Rosenfeld (1987/1988) em pacientes borderlines (Cassorla, 2009, 2012a).

9. Como modelo auxiliar, consideremos dois gêmeos em uma espécie de útero, enlevados mutuamente (conluio idealizado) e/ou atacando-se em forma ressentida (conluio sadomasoquista). Mas permanecem no útero, evitando nascer para a realidade.

10. O mecanismo “fazer vista grossa” é discutido em Cassorla (1993) em trabalho inspirado por Steiner (1985).

11. A construção do material clínico obedeceu às normas de sigilo ético recomendadas por Gabbard (2000).

Ainda que eu fique irritado com os recados, e com o fato de o mordomo estar entre nós, sentia uma certa mudança –alguma consideração por minha pessoa. Antes Katia nem sequer mandava avisar. Faltava muito e, quando comparecia, comportava-se como se nada tivesse acontecido. Quando eu investigava fatores relacionados às faltas, Katia dizia, como se fosse óbvio, que faltara porque tivera outro compromisso. Para Katia não havia porque informar seu analista, nem antes da falta nem depois.

Katia havia chegado à análise há poucos meses. Nas primeiras sessões havia me contado, reticente, fatos indicativos de um surto psicótico cuja manifestação mais evidente ocorrera dois anos antes, quando se mudara para estudar na cidade H. Estava com 17 anos na ocasião. Ao mudar-se para H, Katia havia interrompido recentemente uma análise que iniciara aos sete anos de idade. Conta-me que, após certo tempo, sua psicanalista passou a atender também sua mãe, seu pai e sua irmã, em horários diferentes. Quando a analista passou a lhe contar fatos pessoais, pedindo-lhe que mantivesse segredo, Katia ficou confusa e, depois de algumas semanas, contou o fato para seus pais. Por esse motivo todos cessaram os tratamentos. Essas informações me fizeram suspeitar da intensidade das identificações projetivas cruzadas nesse núcleo familiar. Ajudaram-me, também, a formular hipóteses sobre o mal-estar que vivenciara quando a primeira consulta havia sido marcada. Sua mãe havia me ligado e pedido que eu visse Katia. Disse-me, claramente, que os pais preferiam não falar comigo e que eu me entendesse diretamente com ela. Esse aparente respeito pela individualidade havia me surpreendido positivamente.

No entanto, após as primeiras entrevistas, em que me senti confuso com as informações, resolvi conversar com os pais. Katia me disse, enfaticamente, que não queria que eu falasse com eles. Ela não sabia me dizer quais eram os motivos e percebi que não admitia continuar investigando o tema. Imaginei que, se eu não respeitasse o seu pedido, ela não confiaria mais em mim.

Sem perceber, eu já estava envolvido em um conluio sadomasoquista em que tanto Katia como seus pais me paralisavam. Minha idealização inicial sobre o respeito da família à individualidade transformou-se em uma submissão a seus desejos. Por algum tempo, mantive a idealização e não percebi a submissão suficientemente. Tornara-me estúpido e cego, ainda que em outras áreas de minha mente eu desconfiasse de que havia algo errado.¹²

Logo ficou claro para mim que os aspectos psicóticos de Katia persistiam e seu retraimento visava escondê-los, ainda que também os anunciassem. As sessões começavam sempre com a frase: “Estou bem, cada vez melhor” seguida de: “É isso” e “Não tenho o que falar”. Sentia-me forçado a investigar e a perguntar, perdendo minha

12. Posteriormente ficaria claro para mim que a família simbiotizada, ao dificultar o meu trabalho, se protegia do desprendimento potencial de um de seus membros, isto é, da percepção das relações triangulares.

espontaneidade. Os silêncios e as respostas monossilábicas de Katia podiam me deixar exasperado. Em algumas ocasiões, parecia que Katia, como se estivesse com pena de mim, me contava algo mais, mas, assim que eu investigava, o relato era interrompido. Katia sentia minha participação em sua vida como muito perigosa, mas se ela me sentisse distante tentava, receosamente, se aproximar. Minha correspondência fazia com que se retraísse novamente. Quando tentava descrever esses movimentos, Katia me ignorava ou me via como perturbado. Ainda que me sentisse impotente e confuso, acreditava que, se continuasse pacientemente o meu trabalho, as coisas ficariam mais claras com o tempo.

Katia buscava manter um conluio idealizado comigo tentando me convencer de que “estava cada vez melhor” ou me contando fatos alvissareiros que não faziam sentido para mim. Tampouco era difícil, para mim, perceber os ataques ao vínculo manifestados através de proibições, faltas, omissão de informações e atrasos no pagamento. No entanto, o fato de não conseguir me livrar deles (isto é, não poder sonhá-los para lhes dar significado) me fazia perceber, adiante, que estava parcialmente envolvido em não-sonhos-a-dois.

Aos poucos, explicações racionalizadas sobre o surto psicótico apareceram. Teria sido uma fase “em que se sentia em unidade com Deus e o Universo”, fase da qual sente muita saudade. Mas, ao mesmo tempo, vivia aterrorizada. Lembra-se de que, em certa ocasião, ao ter uma crise de pânico, saiu correndo sem rumo pelas ruas. Rapidamente passou a acreditar que tudo tinha origem em feitiços e drogas que professores e colegas a teriam feito ingerir sem que ela percebesse. E teriam feito isso porque invejavam sua inteligência e queriam lhe roubar o namorado.

Com o tempo pude suspeitar que, na ocasião do surto, predominavam relações idealizadas simbióticas com colegas, professores, namorados e pais, alternando-se ou confundindo-se com relações sadoomasoquistas em que ocorriam violência, chantagens, submissões e seduções. A sexualidade também se revelava confusa. Os relatos eram efetuados de forma monótona, controlada, embotados afetivamente. Sentia Katia e o processo analítico aprisionados no passado. Katia desconsiderava qualquer colocação relacionada ao que estava ocorrendo no presente, mais ainda se ocorresse dentro do campo analítico.

Katia me passava uma imagem de seus pais, herdeiros de uma linhagem familiar como uma “família real”. Chamava a atenção a suposta cegueira dos pais, que acreditavam que Katia estava apenas “estressada”. A teoria do envenenamento por drogas era sustentada convenientemente por todos.

Em certo momento Katia conta que na ocasião do “estresse” iniciara terapia cognitiva na cidade H. Semanas depois, sua mãe iniciou terapia com a mesma pessoa, em outro horário. Certo dia a terapeuta disse, durante a sessão da mãe, que Katia estava muito

doente, psicótica. Essa informação abalou o orgulho familiar, e Katia foi retirada da terapia. Curiosamente, a família fingia ignorar que ela tomava medicação antipsicótica prescrita por um psiquiatra.

Lembro-me de que, momentaneamente, fiquei chocado com as condutas da terapeuta e seu leva e traz. A expressividade de Katia, ao me contar a “calúnia antiética” da profissional (dessa vez sem qualquer embotamento), embotara minha capacidade analítica. Somente ao escrever a sessão percebi o óbvio: que Katia me alertava para que eu fosse cuidadoso ao defrontá-la com a loucura. Caso contrário, a “família real” simbiotizada resgataria a princesinha ameaçada. Repetia-se o que havia ocorrido com a suposta analista anterior¹³.

Aos poucos descobri que, antes de se mudar de cidade, Katia era uma menina perfeita, “boazinha e obediente”. A hipótese de que Katia tentava se dessimbiotizar dos pais, mudando-se para H, tornou-se evidente. O contato brusco com a realidade triangular manifestou-se como surto psicótico, revelando o terror de aniquilamento consequente ao desprendimento vivenciado como traumático. Para evitar reviver o trauma no campo analítico, a menina “boazinha”, talvez pseudomadura (Meltzer, 1966), e a família perfeita me recrutavam a participar da simbiose familiar. Entre suas poderosas armas se encontrava a identificação projetiva massiva que, ao me tornar estúpido, poderia bloquear minha percepção do fato.

Em determinada sessão, a partir de um lapso revelador, descobro que Katia estava me escondendo uma decisão importante tomada durante a análise e que havia alterado significativamente sua vida. Indagada sobre o motivo da omissão, deu uma desculpa frágil. Senti-me enganado e desconsiderado.

Nesse momento, consciente de que tentava controlar meu ódio, adverti Katia de que sua omissão de informações tornaria a análise impossível. Enquanto falava me senti assustado, certo de que havia perdido o vértice analítico. Comportava-me como superego moralmente condenatório e a ideia de que estaria tentando proteger a relação era distante. Como Katia permaneceu indiferente, minha confusão aumentou e passei a ter certeza da minha estupidez.

Esperava que Katia ficasse ressentida com minhas observações. No entanto, após esse episódio, a análise adquiriu características surpreendentes. Katia não mais faltava às sessões. Seus relatos eram mais simbólicos. Nesse momento ficou ainda mais claro para mim que, na fase anterior da análise, grande parte do material que ela trazia (e escondia) era constituída por elementos sem significado ou por símbolos deteriorados (Cassorla, 2009) que haviam perdido sua função expressiva (Barros, 2011). Confirmava que eram não-sonhos.

13. Pouco antes, escrevendo sobre fatos indicativos de início de deterioração da capacidade analítica, havia colocado, em primeiro lugar, a valorização da realidade externa (à qual o analista não tem acesso direto) (Cassorla, 2008d). No episódio descrito, havia me tornado embotado para minhas próprias ideias...

bém, que percebo sua dificuldade em vir para as sessões. Enquanto tergiversa, digo-lhe que sua desculpa de estar muito ocupada não faz sentido para mim.

Nesse momento Katia conta, brava, que viera a uma sessão, mas eu não estava. Descubro que isso ocorreu em um dia em que Katia seria a primeira paciente porque o paciente anterior não viria. Lembrei-me de que eu havia chegado cinco minutos antes de seu horário e ficara aliviado ao perceber que chegara antes dela. Katia havia chegado pouco antes de mim, mas, percebendo que eu não havia chegado, fora embora. Pergunto-lhe porque não me esperou. Diz que, como não estava sendo esperada, concluiu que eu não queria mais atendê-la.

Foi possível aproveitar esse episódio para mostrar a Katia seu ódio por ter se sentido rejeitada. Por isso me abandonara. O ressentimento odioso impedira que ela respondesse minhas mensagens. Katia projetara em mim o terror de aniquilamento vivenciado frente à percepção de que eu era outra pessoa, com vida própria. Durante a conversa arrisco um modelo forte. Eu, como se fosse um laçao, deveria estar sempre de prontidão para adivinhar as necessidades e os desejos da princesa. Como eu não me comportara direito, a princesa me mandou embora. Ignorando minha existência, ela faria com que eu sentisse o terror de não existência que ela vivencia constantemente, mas não tem clareza sobre o fato. (Ao não saber simbolizá-lo e sonhá-lo, esse não existir aniquilante era vivenciado assustadoramente como coisa-em-si). Ao mesmo tempo, Katia esperava que eu, desesperado pela vivência de não existência, a procurasse e me desculpasse. Seu ressentimento, no entanto, a impedia de ceder.

Durante essas interpretações, Katia faz associações com a relação que tem com o namorado. Percebe que projeta nele seu próprio desamparo e necessidade vital de ser vista e considerada. Katia associa a compulsão repetitiva com o que está ocorrendo no campo analítico. Agora a dupla analítica pode sonhar-a-dois. Em determinado momento, quando lhe digo que parecia que eu estava mais interessado em sua análise que ela mesma, Katia solta uma quase gargalhada, um riso franco como nunca havia ouvido. Acho graça em seu riso e me vejo rindo com ela.

Minha função analítica fora retomada. A presença do terceiro (o laçao que, não sendo laçao, não estava à espera da princesa) e a possibilidade de discutir esse assunto, sonhando-o a dois, mostravam como a relação dual estava sendo desfeita¹⁴.

14. Esse episódio, assim como o anterior em que chamo a atenção de Katia para a omissão de informações, simula estupidez do analista (enactment agudo). Mas se desfazem relações duais transformando não-sonhos-a-dois (enactments crônicos) em sonhos-a-dois. Em outros trabalhos, demonstro que, durante os conluios duais, em áreas paralelas o analista utiliza implicitamente sua função alfa, costurando buracos traumáticos. Quando há costura suficiente, o trauma é revivido, de forma atenuada, e é possível viver na realidade triangular (Cassorla, 2008a, 2009). O alívio que eu sentira por ter chegado ao meu consultório antes de Katia embutia culpa por defrontá-la com a realidade triangular e dúvidas sobre sua capacidade de suportar esse trauma. Possivelmente algum tipo de retaliação também estava envolvido.

A sessão seguinte validou o trabalho anterior, quando Katia me traz um sonho noturno, fato nunca antes ocorrido. É atacada por um bando de animais-mulheres. Sente que será fuzilada. Os fuzis são batons e as balas eram pirulitos. Conseguia se desviar das balas. Era aterrorizante, mas o melhor ocorreu quando acordou e percebeu que se tratava apenas de um sonho. Conta que foi uma das melhores sensações que teve em sua vida. Mostro-lhe que, agora, pode sonhar à noite os terrores que a atacavam 24 horas por dias. Diz que tem certeza de que está melhorando. O sonho de Katia indica presença de barreira de contato (Bion, 1962/1966) que se forma ao mesmo tempo em que se elabora a situação edípica e surge a capacidade de simbolizar. Katia, no sonho, tenta dar significado a áreas de sexualidade perversa polimorfa.

Em seguida introduzo a informação sobre a doença da mãe. Nesse momento Katia me mostra como tentava inutilmente negar esse fato. Essa negação tentava protegê-la do contato com terrores mortíferos e com a culpa por tê-la abandonado, mudando-se para H. A doença surgira poucos meses antes. Abrem-se possibilidades para, no futuro, trabalharmos revivências de ataques, culpas e retaliações edípicas.

Após vários cancelamentos, os pais conseguem vir. Katia não quis participar das entrevistas. Não foi difícil perceber a simbiose familiar. Os pais eram primos em segundo grau e as famílias haviam vivido juntas por gerações. As informações trazidas me fazem suspeitar fortemente de transmissão transgeracional de defesas simbióticas. Foi possível perceber, também, que o momento para entrevistar esses pais tinha sido adequado. Deixei de me condenar por uma suposta estupidez. A aparente ausência da família encobria, na verdade, mecanismos de controle do analista e, portanto, de manutenção da simbiose. Penso que, ao tentarem evitar os problemas ocorridos nas outras terapias, as “fofocas” com os terapeutas, os pais oscilaram para o extremo oposto.

Durante a conversa os pais terminam por admitir que a filha havia tido um surto psicótico e imaginavam que ele poderia retornar a qualquer momento. Confessam seu medo, já que havia esquizofrênicos na família, um segredo familiar. Têm, também, consciência de que a doença da mãe havia abalado a integração (na verdade simbiose) familiar. O prognóstico da doença era, agora, melhor. Estão iniciando terapia familiar, todos juntos... Cuidadosamente sugiro que também se tratem individualmente... com analistas diferentes...

Estupidez, arrogância e curiosidade

Em “O ódio na contratransferência” Winnicott (1947/1978) coloca que, se o analista não demonstrar, de alguma forma, o ódio que o paciente lhe despertou, o paciente tampouco acreditará que pode despertar amor. Este trabalho antecipou a vertente intersubjetiva da psicanálise contemporânea, onde se enfatiza o fato de que nada ocorre com um dos membros da dupla analítica que não seja in-

fluenciada pelo outro, ou que não influencie o outro membro (Baranger & Baranger, 1961-1962/1969; Brown, 2011). Neste texto mostrei que, quando cabe, a manifestação do ódio na contratransferência pode desfazer conluios duais. Ainda que o analista pareça estúpido.

Bion (1958/1967) demonstrou que a presença, no campo analítico, da tríade *estupidez, arrogância e curiosidade*, mesmo que de forma esparsa, encobre e ao mesmo tempo revela catástrofe psicológica destrutiva. No texto bioniano, estupidez tem a acepção de obtusidade, burrice. A estupidez, considerada neste texto, é acompanhada pelos outros dois elementos da tríade durante os conluios duais estudados e também quando eles se rompem.

O paciente manifesta *curiosidade* ao desejar continuar sua análise. Esse desejo faz com que corra um risco considerável: o de não conseguir manter a fusão fantasiada com o analista. O risco de re-traumatização, de destruição da relação dual, é similar ao de Adão e Eva quando são seduzidos pela serpente. E ao de Édipo, quando consulta tanto o oráculo como Tirésias. E ao de Narciso frente a Eco¹⁵.

A fusão necessária é acompanhada de *curiosidade* em relação ao analista. O analista é conhecido a partir da sua reação às identificações projetivas que o paciente coloca dentro dele. O analista frustra o paciente, se não se deixar recrutar e se manter mente própria. O paciente será expulso do “paraíso” dual tendo que enfrentar a realidade traumática¹⁶.

A *arrogância* se vincula à onisciência e à avaliação moralista que substitui a percepção da realidade por julgamento condenatório. Dessa forma, indiscriminado do objeto, o paciente condena ditatorialmente tudo aquilo que ameaça a relação dual. Qualquer fato que indique a existência do outro, da realidade triangular, será considerado, onscientemente, como mau e errado. O que é arrogância para o observador é o uso legítimo de seus direitos para o paciente¹⁷.

A *estupidez* se vincula às deficiências na capacidade de simbolizar, sonhar e pensar. Pode se manifestar como onisciência, em conluios duais, e/ou por descargas na ameaça de contato com a triangularidade. A indiscriminação e deformação da realidade e a visão condenatória daquilo que frustra vinculam a estupidez com a arrogância.

Como vimos, o analista corre o risco de ser recrutado *tornando-se* um aspecto da parte psicótica do paciente. Impedido de sonhar o analista não se dá conta do que ocorre. Torna-se estúpido e arrogante,

15. A serpente, o oráculo e Tirésias podem ser tomados como equivalentes à pré-concepção edípica (Bion, 1962/1966). A tomada de consciência traumática da realidade triangular, incluindo a consciência da morte, resulta de curiosidade desobediente (Cassorla, 2010a).

16. O paciente é expulso do Paraíso e jogado no Inferno. Se esse Inferno puder ser sonhado, se transformará em Terra, a realidade. Mas os demônios infernais e os deuses idealizados continuarão sempre assombrando (Cassorla, 2010a).

17. Bion nos mostra que quando a intolerância à frustração não é muito grande a personalidade desenvolve onipotência para substituir a realização da pré-concepção ou da concepção com a realização negativa. A onisciência passa a substituir o aprender com a experiência. Ao mesmo tempo, um super-ego moralístico passa a avaliar a realidade como certa ou errada, substituindo a ideia de falso ou verdadeiro (Bion, 1962/1966).

como o paciente. É curioso pelo simples fato de ser analista. Com adolescentes, esse recrutamento é potencializado pelas identificações projetivas cruzadas que envolvem outras pessoas em torno do jovem. O analista se identifica com a arrogância e a estupidez que fazem parte da simbiose familiar. Pode, também, se tornar depositário de culpas persecutórias e depressivas quando se imagina traumatizando o paciente e a família ao mostrar-lhe a realidade triangular.

Em “Experiências com grupos” (1961/2001) Bion pioneiramente descreve situações desse tipo. Ele nos diz que o analista não percebe que sua mente está torporosa e que toma como realidade o que é, na verdade, produto de identificações projetivas massivas. O analista imagina que os intensos sentimentos que vivencia estão inteiramente justificados pela situação objetiva. Posteriormente Bion atribuirá esse torpor à ação da tela beta que provoca no analista aquilo que o paciente deseja.

Joseph (1989/1992), por sua vez, nos mostra elegantemente como o analista é recrutado a representar aspectos do paciente para manter o *statu quo*. Outros autores pioneiros no estudo das identificações projetivas massivas incluem, além de Bion e Joseph, Grinberg, Rosenfeld, Sandler, Grotstein e Ogden. Todos mostram como o analista é induzido e recrutado a tornar-se um aspecto do paciente, tema que Ferenczi já sugeria, muito antes.¹⁸

Tenho chamado de *enactments crônicos* os recrutamentos mútuos que mantêm a relação dual (não-sonhos-a-dois). Quando a capacidade de sonhar está sendo retomada, a relação dual é desfeita bruscamente, emergindo no campo analítico como trauma atenuado. Chamo essa situação de *enactment agudo* e envolve um mix que inclui descargas, não-sonhos sendo sonhados ao vivo e sonhos sendo re-sonhados. O termo *enactment* funde dois significados: o termo jurídico “promulgação”, isto é, algo que obrigatoriamente tem que ser obedecido, e o termo teatral “encenação”.¹⁹

No material clínico ilustrativo há dois enactments agudos. O primeiro envolve o seguinte conjunto: a omissão de informações de Katia, seu lapso revelador, o ódio do analista e sua fala agressiva. O segundo, quando Katia chega à consulta e não encontra o analista, a chegada afobada do analista cinco minutos antes da sessão, seu alívio ao perceber que Katia não chegara e o ir embora intempestivo de Katia.

Teorias e conjecturas: Édipo e Katia

As vicissitudes da adolescência foram descritas neste trabalho enfatizando a oscilação, em graus variados, entre relações duais e

18. Uma revisão das ideias desses autores pode ser encontrada em Cassorla (1997a, 2008c) e Brown (2011). E a evolução do conceito *identificação projetiva*, em Spillius e O’Shaughnessy (2011).

19. A evolução e o detalhamento dessas ideias podem ser encontrados em Cassorla, 2000b, 2003, 2005a, b, 2008a, b, c, 2009, 2012a, 2012b.

triangulares tendo como cenário a revivescência das situações edípicas. Em seguida abordaremos, sumariamente, a complexidade dessas situações em Édipo e Katia.

Como todos os adolescentes, ambos se sentem invadidos por pulsões que reativam fantasias inconscientes e ansiedades primitivas. Como vimos, ameaças de desestruturação se mesclam a tentativas de reestruturação do self. Mecanismos psicóticos, confusionais, persecutórios, depressivos e mais primitivos se mesclam a neuróticos e tanto podem se constituir como base para patologias como propiciar elementos para reelaborações. A turbulência intrapsíquica se manifesta na dinamização dos movimentos EP <—> D (dual <-> triangular), com as consequentes mudanças catastróficas, mas de forma dinâmica, com desestruturações que confundem o observador não atento, que toma por patologia um movimento intenso, porém normal, antecedendo reestruturações. Quando não ocorre oscilação adequada, ficamos alerta. Mas somente após cessar a turbulência adolescente poderemos verificar se a rigidez se perpetuou.

Ao mesmo tempo os processos de externalização e internalização se acentuam, ocorrendo uma turbulência identificatória, ficando-se mais vulnerável à introjeção de objetos que reforcem ou alterem as identificações mais arcaicas.

Podemos dizer, portanto, que Édipo e Katia estão ávidos por objetos, com os quais precisam se identificar, para que sua identidade adulta se torne mais coesa. São, também, mais vulneráveis à sua influência. A capacidade de frustração determinará a conduta frente ao objeto. Se for sentido como traumatizante, as defesas narcísicas são retomadas. Dessa forma, o jogo projetivo-introjetivo é efetuado de forma intensa e se considera que o trabalho principal da adolescência é justamente a aquisição de uma identidade adulta, através desse interjogo de identificações.

Katia e Édipo vivem a ruptura da rigidez da latência, seguida de uma confusão de identidade ligada à reemergência da severa cisão interna do self, próprias dos períodos pré-edípicos e pré-genitais. Isso leva a ondas de desejo genital em todas as suas formas infantis polimorfais e perversas (Meltzer, 1979).

A retomada de aspectos dos estados perverso-polimorfos, levando a excitações descoordenadas e ao desejo de gratificação imediata, provoca também identificações projetivas violentas. Ocorre uma potencialização dos aspectos sádicos de todas as zonas, ao funcionarem simultaneamente, junto com uma confusão proveniente da concomitância de fantasias diversas (Grinberg, 1976).

O resultado dessas configurações resulta em tentativas de desprendimento, de dessimbiotização do núcleo familiar (Blos, 1985; Paz, 1980; Bleger, 1977; Mahler, 1982). Mas, frente à realidade triangular, as defesas narcísicas podem entrar em jogo, constituindo-se simbioses normais (Cassorla, 1991a, b) até que o embate pulsional e a atração pelo objeto as superem. Isso faz parte da elaboração do

desprendimento. Édipo e Katia estarão, ao mesmo tempo, elaborando lutos. Pela infância, pelos pais, pelo corpo infantil, pela bissexualidade (Aberastury, 1980), e defesas persecutórias, depressivas, melancólicas, maníacas, muitas vezes manifestando-se confusamente, podem ser consideradas sob esse vértice²⁰.

A digressão teórica efetuada deve ser vista como pano de fundo para as resumidas conjecturas imaginativas com as quais concluo este trabalho. São sonhos da vigília em que imagino vicissitudes dos adolescentes Édipo e Katia.

Édipo ouve boatos (fora e dentro da sua mente) de que é filho ilegítimo. Traumatizado, deixa Corinto em busca de si mesmo. Não tem consciência do que está fazendo, mas busca se discriminar de seus pais adotivos, que impediam que entrasse em contato com a realidade. Enganado por eles, nem sequer fora informado de que era adotado e estava sendo preparado, como príncipe, para manter a simbiose da “família real”. Sua primeira parada é o oráculo de Delfos, onde deverá passar a noite sonhando. O sacerdote vaticinará a partir da escuta de seus sonhos. Passa uma noite terrível, açoitado por cenas terroríficas repetidas compulsivamente. Não sabe se são pesadelos ou realidade. Desesperado, tenta colocá-las em palavras para o sacerdote: terra tremendo, montanhas desabando, uma mulher sedutora chorando? Mas, como príncipe que era, enquanto conta, tenta manter uma indiferença arrogante. Após ouvi-lo, o sacerdote, violentamente, o acusa de ser um futuro criminoso, que matará o pai e se casará com a mãe. O sacerdote chama os guardas, e Édipo é expulso do templo. Ouve a multidão enfurecida clamando sua morte. Dentro ou fora de sua mente? Édipo foge desesperado, à beira do aniquilamento, e corre sem rumo, como um louco.

Katia adolescente sai de sua cidade e vai para H. Não sabe, mas está tentando escapar da simbiose familiar, arriscando-se na busca de si mesma. Foge, também, de perceber a ameaça de morte da rival edípica. Na faculdade, sua primeira parada, sofre um trauma terrível. Estava sendo perseguida e drogada (pelas colegas rivais ou a droga já estava dentro dela?). Sentia-se tomada de forma confusa por desejos incontroláveis, competitivos, assassinos, invejosos, sexuais (frutos da droga interna...). Na verdade, ela nem saberia dar-lhe esses nomes. Uma multidão de colegas e professores (seriam pais e irmãos?) ora queriam seduzi-la, ora queriam matá-la. Ou era ela quem queria? Estava confusa sobre se eram fatos reais, pesadelos ou alucinações. Talvez tudo, ao mesmo tempo. Em outros momentos sentia-se superior, conectada diretamente com Deus, todo-poderosa. Às vezes chorava tristemente, saudosa de ser a princesinha do palácio real, onde era cuidada pelos reis, seus pais, e por um batalhão de lacaios que

20. O estudo da adolescência tem sido aprofundado por vários autores latino-americanos cujas contribuições não foi possível revisar. Existe uma longa tradição de trabalho original em Buenos Aires e Montevidéu. Mais recentemente, autores principalmente de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Bogotá, Santiago, Lima, México e outros centros têm se debruçado criativamente sobre o tema.

adivinham seus desejos antes mesmo de eles se manifestarem. Quem sabe, se morresse, poderia voltar a viver nesse mundo no outro mundo? (Cassorla, 2000a, 2007).

Mas o inferno compulsivamente retorna. E Katia foge, como louca, pelas ruas e pela estrada da vida.

Édipo e Katia revivem, como adolescentes, situações traumáticas primitivas. O primeiro, no mito, fora marcado por terrível ameaça de morte. Não desejado, ao nascer não encontrou quem contivesse seus terrores de aniquilamento. Foi abandonado para morrer no monte Cíteron. Esses terrores são revividos quando é condenado e abandonado pelo sacerdote. Este se comportou como um analista estúpido recrutado por identificações projetivas massivas. Édipo não entende seu destino de ser parricida e incestuoso. Somente depois descobrirá que, quando bebê, os pais desejaram matá-lo pelo primeiro motivo. O parricídio estava dentro dele antes de nascer (e o desejo incestuoso também) e, agora que tinha forças para matar (e corpo para copular), se sentia mais aterrorizado. Mas nada lhe era claro.

Sabemos menos sobre Katia, mas a forma como se manifestam seus terrores adolescentes sugere traumas similares. Tudo indica que em sua mente se inscreveram marcas traumáticas de morte das quais faziam parte fusões defensivas simbióticas transgeracionais. Katia fracassa em sua tentativa de desfazê-las e se simbiotiza desesperadamente com amigas e namorados. Quando estes não se grudam a ela, insistindo em ser não-self, Katia se sente aniquilada. Foge em pânico, não sabe para onde, até encontrar algo ou alguém com quem tenta se con-fundir. Quando Katia encontra o oráculo, sua terapeuta, esta estupidamente a chama de louca. Desesperada e aterrorizada, Katia se torna mais louca.

Katia imagina que pode escapar da loucura confundindo-se com Deus, com o namorado, com a droga. Édipo imagina que escapará da loucura projetando-a em Corinto. Se fugir para longe, não matará seu pai nem cometerá incesto. Mas não consegue ir para longe de sua mente. Vejo Édipo desesperado, caminhando pela estrada, com ódio de si e do mundo. Pensa que seria melhor morrer. Na encruzilhada, mais uma frustração: uma caravana, um homem armado arrogante. Se fosse morto, tudo estaria resolvido (seria um homicídio precipitado pela vítima –Cassorla, 1997b, 2000a). O jovem e o homem disputam a passagem. O ódio de Édipo e seu desejo de vingança são maiores do que o desejo de morrer. Édipo mata o homem. Que era Laio, seu pai, mas ele não sabia. Agora Édipo se sente melhor. Mas logo a culpa o toma. Dessa vez, a culpa é ainda maior, insuportável, e Édipo não sabe por quê.

Katia, dentro de sua mente, mata a mãe rival, mas tem que fugir da percepção. Mas a mãe e o casal parental, mortos, se tornam mortíferos, e Katia é atacada por dentro. Culpada e destruída, não tem para quem pedir ajuda. Volta para casa e se tranca no quarto imaginando que pode se esconder dos seus crimes. Como Narciso, não

quer atender nenhuma demanda, a não ser o espelho da internet. Dorme com narcóticos (derivados de narcisos), produz pesadelos não-sonhos, envolve-se em rede de calúnias no Facebook. Desespera-se. Busca um novo oráculo. Eu, seu analista. Traz-me enigmas e os esconde. Quer e não quer saber quem é, quem foi, quem será. Eu investigo, lhe proponho novos enigmas. Ela foge. Ela se gruda. Tudo ao mesmo tempo. Se conseguirmos decifrar, se Katia descobrir quem é, eu não serei mais necessário.

Édipo descobre que há uma espécie de oráculo, a Esfinge, que mata os jovens que não decifram seus enigmas. Seu desejo de morrer retornara mais forte. Sua curiosidade mórbida e sua estupidez arrogante fazem com que a Esfinge se torne atraente. Nada tem a perder – a morte será bem-vinda. Ou a morte será simbiotizar-se com a mãe-Esfinge? A Esfinge aterroriza porque está aterrorizada. Édipo, ao olhá-la, capta esse terror que é similar ao dele. Condoído, busca entendê-la como ele busca se entender. Já caminhou muito por essa estrada e aprendeu alguma coisa. Sabe como é engatinhar, com quatro pés, no chão salpicado de pedras, sabe que experimentou andar com seus dois pés doloridos e teve que usar um cajado, seu terceiro pé que será substituído, na velhice, por sua filha Antígona. Precisa da ajuda para suportar sua mente traumatizada. Édipo sonha essas experiências emocionais e decifra o Enigma. Agora vive na realidade triangular e pode sonhar e pensar. Não precisando mais da prótese mãe-Esfinge, esta, como uma boa analista, se mata simbolicamente.

Édipo se casa com Jocasta, tem filhos e seu reino é feliz. Até que surge a peste. Essa peste interna é a revivescência dos impulsos homicidas que ocorrem quando Édipo completa a mesma idade que Laio tinha quando foi morto. E seu filho mais velho, a mesma idade que Édipo tinha quando matou Laio. As configurações identificatórias são acionadas como Reações de Aniversário (Cassorla, 1986b, 1991c, 2008b). Como adolescente pseudomaduro, Édipo desenvolve um surto na maturidade (Ungar, 2004).

O oráculo vaticina que a peste (loucura) cessará quando o assassino de Laio for descoberto. Aqui Sófocles inicia Édipo-Rei e a tragédia de todos nós, que na verdade não tem início. É um eterno retorno.

Resumo

O analista, seu paciente adolescente e a estupidez no campo analítico

Estudam-se situações em que, no trabalho com adolescentes, a função analítica se torna embotada. O campo analítico é tomado por conluios duais (enactments crônicos), sadomasoquistas e/ou idealizados, envolvendo os membros da dupla analítica. A não percepção desses conluios revela estupidez. Essa mesma estupidez ataca a percepção traumática de relações triangulares. A clínica mostra que, nessas situações, o campo analítico aparentemente paralisado pode se romper de forma agudamente catastrófica (enactments agudos). Posteriormente se verifica que essa ruptura resulta do contato traumático com a triangularidade. Esse contato é resultado do trabalho de sonho realizado em áreas paralelas aos conluios duais. Propõe-se que as configurações descritas se relacionam com vicissitudes do processo de dessimbiozização do adolescente.

Conjecturas sobre oscilações entre conluios duais e situações triangulares são ilustradas comparando-se material clínico com aspectos dos mitos de Narciso e de Édipo.

Palavras-chave: *Adolescência, Enactment, Estupidez, Simbiose, Simbolização, Técnica psicanalítica.*

Abstract

The analyst, his adolescent patient and stupidity in the analytical field

This study examines the work with adolescents in situations where the analytical function becomes numbed. The analytical field is dominated by dual, sadomasochistic and/ or idealized collusions (chronic enactments), involving the members of the analytical dyad. Failure to perceive these collusions reveals stupidity. This same stupidity attacks the traumatic perception of triangular relationships. The clinic shows that, in such situations, the analytical field apparently paralyzed may arise in an acutely catastrophic rupture (acute enactments). Later, it will be possible to realize that this rupture is a consequence of the traumatic contact with triangularity, and this contact, in turn, derives from the dream-work carried out in areas that run alongside dual collusions. We propose that the characterization above is related to the vicissitudes of the desymbiotization process of the adolescent. Conjectures on the oscillations between dual collusions and triangular situations are illustrated by comparing the clinical material with some aspects of Narcissus and Oedipus myths.

Keywords: *Adolescence, Enactment, Stupidity, Symbiosis, Symbolization, Psychoanalytic technique.*

- Cassorla, R.M.S. (2003). Estudo sobre a cena analítica e o conceito de “colocação em cena da dupla” (“enactment”). *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37, 365-392.
- Cassorla, R.M.S. (2005a). From bastion to enactment: The “non-dream” in the theatre of analysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 86, 699-719. *L'Année Psychanalytique Internationale*, 4, 67-86, 2006. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41, 51-68, 2007. *L'Annata Psicoanalitica Internazionale*, 3, 75-94, 2008. *Revista de Psicoanálisis*, 62, 137-161, 2010.
- Cassorla, R.M.S. (2005b). Considerações sobre o sonho-a-dois e o não-sonho a dois no teatro da análise. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 12, 527-552.
- Cassorla, R.M.S. (2007). Depressão e suicídio no estudante de medicina e no médico. In Santos, K.B. *A saúde mental do médico e do estudante de medicina (171-188)*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cassorla, R.M.S. (2008a). The analyst's implicit alpha-function, trauma and enactment in the analysis of borderline patients. *International Journal of Psychoanalysis*, 89(1), 161-180. *Internationale Psychoanalyse*, 4, 83-112, 2009. *Libro Anual de Psicanálise*, 24, 61-78, 2009. *Libro Anual de Psicoanálisis*, 24, 55-70, 2009.
- Cassorla, R.M.S. (2008b). Desvelando configurações emocionais da dupla analítica através de modelos inspirados no mito edípico. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 10, 37-48.
- Cassorla, R.M.S. (2008c). O analista, seu paciente e a psicanálise contemporânea: Considerações sobre indução mútua, enactment e não-sonho-a-dois. *Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, 8, 189-208. *Alter: Revista de Estudos Psicanalíticos*, 27(1), 19-40, 2009.
- Cassorla, R.M.S. (2008d). Identificação precoce de obstruções do campo analítico: A pessoa real do analista e o efeito Orton. *Congresso Latino-Americano de Psicanálise*. Santiago.
- Cassorla, R.M.S. (2009). Reflexões sobre sonho-a-dois, enactment e a função alfa implícita do analista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43, 91-120. (Versão modificada in Levine, H. & Brown, L. (2012). *Growth and turbulence in the container and contained*. London: Taylor Francis/Routledge).
- Cassorla, R.M.S. (2010a). A leste do Éden: Loucura, feitiço e suicídio. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44, 147-157.
- Cassorla, R.M.S. (2010b). Édipo, Tirésias, o oráculo e a esfinge: Do não-sonho às transformações em sonho. In Rezze, C.J.; Marra, E.S. & Petriccioni, M. (Org). *Psicanálise: Bion. Teoria e clínica* (110-131). São Paulo: Vetor.
- Cassorla, R.M.S. (2012a). What happens before and after acute enactment? An exercise in clinical validation and broadening of hypothesis. *International Journal of Psychoanalysis*, 93, 53-89.
- Cassorla, R.M.S. (2012b). In search of symbolization. The analyst task of dreaming. In Levine, H; Reed, G. & Scarfone, D. (in press). *Unrepresented states and the construction of meaning. Clinical and theoretical contributions*. London: Karnac.
- Freud, S. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. *Edição standard brasileira*, 12, 273.
- Gabbard, G.O. (2000). Disguise or consent: Problems and recommendations concerning the publication and presentation of clinical material. *International Journal of Psychoanalysis*, 81, 1.071-1.086.
- Gammelgaard, J. (2010). *Betweenity: A discussion of the concept of borderline*. London: Routledge.
- Grinberg, L. (1976). *Teoria de la identificación*. Buenos Aires: Paidós.
- Joseph, B. (1992). *Equilíbrio psíquico e mudança psíquica. Artigos selecionados de Betty Joseph*. Feldman, M. & Spillius, E.B. (Eds.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1989).
- Mahler, M. (1982). *O processo de separação-individuação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Meltzer, D. (1966). The relation of anal masturbation to projective identification. *International Journal of Psychoanalysis*, 47, 335-343.
- Meltzer, D. (1979). *Estados sexuais da mente*. Rio de Janeiro: Imago.
- Outeiral, J.O. (Org). (1993). *O adolescente borderline*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Paz, L.R. (1980). Adolescência-crise de dessimbiotização. In Aberastury, A. *Adolescência* (165-184). Porto Alegre: Artes Médicas.

Rosenfeld, H. (1988). *Impasse e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1987).

Segal, H. (1957). Notas a respeito da formação de símbolos. In Segal, H. (1983). *A obra de Hanna Segal: Uma abordagem kleiniana à prática clínica* (77-98). Rio de Janeiro: Imago.

Steiner, J. (1985). Turning a blind-eye: The cover up for Oedipus. *International Review of Psycho-Analysis*, 12, 161-172.

Steiner, J. (1997). *Refúgios psíquicos: Organizações patológicas em pacientes psicóticos, neuróticos e borderline*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1993).

Spillius, E.B. & O' Shaughnessy, E. (Eds.). (2012). *Projective identification: The fate of a concept*. New York: Routledge.

Ungar, V. (2004). O trabalho psicanalítico com adolescentes, hoje. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 38(3), 735-749.

Winnicott, D. (1978). O ódio na contratransferência. In *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise* (341-353). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trabalho original publicado em 1947).

Sobre a noção de *excesso*, sua pertinência na psicanálise e os excessos da noção de *excesso*

Vivíamos em um estado de angustiado crescimento; escolas, notas, profissões para escolher, casamentos para os mais velhos, livros que saíam, recibos, saúde (...). O futuro estava sempre perto demais e era uma interrogação grande demais, razão pela qual não permitia a expressão serena da própria maneira de ser. Além do mais, todas essas atividades deixavam o ar denso de emoções pessoais e obrigavam inclusive as crianças a desenvolver prematuramente alguma coisa. Ajudar, fazer algo, era o desejável, e não manifestar tímidos desejos, irrelevantes e provavelmente caros.

VIRGINIA WOOLF (1992)

Introdução

Apesar de o *excesso*, como descrito por Virginia Woolf na sua autobiografia, parecer evocativo do nosso cotidiano e do fato de que com facilidade podemos nos identificar com esse sentimento, na medida em que podemos supor que é causado pelas indeterminações de um futuro que sempre está próximo demais (como se alguma vez isso pudesse ser diferente) e que nos propõe perguntas que não podemos responder, pensamos que nos faz falta uma revisão e uma formalização da noção de *excesso* como conceito a partir da psicanálise.

Neste texto pretendo elucidar a noção de *excesso*: o que pretende explicar e que excessos o uso excessivo desse conceito pode acarretar.

A ideia de *excesso*, apesar de haver ganhado relevância –pelo menos em alguns cenáculos psicanalíticos–, não formou parte das noções com que a psicanálise funcionou inicialmente. Se, pelo contrário, constituiu um dos pilares das formulações pré-analíticas, postulo que apenas ganhou lugar central –apesar de não haver sido com esse nome– depois de *Más allá del principio del placer* (Freud, 1920/1979c).

I. A ideia de *excesso*: um elemento central nas formulações pré-analíticas

No decorrer dos tratamentos que Freud realizou na década de 90, as pacientes evocavam experiências de sedução sexual que iam desde insinuações verbais a ataques sexuais que provocavam espanto.

* Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

O “caráter bestial” dos sintomas derivava das perversões de adultos sedutores que inoculavam uma sexualidade em uma criança sem “sexualidade infantil” própria. Ganhava forma de teoria, então, “a cena de sedução” (Freud, 1896/1997a, 1896/1997b).

A cena de sedução implicava, para a concepção que Freud possuía nessa época, um excesso que introduzia um adulto em uma criança que “naturalmente não tem apetências e/ou desejos sexuais”.

II. Os inícios da psicanálise: não é um excesso do outro, é a pulsão no seio da sexualidade infantil!

Em 1897, ao questionar a inibição que sentia para visitar Roma –que, à luz das suas associações, era um substituto simbólico da mãe ou do corpo da mãe–, duvidou do caráter determinante dos excessos da cena de sedução e da compreensão, pelo contrário, dessa inibição como o epifenômeno de um conflito com que se confrontava moralmente.

Essa mudança de olhar está expressa na carta (nº 69) que Freud (1897/1985) escreve a Fliess em 21 de setembro de 1897. Nela conta sua desilusão por não encontrar uma verdade material nos relatos de seus pacientes: “Não acredito mais em minha neurótica”. Quando Freud escreve essa carta para seu amigo Fliess, descobre a *realidade psíquica*. A importância da veracidade das lembranças de sedução começava a diminuir na medida em que reconhecia que a repressão agia sobre a lembrança de impulsos derivados das “fantasias”, e que a ficção era mais importante na produção dos sintomas que os fatos.

III. A realidade psíquica

A descoberta da *realidade psíquica* é um momento de enorme importância na história da psicanálise, na medida em que constitui o ponto de partida para a compreensão da determinação inconsciente do sofrimento e do pensar humano.

Esse ponto de inflexão, dado pelo privilégio da realidade psíquica, implicou um detrimento das determinações históricas ou sociais e do papel do excesso na escuta de Freud. É em virtude desse paradigma que Freud confronta seus pacientes não com os excessos padecidos, exercidos por outros, mas sim com a própria responsabilidade no que ocorre com eles.

IV. A primazia do conflito na primeira tópica e o relativo desaparecimento da noção de excesso

Freud havia descoberto, ao analisar os sonhos, *um sujeito sempre em conflito consigo mesmo*. Nesse sujeito era especialmente importante o desejo, cujo motor era a pulsão. O desejo se confrontava com proibições. *O sonho era o produto de um sujeito, imerso no inconsciente, capaz de interiorizar proibições*.

Propôs então uma generalização genial: o conflito entre desejo e proibição também subjazia o sintoma neurótico, a piada, os atos e

esquecimentos da psicopatologia da vida cotidiana. Todos tinham uma estrutura similar à do sonho: eram transações entre a realização do desejo e a censura. Isso se refletiu no seu trabalho clínico: mostrou-o em sua análise de Ida Bauer (*Dora*) (Freud, 1901/1979a). Nessa análise, além do mais, introduziu a noção de *transferência*, que em sua opinião tinha uma estrutura similar à das outras formações do inconsciente. No epílogo desse texto definiu a transferência como a repetição de protótipos infantis, vividos com um forte sentimento de atualidade dentro da relação analítica.

A partir dessas bases clínicas, construiu o edifício teórico com que atacou a neurose.

Um mérito dessa andaimaria –que tinha como principal apoio a introdução da noção do *inconsciente*, junto da descrição das suas leis peculiares de funcionamento; sua particular lógica– é que, a partir dela, foram interpretados ou decifrados fenômenos que não eram visíveis ou observáveis pelos órgãos dos sentidos; formações que, até esse momento, eram consideradas modos incompreensíveis, equivocados ou aberrantes de pensar, inclusive sem sentido, como os sonhos, os atos falhos, os erros, os *lapsus* e, mais tarde, a transferência. Conceber a existência do inconsciente, então, apesar de anunciar um sujeito dividido, como contrapartida ampliou a racionalidade, tornou essas coisas *racionais: tinham uma razão de ser*, não eram ininteligíveis, e sim apenas conflituosas com o habitual modo de pensar.

V. O excesso do inconsciente com relação ao que pode ser expresso através do verbal: “o verbal: uma retranscrição e ao mesmo tempo um modo incompleto de expressão do inconsciente”

Freud, na primeira tópica, junto da suposição do inconsciente, concebia o psíquico como resultado de uma estratificação sucessiva. Postulava dentro dessa estratificação que a *manifestação verbal das representações inconscientes* –a enunciação consciente do psíquico–, ou seja, *o verbal, era uma retranscrição e ao mesmo tempo um modo incompleto de expressão do inconsciente*, e isso não só por conta do caráter reprimido dos desejos (Freud, 1985).

Havia, pois, para ele, uma insuficiência da linguagem para testemunhar os significados inconscientes; era a linguagem, então, uma retranscrição insuficiente.

VI. Reaparecimento do papel central do excesso na teoria psicanalítica: a noção de excesso na segunda tópica

Essa insuficiência do verbal para expressar a realização de desejos inconscientes ganha indícios ainda mais perturbadores depois de que Freud (1919/1979b, 1920/1979c, 1924/1979d) percebe –sua clínica lhe indica– que o “aparelho psíquico” concebido por ele, que tinha por função a realização de desejos através do verbal, não só proporcionava uma expressão insuficiente senão que, além disso, não

Lagache (1951/1975), que diz que a transferência que se torna presente na situação analítica não trata apenas da *repetição de uma necessidade*, mas *sim também da necessidade de repetir*; de repetir para tentar que algo sem representação possa adquiri-la.

VII. O ego e o excesso. O ego escreve a história de uma carência ou a carência de uma história?

“O que nos faltou para que a utopia vencesse a realidade? O que derrotou a utopia? Por que, com a suficiência pedante dos convertidos, muitos dos quais estiveram do nosso lado, traíram a utopia? Escrevo sobre causas ou escrevo sobre efeitos? Escrevo sobre efeitos e não descrevo causas? Escrevo sobre causas e não descrevo efeitos?”

Escrevo a história de uma carência, não a carência de uma história”.

ANDRÉS RIVERA, 1993, p. 84

Para abordar a questão do excesso e do ego necessito definir com qual noção de *ego* vou trabalhar. O que um psicanalista considera o *ego* não é um problema menor. Para estabelecer como meu texto deve ser entendido necessito dizer que continuo nesse ponto o que foi estabelecido por Freud em “O ego e o id”, e então mantenho a duplicidade –como fez Freud (1923)– entre o ego como centro de funções e o ego como resíduo identificatório. Por isso não uso como noções separadas a do *ego* e a de *si mesmo* (*self*, na literatura anglo-saxã). Nessa noção de *ego* incluo tanto as funções adaptativas (a proposta pela *ego psychology*) como a de uma representação de si mesmo, que por seu inevitável caráter grandiloquente nos condena ao desconhecimento das nossas falências e insuficiências (que Lacan privilegia). No interior dessa duplicidade, compreendo a psicopatologia.

Dito isso, proponho as seguintes perguntas: por que o ego sofre de carências? Por que o que tem que tramitar é para ele sempre um excesso?

Para o ego tudo costuma ser vivenciado como um excesso porque nasceu –no processo de humanização– com um *pecado original*, um irremediável desejo de autossuficiência, e como tem esse pecado em sua origem terá que lidar com um sistema de referência, com eixos axiológicos, frente aos quais será sempre insuficiente. A partir de Freud (1914/1979e), a psicanálise deu generosas provas de que o ego humano aspira a se conceber como onisciente, onipotente, autossuficiente, e que sofre quando essas aspirações não se cumprem. Freud nos ensinou como o ego se constitui, unifica-se, em torno da ilusão de completude e da utópica ilusão de um ego sem carências.

O ego iludido em sua constituição com sua autossuficiência desmente sua inicial *inermidade* construindo uma história das suas desventuras como danos que lhe foram ocasionados por outros.

Sabemos das desventuras do ego por não poder sustentar essa ilusória autossuficiência e como odeia o objeto de que necessita, enquanto mostra sua insuficiência, sua carência. Essa carência é necessariamente vivenciada como um excesso. Boa parte da tarefa do ego é tramitar esse excesso. Diversos autores, especialmente Winnicott e Bion, pensaram que é central a elaboração, modulação ou significação –segundo o caso– da separação, descontinuidade ou desilusão que necessariamente se instala dentro do ego, entre o ego e o ideal, ou entre o ego e o *outro*.

O ego na sua relação com o ideal fica para sempre subordinado a uma meta que não se cumpre. Por um lado, ao se medir com o *ideal do ego*, é impossível para ele coincidir, unificar-se e também é impossível *unificar* o ego com o ideal.

O ego se sente habitualmente confrontado com a impossibilidade de alcançar a perfeição do ideal. Nessa confrontação confirma a experiência do que perdeu o ego ao deixar de ser “sua majestade o bebê”, paradoxalmente sem nunca tê-la possuído antes e sem jamais poder tê-la depois. Se pudesse consumir essa unificação, recuperaria sua ilusão de unidade com o ego ideal perdido, apesar de que essa unificação o enlouqueceria, o que na clínica denominamos *mania*.

Os processos de simbolização têm como ponto de partida a contenção do afeto do que é vivido como excesso, que emerge da realização negativa. Um capítulo importante na construção da realidade psíquica é o processamento da emoção –que acentua o matiz negativo– que subjaz à ilusão daquilo que está vinculado com a estranheza, o não compartilhável ou o que não podemos incluir em uma causalidade. A modulação emocional do negativo aparece então como central no momento de estudar a construção da realidade psíquica.

VIII. As vivências do ego frente ao excesso: a vergonha e a humilhação

O ego, por sua conformação, é uma *alma bela desventurada*. Os limites do que o ego pode conceber dependem de quanto pode tolerar o desagrado e a angústia que implica colocar em juízo sua onisciência ou a “alma bela” (Hegel, 1807/1992) que crê ser.

Dentro do que produz o excesso no ego e daquilo que, por seu excesso, coloca em questão essa *alma bela* que pretende ser o ego, privilegiarei, tendo em vista este texto, dois sentimentos: a vergonha e a humilhação. Para fazê-lo, usarei conceitualizações que fiz em *Shame and humiliation* (Bigliani, Mogueillansky & Sluzki, 2013).

A vergonha não produz no ego alterações da ordem do ser. A vergonha é a penosa emoção que resulta da tomada de consciência da inadequação do ego frente ao ideal. Essa inadequação se deve ao fato de que o ego tem atributos que não gostaria de *ter* como resultado de desejos significados como indevidos por parte do sistema de ideais. A vergonha é então uma sensação dolorosa que tem o ego como resultado de ter *desejos inaceitáveis* a partir da perspectiva do

seu ideal, de ter feito alguma coisa que prejudica sua reputação ou de ter exposto algo que deseja ocultar. A vergonha é pois o resultado de uma forte aversão do ego por si próprio ou pelas suas ações ou desejos e aumenta quando há risco de que a inadequação do ego se torne pública.

A vergonha abarca uma gama de estados emocionais: a desonra, a ignomínia, o vexame, a vergonha pública, como consequência de abusos; o estado de desgraça como consequência de condutas detestáveis.

A tentativa de trabalhar para a realização de desejos inconscientes que envergonham o ego pode dar origem a sintomas, ou ao fato de que o ego desenvolva inibições para não se ver exposto a que esses desejos vergonhosos se realizem.

A humilhação se refere, pelo contrário, a um estado de desgraça ou de perda de respeito por si próprio dado por uma ferida que machucou o ego; especificamente, uma ferida narcísica.

Por ferida narcísica, me refiro a uma afronta que o ego não pode processar sob o regime do princípio do prazer. Como mencionei anteriormente, quando o ego pode reprimir o que o desagrada, o resultado pode ser um sintoma neurótico. A ferida narcísica, pelo contrário, sacode o ego não na ordem do *ter*, mas sim na ordem do *ser*.

Uma das afrontas mais insuportáveis para o ego –afronta que o sacode em seu ser– é sentir-se coisificado. O sentimento que costuma emergir no ego quando o sujeito é tratado como um objeto é a humilhação. Nesse sentido, na humilhação costuma desempenhar um papel central outra pessoa que feriu o orgulho, que fez com que sentisse seu próprio poder, contra a qual o ego não pôde exercer resposta.

Redundando, na humilhação entra em jogo não só uma distância dolorosa com o ideal –como acontece na vergonha– senão que, além disso, essa dor machuca o ego e questiona seu ser; a humilhação coloca em jogo o status ontológico do ego. A resposta que costuma desenvolver o ego diante de uma afirmação de poder de outra pessoa –situação vivida como uma tentativa por parte do outro de se apropriar do seu ego– é a identificação heróica.

A partir da identificação heróica trata-se de inverter essa tentativa aniquilando quem o humilhou ou a si mesmo, por conta da sensação insuportável resultante de conviver consigo mesmo humilhado.

IX. Uma realidade excessiva!

Como concebo a realidade?

Ao dizer *realidade* não me refiro ao conhecimento objetivo dela. A realidade com que os psicanalistas lidamos é essa que é produto *da atividade de alguém tal qual esse alguém a realiza. Assim, é o resultado do próprio conhecimento da mente viva.*

Penso nessa linha, da mesma forma que Green, de que “o mundo interior, tal como é –e, mais ainda, *tal como foi construído*–, foi erigido também graças ao conhecimento da realidade exterior, que portanto é integrante dele mesmo” e também que “o conhecimento

da realidade exterior (...) passa por rodear a realidade interior” (Green, 1991/1993).

Proponho então que a realidade é uma construção do ego. O ego é um produtor de teorias que constroem e delimitam a realidade.

Os limites da realidade que o ego pode conceber dependem de quanto pode tolerar o desagrado e a angústia implicados no fato de colocar em juízo sua onisciência ou a “alma bela” que acredita ser.

O ego tende –nas construções que realiza– à conservação do idêntico, na medida em que desse modo preserva sua identidade. Isso entra em relação com uma função específica do ego: “Possibilitar uma conjugação do tempo futuro, compatível com a de um tempo passado. (...) O ego abre-se para um primeiro acesso ao futuro devido à possibilidade que tem de projetar nele o encontro com um estado e um ser passado” (Aulagnier, 1975/1977). No entanto, para não cair em um tempo circular, o futuro não pode coincidir com a imagem que o sujeito forja para si sobre ele em seu presente. Entre o ego futuro e o ego atual deve persistir uma diferença.

A conservação dessa diferença depende dessa tolerância sobre a qual falei acima e permite não pagar o preço daquilo que a psique tende “por natureza”: a fugir da mudança. Esse modo de pensar inclui a crença em um determinismo causal absoluto.

Atlan (1990), frente a isso, propõe que admitir um determinismo causal absoluto de tudo o que acontece no universo, postulando que todo fenômeno pode ser previsto –seja de fato, a partir de leis causais que conhecemos, ou seja de direito, a partir de determinações ocultas–, implica negar ao novo a possibilidade de existir.

X. Um aparelho psíquico insuficiente, uma pulsão excessiva, alguns ideais excessivos, uma realidade excessiva!

O reverso do excesso é a insuficiência do aparelho psíquico para processá-lo.

O que chamamos de *excesso* é o que parece excessivo para ser metabolizado, representado, elaborado, tramitado, historizado pelo aparelho regido pelo princípio do prazer.

A pulsão é sempre excessiva com relação ao aparelho. É excessiva porque, junto ao trabalho que lhe impõe para cumprir o desejo, sempre tem que lidar com o que Piera Aulagnier (1975/1977) conceitualizou como o “desejo de não desejo”.

Por outra vertente, o ideal é excessivo pela aspiração, que habitualmente reina no nosso pensar, quanto a chegar a uma harmonia final, chegar “à felicidade” concebida como um estado sem conflito.

Isso foi descrito por George Steiner (1974/2001) em suas conferências sobre a nostalgia do absoluto, pilar sobre o qual propõe que se sustentam os fundamentalismos, que, em sua análise, condicionam nosso pensar contemporâneo. George Steiner sugere que, em certo uso que foi feito deles, a filosofia política de Marx, a psicanálise de Freud e a antropologia de Levi-Strauss –sem esquecer a astrologia, o

ocultismo e os cultos orientais– funcionaram no imaginário social como mitologias substitutivas das religiões tradicionais e tentou-se, com elas, dar uma resposta universal à crise de sentido que afeta o homem moderno.

Essa “nostalgia do absoluto” é o rosto visível de um discurso que costuma estar presente no imaginário social e no nosso modo de pensar: o anseio por harmonia.

Esse desejo foi teorizado por Cornelius Castoriadis (1975) em *La institución imaginaria de la sociedad*, onde nos ensina como a lógica identitária está subjacente no estabelecido no imaginário social. Essa lógica identitária, que tenta fundamentar o anseio por harmonia, também foi lucidamente discutida por, entre outros, Chantal Mouffe (2005/2007) em *En torno a lo político*, que diz ser “impossível erradicar a dimensão conflitiva da vida social”, ou por John Gray (2007/2008) em seu texto *Misa negra: La religión apocalíptica y la muerte de la utopía*, onde defende que as ideologias laicas mais influentes do período contemporâneo foram forjadas com o molde da religião reprimida, de onde surgiram convertidas em versões do mito do apocalipse: a crença em um acontecimento que mudará o mundo e colocará fim à história e a todos os seus conflitos.

Essa nostalgia do absoluto costuma nos levar, por efeito de nossa preguiça para pensar –e acrescentaria que também por limitações do nosso pensar–, a nos precipitarmos no discurso da manada, um discurso cinza no qual não entram diversidades, dúvidas nem incertezas.

No entanto, as limitações do nosso pensar não se devem a uma mera e eventualmente evitável inabilidade para captar o mundo.

Uma versão dessa insuficiência de estrutura, que faz com que seja excessivo o que quer que seja que tenhamos de pensar, foi muito bem descrita, na minha opinião, em uma conferência dada por Slavoj Žižek há alguns anos na APdeBA¹. Nessa ocasião, Slavoj Žižek propunha que nossa mente concebe o espaço e vê o mundo em categorias que correspondem à geometria euclidiana e que nos custa representar com outras categorias. Žižek completava sua proposta dando como exemplo que o espaço curvo surgido da teoria generalizada da relatividade de Albert Einstein, apesar de poder ser descrito através de equações, não pode ser imaginado. Žižek esclarecia que a impossibilidade de imaginar o espaço curvo não se deve à simples razão de que talvez não compreendamos intelectualmente as proposições de Einstein: Žižek sublinhava que não se tratava de uma falta de sagacidade, e sim de que a mente humana não pode imaginar um espaço não euclidiano; entre outros, um espaço curvo.

Por sua perspectiva, Slavoj Žižek insistia que costumamos definir como traumático, excessivo, o que não se adequa à nossa limitada forma de conceber o mundo a partir de um espaço euclidiano.

1. As referências utilizadas sobre a conferência dada por Žižek em 2005 na APdeBA partem das recordações do autor e não da sua transcrição, razão pela qual necessariamente estão adulteradas.

Incorporando o olhar de Slavoj Zizek, poderíamos dizer então que é traumático o que não podemos abarcar com nossas limitadas possibilidades de pensar; o que não se adéqua para ser imaginado em um espaço euclidiano. É traumático porque o não euclidiano faz com que nossa restrita mente vacile; frente ao não euclidiano vacila a crença de que com nossa mente podemos abarcar o “absoluto”.

Retomando, sugiro que é possível concluir, junto a Slavoj Zizek e por essa acepção, que o que definimos como *trauma* restabelece uma ordem, na medida em que situa o que não podemos imaginar como estranho (no sentido do *unheimlich* freudiano). Ordem é o que nossa mente pode admitir, e através da noção de *trauma* situamos o que é alheio ou o que é estranho à ordem imposta ao mundo pelo nosso pensar.

A insuficiência do nosso pensar acontece por razões de estrutura, não conjunturais: o mundo é mais complexo do que podemos pensar sobre ele.

**XI. O defeito do excesso se torna uma virtude.
A necessidade de uma “violência instituinte” do *outro*
para nos humanizar**

Nos últimos tempos a “cena de sedução” foi reconsiderada e a ela foi dado inclusive um papel estruturador.

Laplanche fez uma contribuição interessante para a questão da constituição do sujeito humano com sua teoria da “sedução generalizada”, que reconsidera a “pré-analítica cena de sedução”².

Segundo Laplanche, a sexualidade é introduzida pela mãe através dos cuidados corporais. Inclusive afirma que não podemos ignorar, já desde o começo da relação mãe-bebê, o papel do peito que, além de ser o órgão da lactância, transmite o investimento sexual inconsciente.

Laplanche, na conceitualização da teoria da “sedução generalizada”, segue Ferenczi quando opina que os adultos impõem sua vontade às crianças pela força e que lhes impõem particularmente seus conteúdos desagradáveis.

No entanto, Laplanche indica que “é aqui então, precisamente, onde é necessário ir mais longe do que Ferenczi”, porque segundo Laplanche o autor húngaro não dá o passo de levar em consideração o caráter traumatizante do que Laplanche chama de *linguagem da paixão* (a linguagem do adulto).

Para Laplanche, a linguagem é sempre traumatizante, dado que veicula um sentido ignorado, um conteúdo sexual inconsciente dos pais. Humanizar-se para Laplanche implica ser banhado por essa linguagem, ser traumatizado por essa linguagem. Os pais, ao falar com seu filho, inevitavelmente transmitem não só as potencialidades

2. Essa teoria foi apresentada por J. Laplanche a partir de 1986 em um artigo publicado pela revista de psicanálise *Études Freudiennes* (nº 27, março de 1986).

polissêmicas de uma linguagem em geral, mas também aquilo reprimido em seu próprio inconsciente individual (Laplanche, 1979-1980/1990).

A ênfase de Laplanche nessa imposição que os adultos fazem às crianças –a teoria da sedução generalizada– afirma a origem exógena e não biológica-endógena da psicosexualidade humana. Propõe, então, que a psicosexualidade é implantada, imposta, pelo adulto ao proporcionar ao *infans* os cuidados de autoconservação.

Segundo esse autor, a primazia absoluta do *outro* adulto para a constituição do aparelho psíquico encontra antecedentes na teoria da sedução traumática que Freud elaborou durante os primeiros anos do seu trabalho, entre 1895 e 1897.

Com o termo “sedução originária”, Laplanche abre a entrada para o *outro* e lhe concede um papel que dá as marcas do psiquismo: “Qualificamos essa situação fundamental em que o adulto propõe à criança significantes tanto não verbais como verbais, até mesmo comportamentais, impregnados de significações sexuais inconscientes, significantes enigmáticos” (Laplanche 1979-1980/1990).

A sedução, então, como teoria generalizada e já não restrita ao episódio real vivido na relação com a genitalidade, encontra um novo movimento no interior da psicanálise, que se abre sobre as grandes questões da constituição do psiquismo: o caráter fundador do inconsciente do *outro*.

Outra contribuição central sobre o papel estruturador do *outro* é a de Piera Aulagnier. Essa autora propõe que a mãe, ao antecipar em seu discurso ao *infans*, *oferece significação*. Essa oferta antecipada ocupa um lugar central quando a atividade psíquica do *infans* se encontra ao nascer com as produções psíquicas da psique materna, e a partir desse encontro –que Piera Aulagnier caracterizará como *violento*– são geradas condições de possibilidade para que o *infans* forme uma representação de si próprio. Sem esse “excesso” não nos humanizamos.

À imposição que a mãe faz das suas significações à psique do *infans* a autora denomina *violência primária*.

A mãe, nessa oferta, emite uma resposta ao que presume que necessita o *infans*. Essa pré-resposta constitui a ilustração paradigmática da definição de *violência primária*.

Essa violência determina a imbricação de três registros: o da necessidade, o do desejo e o da demanda, e ao fazê-lo permite que a necessidade, o desejo e a demanda se apresentem sob a aparência do demandado e do esperado pelo *infans*. Fica velada desse modo a violência primária. O sucesso da imbricação é o que justamente permite à mãe e ao *infans* desconhecer a presença e a operação da violência primária.

O par parental –a mãe, inicialmente–, mediante seu discurso, é porta-voz do discurso do meio cultural.

O enxofre, a fogueira, a grelha... Que brincadeira! Nada de grelha. O inferno... *O inferno são os outros!*

JEAN-PAUL SARTRE (1944/2001)³

Enfatizei em outro lugar (Moguillansky, 1998) como, a partir do nosso ego, construímos uma realidade em que o *outro* rompe com a sua presença a crença antecipada que temos sobre ele, e temos que realizar um trabalho emocional que implica conceber essa ruptura como alienamento e, como tal, incorporá-la à nossa realidade psíquica.

Isso implica um processo de desconstrução que traz consigo uma desidentificação.

Uma das fontes privilegiadas do que não podemos conhecer é o *outro* com que nos vinculamos, enquanto não totalmente antecipável, não assimilável, não compartilhável.

Em outros textos (Moguillansky 2003, 2004) me referi a uma categoria do traumático que –cobrindo a dimensão traumática do impossível, do que não podemos pensar como possível– costumamos definir como *o imundo*. Essa dimensão do impensável englobada pelo imundo é o que os autores de gênero nomearam como *a alteridade*: o que não é deste mundo, o que não é possível neste mundo. Os autores de gênero se referem com *alteridade* ao rechaçado, ao rejeitado pelo conjunto, ou por um *o que não deve ser, ou inclusive o que não é!*; esse *outro* –a rigor deveríamos dizer *essa alteridade*– que é definido como o que não é parte de um ou *do conjunto*. Uma consequência dessa delimitação é que os sujeitos que são parte dessa *alteridade* costumam ser tratados, pelos que estão incluídos *no conjunto*, não como outros sujeitos, mas sim como seres que estão *por fora do mundo*: são *imundos*. É central nesse ponto a contribuição de Lévinas, que teorizou *aquilo diante do qual “não posso poder”*, de onde surge a possibilidade latente, mas efetiva das operações apreensivas de parte do sujeito do outro que é o *extermínio* do outro. A *alteridade* seria precisamente o que não posso. Nesse sentido, incluem-se no que é definido como *alteridade* não só o rejeitado mas também o impossível, o que não pode ser pensado por conta da impossibilidade que há para pensá-lo, apesar de essa impossibilidade ser coberta pela piedosa pátina do rechaçado.

É impossível construir um saber sobre o *outro* que o abarque totalmente. Apesar de estar presente, em algum ponto é inapreensível, e essa experiência, pelo menos no seu início, suscita um sentimento de estranhamento.

Mas não só nos parece estranho o inapreensível que por sua natureza é o *outro*, enquanto é outro. Além dessa dificuldade que aparece –porque o que percebemos nele é diferente do que somos–, soma-se um novo vértice para senti-lo estranho, se ele encarnar o

3. Tradução de Guilherme de Almeida para a obra *Entre quatro paredes*.

que uma determinada cultura não considerar como próprio de si mesma. Isso se acentua se esse *outro* contar com atributos que a cultura expulsou, que repudiou do seu seio.

XIV. O excesso das teorias quando pretendem ser algo mais que “construções”

–Onde está minha ciência? Fui teimoso, persegui um simulacro de ordem, quando devia saber que não existe ordem no universo.

–Mas, no entanto, imaginando ordens falsas você encontrou algo...

–Obrigado, Adso, você disse algo muito belo. A ordem que nossa mente imagina é como uma rede, ou uma escada construída para chegar até alguma coisa. Mas depois é necessário jogar a escada fora, porque descobre-se que, apesar de ela ter servido, não tinha sentido.

UMBERTO ECO (1980/1982)

Sugiro que há um excesso no campo teórico quando uma posição constrói seu campo discursivo e considera, de forma mais ou menos explícita, que seu enfoque é a verdadeira psicanálise, sem levar em conta, senão que de modo fragmentário, as posições divergentes. Quando uma teoria pretende ser algo mais do que uma “construção”, perde-se a dimensão da qual nos fala Eco através do seu personagem Guilherme, quando responde a Adso que as teorias são apenas redes ou escadas.

XV. Os excessos da noção de *excesso*

A noção mais canônica sobre a qual se teorizou a ideia de *excesso* é a de “acontecimento”.

O acontecimento como noção foi introduzido por Alain Badiou (1989/1990). Badiou parte do pressuposto de que discernimos conceitos singulares de uma multiplicidade indiscernível. Então, segundo Badiou, “a verdade faz buraco no saber”. Não há para Badiou “saber da verdade, mas sim somente produção de verdades”: “os acontecimentos possuem denominações suspendidas ou precárias”.

Badiou continua dizendo que, se a tentativa de significar é feita através da fantasia, realiza-se somente a partir de combinações inconscientes –uma atividade recombinação– de coisas vividas ou ouvidas, e então o novo não existe em absoluto.

Para que o novo ganhe lugar na mente ou no vínculo é necessário haver uma mudança de significado, e não só uma ampliação do significado que estava predeterminado ou em estado latente.

O que chama de *acontecimento* é resultado do que não cabe na representação nesse momento e que deverá fazer uma operação

agregada, que é descrita como suplementação e que muda o significado até esse momento.

Nessa linha, a noção de *acontecimento* questiona a noção de *repetição*, pelo menos em sua versão mais canônica.

O acontecimento organiza uma cena em que se produz um efeito de bifurcação. Entre bifurcação e bifurcação, produz-se uma “calmaria” onde prevalecem as leis deterministas, mas antes e depois desses pontos críticos reina o acaso. Apenas por retrocesso é possível compreender o processo; durante o seu transcurso há somente incerteza. O novo não aparece como resultado de um processo de junção de novas identificações, mas sim como resultado da emergência de “sucessos”.

Assim, quem participa do papel determinante do “acontecimento” propõe que deveríamos falar da construção de um passado, e não da reconstrução do passado, já que a construção gera significados, mas não permite conhecê-los; tem sentido e eficácia, mas não provê um conhecimento da realidade psíquica com a conotação de alcançar uma realidade material. Discute desse modo o determinismo exercido pela repressão da sexualidade infantil na nossa conduta, pensar e sentir na vida adulta. A insistência no papel do novo, do acontecimento, do não previsível, da prevalência do fazer sobre o repetir faz um questionamento radical de todo determinismo ou causalidade e enfatiza a produção de diferenças entre os indivíduos no seio do vínculo e com o espaço social.

Nessa linha, acentua-se que a complexidade do mundo social, o pertencimento social e as subjetividades que vão sendo criadas determinam espaços heterólogos que não se articulam de forma harmoniosa; que nas relações entre duas ou mais pessoas há uma impossibilidade de determinar tanto o destino da relação como o comportamento dos sujeitos a partir de uma determinação psíquica.

Com a proposição de que há uma impossibilidade de explicar o comportamento dos sujeitos a partir de uma determinação psíquica, o que querem colocar em discussão é qualquer ideia de *repetição*.

Pela perspectiva que postulam, é também impossível determinar o modo de se constituir a subjetividade no espaço psíquico de cada um a partir do que acontece no do *outro*. É também impossível determinar a partir da constituição subjetiva dos sujeitos como vai se produzir o encontro entre eles e como será a relação. Assim, distanciam-se da noção de *repetição* e de *determinismo psíquico freudiano*. Enfatizam, pelo contrário, na vida vincular, a impossibilidade de entrar em contato com a alienação do *outro*. Para isso criticam a ideia de que no encontro entre o ego e o *outro* se ative um juízo de atribuição e um juízo de existência e propõem pelo contrário que no encontro entre duas alteridades se produz algo não redutível à identificação. Criticam nessa linha toda formulação que ponha em jogo a representação e enfatizam o que produz a presença. Desse modo, tomam partido das diferenças que se produzem no aqui e agora (*hic et*

nunc), por conta do novo que se gera no encontro, afirmando que toda referência a um reencontro é defensiva diante desse novo que acontece.

Essas propostas que enfatizam “o excesso”, aquilo para o qual não temos experiências prévias para processar, trouxeram uma interessante reflexão sobre o papel do novo e dos excessos que foram cometidos com concepções baseadas em determinismos lineares.

Creio, no entanto, que nessa tentativa correm o risco, o excesso, de tornar excessiva a noção de *excesso* e, então, de perder o papel do determinismo inconsciente e da repetição.

Resumo

Este texto tenta elucidar a noção de excesso; o que tenta explicar e que excesso pode implicar o uso excessivo dessa noção.

Surge para explicar o estranho e outros fenômenos clínicos que não podiam ser compreendidos como uma realização de desejos; não podiam ser considerados como realizações de desejos infantis reprimidos: como “retorno do reprimido”.

O excesso foi teorizado, sobretudo, com o background da teoria do “acontecimento”.

A partir da teoria do acontecimento é discutido o determinismo exercido pela repressão da sexualidade infantil, e coloca-se ênfase, pelo contrário, no papel do novo, do não previsível.

O acontecimento “é excesso”. Não temos experiências prévias para processá-lo.

A noção de excesso trouxe uma reflexão interessante sobre o papel do novo e dos excessos que foram cometidos com concepções que se apóiam em determinismos lineares.

No entanto, neste texto postula-se que um uso excessivo da noção de excesso tem o perigo de perder para a psicanálise as noções de determinismo inconsciente e de repetição.

Palavras-chave: Excesso; Acontecimento; Estranho; Determinismo; Repetição; Compulsão de repetição.

Abstract

This paper intends to clarify “the notion of excess”. It refers to what this notion intends to explain and also refers to the excess which might be implied in an excessive use of the notion.

It emerged in order to explain the “Uncanny” and other clinical phenomena that could not be understood as being wishes and could not be considered as having been repressed by infantile neurosis.

Excess has mostly been theorized with the background of the “theory of the event”. This theory discusses determinism caused because of the repression of infantile sexuality and emphasizes the “role” of what is new and cannot be foreseen.

Event is excess. We have no previous experiences in order to process it. The “notion of excess” has brought an interesting reflection about

the “role” of what is new and about the excess due to conceptions based on lineal determinism. However, this paper holds that an excessive use of the notion of excess has the risk of losing the notions of unconscious determinism and repetition in the Psychoanalytic Theory.

Keywords: Excess; Happening; Ominous; Determinism; Repetition; Repetition compulsion.

Referências

- Atlan, H. (1990). *Postulats metaphisiques et métodos de recherche en la Querelle du determinisme*. Paris: Gallimard.
- Aulagnier, P. (1977). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1975).
- Badiou, A. (1990) *Manifiesto por la filosofía*. Madrid: Cátedra. (Trabalho original publicado em 1989).
- Bateson, G. (1991). Metálogo: ¿Por qué los franceses...?. In Bateson, G., *Pasos a una ecología de la mente*. Buenos Aires: Planeta-Carlos Lohle. (Trabalho original publicado em 1951).
- Bigliani, G., Mogueillansky, R. & Sluzki, C. (2013). *Shame and humiliation. A dialogue between a psychoanalytic and systemic approaches*. London: IPA/Karnac.
- Castoriadis, C. (1975). *La institución imaginaria de la sociedad*. Buenos Aires: Tusquets.
- Eco, U. (1982). *El nombre de la rosa*. Barcelona: Lumen. (Trabalho original publicado em 1980).
- Freud, S. (1979a). Fragmento de análisis de un caso de histeria. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 7). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (1979b). Lo ominoso. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 17). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (1979c). Más allá del principio del placer. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 18). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1979d). El problema económico del masoquismo. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 19). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1979e). Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico. In Freud, S. *Obras completas* (Vol. 14). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1985). *Cartas a Flieiss (1887-1904)*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S., (1997a). La herencia y la etiología de las neurosis. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 3). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S., (1997b). Nuevas puntualizaciones sobre la neuropsicosis de defensa. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 3). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1896).
- Gray, J. (2008). *Misa negra: La religión apocalíptica y la muerte de la utopía*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 2007).
- Green, A. (1993). Desconocimiento del inconsciente. In *El inconsciente y la ciencia*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1991).
- Lagache, D. (1975). *Le problem du transfert*, XIV Conferencia de Psicoanalistas de la Lengua Francesa – La teoría de la transferencia. Buenos Aires: Nueva Visión. (Trabalho original publicado em 1951).
- Laplanche, J. (1990). *Problemáticas V, La cubeta. Trascendencia de la transferencia*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1979-1980).
- Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenología del espíritu*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1807).
- Mogueillansky, R. (1998). Apresentação em mesa-redonda, convocado pela Secretaria Científica da APDeBA, sobre “vínculo e relação de objeto”.

-
- Moguillansky, R. (2003). *Pensamiento único y diálogo cotidiano*. Buenos Aires: El Zorzal.
-
- Moguillansky, R. (2004). *Nostalgia del absoluto, extrañeza y perplejidad*. Buenos Aires: El Zorzal.
-
- Mouffe, C. (2007). *En torno a lo político*. México: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 2005).
-
- Rivera, A. (1993). *La revolución es un sueño eterno*. Buenos Aires: Alfaguara.
-
- Sartre, J.P. (2001). *A puerta cerrada* (A. Sastre, Trad.). Buenos Aires: Losada. (Trabalho original publicado em 1944. Título original: Huis clos).
-
- Steiner, G. (2001). *Nostalgia del absoluto*. Madrid: Siruela. (Trabalho original publicado em 1974).
-
- Woolf, V. (1992). *Momentos de vida*. Barcelona: Lumen.

Excessos: As formas atuais do mal-estar

Introdução

Desenvolverei a questão do **excesso** com relação aos efeitos do discurso contemporâneo, como uma manifestação acentuada na subjetividade da época, propondo uma reflexão sobre o estatuto do inconsciente e as consequências clínicas a partir dos últimos ensinamentos de Lacan.

Essa última vertente nos leva ao tema das novas manifestações sintomáticas que aumentaram na atualidade. Contextualizar a psicanálise implica situar a subjetividade da época.

A psicanálise enfrenta **novas coordenadas do mal-estar** na cultura, onde as atuais formas de segregação e o avanço da tecnologia e da globalização acentuam a **queda do *outro* como ideal regulador**. O mal da época é que **o gozo se torna ideal**; o superego opera como imperativo do gozo não ligado ao ideal regulador. **O imperativo do gozo substitui a lei do desejo e o excesso se impõe sem freios**. O sofrimento adquire no nosso tempo um aumento de formas de resposta subjetiva com uma modalidade de gozo que **resiste ao comércio associativo**.

Os analistas nos encontramos com um novo desafio para a psicanálise frente ao aumento de apresentações clínicas que não podemos situar como neuroses de transferência. Para além da diferença entre sintomatologias, une-as um denominador comum: a carência de **representação psíquica**. O conflito psíquico se desdobra com a manifestação de fenômenos não expressados como formações do inconsciente.

Frente a elas, é necessário lançar mão de recursos e estratégias que permitam diminuir as cenas no real, para possibilitar a passagem do que *se insiste em mostrar* para o que *se insiste em dizer*. A questão crucial é como conseguir que essas manifestações clínicas possam se expressar através da palavra.

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

regulação dos vínculos recíprocos entre os homens (...)” (Freud, 1930/1986, p. 88).

“Se essa tentativa não fosse feita, esses laços ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e moções pulsionais (...)” (Freud, 1930/1986, p. 92).

“O requisito cultural seguinte é, pois, a justiça, ou seja, a segurança de que a ordem jurídica, uma vez estabelecida, não será violada (...)” (Freud, 1930/1986, p. 94).

Depois incluirá o valor do **amor** como uma das bases da cultura. Diz Freud (1930/1986, p. 106): “(...) O amor (...) me impõe deveres para cujo cumprimento devo estar preparado e disposto a efetuar sacrifícios (...)”.

O texto *El malestar en la cultura* de Freud é vigente para abarcar os acontecimentos estruturais da cultura contemporânea, mas as novas configurações da cultura atual apresentam uma subjetividade com modos de resposta próprios das coordenadas da época.

Freud (1930/1986) argumenta que o mal-estar na cultura é o efeito das necessidades insatisfeitas combinadas com a ética do imperativo categórico do superego que impõe ao sujeito renúncia pulsional. O peso dos valores culturais implica para o sujeito estar sob a modalidade da proibição e da culpa. O conflito psíquico se apresenta entre os ideais e a pulsão.

Freud afirma que essa renúncia pulsional determina a passagem do gozo pelos desfiladeiros do inconsciente que o sujeito realiza por amor ao *outro* (ideal normativo). Então, por esse aspecto, articula o superego com o ideal do ego, e este é um ordenador simbólico relacionado –em Freud– ao lugar do pai. Diz Freud em *El yo y el ello* (1923/1992b): “(...) O ideal do ego ou superego, agência representante do nosso vínculo parental (...). O ideal do ego é, portanto, o herdeiro do complexo de Édipo (...). É fácil mostrar que o ideal do ego satisfaz todas as exigências feitas à essência superior no homem (...). Como formação substituta da falta do pai (...) seus mandatos e proibições permaneceram vigentes no ideal do ego e agora são fonte da consciência moral, da censura moral (...)” (Freud, 1923/1992b, p. 38).

Aqui, o superego se apresenta como “herdeiro do complexo de Édipo” (Freud, 1923/1992b, p. 49) em sua função protetora, como *normatização* paterna do gozo.

Freud também indica outro aspecto do superego: a faceta ilegível da lei paterna, onde afirma que o superego mantém afinidade duradoura com o id, ou seja, com o pulsional. Assim, indica em “La servidumbre del yo” (Freud, 1923/1992b) que o superego se torna particularmente severo e impiedoso, e desenvolve no ego elevadas formações reativas da consciência moral. Além disso, acrescenta que “é puro cultivo da pulsão de morte” (p. 54).

Refere-se a essa dimensão paterna que fica como resto não sim-

bolizado do pai, como um resíduo do pai da horda primitiva; é o *real do pai* desvinculado da trama edípica-simbólica, que se mostra como face gozadora e precipita o sujeito para além do princípio do prazer (Reyes, 1997).

Isso explica o paradoxo do superego, que determina que, ante cada renúncia à satisfação pulsional, se reforce a severidade do superego.

Freud qualificará essa dimensão paradoxal do superego –que, como lei insensata de imperativo, vai delimitar um modo particular de satisfação– como uma satisfação pulsional (pulsão de morte) que se encontra em termos de além do princípio do prazer e se refere a uma moral contra o bem-estar do sujeito (Freud, 1920/1992a).

O imperativo dessa voz feroz do superego testemunha a falha da função apaziguadora do pai simbólico. No entanto, ainda nessa face de imperativo insensato, o mandato superegóico fica ligado à renúncia pulsional que se encarna em outro imaginário. Apresenta-se em termos da lei paterna cruel e feroz, mas opera como existência do *outro*, como semblante do *outro proibidor*, como suplência do *outro regulador* que pede renúncia.

Na época de Freud, o gozo superegóico ficava mais ligado à **renúncia pulsional**, por submissão ao *outro proibidor*. O gozo do superego é a **própria renúncia**. Enquanto que a cultura contemporânea, marcada pelo declínio da função do *nome do pai*, é caracterizada por um **empurrão ao gozo**.

O discurso capitalista desenvolvido por Lacan nos permite pensar que, enquanto o *outro* não existe como ordenador social (senão que o *outro*, como S_1 , funciona como imperativo coordenado com o mercado), propicia um impulso ao consumo. É assim como o imperativo superegóico da época ordena **gozar**. Isso marca uma diferença com a proposta freudiana da época dos anos 30 (Reyes, 2001).

As novas manifestações do adoecer mostram uma acentuação da conceitualização do **superego como impulso do gozo**; esse superego que Lacan esclareceu em *Aún*, como imperativo que diz “goze” em vez de “renuncie”. Indica Lacan (1972-1973/1981): “Nada obriga ninguém a gozar, salvo o superego. O superego é o imperativo do gozo: goza!” (p. 11).

A instância superegóica opera na atualidade menos ligada à função normalizadora do ideal do ego (que propicia uma renúncia pulsional, o dever ser e inclusive a culpabilidade, em prol do laço social), o que promove uma acentuação do superego a serviço do **impulso da desmesura pulsional**.

Essa diferença, que parece sutil, promove novas formas de manifestações clínicas que se apresentam sob a modalidade predominante da emergência da angústia traumática, da inibição; formas clínicas de manifestação do gozo em excesso em suas diversas variações, mais que as formas clássicas do desenrolar do sintoma.

Evidencia-se também uma acentuação de patologias do ato que implicam uma posição subjetiva vertiginosa ante o declínio de um

ponto de ancoragem referencial que obstaculize a insensatez do impulso ao excesso de gozo.

O sofrimento adquire no nosso tempo um aumento de formas de expressão com uma modalidade de gozo que resiste ao comércio associativo e que se referem, em minha análise, a respostas subjetivas próprias da época atual onde o **excesso de gozo** funciona como nome próprio e isso acompanha um modo particular de **fechamento do inconsciente**.

Essas modalidades de apresentação clínica pertencem ao conjunto do que na atualidade são chamados de “**novos sintomas**” ou “**sintomas atuais da contemporaneidade**”, que incluem, entre outras coisas, as adições, os transtornos do corpo, as anorexias e bulimias, as depressões, os ataques de pânico, as patologias do ato (*acting out* e passagens ao ato) em suas diversas modalidades como a violência.

Cabe destacar que essas manifestações clínicas na verdade **não são “novos sintomas”**. Já foram descritas na época de Freud, mas, sem dúvida, a clínica contemporânea deixa evidente que há um aumento desses modos de resposta subjetiva na atualidade. Nesse sentido, denominarei como *a epidemia sintomática da época* esses “novos sintomas” ou “sintomas atuais”.

Podemos observar como os itens desenvolvidos por Freud (1930/1986) com relação ao valor da cultura (ideal, justiça, amor) como ordenador do laço social se mostram debilitados na atualidade. E Freud (1930/1986) nos avisa sobre os possíveis efeitos desgarradores causados pela falta de códigos culturais: “Se essa tentativa não fosse feita, esses laços ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e moções pulsionais (...)” (p. 92).

O mal-estar da época, à maneira do trauma, aparece repentinamente e fatura a trama imaginária-simbólica que funciona como suporte, e isso gera uma quebra da estabilidade subjetiva.

Freud conceitualiza o trauma por uma perspectiva econômica, como a irrupção de uma grande quantidade de energia no aparelho psíquico, para a qual o sujeito não possui recursos de resposta suficientes. Trata-se de algo imprevisto, que deixa o sujeito perplexo, sem recursos simbólicos para responder. Cada encontro com o traumático reenvia o sujeito ao mau encontro originário, que fica sempre como resto *não elaborativo*.

Apesar de que, por esse ponto de vista da psicanálise, cada pessoa responderá às situações traumáticas de acordo com sua trama subjetiva, quando a elaboração simbólica está coartada pode-se traduzir em um impacto traumático direto. É assim que o relato é substituído por apresentações clínicas onde o sujeito não se manifesta a partir de suas formações inconscientes, mas sim é, mais propriamente, um **sujeito resposta do real**.

A clínica nos mostra a primazia de três modalidades de resposta subjetiva (dentro da estrutura da neurose) frente à cultura do atual mal-estar:

1) Um sujeito que se encontra **expulso do mercado** com uma posição de angústia transbordada (como lugar de resto), depressão, eclosões de ataques de pânico, tédio, apatia. Os traços de insegurança com relação ao poder e a falta de um operador estrutural (função paterna) que promova uma ordem simbólica de intercâmbio social geram a emergência do sentimento de desamparo, conceito psicanalítico vinculado com a **clínica da angústia**, enquanto ela é definida como “reação ao desamparo”. Essa impossibilidade de elaboração simbólica que permitiria ao sujeito responder com a formação do sintoma o expõe ainda mais à angústia traumática.

2) Um **sujeito preso no contexto do discurso do mercado**, sob várias formas:

a) As diversas **adições** (que incluem, em termos amplos, todas as modalidades de gozo autista, como a toxicomania, o alcoolismo, o uso ilimitado de objetos tecnológicos, a compulsão do consumo, entre outros);

b) a apresentação de **fenômenos e problemáticas do corpo** (que, diante da pobre tramitação simbólica, o corpo grita no real onde o sujeito não fala pelo simbólico);

c) as **patologias do ato**, onde o *agieren* freudiano (Freud, 1914/1986b) é a manifestação pulsional que não passa pelo verbo. Refiro-me aos *acting out* e às passagens ao ato, que em muitas ocasiões são expressos em termos de violência. Cada vez mais se observa um aumento de atos de violência, aquilo que está ligado à pulsão de morte e que pode chegar à destruição do *outro* sem barreiras, sem causa; a destruição pela própria destruição, sem razão que a justifique. É a máxima expressão da queda do *outro* da lei, onde os códigos e o valor da própria vida se perdem.

3) Uma terceira resposta subjetiva mais acabada acontece quando o **sujeito pode resistir com seu sintoma** ao impulso de ser objeto de consumo, graças à trama subjetiva do desenrolar simbólico da formação sintomática (tratamento do real pelo simbólico). Refiro-me aos sintomas das neuroses clássicas.

Cabe destacar que as diversas respostas subjetivas são sempre produto de uma combinação do contexto sociocultural com a particularidade da trama edípica estrutural.

Vou fazer referência fundamentalmente aos dois primeiros pontos. Não me ocuparei neste trabalho da psicopatologia estrutural da clínica da psicose nem das perversões. Também não me ocuparei das neuroses tradicionais, que felizmente continuam de pé (modalidade indicada no ponto 3).

Interessa-me desenvolver aquelas manifestações clínicas assinaladas nos primeiros dois pontos, que se referem, a meu modo de ver, a respostas subjetivas próprias da época contemporânea, onde

o **excesso de gozo** funciona como nome próprio, e isso acompanha um modo particular de **fechamento do inconsciente**.

Essas novas formas de padecimento requerem, por parte de um psicanalista, um trabalho árduo para fazê-lo entrar no dispositivo analítico, uma vez que o gozo substitui a problemática do desejo.

3. O inconsciente e a clínica contemporânea: a operação analítica

Esse sujeito que surge do efeito do contexto atual não se mostra dividido no chamado sintomático, senão que mais propriamente se mostra concretizado em identificações massivas, rígidas e vertiginosas. Trata-se de um sujeito *dessubjetivado*, preso em uma rede imaginária que funciona à maneira de uma realidade virtual.

Hoje nos encontramos com a presença de sujeitos animados por uma violência passional do gozo que empurra ao aniquilante e que, em algumas ocasiões, chega até a morte. Esses sintomas revelam uma transformação da problemática do desejo em uma problemática do gozo do corpo.

Como já foi mencionado, isso não quer dizer que na experiência analítica atual não existam as neuroses sintomáticas clássicas descritas por Freud. O sintoma neurótico de sempre ainda se desenrola, sem lugar a dúvidas. A evidência clínica assim o demonstra. O encontro com a histeria continua a indicar que há um nível de manifestação corporal do inconsciente que pode ser reconduzido a algo do sentido.

Quando se fala de “novas formas sintomáticas”, faz-se referência a sintomas que aumentaram na atualidade e que, como uma epidemia da época, se apresentam sob a modalidade de uma condensação de gozo que funciona como barreira ao inconsciente, como fechamento para o que está cifrado. São sintomas produzidos pelo efeito de uma nova relação com o *outro*, que não opera adequadamente ao instalar as barreiras ao gozo.

O psicanalista deve interpretar e intervir nas coordenadas atuais do mal-estar com seus próprios eixos conceituais, para não cair no perigo de converter sua prática em explicações e operações próprias da sociologia ou das psicoterapias de apoio. Podemos afirmar que, quando **o inconsciente** não funciona como **bússola na prática clínica, não operamos a partir da psicanálise**.

Penso que Lacan, em seus últimos ensinamentos, nos oferece uma elaboração do estatuto do inconsciente que permite entender e operar psicanaliticamente as novas manifestações sintomáticas.

A entrada em um trabalho analítico implica o esforço de um sujeito em tentar se reconhecer na estrutura do inconsciente. Em seu texto *Ciencia y verdad*, Lacan (1965-1966/1979b) já enunciava que, “por nossa posição como sujeitos, somos sempre responsáveis” (p. 343).

Lacan esclareceu ao longo dos seus ensinamentos que, apesar de o inconsciente estar estruturado como uma linguagem, nem todo o inconsciente é redutível ao simbólico, ou seja, à dimensão significante.

É o que Lacan chamou de a dimensão do real, o registro do real, o que também denominou gozo, que se dá além da dimensão simbólica e imaginária, além do sentido, além do cifrado. Lacan (1964/1986), no *Seminário XI*, indica: “O real está para além do *autômaton*, do retorno, da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. O real é o que vige sempre por trás do *autômaton*, e do qual é evidente, em toda a pesquisa de Freud, que é do que ele cuida” (p. 62).

Lacan (1973/1980) redefine o conceito de inconsciente desenvolvendo o conceito do inconsciente real. Designa assim o fato de que o inconsciente incide sobre o corpo enquanto substância de gozo.

Em seu seminário *Aún* (Lacan, 1972-1973/1981) produz uma mudança conceitual ao situar o **corpo como substância do gozo**, quando antes o corpo era pensado em termos do registro imaginário como forma especular. Por outro lado, conceitualiza a dimensão do **real do inconsciente** como **acontecimento do corpo**, e não do sentido. Lacan (1974-1975) produz uma mudança no modo de operar com relação à prática analítica clássica, onde o eixo central se localizava ao redor da interpretação para revelar o sentido reprimido.

Próximo ao fim dos seus ensinamentos, Lacan se dedica a desenvolver o que do *acontecimento do corpo* se apresenta como opaco, como sem sentido, como aquilo que não pertence à trama da decifração significante. Volta a enfatizar a descoberta freudiana de além do princípio do prazer: a inércia psíquica, o gozo como barreira, como fechamento para o inconsciente, como “uma espécie de entropia psíquica” (Freud, 1937/1979, p. 244).

Lacan (1975-1976/2006) desenvolve então a função do sintoma como maneira de gozar, de gozar em termos de inconsciente como substância gozosa de um corpo; o inconsciente fora do simbólico, o inconsciente como real.

Essa conceitualização nos permite entender e contar com ferramentas para operar com modos clínicos onde o gozo se apresenta sem limite.

A clínica contemporânea nos mostra um aumento de patologias que estão além da forma clássica do sintoma neurótico. Sintomas que se manifestam como identificações rígidas, modalidades de ser em sua forma de gozar, que estão fora da lógica clássica do sintoma como manifestação metafórica de um sentido. Suas identificações não são com nenhum ideal (como seria uma identidade patriótica, política ou religiosa), senão que se tratam, mais propriamente, de uma identidade de gozo. A partir de um vazio de construção subjetiva, esses sujeitos encontram nesses sintomas algo que lhes dá uma identidade consistente e rígida.

O psicanalista encontra dificuldades para empreender o começo de um trabalho analítico, porque a condição para isso é o encontro com um paciente que expresse e viva seu sofrimento como algo enigmático, sobre o qual deseja saber algo do sentido não sabido.

Isso permite a instalação da demanda em transferência ao *sujeito suposto saber*.

Com os novos sintomas, esse trabalho analítico funciona de modo diferente, já que são sintomas que acontecem quando se produziu no sujeito um **fechamento do inconsciente**. O problema é: como reconduzir o sujeito a uma reabertura do inconsciente?

Nesses casos, o efeito do sintoma mostra uma impossibilidade de articulação da função simbólica. Além da diferença entre sintomatologias, une-as um denominador comum: a carência de representação psíquica. O sujeito expressa seu conflito psíquico através de fenômenos que mostram a partir do real aquilo que não pode ser dito, como formações do inconsciente.

O sujeito não se representa através do relato. Isso se vê claramente na clínica das adições como a toxicomania, a anorexia, a obesidade, a bulimia, a violência, entre outros.

São manifestações onde pode ser observada uma modalidade de gozo que poderíamos pensar como uma modalidade de gozo com traço perverso.

Por que proponho pensar em uma inclinação de uma condição perversa de gozo nos sintomas chamados atuais? Considero que as manifestações dos sintomas da época apresentam uma característica similar ao que foi denominado por Lacan a respeito do termo *vontade de gozo* (Lacan, 1963/1979a). O conceito de vontade encontra-se deslocado do conceito de demanda (neurótica). A vontade não pede: ordena. Trata-se de uma voz que é da ordem de uma lei, como imperativo de gozar, conceito desenvolvido anteriormente em função do discurso da época como *impulso ao gozo*. Não há barreira de impossibilidade entre o sujeito e o objeto, razão pela qual não há frustração. Há gozo do objeto. O objeto de consumo, como fetiche, está aí para obturar a falta.

A recusa da castração opera como fechamento do inconsciente. Todo o valor está do lado do gozo, tentando evitar se confrontar com a castração. Trata-se de uma operação do sujeito que tem por objetivo preencher o *outro* mais do que cindi-lo, como acontece no caso dos sintomas das neuroses clássicas.

Esses sintomas da época possuem a verdade de um gozo inquestionável e imperturbável e se apresentam sob a forma de não querer saber nada sobre o seu inconsciente. Por exemplo, a clínica com as adições nos revela um sujeito que só fala dos objetos de consumo, da qualidade deles, das sensações corporais, e que não quer saber nada sobre as determinações desse modo de gozar. Nas anorexias duras, seu assunto ronda as calorias, o peso e o gozo da imagem cadavérica. Ou seja, todo o trabalho de ruminação sobre o peso, as calorias, a comida serve à anoréxica para mantê-la afastada com relação ao encontro do ponto nodal do buraco que está no coração do inconsciente, e é difícil reconduzi-lo a uma dimensão de sentido. São sintomas que levam ao gozo como barreira.

Essa clínica apresenta um desafio para o analista, que necessita situar os eixos da intervenção para produzir uma operação eficaz de diminuição do gozo. Ou seja, o trabalho analítico deve ter por objetivo realizar uma passagem do **gozo como barreira à barreira do gozo**.

O que me parece essencial é um deslocamento da orientação com relação à direção clínica. Esse trabalho implica mais a dimensão do ato do analista como operação na direção na cura que a intervenção a partir da interpretação.

Não pode ser efetiva nenhuma interpretação, se não se produzir no paciente alguma operação de perda de gozo. Enquanto se goza do objeto não emerge o desejo de saber. Isso implica, por um lado, que o saber sobre o gozo é possuído pelo paciente, e não pelo analista. E, por outro, que o sujeito não está disposto a perdê-lo.

O analista, em um primeiro tempo lógico, deverá se instalar como agente que intervém diminuindo esse gozo. Por exemplo, no trabalho com uma anoréxica ou com um viciado, pode ter muito maior valor de transformação o ato de um chamado –o pedido de uma entrevista não pautada, a indicação de interconsulta farmacológica ou decidir a hospitalização como operação para instalar alguma barreira ao gozo– do que mil interpretações.

Um ponto central na orientação da direção da cura é poder produzir um **diagnóstico possível**.

A manifestação de determinadas condutas não é suficiente para pensar uma estratégia de condução. Isso diferencia os critérios categorizáveis do DSM daqueles do **diagnóstico em psicanálise**. Por exemplo, que um sujeito apresente um fenômeno anoréxico não nos diz muita coisa. Na psicanálise, trata-se de situar a posição do sujeito frente à **angústia e à sua relação com o inconsciente**. Essa determinação se realiza no marco transferencial.

É possível tratar de uma apresentação clínica anoréxica como recusa do inconsciente; um sujeito que não alcançou a linguagem do inconsciente, como processo na psicose. Ou como a apresentação de um quadro anoréxico próprio de um sintoma histérico que metaforiza uma mensagem inconsciente reprimida que emerge como sintoma e que diz algo sobre sua impossibilidade de encontro com a feminilidade. Também como a manifestação da fixação de gozo, que, ao modo de um traço perverso, se apresenta como fechamento do inconsciente, onde se consolida em um modo de gozar com o objeto.

Para exemplificar, podemos pensar como um sintoma histérico anoréxico dirige uma mensagem à maneira da repressão. Em tal caso, implica um chamado ao *outro*: o sujeito se situa em posição de não saber e, enquanto a angústia se localiza no sujeito, a análise em sentido clássico pode operar com sucesso.

Ao contrário, no caso da anorexia dura ou das diversas adições graves, o sintoma é ego sintônico, e a função da angústia se apresenta como angústia do *outro*, e não do sujeito. Por essa razão, em muitos casos os pacientes são trazidos pelos pais, pela escola ou pela Justiça,

porque a angústia é dos outros, enquanto que o sujeito em questão se mostra sem angústia. Razão pela qual o analista, no lugar do *outro* como *sujeito suposto saber*, não existe no dispositivo transferencial como ponto de partida, já que não há pergunta por nenhum padecimento.

A interrogação clínica é: como trabalhar analiticamente com um sujeito que goza em excesso e **que ama tanto seu sintoma que, em muitos casos, prefere morrer do que perdê-lo?**

Podemos assim retomar a pergunta de Eric Laurent (1997): em nome de que se pode impedir a alguém gozar?

O analista deve se situar na dinâmica da transferência como operador estrutural que, mediante o ato analítico, materialize a **impossibilidade de gozar** através de intervenções que diminuam na vida cotidiana do sujeito suas práticas de gozo (internação, chamados, frequência de sessões, interconsulta, dispositivos de hospital-dia e outros).

A operação analítica deve ter por objetivo **reconduzir o sujeito à sua própria angústia**. Trata-se de localizar sua angústia para fazê-la entrar no desfiladeiro significante e **tornar o sujeito do gozo responsável pelo seu sintoma**.

A direção da cura deve ter por objetivo tentar sintomatizar o sujeito e oferecer a escuta do mal-estar como possibilidade de fazer com que fracasse a dimensão do gozo como barreira ao inconsciente.

O trabalho psicanalítico tenderá a localizar, em cada caso particular, as respostas que o sujeito deu a si mesmo frente ao nonsense, para obter a ferramenta de “um saber fazer com seu próprio buraco”, apelando à responsabilidade objetiva nessa escolha para poder contar assim com a possibilidade de modificar sua posição.

Para que um sujeito possa modificar essa realidade, deverá ser responsável por como sua pulsão intervém nessa situação, e isso não acontecerá sem o encontro com a emergência de angústia.

Que o *outro protetor* não exista é uma marca desta época. Mas não é função do analista restituir o *outro garante*, e sim conduzir à orientação sintomática, já que é ela que permite passar da angústia do desamparo ou da fixação pulsional à resposta subjetiva, e construir algum sentido.

Então, o que a psicanálise tem para oferecer hoje aos pacientes afetados pelos excessos de gozo que eles vivem é que **o sujeito se torne responsável pela sua pulsão**.

A escuta de um psicanalista implica, de certo modo, um ato de desinvestidura da realidade que rodeia o paciente, para possibilitar que se conecte com o que é próprio da pulsão onde tal realidade monta e se adere, e para desalojá-lo de uma posição passiva que se apresenta em muitas ocasiões com a fixação libidinal de gozo sem relato, com a queixa melancolizada ou com a violência.

Trata-se de responsabilizar o paciente pela surdez do seu desejo para que possa conseguir responder, transformando sua realidade a partir da **responsabilidade subjetiva**.

Resumo

Será desenvolvida a temática do **excesso** com relação aos efeitos do discurso contemporâneo, como uma manifestação acentuada na subjetividade da época, e propõe-se uma reflexão do estatuto do inconsciente e das consequências clínicas a partir dos últimos ensinamentos de Lacan.

A psicanálise se encontra frente a **novas coordenadas do mal-estar** na cultura pela queda da função paterna. O mal da época é que **o gozo torna-se ideal. O imperativo do gozo substitui a lei do desejo e o excesso se impõe sem freios.**

O sofrimento adquire em nosso tempo um aumento de formas de expressão sintomática com uma modalidade de gozo que resiste ao comércio associativo no modo de fechamento do inconsciente.

Será apresentada a **interrogação clínica de como trabalhar analiticamente com um sujeito que goza em excesso e que ama tanto seu sintoma que, em muitos casos, prefere morrer a perdê-lo.**

Palavras-chave: Cultura-Pós-modernidade, Nome-do-pai, Subjetivação, O real, Gozo, Atos sintomáticos, Direção da cura, Estratégia terapêutica.

Abstract

Excesses: Current forms of discomfort

The excess topic will be developed in relation with the effects of contemporary speech, as a stressed manifestation of the subjectivity of these times, proposing a reflection on the status of the unconscious and the clinical consequences as from the latest Lacan's teachings.

The psychoanalysis faces new discomfort coordinates in the culture due to the fall of the paternal function. The evil of these times is that joy becomes ideal. The imperative of enjoyment substitutes the law of desire and the excess imposes itself without any barriers.

Suffering acquires in our times an increase in ways of symptomatic expression with an enjoyment mode reluctant to associative commerce as a closure of the unconscious.

It will be posed the clinical enigma of how to work analytically with a subject that enjoys in excess and that loves so much his/her symptom that, in many cases, prefers dying than losing it.

Keywords: Culture-Postmodernity, Name-of-the-father, Subjectivation, The real, Jouissance, Symptomatic acts, Direction of the cure, Therapeutic strategy.



O Estrangeiro

A imagem suplicante (narração, duração e excesso no cinema)

I

Depois de ver *King Kong* (Merian Cooper e Ernest Schoedsack, 1933), Jorge Luis Borges (1931-1955) escreveu: “Um macaco de 14 metros de altura (alguns entusiastas dizem que são 15) é evidentemente encantador, mas talvez não baste. Não é um macaco suculento; é um seco e empoeirado artifício de movimentos quebrados e torpes. Sua única virtude –a estatura– parece não ter impressionado muito o fotógrafo, que está obcecado em não retratá-lo de baixo, mas sim de cima –enfoque evidentemente equivocado, que invalida e anula sua elevação. Falta acrescentar que é corcunda e cambeta: traços que o diminuem também. Para que nada tenha de extraordinário, fazem-no lutar com monstros muito mais estranhos que ele e lhe destinam alojamento em falsas cavernas de grandeza catedralesca, onde sua afanosa estatura se perde. Um amor carnal ou romântico por Miss Fay Wray aperfeiçoa a ruína desse gorila monumental e também a do filme” (p. 46).

Para essa crítica demolidora, o único admirável é o tamanho de King Kong. O texto insiste sobre a “altura”, a “estatura”, a “elevação”, o “monumental”. Ali, na insólita dimensão do gorila, radica o único mérito e a única beleza do filme que para Borges termina sendo decepcionante porque os diretores deixaram de aproveitar as vantagens que o assunto lhes oferecia.

A mise-en-scène contradiz o esplendor desproporcional do símio protagonista: filmam-no em pedaços, fazem-no cambeta, obrigam-no a lutar contra criaturas portentosas. Não importa aqui se Borges tem razão; o que me interessa é que todos os seus questionamentos se sustentam sobre um mesmo pressuposto: para quê inventar um monstro fabuloso se depois é feito todo o possível para levá-lo a uma dimensão humana? Para o escritor, a fascinação que exerce o cinema não passa por satisfazer as obrigações do realismo, mas sim por uma desacomodação da percepção cotidiana: os filmes não são um reflexo do real, senão que, precisamente, vêm para desconstruí-lo e transtorná-lo.¹ Aí radica a beleza do excessivo, do desmesurado, do que está fora de escala.

* Doutor em literatura, Universidade de Buenos Aires. Dá aulas na Universidad del Cine e na New York University em Buenos Aires.

1. Isso é o que exige, por exemplo, no começo da sua resenha sobre *La fuga* (Luis Saslavsky, 1937): “Entrar em um cinematógrafo da rua Lavalle e me encontrar (não sem surpresa) no Golfo de Bengala ou na Wabash Avenue parece-me muito preferível a entrar nesse mesmo cinematógrafo e me encontrar (não sem surpresa) na rua Lavalle” (Jorge Luis Borges. “La fuga”, *Sur* (36), agosto de 1937).

Nesse ponto, a resenha de Borges é tributária da tradição romântica. Porque sua concepção do sublime se associa a essa emoção provocada pela magnificência do mundo natural: é a ausência de limites que produz, por sua vez, admiração e surpresa, espanto e beleza, dor e prazer (Burke, 1998). Mas o que o escritor não observa é que *King Kong* mostra o momento em que o sublime romântico abre passo a uma nova forma de assombro. O filme representa essa passagem com a célebre imagem do gorila encarapitado na ponta do Empire State: uma das suas palmas protege a mulher que despertou sua paixão, enquanto sua outra garra tenta derrubar os aviões que se empenham em atacá-lo. Perdido entre os arranha-céus monumentais da cidade moderna, o primata gigante perdeu sua ferocidade antediluviana. Trata-se de uma mudança de escala: do descomunal ao espetacular. Já não se trata das forças prodigiosas da natureza, senão do aparatoso poder da ostentação. A perturbadora beleza do Empire State surge da sua ambição e da sua arrogância sem limites. O edifício não é bestial, e sim opulento e implacável: parece uma catedral submetida a um processo de hipertrofia infinita e nos deixa a sensação de que –se quisesse– poderia continuar a se elevar.

Como afirma Susan Stewart (1996): “Com o surgimento do capitalismo industrial, o gigantesco encontra seu lugar dentro da economia de intercâmbio. Traslada-se do mundo pré-social da natureza para o mundo social da produção material” (p. 80). Este é o paradigma que o cinema deu a si próprio, de Cecil B. DeMille a James Cameron: monumentalidade, espetacularidade, faustosidade. Nos filmes, sabe-se, tempo é dinheiro. Cada minuto de filme requer muito tempo, ou seja, custa muito dinheiro. Deleuze (1987) defende que o dinheiro é o reverso das imagens do cinema, “seu inimigo indispensável”.² A perda de tempo, então, constitui um ataque direto ao centro de um sistema cuja abundância se sustenta sobre a controlada equação entre investimento e lucro.

II

Dado que o cinema é uma arte do tempo, a desmesura é aqui atributo da duração. O hábito e as companhias de produção e distribuição de filmes nos acostumaram a um desenvolvimento standard: entre 90 e 100 minutos. Por cima dessas cifras, o filme começa a propor exigências de atenção que, às vezes, o espectador recebe com agonia ou como uma provocação. De todos os modos, seria necessário distinguir entre a *longa duração* e a *duração excessiva*. *Shoah* (Claude Lanzmann, 1985) é um filme longo porque ocupa nove horas e meia; mas sua extensão se justifica pela magnitude, pela complexidade e pela variedade de questões que propõe. Lanzmann constrói sua enciclopédia do horror mediante a enumeração de pequenos detalhes e de testemunhos concretos: essa acumulação insaciável de dados sobre a logística requerida para instrumentar a Solução Final é imprescindível para entender como foi possível o Holocausto. Poderia-se dizer: dura o que tem que durar, o necessário para desenvolver seu relato de modo completo e detalhado. O mesmo poderia ser dito de filmes muito

2. Diz Deleuze (1987): “O cinema como arte vive em uma relação direta com um complô permanente, com uma conspiração internacional que o condiciona desde seu interior, como o inimigo mais íntimo, mais indispensável. Essa conspiração é a do dinheiro; o que define a arte industrial não é a reprodução mecânica, e sim a relação, agora interna, com o dinheiro. À dura lei do cinema, onde um minuto de imagem custa um dia de trabalho coletivo, não há outra réplica senão a de Fellini: ‘Quando não houver mais dinheiro, o filme estará terminado’” (pp. 107-108).

diferentes entre si como *La belle noiseuse* (Jacques Rivette, 1991, quatro horas), *Notícias da antiguidade ideológica. Marx/ Eisenstein/O capital* (Alexander Kluge, 2008, nove horas e meia), *Historias extraordinarias* (Mariano Llinás, 2008, quatro horas) ou *Sátántangó* (Béla Tarr, 1994, mais de sete horas): a extensão é necessária para desenrolar o tema adequadamente e, ainda que os filmes durem muito tempo, não sobra nada.

Pelo contrário, *Cinco dedicados a Ozu* (Abbas Kiarostami, 2003) é um filme excessivo apesar de durar apenas 74 minutos. Sua longitude é percebida como um exagero ou uma impertinência porque o que mostra parece não justificar o tempo que lhe é dedicado. No entanto, o gesto de Kiarostami consiste, precisamente, em conceder uma atenção sem preconceitos a tudo aquilo que capta seu interesse. Todo o filme se compõe de cinco planos de duração diversa onde vemos um grupo de cachorros descansando na beira do mar, pessoas que caminham pela orla ou uma multidão de patos de praia que entram e saem de quadro: não há aqui nenhuma história sendo desenvolvida. Não há narração, não há personagens, não há conflito. Mas Kiarostami aproveita a tensão constitutiva entre o campo e o fora de campo para sustentar o olhar: quantos patos mais atravessarão o enquadramento? Será expulso da imagem esse pequeno tronco que as ondas levam e trazem? Em *Profit motive and the whispering wind* (2007), John Gianvito percorre as lutas políticas e sociais nos Estados Unidos ao longo de quatro séculos; mas o faz através de uma impressionante acumulação de lápides e placas comemorativas que, ironicamente, “fazem com que essa história reviva”. Não há pessoas, não há entrevistas, não há ações, não há locução. Apenas a enumeração de monumentos mortuários à razão de um por plano. Literalmente: um e depois outro, e outro, e outro, durante 58 minutos. O documentário de Gianvito é, sem dúvida, o filme americano mais contundentemente político que já foi realizado nos últimos anos porque, através da simples observação, consegue extrair da imagem sua dimensão profundamente questionadora.

El Valley Centro (2000), *Los* (2001) e *Sogobi* (2002) –os três filmes agrupados na *Trilogia da Califórnia*, de James Benning– duram 90 minutos cada um deles e se compõem de 35 planos estáticos de dois minutos e meio (que é a duração de um chassis para câmaras de 16 mm) sobre paisagens urbanas ou rurais do oeste americano. Para Benning, tudo consiste em saber ver e escutar. Seus filmes não fazem outra coisa a não ser isso. Mas o fazem com método e elegância. Como todo critério estilístico, o dele supõe uma restrição: há certas coisas que o filme não se permitirá e há certas coisas que se impõem. Poderia-se dizer que Benning não fez mais do que registrar a paisagem, mas o certo é que, sem deixar de fazer isso, também faz muito mais do que isso: dá um sentido a ela porque a observou, a uma certa distância e durante um certo tempo.

Os filmes de Kiarostami, de Gianvito ou de Benning são relativamente breves e estão rigorosamente estruturados (inclusive no sentido matemático, como no caso da *Trilogia da Califórnia*); no entanto, a duração se mostra excessiva porque os critérios que organizam a sucessão de imagens requerem do espectador uma concentração extrema. Não somos arrastados por um fluxo que já traz uma direção definida, senão que devemos sustentar com nosso olhar uma sequência de imagens que permanentemente tende à dispersão. O excesso, então, não é ocupar muito espaço, tomar muito tempo, contar muitas coisas: quando aquilo

que se conta precisa de muito tempo e de muito espaço para se desenrolar, então a extensão é uma consequência lógica e necessária. A desmesura aparece quando o filme abusa da nossa atenção, quando as coisas não duram o esperável (o que deveria), quando o tempo do plano é evidentemente desproporcional com relação ao seu conteúdo explícito. Na ausência de componentes mais ilustres, certos elementos que teriam passado despercebido ficam superdimensionados e adquirem um protagonismo inesperado. Dado que *isso* é tudo o que há para ver, *isso* se torna fundamental.

Diz Chantal Akerman (1996): “Quando se observa uma imagem, um segundo basta para obter a informação: ‘Isso é um corredor’. Mas, depois de um momento, nos esquecemos de que é um corredor, e só vemos que é vermelho, amarelo, linhas. E então retorna como corredor” (p. 43). A Akerman lhe interessa experimentar com essa tensão que a imagem pode instalar entre o seu *valor referencial* e o seu *valor textural*.

O que acontece quando o plano de um corredor dura mais do que o tempo necessário para que se reconheça o corredor? Nesse excedente temporal, a imagem se emancipa da sua sujeição a um referente e permite que se constitua o momento propriamente formal: o corredor já não é mais um corredor, senão que pode ser observado como uma pintura abstrata. Como se na coisa crescesse uma nova dimensão que não pertence a nada mais do que ao modo como é representada. Por isso, quando vem o corte e o corredor retorna (como corredor) para se unir ao plano seguinte, carrega esse alargamento dado pela visão enquanto se esqueceu de que era um corredor. Então o excesso não é tanto um acréscimo, mas sim um elemento constitutivo que tende a ser reprimido pela representação canônica, mas que, precisamente por isso, nunca deixa de espreitar pelas margens. No momento em que a imagem se detém (ou melhor: no momento em que a imagem obriga o espectador a se deter), o enquadramento transborda em inúmeras camadas de informação aparentemente insignificantes que o decorrer do relato não deixava que fossem vistas.

No cinema, isso que Barthes chama de *efeito de realidade* parece uma consequência quase natural do dispositivo: o artificioso “detalhe inútil” é um ponto de apoio para a literatura realista, precisamente porque o real é sempre incomensurável para a escrita. O problema do cinema é o inverso, já que, no seu caso, o risco é o da insignificância. É verdade que o real nunca deixa de resistir à interpretação, mas o mundo invade a câmera assim que ela começa inesperadamente a funcionar. “Ao ser por natureza isso que as artes da idade estética se esforçavam em ser – diz Jacques Rancière (2005) –, o cinema inverte o movimento dessas artes. Nos enquadramentos flaubertianos, o trabalho da escrita contradizia, por conta da sonhadora imobilidade do quadro, as esperas e verosimilhanças narrativas. O pintor ou romancista construía os instrumentos do seu devir passivo. Pelo contrário, o dispositivo mecânico suprime o trabalho ativo desse devir passivo. A câmera não pode se tornar passiva. Ela o é em qualquer caso” (pp. 18-19). Não por acaso será o modelo da literatura realista que permitirá contrabalançar a dispersão própria do *cinema of attractions* dos primeiros anos. É possível datar esse encontro entre o cinema e a narrativa: *O nascimento de uma nação*, David Griffith, 1915. A partir daí, as imagens se organizam segundo um tipo de relato aprendido nos romances de Dickens. O

que implica isso? Um recorte, uma seleção e uma hierarquização da informação que se expõe mediante um desenvolvimento linear, motivado e teleológico.

André Bazin (1990) anota que, no final dos anos 30 –quando a *decoupage* cinematográfica havia alcançado o grau de perfeição de uma arte clássica–, os filmes duravam mais ou menos a mesma coisa, tinham um número de planos relativamente invariável (ao redor de 600) e eram concebidos segundo um princípio de organização uniforme: uma espécie de gramática que estipulava como deveria ser mostrada cada coisa e como deveria ser articulada uma imagem com a outra. Nesse esquema, a fragmentação e a descontinuidade impostas pela rotação são costuradas na montagem sobre a base de um consenso narrativo. A continuidade das ações estabelece um fluxo e uma teleologia que subordina os demais elementos visuais à lógica de um relato. Mas para isso é necessário que a extensão dos planos seja absolutamente funcional: eles devem durar o necessário para que a ação seja percebida. Se o plano é curto demais não deixaria que se visse, mas se dura mais do que o devido começariam a se observar os elementos secundários e inclusive os elementos involuntários que formam parte da cena. Fica claro que uma duração excessiva atenta do modo mais virulento contra a categoria clássica de narração, porque tende a diluí-la e a fazê-la desaparecer. Quando o plano dura mais do que deveria (quando dura mais do que necessitamos para captar o sentido manifesto), o espectador se distrai e perde o fio da história.

Provavelmente em nenhum outro caso essa tensão seja tão clara como em *24-hour psycho* (1996), a videoinstalação de Douglas Gordon que converte os 109 minutos do filme de Hitchcock em um contínuo interminável que se estende durante todo um dia. A única coisa que Gordon fez foi projetar *Psicose* (Alfred Hitchcock, 1960) de tal modo que cada fotograma dure 13 vezes mais (aproximadamente meio segundo). Mas, então, não há avanço, e sim adiamento constante, e cada gesto adquire um protagonismo insólito que relega o movimento para as margens, como se só fosse um resíduo atrofiado da imagem. A perseverança desmedida de cada instante dilui qualquer articulação argumental e desloca a atenção para os mínimos detalhes das ações que aparecem, subitamente, investidas de uma qualidade irreal. Desnaturalizada, a trama do filme original se dissipa, porque se torna impossível segui-la, e dá lugar a outra trama: a das mudanças superdimensionadas na textura da imagem. Gordon não inventou nada. Não acrescentou nada. Mas, ao projetar *Psicose* em câmera lenta, libera essa matéria amorfa e indômita que o cinema clássico mantinha domesticada para que fosse obediente aos fins de uma história. “A economia clássica do filme é a sua organização, ou seja, trata-se de uma unidade orgânica; e a forma dessa economia é narrativa, a *narrativização* do filme”, escreve Stephen Heath (1981). Para ele, o que caracteriza o cinema clássico não é tanto sua pretensão de transparência, mas sim o caráter aglutinador da narração. O relato não torna necessariamente invisíveis as marcas da sua produção, senão que, ante tudo, as contém. Contém essas marcas, portanto, em um duplo sentido: porque tende a refreá-las, mas também porque as inclui. Ao organizar o fluxo, a narrativa confere uma sistemática estabilidade que permite centrar a representação, contrabalançando a inevitável perturbação que introduz o movimento dentro da visão. Mas da mesma maneira, então, se a narração foi um componente básico na medida em que funciona como um dique de contenção, isso acontece porque na

base da representação cinematográfica há um excesso fundador que o cinema clássico consegue diminuir graças aos dispositivos do relato. E esse excesso não só é um traço próprio de todo discurso fílmico, senão que é, precisamente, o que define sua função estética (Heath, 1981).

Em *Possible lovers* (Raya Martin, 2008), a duração desmedida é o princípio construtivo do filme: um único plano fixo de 95 minutos mostra um sofá onde um jovem observa outro que dorme ao seu lado. Passados os primeiros minutos, e uma vez que se percebe que já não acontecerá outra coisa a não ser isso, o espectador deve decidir se vai embora ou se fica. Nada vai acontecer na tela, a não ser o passar do tempo, indicado pelas mudanças na iluminação e na trilha sonora. A quietude, a rigidez, a impassibilidade se convertem de repente em uma prova de resistência. Se o jogo for aceito, a expectativa –tão impaciente como frustrante– de uma ação ou um corte logo dá lugar a um incômodo solidário: até quando os atores resistirão? Quanto tempo aguentarão em uma postura que, logo, se revela desconfortável e insustentável? Tudo se mantém em suspensão, como sob a água. A proposta é muito diferente da do célebre *Empire* (Andy Warhol, 1964), porque já não se trata da solidão olímpica e soberba do monumental edifício, mas sim de dois corpos débeis obrigados a suportar o decorrer do tempo sobre seus músculos. Em Warhol, o filme é completamente indiferente ao espectador, lhe dá as costas, não precisa dele. Daí sua indolência. Poderia não ser visto e, no entanto, permaneceria aí, de pé. O filme de Martin, pelo contrário, necessita desesperadamente do espectador. Nada de tudo isso que não acontece seria possível se retirássemos a vista. Ali onde Warhol é displicente, Martin é suplicante. Em *Possible lovers* a tensão tem uma origem e um efeito distintos: há muito pouco suspense e o plano sempre está à beira da extenuação. Daí a súplica. É obrigatório colaborar com essa imobilidade dos atores. A imagem chama nosso olhar e se constitui sobre ele para completar esse circuito em que um personagem não sabe fazer outra coisa que velar o sono do seu companheiro, e este só sabe ser observado enquanto dorme. A simples possibilidade do amor é suficiente para chegar até o final. Como um sacrifício, um ato de lealdade ou o testemunho de uma devoção.³

Existe uma paixão que não seja limítrofe do excesso? Ou acaso toda paixão é, por definição, hipertélica: uma energia que avança sempre além, até um ponto onde arderia?

III

Há poucas rodagens tão desmedidas como a de *Apocalypse now* (1979). Ou, em todo caso: poucas rodagens tão desmedidas como a de Coppola foram tão promovidas. O descontrole, o desperdício, a exasperação, o alongamento dos dias previstos para a filmagem, o descomunal aumento do orçamento: tudo ameaçava que naufragasse o projeto de modo estrepitoso. “Esse filme não é sobre o Vietnã; esse filme é o Vietnã”, disse o cineasta. No entanto, Coppola conseguiu reunir o material e montar o filme. A partir de então, *Apocalypse now* percorreu o caminho do êxito e da glória.

3. Com poucas modificações, essa descrição do filme de Raya Martin foi extraída de *Una juguetería filosófica. Cine, cronofotografía y arte digital*, de David Oubiña.

Em seu momento, Serge Daney (1979) escreveu um texto onde se mostrava ambivalente. Para o crítico, Coppola filma como um grande cineasta quando compreende que a viagem de Willard rio acima é uma travessia anárquica de show em show: a guerra norte-americana é “um vasto espetáculo sem *metteur en scène*”. A análise de Daney é brilhante porque consegue ir e vir entre aquilo que o entusiasmo e aquilo que o decepciona em Coppola, mostrando como diferencia o que permanece unido na ambiguidade constitutiva do filme. Não lhe censura sua vocação espetacular, e sim, justamente, que não tenha ido até o final do espetáculo, que não tenha convertido sua megalomania em um desperdício irrecuperável por Hollywood. Depois de se arriscar a se converter no Kurtz da indústria cinematográfica durante a rodagem, Coppola editou (amansou) o material para fazer com isso um filme quase obediente: “Porque, apesar de ter conseguido filmar o filme exatamente como queria, apesar de inúmeras peripécias, depois se sentiu forçado a extrair da enorme quantidade de material filmado um filme de duração quase standard, com um verdadeiro final etc. Talvez tenha lhe faltado coragem para assumir uma economia suntuosa, para ganhar *o direito de não concluir*” (pp. 238-239).

O que Daney (1979) censura em Coppola é não ter se entregue por completo à desmesura da rodagem como se fosse um puro *potlach*. Para Bataille (1987), o *potlach* funciona como um tipo de intercâmbio paradoxal fundado sobre a perda, e não sobre a aquisição. Oposto a um princípio de conservação, se sustenta sobre a constituição de uma propriedade positiva do desperdício: “O *potlach* é, como o comércio, um meio de circulação de riqueza, mas exclui a negociação. Frequentemente consiste na doação solene de riquezas consideráveis, oferecidas por um chefe ao seu rival com o fim de humilhar, de desafiar, de obrigar. O donatário deve apagar a humilhação e receber o desafio: deve cumprir com a *obrigação* contraída ao aceitar a doação; não poderá responder, mais tarde, a não ser com um novo *potlach*, mais generoso do que o primeiro; deve devolver com usura” (p. 103). Na sua descrição, Bataille (1987) destaca a necessidade de um conteúdo social. Não se destrói ou se doa um objeto em solidão e em silêncio; nesse caso seria só um despojamento ou um abandono que não suportaria a aquisição de nenhum poder. A doação não funciona desse modo: no *potlach*, a perda acarreta o poder de dar ou de destruir. Ou seja, implica uma modificação na relação com o outro: o gasto exerce uma ação sobre aquele que recebe e, simultaneamente, o doador adquire um poder graças ao desprezo da riqueza. De modo que toda transgressão supõe um teatro, um espaço de visibilidade e de relação com outros. A transgressão nunca é violência animal.

A noção de transgressão, tal como a entende Bataille (1987), não constitui um excesso cuja única função –voluntária ou involuntária– seria afirmar o poder da lei, mas também não pode se reduzir a uma mera negociação desses limites que toda ordem necessita impor para tornar-se efetiva.⁴ Bataille (1987)

4. Foucault percebe isso lucidamente em sua análise de Bataille: “A transgressão não estaria para o limite como o negro está para o branco, o proibido para o permitido, e o exterior para o interior. A transgressão enquanto princípio não opõe nada a nada, não procura abalar a solidez dos fundamentos. (...) Nada é negativo na transgressão. Ela afirma o ser limitado, ao mesmo tempo em que nada é positivo nessa afirmação, uma vez que nenhum conteúdo pode prendê-la, e nenhum limite, retê-la” (“Prefácio à transgressão”, de Michel Foucault).

conserva a relação de mútua necessidade entre excesso e interdição, mas a situa no meio de uma operação interpretativa mais radical: o gasto (o consumo) possui uma função social chave, sobre a qual a produção e a aquisição aparecem como instâncias de valor secundário. Se isso percorre as instituições econômicas primitivas, é porque, nelas, o intercâmbio ainda se observa claramente como “perda suntuosa”. Desse modo, refuta os postulados centrais da economia clássica, que se apóiam sobre a noção de troca enquanto forma primitiva de intercâmbio; ou seja, sobre um princípio de lucro. A ideia de Bataille (1987), pelo contrário, é que a origem de todo intercâmbio deve ser buscada na necessidade de perder ou desperdiçar.

Dado que toda ordem social deve ser fundada sobre uma proibição (que define inclusões e exclusões), então se compreende o papel central que adquire para ele a noção de transgressão como violência necessária e constitutiva. A transgressão não é uma libertação, não nega nem anula a proibição, não supõe uma desordem. E, nesse sentido, não se localiza por fora do sistema de interdições, senão que o integra ou, em todo caso, completa-o. Não é uma pulsão antissocial, um agente exógeno, mas sim um elemento dinâmico de forte coesão. Mas, ao inverter a lógica da economia clássica, a transgressão deixa de ser uma exceção tolerada (portanto, uma expressão subordinada) que tende ao fortalecimento da lei e se converte no princípio fundamental do qual deriva toda legitimidade. Não é um mero substituto da *lei da interdição* pela *lei da desmesura*, senão que articula uma complexa lógica subterrânea entre ambas.

O que interessa a Bataille (1987), nelas, é sua inevitável interdependência. Não postula a transgressão como um modelo alternativo com relação à lei. Mas faz algo mais do que isso: faz derivar toda lei desse regime de desmesura. Ou, como defende Blanchot belamente: “A transgressão não transgride a lei; obriga a lei a se descontrolar” (Blanchot, citado por Shaviri, 1990, p. 81).

Essa lógica do excesso supõe uma precedência da transgressão com relação à proibição. É a segunda que responde à primeira, e não aquela que viria a confirmar a soberania desta. Por uma perspectiva estética, então, não se trata só de registrar como o mundo imprime sobre o filme, senão –também e sobretudo– conseguir que o filme transborde sobre o mundo. Que nos ajude a vê-lo melhor, não porque agora as coisas sejam mais claras, e sim porque o filme lhes devolveu sua estranheza. Para Bataille (1987), a poesia (no sentido amplo de *poiesis*) é a expressão mais elevada de um estado de perda: entendida assim, toda criação é um gasto simbólico que se associa ao sacrifício na medida em que libera de qualquer utilidade o objeto fabricado. A arte seria, em sentido estrito, um ato de criação por meio do desperdício. Ou, como define Godard, em *Histoire(s) du cinéma*, citando Malraux: “A arte, ou seja, isso que renasce do que foi queimado”.

Referências

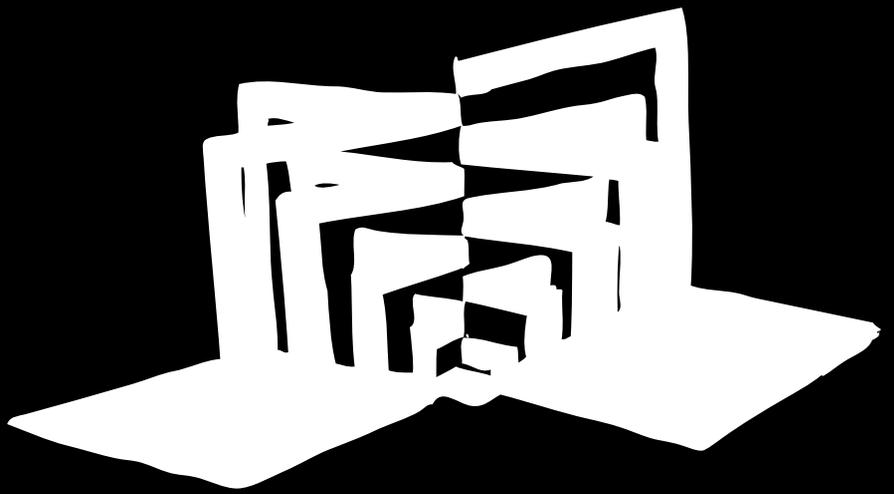
- Bazin, A. (1990). La evolución del lenguaje cinematográfico. In *¿Qué es el cine?*. Madrid: Rialp.
- Bataille, G. (1987). *La parte maldita*, Barcelona: Icaria.
- Borges, J. L. (agosto de 1937). La fuga. *Sur* (36). In Cozarinsky, E. (1974). *Borges y el cine*. Buenos Aires: Sur, p. 54.
- Borges, J. L. (2007). Cinco breves noticias. In Borges, J. L., *Textos recobrados (1931-1955)*, Buenos Aires: Emecé.
- Burke, E. (1998). *A philosophical enquiry into the sublime and beautiful*. London: Penguin.
- Daney, S. (1979). “Francis Ford Coppola, *Apocalypse now*”, *Cahiers du Cinéma*, nº 304, outubro de 1979, reproduzido em *La Maison cinéma et le monde I. Les temps des Cahiers 1962-1981*, Paris, P.O.L., 2001.
- Shaviro, S. (1990). *Passion & excess. Blanchot, Bataille and literary theory*. Tallahassee: Florida State University Press.
- Deleuze, G. (1987). *La imagen-tiempo. Estudios sobre cine 2*. Barcelona: Paidós.
- Foucault, M. (1996). Prefacio a la transgresión. In *De lenguaje y literatura*. Barcelona: Paidós, pp. 128-129.
- Heath, S. (1981). *Questions of cinema*. Indianápolis: Indiana University Press.
- Stewart, S. (1996). *On longing. Narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection*. Durham: Duke University Press.
- Margullies, I. (1996). *Nothing happens. Chantal Akerman’s hyperrealist everyday*. Durham: Duke University Press.
- Oubiña, D. (2009). *Una juguetería filosófica. Cine, cronofotografía y arte digital*. Buenos Aires: Manantial.
- Ranciére, J. (2005). *La fábula cinematográfica. Reflexiones sobre la ficción en el cine*. Barcelona: Paidós.

Filmes

- King Kong* (1933), Merian Cooper e Ernest Schoedsack.
- Shoah* (1985), Claude Lanzmann.
- La belle noiseuse* (1991), Jacques Rivett.
- Notícias da antiguidade ideológica. Marx/ Eisenstein/O capital* (2008), Alexander Kluge.
- Historias extraordinarias* (2008), Mariano Llinás.
- Sátántangó* (1994), Bela Tarr.
- Cinco dedicados a Ozu* (2003), Abbas Kiarostami.
- Profit motive and the whispering wind* (2007), John Gianvito.
- El Valley Centro* (2000), James Benning.
- Los* (2001), James Benning.
- Sogobi* (2002), James Benning.
- O nascimento de uma nação* (1915), David Griffith.
- Possible lovers* (2008), Raya Martin.
- Empire* (1964), Andy Warhol.
- Apocalypse now* (1979), Francis Ford Coppola.

Videoinstalação

- 24-hour psycho* (1996), Douglas Gordon.



Textual

Néstor García Canclini

La Plata, 1939. Doutor em filosofia da Universidade Nacional de La Plata e Paris X. Exerceu a docência nas universidades de La Plata, Buenos Aires, Nápoles, Austin, Duke, Stanford, Barcelona e São Paulo. Atualmente exerce a docência e a investigação na Universidade Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa.

Obteve a bolsa Guggenheim, o Prêmio de Ensaio concedido pela Casa de las Américas e o *Book Award* da *Latin American Studies Association* pelo seu livro *Culturas híbridas* como melhor livro em espanhol sobre a América Latina.

Em 1996, recebeu um diploma do mérito da Fundação Konex na categoria "*Estética, Teoría e História da Arte*". Em 2012, recebeu o Prêmio Universitário de Cultura "400 Anos" da Universidade Nacional de Córdoba.



Bibliografía

- *Arte popular y sociedad en América Latina*. Grijalbo, México, 1977.
- *La producción simbólica. Teoría y método en sociología del arte*. Siglo XXI, México, 1979.
- *Las culturas populares en el capitalismo*. Nueva Imagen, México, 1982.
- *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo, México, 1990.
- *La globalización imaginada*. Paidós, Barcelona, 1999.
- *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Paidós, Buenos Aires, 2002.
- *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Gedisa, Barcelona, 2004.
- *Lectores, espectadores e internautas*. Gedisa, Barcelona, 2007.
- *La sociedad sin relato. Antropología y estética de la inminencia*. Katz, Buenos Aires e Madrid, 2010.



Perguntas sobre o excesso

Entrevista com Néstor García Canclini¹

Poderíamos começar explicando um pouco seu conceito de hibridação?

A noção de hibridação não é uma teoria, é uma ideia descritiva pensada para tratar de processos socioculturais onde estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada passam a se combinar para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Isso –insisto– é muito descritivo, não diz nada sobre o caráter positivo ou negativo, contraditório ou não dessas hibridações. Como é uma categoria descritiva de processos, prefiro falar de hibridação, e não do híbrido. Pode ter derivações muito diferentes, pode gerar fusões muito fecundas, aberturas de horizontes para membros de uma cultura, e pode gerar, quase sempre, contradições, conflitos, confrontações.

Pode-se pensar, então, que foi um processo de hibridação o que propiciou o que é hoje a somatória da cultura e do pensamento latino-americanos?

Há múltiplas formas de hibridação. A histórica, em primeiro lugar, é a hibridação que acontece na América Latina entre indígenas, colonizadores e afro-americanos. Depois, os processos migratórios que a partir da Europa e ocasionalmente entre países americanos acontecem a partir do final do século XIX e o princípio do século XX. Há uma terceira linha, que creio ser decisiva: a problematização e acentuação das hibridações pela ação das indústrias transnacionais que trasladam conteúdos, estilos, formatos entre sociedades e passam a atuar nesse aspecto desde a criação até o consumo.

Essa linha de hibridação das tradições latino-americanas com os processos de modernização tem relação com a palavra transnacionalização, que não é a mesma coisa que o conceito de globalização do qual se fala hoje em dia.

1. Realizada em 3 de outubro de 2013 na Cidade do México, para *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise*, por Cecilia Rodríguez (Asociación Psicoanalítica de Guadalajara) e Luis Fernando Orduz (Sociedad Colombiana de Psicoanálisis).

Poderia nos esclarecer essa diferença entre transnacionalização e globalização?

Na verdade, é necessário diferenciar três noções: internacionalização, transnacionalização e globalização. Internacionalização é o processo de expansão de uma sociedade ou cultura que traslada, para além de suas fronteiras, objetos, conteúdos culturais, pessoas. Do ponto de vista ocidental, começaria com a conquista da América.

A transnacionalização, que começa no século XIX com a revolução industrial, corresponde mais à etapa em que se formaram empresas transnacionais com sedes em múltiplos países e que se descolam da sua origem nacional, como a Philips, da Holanda, ou a Ford, dos Estados Unidos. Quando se “transnacionalizam” em outros países, essa origem perde a marca original, “hibridiza-se” com os ambientes aonde chegam, vai interagindo com contextos e condições de produção e circulação particulares.

A globalização é o processo de interconexão simultânea de todas as sociedades, de todos os mercados. Sua origem é discutida, mas para mim começaria sobretudo na segunda metade do século XX com a expansão transnacional das indústrias culturais e a instalação de satélites. Isso propiciou que vivamos em uma simultaneidade global.

Que efeitos esses processos têm na América Latina?

Existe uma modalidade que gosto de distinguir de tudo isso que estamos falando, que é decisiva para entender a América Latina, e também outros continentes. Refiro-me às fusões interculturais produzidas por um incentivo de todas as formas de intercâmbio, porque até a transnacionalização o intercâmbio costuma ser considerado eminentemente econômico. Mas também houve traslados migratórios de grandes contingentes populacionais, como aconteceu em fins do século XIX entre a América e a Europa ou depois da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Vivemos agora em um mundo mais migrante, mais interconectado, com migrações laborais, exílios políticos, deslocamentos ao interior do próprio país, como na Colômbia. Isso cria fusões culturais intensas, hoje acentuadas pelo intercâmbio digital.

Você insistiu muito nos processos migratórios, em falar de um intercâmbio ou cruzamento de fronteiras entre espaços: internacionalização, transnacionalização, desterritorialização.

É verdade, inclusive às vezes é usado o termo transterritorialização porque quase nunca se perde a marca territorial originária. Nem no migrante que passa de um país para outro nem na empresa que se espalha pelo mundo, mas tem marca de origem, como por exemplo os estilos de produção trabalhista das empresas japonesas que se instalam no México e na Guatemala. Precisamos fazer uma história das confrontações ou das tensões entre o produtivo e o conflituoso que há nesses intercâmbios migratórios.

Acho que um dos laboratórios onde isso mais foi trabalhado é a Europa.

Um antropólogo italiano me dizia há 20 anos que os países europeus estão chegando a um limite da capacidade de migrantes que são capazes de digerir. Dizia isso não como uma afirmativa xenofóbica, mas sim como uma observação de campo sobre a capacidade que ele percebia em seu país ou na Alemanha ou na França quanto a receber migrantes. É uma pergunta forte: que capacidade tem uma sociedade de assimilar, de incorporar, com suas diferenças, os diferentes?

Creio que as políticas de expulsão que aconteceram na Europa, em países tão liberais e democráticos como a França, com os ciganos, ou a emergência de grupos xenofobos (fascistas e nazistas) em quase todos os países da Europa, mostram dificuldades estruturais. O mais fácil é dizer que todos têm direito a migrar, que todos têm direitos a serem recebidos de forma hospitaleira. Mas a constatação empírica é que isso cria conflitos. A pergunta, portanto, é: o que deve ser feito com esse conflito para que não chegue à expulsão, à violência ou ao racismo? Deixo como uma pergunta aberta.

A partir da teoria psicanalítica, a ideia de narcisismo nos leva a querer reconhecer um igual no outro; a cada vez que aparece um rosto diferente do outro, isso me altera. Pelo narcisismo, excluimos o diferente.

Aí entramos no aspecto interdisciplinar, pensando em registros diferentes do outro, no sentido econômico, afetivo, narcisista. Mas, às vezes, creio que essa ideia deva ser estudada levando-se em consideração elementos econômicos. Pensemos nos 25% de desemprego da população na Espanha e sua confrontação com migrantes qualificados que chegam para competir. Esse migrante é visto como um inimigo, mas por razões estruturais, socioeconômicas.

O intercultural também oferece oferece desafios importantes: o desafio que gera o outro com suas diferenças, as marcas simbólicas de uma identidade. Um exemplo pode ser o que aconteceu na França, em uma tentativa de integração social ou, pelo menos, de suprimir certos emblemas religiosos que evidenciavam diferenças: foi proibido o uso da burca às muçulmanas. Nesse contexto, o uso da burca foi interpretado por alguns como um desafio. A questão é que para as mulheres era difícil deixar de usá-la, apesar da proibição.

Nós não temos o contrário na América Latina? Uma grande capacidade de “devorar” o diferente?

É verdade, muito mais, mas é necessário pensar a que custo. Penso em vários exemplos. Penso em meu país de origem, Argentina. O custo de aceitar o que vem de fora foi eliminar os índios. Fazer uma opção civilizatória como fizeram as elites de finais do século XIX ao substituir população, que culminou com a perseguição que o general Roca batizou eufemisticamente de “Campanha do Deserto”. Na verdade, foi uma campanha para extinguir ou encurralar indígenas. Esse é um dos custos, o outro é o identitário. Muitas perguntas que nos fazemos sobre se há uma identidade latino-americana, colombiana, mexicana, argentina têm a ver com o enorme caudal migratório que geraram gerou incertezas radicais. Você pode fazer muitas afirmações positivas sobre o caráter humanístico

ou literário das migrações: penso na enorme migração espanhola durante a guerra civil na Espanha e como isso gerou efeitos valiosos em países como México e Argentina; a quantidade de escolas que foram criadas e uma indústria editorial importante nesses países. Mas ao mesmo tempo também foram construídos estereótipos e repúdio. A linguagem mexicana é abundante em expressões depreciativas para se referir aos estrangeiros, aos *gachupines*.

Mas isso na Argentina não teve uma recepção contrária?

A Argentina e o Uruguai foram os países mais hospitaleiros para essa diversidade migratória. Tiveram muita migração italiana, mas também migração de judeus, galeses, irlandeses, holandeses. Tiveram comportamentos diferentes: os filhos de espanhóis e italianos já estavam integrados na segunda geração.

Isso explica a chegada da psicanálise à Argentina, por todas essas migrações. Vinham muitas pessoas migrando com esse pensamento.

Talvez seja possível pensar nessa heterogeneidade cultural de pessoas deslocadas, desintegradas, que devem aprender a reelaborar sua cultura e colocar seus desejos e aspirações em outro contexto, como uma das hipóteses para entender a necessidade de muito divã.

Também podemos dizer que, como contrapartida dessa integração muito fluente de espanhóis e italianos –que estão na base da música, do tango, do teatro ou da picaresca–, encontra-se um contraste com os galeses, holandeses, judeus que, em algumas regiões, situam-se com identidades muito compactadas, entrincheiradas.

Na Argentina, além do mais, houve uma recepção muito hospitaleira a vários grupos estrangeiros, mas teve como contrapartida discriminação e racismo com relação aos nativos. A ideia dos “cabecinhas negras”, por exemplo, que não eram negros, senão de pele mais escura por ser de origem indígena e vir de regiões próximas à Bolívia. A partir dos anos 40, com a industrialização, encheram a periferia de cidades como Córdoba, Rosário, Buenos Aires. O peronismo foi o movimento reivindicatório desses cabecinhas negras, dos discriminados econômica, política e culturalmente.

Você considera que esse ressurgimento do “Líder Nacional” obedece essa lógica de uma resistência do local frente à transnacionalização democrática? Uma história que é revivida ou reeditada de tempos em tempos.

Sim. Apesar do fato de que são líderes com perfis muito diferentes. Evo Morales tem uma origem mestiça, ainda que tenha agido como líder indígena, no país com maior presença indígena na América Latina e para o exterior. Assemelha-se à figura pré-colombiana do Tlatoani (a máxima autoridade indígena). Seria necessário destacar sobre quais cenários prévios foram formados esses caudilhos,

porque no caso de Evo aparece como representante de uma maioria postergada durante 500 anos. Hugo Chávez foi outra figura: surgiu como militar em contraste com um sistema político corrupto que havia perdido representatividade, onde o popular desempenha um papel importante, e não tanto o étnico, como no caso de Evo. É necessário compreender os cenários onde esses caudilhos se instalam.

Em uma certa literatura latino-americana sobre esses processos há uma tendência a homogeneizar e ver todo o caudilhismo como um mal que atrasou a América Latina, que impediu a participação democrática, moderna, ao modo liberal. Encontramos estudos que colocam no mesmo nível todos os caudilhos, tenham sido ditadores ou não, tenham chegado via eleições ou não. Isso tem a ver com o descrédito com relação a outro fenômeno muito complexo que é o populismo, que costuma estar associado com o caudilhismo, e creio que não devemos descontextualizar os movimentos dos seus cenários específicos.

Essa forma de nos ver que tem a Europa, como informais.

A conquista de direitos trabalhistas, sociais, é recente na nossa história e está associada a fenômenos populistas como o varguismo no Brasil e o peronismo na Argentina. Mas pouco tempo depois dessas conquistas, e de que tivessem ganhado uma certa continuidade em organismos do Estado –com o reconhecimento de direitos como educação e saúde para todos–, foi chegando o neoliberalismo. O neoliberalismo fomenta, em parte, o domínio da informalidade sobre o formal, os contratos sem condições nem garantias, permite que as empresas contratem e demitam todo o tempo. Assim, foram feitas reformas de leis que tiveram muito pouca duração e que haviam dado garantias e segurança aos trabalhadores.

Isso fez com que se criasse uma disposição interna nos sujeitos para sintonizar-se com as estruturas que haviam mudado (*o habitus* de Bourdieu). É o que pode ser observado em pesquisas sobre jovens e desemprego. Virou um lugar comum o fato de que os atores sociais reconheçam ser difícil conseguir trabalho duradouro e que estejam dispostos, muito mais do que em décadas passadas, a ser explorados, a sofrer insegurança. Não há leis, não há árbitros nas relações entre patrões e trabalhadores, e considera-se um fato consumado que seja assim. Isso é muito mais forte com os jovens, de fato há uma noção que se chama os *nem-nem*. Diz-se que no México havia 7 milhões de *nem-nem*, nem estudam nem trabalham. Acontece que não querem ou que não podem trabalhar?

Não haveria uma perda de referências identitárias, que leva alguns grupos a buscar novas formas de pertencimento, ou no caso dos jovens a procurar novas formas de agrupação?

Creio ser evidente que a formação de comunidades menores do que as comunidades nacionais ou urbanas –se podemos chamá-las assim– tem a ver com

processos de desintegração, com o enfraquecimento de laços de pertencimento. Há um estudo realizado já nos anos 60 por Christian Lalive d'Épinay sobre o enorme crescimento do pentecostalismo. Aí se constata que no Chile, antes do Brasil, esse crescimento tinha a ver com o efeito dos processos migratórios muito acelerados para as grandes cidades, com o desaparecimento das comunidades originais de contenção, do mundo camponês ou indígena, e com a busca de novos espaços de contenção e pertencimento. Isso estava ligado a muitas evidências: ao sucesso dos pentecostais ao tratar do alcoolismo, que era a maneira que muitos migrantes tinham de enfrentar a situação da sua desintegração na urbe. E se os pentecostais tinham esse sucesso, era porque davam a eles uma comunidade de contenção e pertencimento, e ofereciam um tratamento afetivo personalizado semelhante ao que costuma ser dado nas igrejas evangélicas.

Hoje em dia a tecnologia oferece aos jovens processos de troca de identidade mais acelerados.

Sim, nos jovens está mais presente do que em outras gerações porque são os que mais se inserem nesses recursos ou ambientes tecnológicos onde se dá a aceleração. Mas o que apareceu na pesquisa sobre jovens no México é que isso também estava condicionado pela precariedade dos seus empregos e as expectativas que podiam ter sobre seus trabalhos possíveis. Na Pesquisa Nacional de 2005, deram aos jovens mexicanos uma lista de frases; a que eles preferiram foi: “O futuro é tão incerto que é melhor viver o dia”. Expressa uma vivência da temporalidade que tem a ver com o passado e com o futuro: para que vou me lembrar do passado, para que cultivar a memória, se isso não me serve para agir no presente; mas, ao mesmo tempo, se o presente é tão precário, para que penso em uma sociedade daqui a 15 anos, para que fazer a revolução? Uma consequência da aceleração é que uma das perguntas fundamentais do jovem de hoje seja: como negociar com este presente incerto?

Arminda Aberastury² pensa o presente do adolescente, por outro lado, a partir da falta de um luto por conta da perda do corpo. Não há ritos de passagem, a dessacralização do que foi retirado, e, ao não poder se despedir, não há passado do qual sentir saudades nem futuro para construir. Além disso, não há espaço de contenção, espaço físico ou simbólico, apenas o corpo é o território da identidade.

A mim me parece pertinente. Mas devemos acrescentar a explicação econômica. Lembro-me de uma brincadeira sociológica e é que agora o fim da adolescência chega aos 35 anos. No México, estabeleceu-se que a juventude vai dos 12 aos 29 anos. Na Europa, vai até os 35. O argumento é que agora os jovens vivem até os 35 anos na casa dos pais. Mas não passa por considerações sobre o corpo: isso é entendido por conta das condições de precariedade trabalhista de hoje, pela incapacidade de ser independente e autônomo, de ter sua própria renda e seu próprio lar.

2. Psicanalista argentina.

A hibridação gera medo de que se perca a identidade. Por isso, com certeza, acontece o ressurgimento de alguns fundamentalismos religiosos, evangélicos ou católicos.

Em partes, podemos nos alegrar porque o peso de certos fundamentos de tradições, como o catolicismo, se relativizou com a globalização, tornou-se frágil. Assim, hoje existem mais repertórios para fazer fusões e transgressões. Isso não me preocupa, nesse sentido sou antifundamentalista.

O tema que nos reúne neste número de *Calibán é excesso*. García Márquez em seu discurso do Nobel recordou que Antonio Pigafetta fez uma crônica que parecia mais uma aventura da imaginação. Poderíamos pensar que algo na nossa forma de pensar tende ao exagero? Realidade descomunal é o termo que utiliza García Márquez.

O excesso pode ser uma chave de leitura de muitos processos na América Latina, mas acho necessário não considerá-lo uma categoria metafísica, menos ainda naturalista, porque há o risco de cair no realismo mágico. Às vezes a América Latina é identificada naturalmente com a flora tropical transbordante, com a exuberância, é uma identificação mecânica. Suponho que vocês estarão vendo questões psicanalíticas ou psicossociais que são úteis para que sejam explicados excessos que têm a ver com o desejo, com a repressão, com a frustração.

Na minha perspectiva mais antropológica e sociocultural, diria que o excesso deve ser lido a partir da pergunta de três coisas: como é atuado, por quem e com quais fins. Não é o mesmo se é um recurso de luxo, de distinção ou de ostentação, ou de compensação simbólica de outras carências. Há pouco tempo estive analisando uma série de fotografias feitas por Andy Goldstein, fotógrafo argentino que trabalhou em 19 países da América Latina com uma organização chamada Techo (Teto), que oferece recursos para que habitantes de favelas, *villas miserias*, encontrem formas melhores de viver, de organizar seus espaços sem violentar suas próprias escolhas culturais. Eles fizeram uma pesquisa com apoio da Fundação Ford, de modo pouco comum nos trabalhos fotográficos com favelas. Geralmente nesses trabalhos o que se busca são fotos panorâmicas que causem impacto, o sensacionalismo da pobreza em enormes conjuntos.

Essa visão da pornomiséria.

Exatamente. Goldstein, pelo contrário, tira todas as fotos no interior de cada unidade habitacional que quase sempre é de um só cômodo. No texto que escrevi para esse livro, que se chama *Dónde nos ponemos* (Onde nos colocamos), faço uma análise antropológica dessas fotografias. Quero comentar uma foto onde há um acúmulo de objetos eletrônicos, vários televisores e equipamentos de som; isso em um contexto de um grupo social marcado pela carência. Essa imagem é a foto de uma história, da memória desse lugar, do que foram recolhendo; há algo que dizem com isso, não é um instantâneo. Nessa imagem da qual falo há excesso, mas é outra ideia de excesso. A foto de uma família que mora em uma casa de madeira com teto de zinco, com muitas carências, com um vestuário

elementar atualizado com logotipos de marcas, com uns equipamentos de som enormes de outros momentos históricos que não sei se funcionam, mas que lembra o título do livro de Remo Guidieri: *La abundancia de los pobres*.

As outras imagens são de uma certa exuberância em meio à precariedade. Reúnem-se muitíssimos objetos de plástico de diferentes cores, há mochilas, cobertores, papéis decorativos, calendários, iconografias religiosas ou esportivas tiradas da televisão, colecionam-se objetos. Há um senso de abundância, que entendemos se recuperarmos a sua história. Já quase ninguém diz, mas quando os televisores começaram a se popularizar, a crítica de alguns setores era: não têm o que comer, mas têm dinheiro para comprar uma televisão, como se houvesse uma hierarquia e uma progressão na maneira de consumir, de acordo com o que alguns julgavam indispensável e outros consideravam suplementar, ostentoso, luxuoso.

Seria necessário redefinir o que implica a janela televisiva, talvez seja o acesso à cultura e aos contrastes que a configuram. Pensava nos meios de comunicação como uma forma de transmissão de diferentes ideologias: a música, por exemplo, penetra sem que você tome consciência do que é assimilado, todos os cruzamentos que fazemos com os meios.

Por falar em música, isso me faz pensar em outro tipo de excesso, as 3.000 canções que as pessoas carregam no iPod. Quando vão escutá-las? Que tipo de avidez ou desespero está por trás desse colecionamento, dessa apropriação? Que busca de infinito?

Poderia-se pensar nessa ideia do impulso ao gozo que leva à busca da imediatez. Cada vez há menos espaço para a tolerância à frustração. Há uma revolução nos modos de relação social. Essa recuperação de passados que gerou o Facebook, mas também essa dificuldade de separação, o fato de estarmos conectados permanentemente, em um “clique” as pessoas se conectam.

Interessa-me o que dizem do Facebook como um recurso para se relacionar com vínculos perdidos da infância, da juventude; porque relativiza isso que tanto se fala, sobre o presentismo dos jovens. Esse fenômeno deve ser visto com mais cuidado porque nos jovens há memória, há desejo de recuperar ou de se identificar com certas raízes.

Eu gosto da noção de excesso como provocadora, mas me inclinaria a outra pergunta: o que fazemos hoje com toda essa abundância? Talvez seja uma palavra com menos conotação: abundância. A mim, particularmente, me desespera tanta abundância de informação. Resisti muito tempo a ter e-mail. Depois encontrei um colega que me deu uma ideia: que apenas poucas pessoas tivessem meu correio; pensei em 20 pessoas com a condição de que nenhuma delas vivesse na Cidade do México, com a ideia de que os que morassem aqui falassem comigo pelo telefone. Hoje tenho 1.620 pessoas nos meus contatos.

Há uma exasperação crescente, irrefreável, nessa abundância de informação que chega a nós todos os dias. Por isso é necessário repensar a noção de editor. Umberto Eco dizia que a internet é uma grande biblioteca mal organizada. Ne-

cessitamos de alguém que nos ajude a organizar a informação. Em dez ou quinze anos estamos frente a questões que outras gerações não se perguntavam ao longo de toda a sua vida. Como administrar um excesso ou uma abundância de informação que nenhuma pessoa individualmente é capaz de gerenciar? Como organizar essa abundância de informação? Como nos situarmos entre tanta informação acadêmica, tanta pornografia, tanta informação sobre objetos para comprar que se parecem entre si? Qual é o objeto adequado para o que estamos querendo? Como construímos diferenças em meio a tanta abundância?

Talvez seja necessário recuperar essa categoria cartesiana do que é claro e do que é distinto para pensar isso.

A categoria de excesso poderia ser pensada pela perspectiva de Calabresse no seu livro *La era neobarroca*, onde questiona os limites. Transgredimos limites todo tempo, vivemos na era do recorde Guinness, que sempre move o limite mais além, é o movimento da expansão. Os migrantes vivem cruzando limites, cercas.

Talvez em termos lacanianos poderíamos falar daquilo que não encontra um mundo simbólico onde possa ser contido.

O que dá o espaço simbólico são os buracos, o vazio. Se não há frustração, não há espaço para simbolizar. Isso acontece com as patologias contemporâneas: têm a ver com essa falta de simbolização e a saída pelo ato.

No meu livro mais recente, intitulado *La sociedad sin relato*, que é um livro de antropologia da arte contemporânea, tratei do que menciono. Não temos um relato que organize a globalização, falo de uma narrativa, em singular. Apesar da interconexão, nos falta uma narrativa que nos englobe. Há excesso de relatos de consumo, religiosos, ideológicos. Podemos participar de vários, podemos ser marxistas e budistas. Mas não temos um relato –e talvez não tenhamos nunca– que regule narrativamente as interconexões constantes que temos com outros, com os muitos outros diferentes com quem nos encontramos. Isso serve para pensar sobre a contenção simbólica, porque se torna dispersa a possibilidades de situar o desejo. Podemos pertencer a vários territórios imaginários sem aparente contradição ou forçando as tradições dos diferentes relatos para compaginá-los.

Não é utópico pensar em uma grande narrativa?

Não tenho nostalgia sobre um relato fundamental organizador. Esses relatos fundamentalistas se impõem por poder. A narrativa cristã como relato único tem algo de ficção instável. O relato trazido à América se hibridiza, se transforma; basta ver as fachadas das catedrais do século XVII. Os indígenas e os sacerdotes negociavam crenças, o que alguns chamavam de “a virgem” para outros era outra coisa. Como viver com muitos deuses? Essa é uma velha história. O cris-

Um lugar para pensar

Apesar de deixar de comentar sobre meus anos de análise no aspecto mais íntimo, é difícil sintetizar um vínculo que comecei com um grupo de pesquisa sobre arte e psicanálise, na Argentina, nos anos 70, a frequência simultânea a aulas de Paul Ricoeur, Jacques Derrida e algumas poucas de Jacques Lacan, quando realizei o doutorado em Paris no início dessa década, e o uso livre que fiz do pensamento psicanalítico na parte mais hermenêutica do meu trabalho como antropólogo. Talvez a diversidade entre esses três autores sugira que meu acesso à teoria e ao método psicanalíticos possa ser descrito como uma frase de Merleau-Ponty ao fazer alusão à sua atração pelo marxismo: “Um lugar para pensar”. Várias vezes, ao estudar as máscaras ou outros artesanatos, os modos de habitar a megalópole

e imaginá-la ou de fazer sociologia da arte, experimento a preocupação do que não pode ser captado por pesquisas, entrevistas marcadas e observação etnográfica. Assim como a psicanálise necessita se confrontar com o saber das ciências sociais, elas encontram na hermenêutica psicanalítica o treinamento para a desconfiança sobre o que é aparente e a compreensão do sentido poético e conflituoso da existência. Os antropólogos ou sociólogos que mais admiro –Lévi-Strauss, Clifford Geertz e Richard Sennett (de certo modo, Bourdieu)– exemplificam, creio, que para aprofundar-se no conhecimento é necessário deixar-se instruir pela psicanálise e ter com ela, como com a própria disciplina, seja a sociologia, a antropologia ou a filosofia, uma relação criativa, indisciplinada.

tianismo, com seu autoritarismo político-econômico, pôde manter uma aparente ortodoxia unitária. Mas sob esse manto conviviam muitas crenças.

Caberia pensar o relato freudiano, a psicanálise, como uma teoria quebrada. Há muitas maneiras de falar sobre ela: como são controladas as hipóteses em psicanálise, seu pertencimento clínico, sua validação empírica? A psicanálise contribuiu muitíssimo para legitimar na cultura contemporânea, e na própria epistemologia, os saberes hermenêuticos, não só os saberes contrastáveis empiricamente. Mas não há uma arbitragem suficiente na hermenêutica para dizer que Freud continua a ser a autoridade máxima ou Lacan ou qualquer outro ou outra.

Como são construídos os ídolos na cultura contemporânea?

Nos modos de fazer cultura dos jovens, de criar e recriar, você vê que as coisas são pensadas de outra maneira. Não desaparece o ídolo, o mundo juvenil está cheio de figuras idealizadas, como Lennon, Madonna, o Che. Colecionam-se ícones muitas vezes incompatíveis entre si. Essa amplitude do repertório pode se relacionar com o excesso e a abundância. Mas também tem a ver com a própria dinâmica formal de construção criativa que essas tecnologias digitais habilitam. Por exemplo, a ideia do “prosumidor” (fusão de produtor e consumidor), do DJ, que toma um produto cultura preexistente e o transforma, faz outra obra. Ele sabe que na rede isso vai ser reformulado várias vezes. Aí desaparece a noção de autor, por isso para as novas gerações é tão fácil rir da

acusação de pirataria e, por isso, da noção de autor; não há propriedade única, exclusiva. Há um “procomum” do qual falam os “prosumidores” e os hackers, que não é roubo, que não é pirataria: consiste em colocar à disposição um saber para que todos tenham acesso.

Poderíamos falar de um pensamento próprio latino-americano?

Há mais de 15 anos vem se falando entre especialistas que não há uma identidade, mas sim muitas identidades. Há mais de 400 grupos indígenas, e os afros, mais os migrantes; a fórmula que se estabeleceu para organizar isso conceitual e politicamente é: há um espaço sociocultural latino-americano onde coexistem muitas identidades, trabalhem com esse espaço que historicamente tem certa conformação. Você pode dizer que não há uma só identidade, mas sim que tem certa história, reconhecível. Mas como um espaço sociocultural comum, não como uma identidade.

Nós concebemos a psicanálise como uma teoria transcultural, como teoria do íntimo que cava em profundidades familiares para qualquer ser humano pelo fato de sê-lo. Mas é óbvio que o encontro com uma cultura determinada produz particularidades. Aqui falaríamos de uma hibridação entre o íntimo universal e a cultura particular.

Gosto de pensar na psicanálise como uma teoria transcultural. Freud tem dívidas com culturas diferentes, com a Alemanha, com a Grécia, seu interesse pela arte africana.

Como antropólogo, tendo a desconfiar de qualquer universalidade preexistente. A constatação de que há muitas formas de ter intimidade no mundo contemporâneo, no mesmo país, na mesma cidade, me obrigam a relativizar a ideia de uma intimidade universal. Nos estudos de culturas e práticas digitais é assombroso o que emerge quanto à mudança da noção de intimidade, é abismal. Está associada à mudança de outras noções, à mudança da noção de sofrimento ou da noção de memória. Essa diversidade faz com que eu retorne à ideia de se não necessitamos de certas convenções universais para poder conviver. Poderíamos construir formas de convivência entre países monogâmicos e poligâmicos, entre os que usam véu e os que não usam? Creio ser uma tarefa necessária para o futuro pensar em uma espécie de ética universal de convivência, mas não em uma categoria universal preexistente.

A intimidade como forma de posse. É possível um tipo de intimidade com alta confiança no outro, do outro com você? Uma intimidade onde haja certa incondicionalidade no que se espera do outro e do que o outro espera de você, sem ter as marcas da posse? Encontro essa preocupação como ponto de partida em diálogos com pessoas da minha geração ou de outras gerações. Alguns mencionam a palavra fidelidade em um novo registro, já não como compromisso irrestrito, mas sim como algo renovável, frágil, mas desejado: creio que, se olharmos dessa maneira, a intimidade é algo que podemos desfrutar com menos desespero.

Graças a esses aparelhos virtuais hoje em dia.

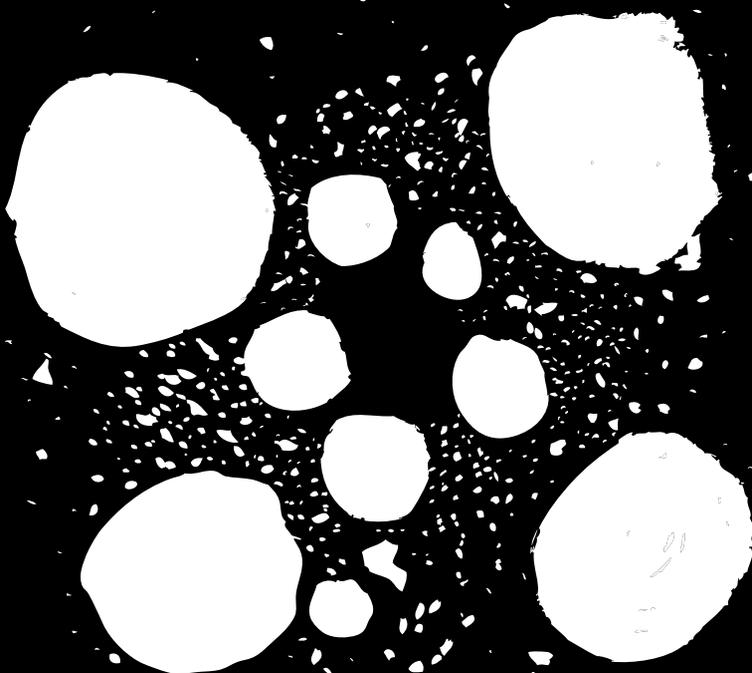
Os celulares são usados de muitas formas. Sim, são instrumentos de controle dos pais com relação aos filhos, entre casais. Mas me fascina, me intriga e me desespera a rapidez em que tudo isso muda, porque as pessoas se desconectam graças aos dispositivos comunicacionais. Desde os anos 90 vivemos essa avidez de estar cada vez mais conectados, em todas as horas do dia, queremos mais aparelhos. Mas começamos a descobrir que o celular é um instrumento de exploração no trabalho, de venda de cartões por um call center a qualquer hora, serve para muitas coisas. O eletrônico permite uma interconexão mais viva, simultânea, mas também estimula uma sensação de querer se desconectar. Aí viria paradoxalmente uma recuperação da sensação de intimidade.

Quando se migra, se instala algo com o retorno, a nostalgia se instaura.

Podem coexistir a nostalgia e novos amigos. Eu me radiquei no México. Em 1983 tive que decidir se voltava para a Argentina ao terminar a ditadura. Eu me sentia muito arraigado no México por ter feito muito trabalho de campo. Meus filhos são daqui, minha companheira atual é mexicana. Houve uma decisão que confirmou uma intuição: que nunca se volta à pátria que foi deixada. Você deixa um país e volta a outro. As transformações da Argentina na economia, na cultura e na vida interpessoal nos fazem pensar que é útil voltar. A La Plata onde me formei era outra, já não existe: há um ressurgimento cultural, mas já não é a cidade em que vivi. Vale a pena o aprendizado do migrante, de pertencer a várias pátrias.

Algo para concluir.

Não é preciso concluir, não há conclusões.



Vórtice
Investigar em psicanálise

O analista investigador *auto-reverse* e o mapa da mina

Lúcia Palazzo*

*Há mais coisas entre o céu e a terra do que
supõe nossa vã filosofia.*

WILLIAM SHAKESPEARE

*A dúvida é autora das insônias mais
cruéis. Ao passo que, inversamente, uma
boa e sólida certeza vale como um barbi-
túrico irresistível.*

NELSON RODRIGUES

O interesse no debate sobre investigação em psicanálise, seja pela via institucional ou pessoal, no ofício diário da escuta do inconsciente, possibilitou a contribuição dos autores dos artigos que poderão ler nesta edição da seção Vórtice. Com a condição intrínseca à nossa prática de não postular um saber *a priori* ou a busca intencional de algo que garanta a tranquilidade impossível, propomos algumas questões para reflexão que auxiliem a leitura e ampliem o horizonte sobre o tema.

Com o método criado por Freud, o psicanalista é um investigador em ação na sua clínica, atento ao sentido daquilo que escuta e, também, ao que não é dito, e a sua postura frente ao novo e desconhecido difere dos profissionais de outros campos do saber. Muitos se ocuparam em definir *o que é ou não é psicanálise* frente à tradição científica ocidental e deixaram-nos um legado importante para a continuidade e transmissão do saber psicanalítico. A psicanálise sofre críticas e desconfianças desde sua invenção e sustenta sua legitimidade e eficácia nos processos analíticos, a partir de cada sujeito que passa pelo divã. Porém, pode correr riscos de outra ordem sob o ponto de vista de sua sobrevivência institucional.

Herdamos o medo de que as instituições psicanalíticas não sobrevivam se não responderem às questões do seu tempo, como nos alertou Green (2008). Como, também, o receio da avalanche tecnicista científica que não dá conta do movimento inusitado das barbáries e das paixões humanas.

O estatuto da ciência é o de ter um objeto definido e determinado antecipadamente, diferenciando-se da psicanálise. E a interlocução que a práxis psicanalítica pode estabelecer com o campo da ciência está inserida em um contexto histórico, considerando que a ciência, também, tenha sofrido modificações em sua definição ao longo do tempo. Atualmente, qual seria o diálogo possível? Talvez o específico da psicanálise seja que, na prática, encontramos o que já existe, ou seja, trata-se de um reencontro, mesmo que não saibamos. Encontro que preenche de sentido ao mesmo tempo em

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.



Obras nesta seção: Irene Kopelman, *Dibujos desde el río* (27 desenhos, tinta sobre papel, 21 × 29 cm, 2012). A série foi feita às margens do rio em Madre de Dios, Peru. A partir de diversas distâncias –de 0 a 250 metros–, a artista desenhou apenas as áreas da selva em que a vegetação se tornava tão densa que parecia negra.

que esvazia para abrir novas possibilidades de produção de sentidos. É um encontro cuja encenação se dá entre *sujeitos*, com suas histórias, aventuras e desventuras.

No simpósio de lançamento da revista *Calibán*, no Rio de Janeiro, em outubro passado, Joel Birman, psicanalista convidado, em sua conferência de abertura discorre sobre a escrita

psicanalítica lembrando que a documentação freudiana e suas escrituras clínicas tratam do sujeito em cena, cuja narrativa clínica privilegia a singularidade de cada analisando. As extensas exposições clínicas de Freud tinham como títulos nomes pessoais ou a trama que os envolviam, como por exemplo, “Dora”, “O pequeno Hans”, “Schreber”, “O homem dos ratos”.

Tratando o sintoma como uma positividade, um enunciado a ser desvendado, e não a expressão de uma negatividade, um déficit a ser mensurado e corrigido. *A vida como ela é*, uma série de crônicas do escritor brasileiro Nelson Rodrigues, aproximam-nos dessa vida retratada a partir dos desejos, sofrimentos, dores e fantasias do personagem em trânsito e inacabado. Será que os projetos que abraçamos e defendemos, sejam lá em que continente for, contribuem e retratam a vida como ela é?

Como diz a música *Auto-reverse* do grupo brasileiro O Rappa: “*Ladies and gentlemen, estamos na linha do tiro / Somos luzes que faiscam no caos... / Aí que tá a mágica, meu irmão! / Que pulsa no peito, / Que sente e não julga, / Que tira do sério... / E não dá pra explicar, / Aí que tá o mistério, meu irmão!*”.

Então, quais seriam os desafios para a horda psicanalítica latino-americana, após cem anos de “Totem e tabu”? Muitos são os percalços, a começar pela dificuldade em colher dados oficiais através do site da IPA, que pouco oferece, até o momento, de informações em idiomas diferentes. Outros desafios ou perguntas que circulam no nosso imaginário e transitam entre os membros em geral: as pesquisas realizadas pelo Comitê de Investigação da IPA, seja no campo conceitual, empírico ou clínico, atendem às demandas de conhecimento, desenvolvimento dos membros e de sua clínica pessoal, ou investem em projetos que visam à interface social e cultural? Os conceitos fundamentais como: inconsciente, pulsão, transferência, compulsão a repetição e fantasia são mensuráveis e passíveis de síntese? Há algum interesse específico, regional, em relação ao mercado de trabalho, em relação aos serviços de saúde, em relação à inclusão e expansão da psicanálise em outros países, além do circuito onde ela nasceu e germinou? Levando-se em conta que o envelhecimento dos membros da IPA só cresce e o ingresso de candidatos nos institutos de formação decresce na mesma velocidade, é preocupante que poucos jovens procurem as nossas instituições para estudar e aprender psicanálise, na melhor das hipóteses. Será que esse

esvaziamento pode ter relação com as opções de investimento que as nossas instituições têm realizado? *O que e para quem investigamos? Qual é o mapa da mina do inconsciente?* Sim, porque o inconsciente é uma mina que brota de forma inesgotável, mesmo que os analistas não enriqueçam financeiramente com ela.

Breve histórico

Os pioneiros da investigação em psicanálise, além de Freud, são Sandór Ferenczi e Otto Rank quando publicaram em 1923 seu trabalho “*Entwicklungsziele de Psychoanalyse*” (Becerra, 2000). Nesse mesmo texto consta a informação de que o Comitê de Investigação da IPA foi criado em 1993 por Joseph Sandler, no mesmo ano em que se realizou o primeiro Congresso de Investigação em Psicanálise, no mês de março, em Londres. Em 1995 se iniciou em Londres o Programa de Treinamento em Investigação Psicanalítica, que contemplou vários analistas e candidatos de regiões diversas. Atualmente, existem muitas linhas e projetos em andamento, algo impossível de enumerar nesta breve comunicação, independentemente de sua eficácia, interesse e alcance. Inclusive o *working party* com variadas propostas de abordagem e escuta clínica, favorecendo o diálogo entre os analistas, mas com modelos diversos de acordo com a tendência teórica de quem os cria.

Stefano Bolognini, recém-eleito presidente da IPA, gentilmente nos contemplou com a entrevista que poderão ler, afirmando seu empenho e comprometimento em fortalecer e dar continuidade ao crescimento da nossa instituição, inclusive com grande incentivo ao Comitê de Investigação. Acredita e valoriza a maior participação dos membros, deixando um sabor de convocação aos analistas na construção de novos tempos. Sendo assim, voltamos a algumas questões muito importantes para reflexão levantadas por Robert Wallerstein e André Green, cuja polêmica em torno do tema foi apresentada nos trabalhos publicados no *International Journal of Psychoanalysis*, e que tão bem Leopold Nosek relata em

seu artigo, a partir de sua proposta na editoria do *International Psychoanalysis – The Newsletter of the International Psychoanalytical Association*, em 1996, apresentando, também, seus questionamentos em relação ao confronto entre os parâmetros positivistas e a especificidade psicanalítica.

Wallerstein (2006) faz uma retrospectiva histórica do movimento psicanalítico, enfatizando as grandes perspectivas teóricas e diferentes metapsicologias, fruto do pluralismo de pensamento. Acredita no terreno comum que une os analistas, sustentado, segundo seu ponto de vista, na convergência clínica.

“Em minha maneira de ver, esses escritos apontam, entretanto de forma incipiente, mas crescente, a transcender o pluralismo teórico compartimentalizado retoricamente de nossos dias, com vistas a uma ‘convergência’ ou ‘terreno comum’, como queiram chamar, antes de tudo no nível clínico, certamente; e esse será, em verdade, o futuro imediato de nossa disciplina, verdadeiramente apaixonante: o crescimento conjunto de um marco geral, primeiramente clínico e, depois, cabe esperar, teórico, para a psicanálise. Trata-se de uma visão de uma estrutura unificada e coerente, clínica e teórica, que, como em outras disciplinas científicas afins, se prestará à verificação teórica (e empírica) sistemática, capaz de refinar e ampliar a teoria e de conferir cada vez mais precisão à sua aplicação no consultório”¹ (p. 653).

Green (2006) contesta esse posicionamento afirmando que “a psicanálise não é uma ciência e nem um ramo da hermenêutica: é uma prática baseada no *pensamento clínico*, que dá origem às hipóteses teóricas” (p. 664). Discorda de qualquer apaziguamento que subtraia as diferenças e afirma que o dito pluralismo não existe, sendo idealização de uma convergência impossível. Lembra fatos históricos de brigas, incompatibilidades e duelos sangrentos ao longo dos anos.

“(…) Pergunto se a explicação dessa classe de pluralismo não é fundadora da crise da psicanálise, que talvez nos esteja impulsionando para a reconciliação na esperança de alcançar uma milagrosa reunificação. Esse pluralismo é, por sua vez, uma situação real e uma ilusão; é uma ilusão porque o pluralismo pressupõe que entre os diversos pontos de vista reunidos haja, ao menos, intercâmbios que deem razão das diferenças, sendo que esses intercâmbios não aconteceram jamais. Porém, digo que, por sua vez, é uma situação real, porque a leitura de um número qualquer do *International Journal of Psychoanalysis (IJP)* nos brinda com a melhor demonstração do caos teórico vigente” (p. 660).

A aproximação do tema investigação em psicanálise, embora delicado por sua própria natureza, marca o valor histórico e contemporâneo do debate através das vozes em *Calibán*, no sentido de avançar para que o *movimento psicanalítico* tenha vida longa.

Cartografia que se anuncia para o século XXI

Algo de sinistro, de desafio, de impossibilidade, de expansão, de limite, de realidade, de ficção, de sonho, de legislação e colonização do futuro, de aproximação aos novos tempos, de contemporâneo, de antropofagia de teorias e modelos, línguas e linguagem atravessa o tema da investigação psicanalítica. A questão da ética da psicanálise também se faz presente em cada autor que defende seu ponto de vista, desde seu lugar de pertencimento e práxis, seja na teoria ou na clínica, mesmo que provisoriamente, e seu sentimento ético recoloca e atualiza a questão. Assim, poderemos ver em Vórtice algo que se anuncia e transita o pensamento atual, em vários países onde habita o movimento psicanalítico dentro do território da IPA, e mais além da América Latina. A riqueza do debate é evidente, desde o breve histórico acima até as diversas contribuições em foco, em seguida parcialmente retratadas.

1. As citações desta e da próxima página foram traduzidas livremente pela autora.

Charles Hanly, presidente da IPA até julho de 2013, coloca que a psicanálise é uma ciência observacional, e não experimental. A teoria se desenvolve, segundo seu ponto de vista, a partir de observações clínicas que ocorrem no funcionamento e na vida dos pacientes em função do processo clínico. Discorre sobre muitas opiniões controversas a respeito da legitimidade, ou não, dessas observações, já que a subjetividade do analista está em jogo. Porém, acredita que é possível responder às críticas, uma vez que a psicanálise proporciona os recursos necessários para compreender e identificar falhas, inclusive através da análise do analista.

Moisés Lemlij, ex-tesoureiro da IPA, aborda questões relevantes no tocante às finanças e investimentos, principalmente na destinação do montante recebido das mensalidades, aproximadamente dois milhões de dólares ao ano, direcionado para projetos com retorno pouco expressivo. O envelhecimento dos membros, pouca entrada de jovens, desperdício de tempo e dinheiro, formação sem atrativos e pouco investimento em atividades que proporcionem maior projeção na comunidade são temas que sugerem maior cuidado.

Ricardo Bernardi *reafirma* a posição freudiana da observação clínica, reforça a ideia de trabalhos grupais para fomentar a troca de ex-

periência entre os analistas, acima de filiações teóricas. Acredita na fertilização da psicanálise por outras disciplinas e na busca de consiliência como espaço de troca com outros saberes, para melhor definição de conceitos, estudos de problemas por diversas metodologias e perspectivas, e nos estudos da neurociência e da neuropsicanálise.

Serge Frisch já questiona quais seriam os destinatários da investigação, pois seu objetivo está relacionado ao público a que se direciona. Nos países de língua francesa usa-se, mais frequentemente, o termo avaliação, em vez de investigação, que evoca como mais adequado para os fenômenos psíquicos. Afirma que nos últimos anos a investigação “sobre” psicanálise foi mais valorizada política e financeiramente em detrimento da investigação “em” psicanálise clínica e conceitual, em contradição com a cultura analítica. Em contrapartida há exigências do poder público e do mercado para obter resultados e avaliação da eficácia do método analítico frente aos sintomas. Sendo dois domínios distintos, psicanálise clínica e pesquisa empírica, embora autônomos, não excluem o diálogo. “Avançar é aceitar perder-se.”

Clara Schejtman, a partir de sua experiência como coordenadora, desde o ano 2000, de uma equipe de profissionais clínicos, na sua maioria



formados nos institutos da IPA, e com atividades de docência e investigação na Universidade de Buenos Aires, acredita que há uma troca fecunda em ambos os espaços. Esses projetos convocam problemáticas provenientes da clínica e prevenção na primeira infância, a fim de produzir conhecimento acerca dos primeiros tempos de estruturação psíquica. Alguns membros são treinados através do *Research Training Program* (RTP) da IPA, em Londres. Seus estudos versam sobre os afetos, sobre aspectos da subjetividade materna e as interações entre mães e bebês, o autoerotismo constitutivo, a construção dos processos de simbolização, entre outros. Finaliza advertindo sobre a necessidade de intervenção na primeira infância, e que as investigações podem colaborar na elaboração de novas modalidades de intervenção, ampliando o horizonte clínico.

Miguel Calmon é muito contundente na afirmação de que o discurso psicanalítico se produz a partir da turbulência das produções do inconsciente, material de análise que excede, irrompe e altera o sentido atribuído pela consciência. A pulsão de morte, conceito fundamental que norteia nosso lugar como psicanalistas, também nos condena à tarefa interminável de representar o que nunca se esgota em nenhuma representação. Diz que nos agrupamos nas instituições com o intuito de preservarmos a “soberba serenidade” que desejamos inconscientemente. Porém, essa filiação pode ser a armadilha para uma pretensa “autenticidade” dos descendentes freudianos, que, na tentativa de integração e afirmação da suposta verdade, acabam por criar programas e projetos de pesquisa, que podem banir o que há de paradoxal na psicanálise. Lembra-se do mito da criação, Adão e Eva, que ao comer o fruto proibido foram expulsos do paraíso, destino trágico dos homens, saber de sua morte e finitude.

Daniel Rodríguez, com irreverência e humor, contrasta as opiniões de Green-Wallersstein apontadas acima, além de levantar a questão da inquietude da comunidade analítica institucionalizada em relação a conviver com

a diversidade, uma vez que frequentemente lança mão da ideia tranquilizadora e duvidosa: “Na clínica... nos encontramos todos”. Cita Bachelard ao advertir sobre a fantasia de unificação do conhecimento, que pode funcionar como obstáculo epistemológico, empobrecendo os ganhos de cada território teórico. A partir da concepção de que não existe uma só ciência, e que o modelo de referência determinará o objeto, a estratégia e os modelos de investigação e avaliação, assinala como diferença e marca de nossa disciplina a inclusão da subjetividade e do sujeito, que foram “forcluídos” dos modelos de investigação das ciências da modernidade. Sugere, ainda, uma possibilidade de unidade para a psicanálise, e não de fusão das teorias, a partir da tentativa de discriminar para cada modelo seus conceitos fundamentais, tal como pontuado e desenvolvido por Lacan.

Marcelo Viñar, inicialmente, recorda-nos que o gesto analítico originário é investigar, desdobrando-se na possível melhora terapêutica do analisando no reposicionamento frente a si mesmo. Isso implica voltar ao inesperado, à intempérie e ao assombro da experiência original do trajeto psicanalítico, distinto das concepções das ciências da natureza e sua racionalidade, cuja investigação sistemática aponta certezas e uma definição da verdade sobre o humano. À sombra da modernidade, a tópica freudiana nos dizia de um modelo capaz de enquadrar o conflito psíquico e suas ansiedades, no reconhecimento da repetição, do mal-estar neurótico e da elaboração do sujeito na trama da novela que construa de si mesmo e de seus vínculos. O que nos remete a repensar o sujeito que se apresenta hoje, falante, mas ausente ou em fuga dos seus afetos. Coloca que precisamos interrogar sobre essa nova forma de subjetivação, de temporalidade psíquica, esse mundo veloz de imagens e de passagens ao ato e ao corpo, ou seja, orientar a investigação psicanalítica na direção da cultura.

Analia Wald e Silvia Acosta instiga-nos a pensar sobre a necessidade de inovação e de abertura no debate sobre investigação, já que se trata de um processo que exige tomada de

posição frente à tensão existente entre pressupostos distintos, a saber: objetividade e subjetividade, racionalismo e sua tendência ao universalismo e o relativismo na defesa de uma singularidade evanescente. Questionam se os programas de incentivo à investigação e de formação de investigadores, estabelecidos pelo *Research Advisory Board* da IPA e o *Research Training Programme*, cumprem a premissa de ser um espaço criativo de inovação e abertura para as atividades científicas. Mais ainda, como sustentar a especificidade de nossa disciplina? Será que então estamos diante de um beco sem saída forjado por crenças a partir de modelos de investigação dominantes? E os desafios para os membros da América Latina, que lutam por espaço para contextualizar os problemas regionais e competir igualmente por subsídios com suas propostas metodológicas escritas em sua própria língua? Tantas outras indagações relevantes são colocadas em discussão e como alternativa à sugestão da criação de um RTP latino-americano.

Carlos Plastino oferece-nos uma ampla reflexão sobre os paradigmas da modernidade e sua crise e seu entrelaçamento no campo psicanalítico. Percorre historicamente alguns conceitos da teoria freudiana, conduzindo ao entendimento do caráter revolucionário da psicanálise com a descoberta da existência da realidade psíquica, genuinamente inconsciente. A revelação do funcionamento do inconsciente, através da descoberta do processo primário, confrontou as crenças básicas que embasam as concepções ontológicas, epistemológicas e antropológicas fundamentais do paradigma da modernidade. Além de se tornar incompatível com a concepção antropológica organizada em torno da separação radical entre o corpo e o psiquismo. A base, o “chão”, que sustenta o saber psicanalítico é a clínica, porém o “teto” é a metapsicologia, influenciada por crenças dominantes na época, vinculadas à ideologia do patriarcado sobre o papel da mulher, sobre os

dualismos natureza e cultura, afeto e razão, corpo e psiquismo. Acredita que toda essa herança moderna exige um profundo esforço de reflexão para alcançar uma mudança de pensamento que dê conta das novas formas de subjetividade, que supõe diálogo com outros saberes. Reafirmando, através de Castoriadis, a necessidade de “a psicanálise reassumir seu papel de ser portadora do escândalo”.

Geração “play” em tempos de excesso

Para onde aponta a falta? Questão formulada nos corações e mentes de cada sujeito que se deita no divã. Vivemos no fio da navalha, tanto para o bem quanto para o mal.

Para finalizar, lembrei-me de uma reportagem em um jornal do Rio de Janeiro sobre o Rock in Rio e a geração “play”, grupo de pessoas que assistiu aos shows pelo celular, enquanto filmavam o mesmo. Os jovens do Rock in Rio parecem confirmar a ideia de que é difícil encarar ou aderir à realidade nua e crua, lançando mão dos diversos artifícios que sustentam o sem-fim de sensações e novidades. Talvez seja preciso um filtro ou fantasias que emoldurem a nossa percepção para podermos transitar entre o passado e o presente. Inconsciente, pulsão, fantasia são conceitos que sugerem vivências impossíveis de aferição. Qual seria a métrica que nos compete, já que não manipulamos dados para fazer estatísticas? Pois analisar significa fracionar, explorar em detalhes, singularizar, e não sintetizar e homogeneizar. A métrica é um conceito que relacionado à música ou poema pode marcar tempos, ritmos e compassos, ou ser indicador de qualidade, tornando possível tanto a *repetição automática* como a *criatividade*. As mesmas notas podem revelar o poder de criação que singulariza cada pessoa. Avançar sem perder o nosso ritmo e sem nos tornarmos autômatos no meio da multidão, filmando o mesmo espetáculo, é o grande desafio para quem acredita no inconsciente, *psicanalistas auto-reverse*.

Referências

Becerra, T. L. (janeiro-junho de 2000). Líneas y técnicas de investigación en la Asociación Psicoanalítica Internacional. *Cuadernos de Psicoanálisis XXXIII: 1 y 2*.

Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 11; P.C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).

Green, A. (2003). A crise do entendimento psicanalítico. In Green, A. (Org.), *Psicanálise contemporânea: Revista Francesa de Psicanálise* (pp. 477-495). Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: SBPSP. Departamento de Publicações.

Green, A. (2006). La ilusión del “terreno común” y el pluralismo mítico. *Psicoanálisis APdeBA*, Vol. XXVIII, nº. 3.

Green, A. (2008). Reconhecimento do inconsciente. In *Orientações para uma psicanálise contemporânea: desconhecimento e reconhecimento do inconsciente* (pp. 277-287). Rio de Janeiro: Imago.

Wallerstein, R. S. (2006). Será el pluralismo psicanalítico un estado duradero de nuestra disciplina?. *Psicoanálisis APde BA*, Vol. XXVIII, nº. 3.

Wallerstein, R. S. (2006b). ¿Diálogo o ilusión? ¿Y cómo seguimos a partir de aquí? Respuesta a André Green. *Psicoanálisis APde BA*, Vol. XXVIII, nº. 3.



Qual enfoque de investigação para nosso pluralismo teórico e científico?

Abertura, debates e propostas

Silvia Acosta e Analía Wald*

Da racionalidade à sensatez e da objetividade ao consenso não forçoso.

R. RORTY, 1991/1996

Uma só condição é necessária para que cooperemos frutiferamente: ninguém deve desertar do campo comum dos pressupostos psicanalíticos.

S. FREUD ao Comitê, 1924

Abertura

Abertura implica uma inovação que geralmente acontece como resposta a uma necessidade frente à falha ou à inadequação dos enfoques tradicionais ou ditados pelo costume frente a um problema. Quando as respostas que encontramos para lidar com obstáculos ou para resolvê-los não se traduzem em soluções, a demanda por inovação e abertura é uma consequência natural.

Quando falamos de investigação em psicanálise, tanto no processo de investigar como na ação de transferência dos nossos achados, devemos tomar posição frente a debates e tensões básicos da atividade científica psicanalítica. Tensões entre objetividade e subjetividade, entre o racionalismo e a sua intenção universalista, e entre o relativismo e a defesa extrema de uma singularidade evanescente.

Nos últimos anos, a investigação em psicanálise, longe de se libertar da responsabilidade de gerar conhecimento sistemático e da busca de consenso, tentou tomar posição com relação a essa necessidade, estabelecendo programas de incentivo à investigação e à formação de investigadores. Os subsídios do *Research Advisory Board* da IPA e do *Research Training Programme* (RTP) são exemplos concretos. No entanto, cabe perguntar até que ponto esse espaço que propicia a atividade científica responde a um modelo de abertura e inovação.

Debates

Qual é o status científico da psicanálise, qual é o seu paradigma de adscrição e quais os enfoques de investigação pertinentes? As implicações desse debate –e de suas respostas tentativas– tornam-se evidentes no momento em que se pensa no apoio para a investigação oferecido pelo marco institucional.

Pode-se inferir em Freud (1923/1989) uma relação inseparável e de mútua influência entre a arte da interpretação como forma principal de acesso a certos processos anímicos, o método terapêutico derivado da sua forma de inteligência daquela maneira de investigar e o caráter científico da teoria psicológica que é

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

produto do seu “procedimento de indagação”. Assim, a psicanálise fica definida em um ponto de articulação entre as ciências naturais e as ciências sociais. Ambas com paradigmas diferentes que, em seus extremos, lutam por considerar o sujeito ontologicamente como um conjunto de regularidades identificáveis e previsíveis ou como uma narrativa de expressão de época, contextualizada, absolutamente singular, acessível somente a partir do olhar único do investigador participante/interpretante.

Algumas respostas

Que resposta, a partir do marco institucional, foi elaborada para essa complexidade teórica e epistemológica?

Se revisarmos as publicações e produções científicas emergentes da atividade de investigação na IPA, claramente surge um apoio sistemático a diferentes propostas de investigação que abordam apenas uma parte do objeto de estudo da psicanálise. Sobre isso, André Green (1996) defende que nessas investigações há um descuido por conta da especificidade do intrapsíquico e do inconsciente, e uma escassa consideração dos parâmetros da situação analítica que se referem ao setting, com a ideia implícita de que procedimentos observacionais das relações interpessoais podem abordar melhor o objeto da psicanálise do que as especulações dos psicanalistas baseadas em sua própria experiência clínica. Daí considerar que ainda nos falte o método de investigação que seja coerente, não com os conteúdos da psicanálise, e sim com o tipo de pensamento que é seu verdadeiro objeto.

Ou seja, existem textos que evidenciam soluções transitórias e, até certo ponto, falhas, por defender um modo de investigar sobre aqueles aspectos da psicanálise que são somente observáveis, microanalíticos, alheios ao lugar e à subjetividade do investigador e carentes de contexto histórico, cultural e social. Próprias da tentativa de sistematizar uma prática clínica específica com métodos inespecíficos em vez de tentar reproduzir as múltiplas expressões de uma lógica particular, que é a

compreensão do processar psíquico e de suas manifestações em termos psicanalíticos.

Fica claramente estabelecido que, em termos de tensões, as soluções implantadas provocam uma produção de conhecimento supostamente *objetivo, sobre processos manifestos e escotomizados*, alheios ao mundo conceitual e ontológico da psicanálise. Isso faz com que, analisadas em conjunto, naquelas produções alusivas à tentativa de abordar o intangível do objeto psicanalítico, como o *intrapsíquico, o inconsciente, o que é próprio do analista* (como observador e participante) com seu analisando, isso fique reduzido a uma mínima expressão. Então, *até que ponto* o que foi produzido *representa saber mais e melhor sobre psicanálise?* Se do que se trata é de transmutar a singularidade da psicanálise em uma parcialização daquilo que compartilhamos do nosso objeto com todas as demais disciplinas psicológicas e clínicas, como sustentamos a especificidade da nossa disciplina?

Uma resposta generalizada para essa pergunta é o abandono da investigação e da intenção de investigar. Essa opção geralmente é consequência da percepção de que nos encontramos em um beco sem saída. E essa crença é também resultado de um modelo dominante de formação em investigação.

De fato, não só as formas de treinamento em investigação dentro da psicanálise são escassas, senão que ofereceram até aqui um só dicionário metodológico que não fez mais do que aprofundar o debate e a polarização. Investigadores e epistemólogos que desenvolvem respostas alternativas e que são pioneiros na construção de modelos sistemáticos para abordar objetos de estudos complexos, de certo modo intangíveis –porque compreendidos cultural ou subjetivamente–, não são parte do conteúdo curricular natural do RTP. Para exemplos, González Rey (2006), Carlo Guinzburg (1986), Stiles (2009), entre tantos outros.

A psicanálise latino-americana

Nós nos encontramos frente ao desafio regional de explicitar nossos problemas teóricos

e clínicos, social e culturalmente contextualizados, e de conseguir que nossas propostas metodológicas fundamentadas e escritas em nossas próprias línguas possam competir de igual para igual pelos subsídios e pelos espaços de formação atualmente disponíveis. Como isso pode ser possível, se a demanda, se os requisitos de investigação próprios do paradigma dominante positivista nos obrigam a contar com laboratórios de observação, com centenas de sessões registradas e transcritas para ser analisadas por terceiros não implicados, se devemos protocolar cada intervenção? Mas trata-se apenas de um problema de recursos? É realmente esse o único cenário possível para a formação e o aprendizado em investigação? Torna-se impossível defender a ideia de que não há uma abordagem *princeps*, mas sim uma abordagem metodológica adequada ao problema e ao objeto, e que a formação como investigador não deve ser alheia à formação como psicanalista.

Se a nossa singularidade sociocultural nos afasta desse *cenário ideal*, isso implica que nossos achados teórico-clínicos não possam ser ponderados cientificamente? Realmente devemos aceitar que as condições de produção de conhecimento nas quais nos formamos e trabalhamos sejam de qualidade discutível?

Se a lógica discursiva e procedimental nos empurra a essa conclusão, é porque a necessidade de inovação e de abertura é urgente. O debate se torna ainda mais relevante frente à alternativa provável de que o *Research Training*

Programme da IPA possa ser realizado a cada ano em uma das três regiões. Podemos fazer uma importação direta, acrítica, que tenha o inglês como única língua vigente do RTP tal como vem sendo realizado, ou criar um RTP latino-americano, um PFI (Programa de Formação em Investigação) onde, além do mais, possamos debater em nossas próprias línguas que tipo de investigação é adequado para nosso pluralismo teórico e científico.

Referências

- Freud, S. (1989). Dos artículos de enciclopedia: Psicoanálisis y Teoría de la Libido. In Freud, S., *Obras completas* (T. XVIII, p. 231). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho originalmente publicado em 1923).
- Freud, S. (1924). Carta de S. Freud a S. Ferenczi em 20 de março. In Jones, E. (1989). *Vida y obras de Freud*. Buenos Aires: Horne. (Trabalho original publicado em 1953).
- González Rey, F. (2006). Investigación cualitativa y subjetividad. Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala.
- Green, A. (1996). Response to Robert S. Wallerstein. *IPA Newsletter*, 5(1), pp. 18-21.
- Guinzburg, C. (1986). Mitos, emblemas, indícios. Morfología e historia. España: Gedisa.
- Rorty, R. (1996). *Objetividad, relativismo y verdad* (p. 57). Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 1991).
- Stiles, W.B. (2009). Logical operations in theory-building case studies 9. *Pragmatic case studies in Psychotherapy* (Vol. 5, Module 3, Article 2, pp. 9-22). Recuperado de <http://pcsp.libraries.rutgers.edu>

Que tipos de investigação são mais convenientes para a psicanálise? Como articular seus aspectos observáveis ou empíricos e seus conceitos teóricos?

Ricardo Bernardi*

Como afirmou André Green, com razão, a psicanálise é, antes de mais nada, pensamento clínico, o que significa que nasce da nossa experiência com o paciente e está direcionada ao seu benefício, algo que nos permite, por essa perspectiva, contribuir para o conhecimento atual. Se conseguir deixar-se levar pelos “fatos selecionados” (Bion, 1967; Britton & Steiner, 1994) que surgem da clínica, o analista assumirá uma atitude de indagação ou de investigação que o coloca a serviço do novo e do que ainda não foi formulado. Mas, enquanto a psicanálise foi constituindo um corpo de conhecimento, deixou também a porta aberta para ser utilizada como doutrina ou cosmovisão que pode prescindir do valor dos fatos observáveis, e permitiu assim que suas premissas se convertessem em verdades não questionadas e não questionáveis que passam a tutelar, e às vezes a extraviar, o trabalho clínico. Por isso convém distinguir entre uma *metapsicologia guiada pela teoria* e uma *metapsicologia guiada pela clínica*. Freud, sem dúvida, se inclinava claramente por essa segunda possibilidade. Como afirma em *Introdução ao narcisismo* (Freud, 1914), o fundamento da nossa ciência é “apenas a observação” e a disposição para mudar seus conceitos gerais por outros quando necessário. Com a mesma contundência, afirma em “O homem dos lobos” (Freud, 1918) que quando a teoria se afasta do material clínico corre o risco de “se embriagar com suas próprias afirmações”.

Não é fácil deixar que os fatos falem mais alto do que as teorias. Nossa observação inevitavelmente transborda de pressupostos teóricos e é muito difícil escutar as regiões não saturadas que podem dizer algo que desminta nossas convicções. Por isso acho muito necessário desenvolver várias formas de trabalho grupal com material clínico, que permitam o favorecimento de um contato direto maior com a experiência clínica, para além das filiações teóricas. Desse modo poderemos formular perguntas a nós mesmos, que nos obriguem a ir mais além –seria mais exato dizer *mais para perto*— das nossas formulações teóricas e usá-las como hipóteses alternativas.

* Asociación Psicoanalítica del Uruguay.

Nesse caminho é possível pensar em uma investigação clínica que leve a uma definição melhor de conceitos, de forma consensual e operativa, que estimule o desenvolvimento da investigação teórica e conceitual, a psicanálise “comparativa” e o estudo dos problemas a partir de diferentes metodologias, perspectivas e disciplinas.

O conhecimento atual se nutre da interdisciplinaridade. Não só a coerência interna constitui um desafio, mas também a busca de consiliência (Whewell, 1840; Wilson, 1999), ou seja, a confrontação com conhecimentos que surgem de outras metodologias, perspectivas teóricas ou pesquisadores. A especificidade da psicanálise não implica seu isolamento, nem o diálogo interdisciplinar implica a diluição dos seus conceitos essenciais, senão que, pelo contrário, sua fertilização cruzada. Mais do que traçar fronteiras entre o que é e o que não é psicanálise, o que importa são os conhecimentos que fazem com que a psicanálise cresça. Uma pesquisa realizada em 2004-2005 pela Fepal (Marina Altmann, Nilde Parada Franch) mostrou que 96% dos integrantes e 89% dos candidatos consideravam conveniente a inclusão de conhecimentos de outras áreas, como a epistemologia, a metodologia, a filosofia, a literatura e também a investigação sistemática (essa última foi considerada conveniente em um terço das respostas) na formação. Esses diferentes interesses individuais devem ser apoiados, para permitir que cada analista possa desenvolver os campos que mais lhe interessem. Ninguém duvida de que o diálogo da psicanálise com a literatura e as humanidades possa dar como resultado uma forma de indagação sobre os sentimentos humanos reveladora para a psicanálise. A mesma coisa vale para outros métodos e disciplinas, que podem se beneficiar desse diálogo.

A investigação sistemática de processo e resultado mostrou verdadeiramente a eficácia, a efetividade e a eficiência da psicanálise e de muitas outras formas de psicoterapias. Permite avançar também na possibilidade de precisar como e quando aconteceram as mudanças, sua estabilidade depois de terminado o tratamento

e, o que é mais importante, qual tratamento é mais útil para cada um, em qual momento e qual o melhor modo de realizá-lo. Existem atualmente metanálises de resultados que foram publicadas nas principais revistas da área de saúde e que, no entanto, são pouco difundidas e discutidas nos meios psicanalíticos, o que deixa os analistas em inferioridade de condições quando têm que dialogar com os administradores dos serviços de saúde (Sandell, Blomberg et al., 2000; Sandell, 2012; Fonagy & Target, 1994, 1996; Fonagy, Roth et al., 2005; Leichsenring & Rabung, 2008; Leichsenring, 2009; Shedler, 2010; Lambert & Ogles, 2004; Leuzinger-Bohleber, Stuhr et al., 2003; Panksepp & Solms, 2012). Recordemos que essas investigações têm sido o melhor argumento a favor da inclusão da psicanálise nos serviços de saúde que ainda a financiam (Parloff, 1982). Esse tipo de informação e, se possível, a participação dos analistas e candidatos interessados nessas investigações, que podem ser multicêntricas, constituem uma pendência na nossa formação e na nossa atividade profissional e científica. Em segundo lugar, os estudos de desenvolvimento, para os quais tanto contribuiu o anterior presidente do Comitê de Investigação da IPA, Peter Fonagy –continuando os passos de Bowlby–, são um exemplo da influência que a psicanálise pode ter para a compreensão do desenvolvimento da criança (Fonagy, Gergely et al., 2002). Esses estudos mudaram nossa compreensão sobre os processos precoces. A comparação, veemente às vezes, entre o bebê observado e o bebê reconstruído serviu para afinar a observação em ambas direções. Mais ainda: o estudo da interação precoce mãe-bebê permitiu repensar os modelos de mudança psíquica (*Boston Change Process Study Group*, 2005) e, em termos mais gerais, propor modelos de mudança baseados na ideia de sistemas dinâmicos não lineares (Galatzer-Levy, Bachrach et al., 2000; Galatzer-Levy, 2009) etc.

Por último, os estudos no campo das neurociências mostram que a psicoterapia pode modificar o cérebro, o que nos leva a mudanças encantadoras com relação à nossa maneira de pensar a plasticidade neuronal e a expressão

gênica (Etkin, Pittenger et al., 2005; Beutel, Stark et al., 2010). Como sugere Panksepp (2001, 2011), devemos recorrer hoje a formas de monismo de duplo aspecto que nos permitam falar de *mente-cérebro* quando nos referimos às regulações de “em cima-embaixo” da atividade neuronal e de *cérebro-mente* quando nos referimos aos processos que, a partir da base do encéfalo, influem nas áreas corticais superiores. O campo da neuropsicanálise –para cujo desenvolvimento Mark Solms, atual presidente do Comitê de Investigação da IPA, desempenhou um papel muito importante– deu lugar, hoje, a uma revista periódica (*Neuropsychanalysis*) e a permanentes trabalhos de investigação (Solms, 2002).

Através desses exemplos, retomo a reflexão de que a psicanálise deve abrir espaço para o diálogo entre a atividade clínica e as distintas formas de investigação, respeitando o que há de próprio em cada uma delas, mas permitindo sua fertilização cruzada.

Referências

Beutel, M. E.; Stark, R. et al. (2010). Changes of brain activation pre-post short-term psychodynamic inpatient psychotherapy: An fMRI study of panic disorder patients. *Psychiatry Research: Neuroimaging* 184(2), pp. 96-104.

Bion, W. R. (1967). *Second thoughts*. New York: Jason Aronson.

Boston Change Process Study Group (2005). The ‘something more’ than interpretation revisited: Sloppiness and co-creativity in the psychoanalytic encounter. *J. Am. Psychoanal. Assoc.*, 32, pp. 693-729.

Britton, R. & Steiner, J. (1994). Interpretation: Selected fact or overvalued idea?. *Int. J. Psychoanal.*, 75, pp. 1.069-1.078.

Etkin, A., Pittenger, C. et al. (2005). Toward a neurobiology of psychotherapy: Basic science and clinical applications. *The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neurosciences*, 17(2), pp. 145-158.

Fonagy, P., Gergely, G. et al. (2002). *Affect regulation, mentalization, and the development of the self*. New York: Other Press.

Fonagy, P., Roth, A. et al. (2005). The outcome of psychodynamic psychotherapy for psychological disorders. *Clinical Neuroscience Research*, 4(5-6), pp. 367-377.

Fonagy, P. & Target, M. (1994). The efficacy of psychoanalysis for children with disruptive disorders. *J. Am. Acad. Child Adolesc Psychiatry*, 33, pp. 45-55.

Fonagy, P. & Target, M. (1996). Predictors of outcome in child psychoanalysis: A retrospective study of 763 cases at the Anna Freud Centre. *J. Am. Psychoanal. Assoc.*, 44, pp. 27-77.

Freud, S. (1914). *Introducción del narcisismo*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Freud, S. (1918). *De la historia de una neurosis infantil*. Buenos Aires: Amorrortu Ediciones.

Galatzer-Levy, R. M. (2009). Good vibrations: Analytic process as coupled oscillations. *Int. J. Psychoanal.*, 90(5), pp. 983-1.007.

Galatzer-Levy, R. M., Bachrach, H. et al. (2000). *Does Psychoanalysis work?*. New Haven, London: Yale University Press.

Lambert, M. J. & Ogles, B.M. (2004). The efficacy and effectiveness of psychotherapy. *Handbook of Psychotherapy and Behavior Change*, pp. 157-158.

Leichsenring, F. (2009). Psychodynamic psychotherapy: A review of efficacy and effectiveness studies. In Leichsenring, F., *Handbook of evidence-based psychodynamic psychotherapy*, pp. 3-27. Boston: Humana Press.

Leichsenring, F. & Rabung, S. (2008). Effectiveness of long-term psychodynamic psychotherapy: A meta-analysis. *J. Am. Med. Assoc.*, 300, pp. 1.551-1.565.

Leuzinger-Bohleber, M., Stuhr, U. et al. (2003). How to study the quality of psychoanalytic treatments and their long-term effects on patient’s well-being: A representative, multi-perspective follow-up study. *Int. J. Psychoanal.*, 84, pp. 263-290.

Panksepp, J. & Solms, M. (2012). What is neuropsychanalysis? Clinically relevant studies of the minded brain. *Trends in Cognitive Sciences*, 16(1), pp. 6-8.

Panksepp, J. (2011). Cross-species affective neuroscience decoding of the primal affective experiences of humans and related animals. *PLoS ONE*, 6(9).

Panksepp, J. (2001). Las emociones desde el psicoanálisis y la neurociencia: Un ejercicio de conciliación. *Aperturas Psicoanalíticas: Revista de Psicoanálisis*, 7.

Parloff, M. B. (1982). Psychotherapy research evidence and reimbursement decisions: Bambi meets Godzilla. *The American Journal of Psychiatry*.

Sandell, R. (2012). Research on outcomes of Psychoanalysis and Psychoanalysis-derived psychotherapies. In Gabbard, G.O., Litowitz, B.E. & Williams, P. (Eds.). *Textbook of Psychoanalysis*. Washington, DC: American Psychiatric Publishing.

Sandell, R., Blomberg, J. et al. (2000). Varieties of long term outcome among patients in Psychoanalysis and long term psychotherapy: A review of findings in the Stockholm outcome of psychoanalysis and psychotherapy project (STOPPP). *Int. J. Psychoanalysis*, 81(5), pp. 921-942.

Shedler, J. (2010). The efficacy of psychodynamic psychotherapy. *American Psychologist*, 65(2), p. 98.

Solms, M. (2002). *Brain and the inner world: An introduction to the neuroscience of the subjective experience*. New York: Other Press.

Whewell, W. (1840). *The philosophy of the inductive sciences: Founded upon their history*. London: J.W. Parker.

Wilson, E. O. (1999). *Consilience: The unity of knowledge*. Random House Digital.

“Seria paradoxal que a investigação fosse como um imposto”

Entrevista com Stefano Bolognini*

“*Fluctuant nec mergitur*”. Freud usou essa expressão na introdução de *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico* (1914), deixando para nós a impressão de que estamos em um barco que sobrevive às tempestades. Qual é a importância da psicanálise e da IPA hoje?

Os seres humanos sempre terão a necessidade de se conhecerem, de se integrarem, de se desenvolverem; sempre o inconsciente e as partes cindidas tentarão voltar à consciência, é um movimento interior natural, que tem uma força enorme.

A psicanálise nos permite entender isso, e não só a patologia e os sintomas indicam essa via às pessoas que sofrem, senão que o desejo profundo e natural de completar um caminho integrador será uma razão de sobrevivência natural da psicanálise. As tempestades atuais não têm origem apenas em problemas de poder acadêmico e institucional, de rivalidade narcisista e de inveja do objeto e –finalmente– de espera de milagres farmacológicos onipotentes. Há algo mais específico, na minha opinião, hoje em dia, que é a reação “culturalizada” contra a dependência do sujeito com relação ao objeto. Algo mudou nessas novas gerações, talvez por mudanças nas relações básicas primárias. No passado, o primeiro problema em análise era o de reduzir a influência máxima do superego. Agora é o de tornar possível que o paciente tolere a dependência do objeto, do analista. É um novo desafio clínico

* Entrevista realizada por Lúcia Palazzo. Colaboração: Eloá Bittencourt, Analía Wald e Wania Cidade.

em um mundo que muda, e creio que a psicanálise tem a força teórica e clínica para enfrentar essas novas dificuldades.

Quais são as investigações que podem contribuir para a expansão da psicanálise com relação à investigação psicanalítica? Quais modelos seriam convenientes para nossa disciplina?

Estou de acordo com os que, como Mark Solms, consideram uma faixa muito ampla de áreas de investigação possíveis e frutíferas na psicanálise: conceitual, clínica e extraclínica. A investigação teórico-conceitual, possivelmente comparada, entre as escolas analíticas em muitos países; a investigação epistemológica sobre os métodos de investigação; a investigação do que é específico da psicanálise; a investigação empírica; a exploração e a comparação das experiências clínicas; as investigações neurocientíficas; as contribuições estatísticas quando são possíveis; todas as áreas que podem nos ajudar a conhecer e a compreender o que se desenvolve no campo psicanalítico são interessantes para nós. Compartilho uma posição pluralista também sobre a investigação. Há lugar para muitos, senão para todos esses métodos; claro que o nível científico e a qualidade da investigação serão fundamentais.

Qual a sua opinião sobre a investigação extraclínica?

A investigação extraclínica tem uma importância enorme para nós. Os estudos sobre as modificações funcionais neuronais sinápticas que se sucedem após eventos relacionais são, para mim, algo que confirma plenamente os pressupostos analíticos e têm o poder de impressionar profundamente a comunidade científica e a população em geral (jornais etc.). Mas há outras investigações extraclínicas que têm um grande impacto: os “*mirror neurons*” também são uma descoberta extraordinária que no nível neurocientífico tem que ser conectada mais com as teorias analíticas. E os estudos longitudinais sobre os efeitos comparados entre psicoterapia e remédios são também fundamentais e impactantes.

Como avalia a tensão que existe entre os pressupostos e requisitos observacionais e descritivos da investigação empírica e a condição transfenomênica e singular dos conceitos fundadores da nossa disciplina (inconsciente, desejo, pulsão, fantasia)?

Esse campo não é minha especialidade, outros colegas poderiam responder de maneira muito mais competente e interessante que eu. Minha orientação pessoal é basicamente a de seguir a associação livre e o pré-consciente como método fundamental, mas não exclusivo de conhecimento e, por isso, também escutar com sincero interesse as investigações, sugestões e descobertas que vêm de outras áreas colaterais. Creio que a psicanálise hoje pode se permitir não ter medo do intercâmbio com outras áreas colaterais e também de receber muitas coisas úteis.

Em 2005, o *International Journal of Psychoanalysis* publicou textos de André Green e Robert Wallerstein sobre a investigação em psicanálise, cuja polêmica girava ao redor do pluralismo e do terreno comum que, supostamente, transitamos os analistas, seja na teoria ou na prática. A partir das críticas apresentadas pelos autores, qual é seu pensamento sobre essas questões?

Sou totalmente a favor do reconhecimento da pluralidade teórico-clínica na psicanálise, e por isso estou mais próximo da posição de Wallerstein, apesar do valor enorme da admirável contribuição de Green em todas as áreas psicanalíticas. É verdade que existe o risco de uma falta de especificidade analítica se o nível e a qualidade das posições teóricas e clínicas é baixo. Mas também é verdade que a psicanálise se desenvolveu, que outros, depois de Freud, enriqueceram nossos conhecimentos e que existe o outro risco: o de limitar de maneira claustrofílica a visão da psicanálise impedindo seu desenvolvimento científico intergeracional. Parece que os analistas têm o problema de “situar” Freud. Há quem gostaria de, edipicamente, eliminá-lo. Outros têm dificuldade em permitir que se converta em

vovô! Ou seja, dizem que ele já tinha dito tudo, como o único homem “cientificamente genial”. Freud considerou a base, o “tronco da árvore”, e depois há ramos. É uma visão intergeracional. Mas é verdade que a herança freudiana é cientificamente fundamental e valiosa, sempre que não for religiosa.

Considera que os resultados dos projetos e das investigações financiados pela IPA têm repercussão na vida prática e na clínica dos analistas? Pode dar algum exemplo?

Esse é um problema sério. Creio que se pode fazer muito mais e muito melhor nesse sentido. Nossa administração está planejando uma utilização totalmente diferente do IPA Website, com a criação de uma área específica para a investigação, sob os cuidados de Mark Solms e do seu comitê. É a resposta pragmática à pergunta.

Poderia explicar melhor o que o sr. pensa sobre esses projetos e investigações?

Sobre a repercussão na vida prática e na clínica dos analistas, creio que a comunicação e a difusão das informações sobre as investigações já feitas não são menos importantes do que as investigações que estão planejadas para o futuro: ambas são fundamentais. Por isso planejamos criar, no website, uma seleção e apresentação (pelo *Research Committee*) também do que já foi estudado. Isso por uma razão muito simples: a de que os analistas não conhecem essas investigações e suas descobertas! É uma coisa louca que os analistas da IPA paguem isso tudo e não conheçam os resultados; seria paradoxal que a investigação fosse como um imposto, sem oferecer nada aos integrantes ao ser comunicada. O *chair* do *Research Committee*, Mark Solms, está totalmente de acordo com esse projeto. Paralelamente, o *Research Committee* vai financiar projetos novos.

Cresce cada vez mais o interesse pela investigação através dos *working parties*. Como vê essa expansão?

Vejo como algo muito bom, é um método de intercâmbio, de trabalho, de investigação, de internacionalização e também de redução das ilusões onipotentes! É algo novo, criativo e útil para todos. Com relação à pergunta anterior, considero que influi concretamente na cultura analítica contemporânea.

Em seu discurso de posse como presidente em Praga verificamos sua preocupação com a expansão em várias frentes, entre elas o site como instrumento vivo, interativo e que proporcione informação, cultura e intercâmbio. No entanto, não há no site tradução de todos os conteúdos a outros idiomas. Como tentará agilizar essa maior participação dos membros de todas as regiões?

Esse é um ponto importante. Nenhuma organização (nem a IPA, nem as organizações regionais) tem dinheiro suficiente para traduzir a outras línguas pagando profissionais para isso. Sei que o novo *chair* do website, Romolo Petrini, de Roma, tem um projeto para envolver colegas em traduções “de algo”. Espero poder dizer mais a curto prazo.

O sr. menciona também que 20% do orçamento total da IPA se destina a investigações e que pretende ter uma atitude proativa, de solicitar e pedir à diretoria investigações que considere necessárias. Como pensa gerenciar essa questão? Existe alguma diretriz de investimento?

Sim, há um plano de controle e sugestões do *Board* sobre os objetos de investigação. Um *Liaison Committee* específico vai ser o meio para transmitir à diretoria de investigação quais são as áreas que a IPA considera mais necessárias. Assim o investimento de dinheiro pode ser mais satisfatório e frutífero para os integrantes da IPA. Isso não é fácil porque nem sempre os interesses científicos dos investigadores, as reais possibilidades de investigação e as necessidades dos membros coincidem. Mas é verdade que no passado não havia comunicação suficiente entre eles, ao passo que agora não haverá áreas desconectadas como antes.

Na maior parte da América Latina, a psicanálise é independente dos planos de saúde e, em geral, não forma parte da estrutura organizacional das instituições oficiais nem das políticas de saúde dos governos. Temos notícias de que em outros continentes há exigências de resultados em razão do mercado e dos planos de saúde. Existe alguma influência das condições materiais da prática dos analistas, por exemplo, requerimentos dos seguros de saúde, na orientação das suas investigações? Isso varia, na sua opinião, de acordo com as distintas regiões?

Como todos sabem, há realidades muito diferentes em muitos países. Na maioria deles, a psicanálise é algo totalmente privado, sem “terceiro” que possa contribuir. Em muitas nações, da Europa Central e Setentrional, o Estado paga uma parte considerável do tratamento. São Estados muito ricos, mas também têm uma cultura assistencial muito avançada.

As investigações são potencialmente fundamentais para convencer os governos de que o tratamento analítico poderia ser conveniente para eles e, paradoxalmente, para reduzir gastos por meio de um investimento prévio de dinheiro.

Como vê o panorama mundial em relação às publicações psicanalíticas?

Sinceramente, vejo bem por um lado e mal por outro.

É bom que haja muitos colegas que estudam e escrevem sobre clínica e sobre teoria, e muitas revistas que os publiquem. A produção de artigos e de livros hoje é fenomenal. O que há de ruim é que a grande maioria desses artigos não pode ser conhecida fora dos limites nacionais.

A ideia de um *journal* compartilhado com as federações continentais (Fepal, FEP e Napsac/APsaA) está encaminhada para internacionalizar as diferentes culturas analíticas, através de traduções e com a responsabilidade e a liberdade de cada região para escolher autonomamente seus artigos. Esse será um dos maiores projetos da nossa administração, ao lado do *Dicionário Enciclopédico Internacional de Psicanálise* e do *Journal IPA/Regiões*. Creio haver chegado o momento de uma conexão mundial entre os analistas: não para torná-los iguais e “monocromáticos”, mas sim para aprofundar a “*cross-fertilization*” que Claudio Eizirik começou com o Capsa.

Contemporaneidade e psicanálise

Miguel Calmon du Pin e Almeida*

*“Tudo aqui é distância – lá
era alento. Depois da primeira
pátria, como parece a segunda incerta
[e sem abrigo! Bem-aventurada
a pequena criatura que sempre permanece
no seio que a criou;
ó tu, mosca feliz,
que saltas interiormente ainda mesmo
nas núpcias: o ventre é tudo”.¹*

Começamos por afirmar a necessidade de sermos claros em relação ao que pensamos ou escrevemos. Quanto mais claros, mais deixaremos aparecer a ambiguidade essencial que caracteriza a coisa humana. Espero que não me traia, porque nosso assunto é espinhoso.

Qualquer um de nós sabe o quanto custa produzir um escrito em psicanálise. Seus efeitos mais intensos se fazem sentir nas bordas do que não dominamos, nos restos, na sujeira que vai largando pelo caminho. Lembremo-nos de Freud em sua famosa carta de 21/09/1897, endereçada a Fliess, em que, após constatar o “colapso de tudo o que me é valioso”, afirma ser uma pena não poder ganhar a vida com o que permaneceu inalterado e em seu alto apreço: a interpretação dos sonhos.

O que diferencia nossos textos dos demais é essa turbulência que, se indesejada nos demais saberes, é a fonte por excelência onde o discurso psicanalítico se produz. Freud não se cansou de nos ensinar que material de análise são as formações do inconsciente, isto é, aquilo que excede, irrompe e altera o sentido que nossa consciência pretende atribuir aos acontecimentos de nossas vidas. Até mesmo o conceito fundamental que norteia e define nosso lugar como psicanalistas, a pulsão de morte, já nos condena ao contínuo trabalho de representar o que jamais se esgota em nenhuma representação, visto ela mesma não se representar.

Mas, apesar de tão largamente conhecido e repetido, nem por isso deixamos de ser alcançados por aquilo que Robert Musil² chama de “soberba serenidade” e nos esquecemos do lugar de onde nos definimos propriamente. São as marcas de nossa origem impura que impõem o esforço de apagamento dos passos por onde nosso trabalho se produz. Um esforço de dissimulação que garanta ao escrito certa nobreza e esconda o trabalho fragmentado e a costura que o produziu. Simular uma espontaneidade, quase certo desinteresse, que cause a impressão de que se trata de algo “natural”, e não de uma linha de força que constitui uma realidade a partir do que a interpreta.

* Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (Rio 2).

1. Rainer Maria Rilke, *Elegias de Duíno*, pág. 47.

2. Robert Musil em *O homem sem qualidades*: “E, com efeito, os mais importantes dispositivos intelectuais da humanidade servem à manutenção de um estado de espírito estável, e todas as emoções, todas as paixões do mundo nada são diante do esforço gigantesco, mas totalmente inconsciente despendido pela humanidade para manter sua soberba serenidade”, pág. 376.

Mergulhados inconscientemente na manutenção da “soberba serenidade” e empenhados no constante empenho de subsistir, nos agrupamos e buscamos socorro nas instituições. Neelas somos muitos e temos nossa produção validada pelo corpo societário.

Por muito tempo, talvez durante a maior parte do século passado, nós, psicanalistas da IPA, por pertencermos à sociedade fundada por Freud, julgamos que esse pertencimento constituía por si só o selo de garantia que nos elevava e diferenciava de todas as demais tentativas de conhecer e praticar psicanálise. Nosso parentesco direto com o fundador é patrimônio nosso, uma espécie de selo de garantia, garantia de nossa autenticidade. Apenas nas sociedades da IPA se discute e se faz psicanálise autêntica.

Um exemplo do esforço para banir o paradoxal da psicanálise, visando dar consistência a seu corpo societário. Em suas justificativas para seu “Programa de novas iniciativas”, o professor Charles Hanly nos confronta com o fato de a clínica ser nosso instrumento de aferição da verdade de nossas interpretações e de que nossos sucessos e fracassos no contato com os pacientes nos exigem constantemente avaliações dos “critérios pragmáticos/ de correspondência/ de coerência da verdade”. Tendo por objetivo a construção de um “corpo de conhecimento mais provável, para o qual nossa experiência clínica oferece provas confiáveis”, o programa propõe Grupos de Trabalho da IPA cuja tarefa é “questionar a psicanálise clínica e teórica” de modo a desenvolver as capacidades individuais dos seus participantes, partilhar seus resultados em congressos e publicações e permitir que as questões locais sejam apreciadas internacionalmente.

No “Programa de novas iniciativas”, ao capítulo “Uma metodologia para promover integração conceitual da teoria psicanalítica”, desenvolvida pelo professor Charles Hanly, seguem-se as considerações elaboradas pelo Comitê de Projeto de Integração Conceitual. Tem por título “Uma abordagem para a integração conceitual”. Nele são ponderadas as necessidades de os conceitos serem colocados em suas perspectivas

históricas assim como reafirmados os cuidados necessários com o conceitual. Enfatizam também a necessidade do reconhecimento da pluralidade conceitual e que a referida integração conceitual é um empreendimento pessoal. As ponderações se encerram com a seguinte conclusão: “Não se justifica a existência de tribalismo ou reducionismo geopolítico”.

Muito boa a conclusão das considerações do comitê, uma vez que, a se tomar o projeto do professor Charles Hanly em sua radicalidade, ao final dos trabalhos, caberia à IPA a publicação da versão oficial da teoria psicanalítica assim como uma versão oficial da clínica que daria suporte à conceitualização teórica agora integrada. Pelo mesmo motivo, teria que publicar um novo index, onde constariam as inconsistências integradas e os conceitos proscritos.

As instituições são depositárias do imenso esforço dispendido por cada um de nós, totalmente inconsciente, na manutenção da “soberba serenidade”. O fundamento mais próprio desse funcionamento se traduz no empenho em transformar a vida em um negócio.

Uma espécie de toma-lá-dá-cá, onde cabe ao sujeito a obediência e o desempenho de certas condições requeridas pelas instituições para ter em contrapartida a proteção e a garantia derivadas de um tal pertencimento.

Desse modo, ao mesmo tempo em que depositárias, as instituições veem-se também desejadas e mantidas como fonte de instigação para que, na medida do possível, não deixem a acomodação tomar conta de tudo e todos. Elas, as instituições, paradoxalmente nos convocam a sair da toca, a participar, a partilhar a experiência de cada um com os demais.

Duplo sentido, dupla função que mantém tanto as instituições quanto cada um de nós em constante tensão.

Transformar a vida em um toma-lá-dá-cá: nada mais simples e nem sequer estranho ao que nos determina, uma vez que, com aquilo que fazemos e somos, visamos a um certo fim. Se o fim é apenas cumprir com as obrigações e entregar às instituições a responsabilidade pelo resto de nossas vidas, podemos comprar nossa

indulgência e encontrar nosso lugar no céu, como a Igreja, a mais poderosa das instituições do mundo ocidental, nos ensinou. Pragmaticamente, como em um negócio.

Se for mais do que isso, se o fim não se esgota nem se realiza no pertencimento a tal instituição e se coloca mais além, a coisa se complica e implica o sujeito em sua própria vida, sem lenço e sem documento, como quer a conclusão do Comitê de Projeto de Integração Conceitual, para quem “a integração conceitual é um empreendimento pessoal”.

Todo o problema reside em como definir os vários níveis de que está composto esse fim.

Outro exemplo agora recolhido da Bíblia: no mito da criação, Deus permite a Adão comer de todas as árvores da vida. No entanto, o adverte para não comer o fruto da árvore do meio. A árvore do meio é a árvore do conhecimento do Bem e do Mal. Ao comerem de seu fruto, Adão e Eva seriam expulsos do Éden. A Igreja, em seu empenho por controlar a vida e transformá-la em negócio, nos transmite o ensinamento de que a desobediência de Adão e Eva à advertência de Deus determinou seu destino. Ao desobedecerem, deixaram de cumprir o que lhes fora prescrito, daí proscritos do Paraíso. A contrapelo, fica o ensinamento de que, se ambos tivessem seguido o conselho divino, evitariam o trágico destino. Com palavras da modernidade, podemos dizer que não foram “bons meninos”. Mas será esse o problema que a Bíblia nos propõe? Uma vez sabedores do conhecimento proveniente do fruto da árvore do Bem e do Mal, como poderiam Adão e Eva viver no Paraíso? Há algo no conhecimento que por esse fruto se transmite que é inconciliável com a ideia de Paraíso: o conhecimento



da morte e, direi por extensão, da loucura. A expulsão de Adão e Eva do Paraíso não se dá determinada por uma desobediência seguida de castigo, salvo se quisermos tomar desobediência em seu sentido etimologicamente preciso. Obedecer vem de *audire*, escutar; *ob* se relaciona àquilo que se contrapõe. Logo, obedecer se relaciona ao modo como vivemos o que escutamos. Desobedecer significa não escutar. Assim, Adão e Eva não escutaram o que Deus lhes dissera: ao comerem do fruto da árvore do Bem e do Mal, passariam a saber sobre a morte, sobre sua finitude, e por isso o Paraíso deixaria de existir para eles.

Destino trágico dos homens.

Referências

- Musil, R. (2006). *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rilke, R.M. (2001). *Elegias de Duíno*. Rio de Janeiro: Globo.



Por uma investigação pluralista em psicanálise¹

Serge Frisch*

Mais do que falar sobre investigação em psicanálise, deveríamos falar sobre os diferentes modelos de investigação em psicanálise. Toda investigação científica se modifica em função dos objetivos que se apresentam com relação aos destinatários da investigação. De fato, se a investigação for interna ao movimento psicanalítico, será totalmente diferente de uma investigação destinada ao mundo externo, seja universitário ou político.

Para desenvolver a psicanálise, Freud obtém suas raízes de cientistas tais como Darwin, assim como também da neurologia, da biologia, da física, da etologia, da sexologia, da semiologia, da linguística, da história e, inclusive, mantendo a desconfiança, da filosofia, da religião, da endocrinologia etc. Todo esse percurso era necessário para desenvolver o elemento chave da psicanálise freudiana: a metapsicologia.

A partir de Freud, e desde os seus inícios, a psicanálise tem o objetivo de reforçar o conhecimento do funcionamento psíquico, desenvolver a metapsicologia e afinar a técnica analítica.

Nos países de língua francesa, frequentemente se usa o termo **avaliação** para evocar os trabalhos que tentam evidenciar os resultados das psicoterapias ou das psicanálises.

No entanto, nos países anglo-saxões, o termo utilizado é **investigação**. De acordo com o *Dicionário histórico da língua francesa*, avaliar é estabelecer *aproximadamente* o valor, o preço, uma quantia, uma distância. É também estimar as qualidades e as alternativas de uma pessoa. Infelizmente, o termo investigação se impôs também na psicanálise em detrimento do termo avaliação, que a meu ver é mais adequado no que se refere aos fenômenos psíquicos.

Um deslocamento que não é inocente, da investigação “em” psicanálise à investigação “sobre” a psicanálise

Há múltiplas formas de investigação em psicanálise que podemos esquematizar da seguinte maneira: a investigação clínica, a investigação conceitual e a investigação empírica. A investigação é polivalente, mas o objeto e o ob-

* Federação Europeia de Psicanálise.

1. Tradução do original: Natalia Mirza e Laura Verissimo.

jetivo são diferentes para cada forma de investigação e, como disse Widlöcher (2007), nossa “grade de escuta” não será a mesma, já que não entendemos a mesma coisa a partir dos mesmos objetos de escuta. Widlöcher diferencia investigação “sobre” psicanálise e investigação “em” psicanálise.

A investigação “em” psicanálise é feita por psicanalistas e se refere a “fatos psicanalíticos”. Essas investigações em psicanálise se destinam aos analistas e tratam da compreensão do funcionamento psíquico do paciente, do aprofundamento dos aspectos técnicos, por exemplo, a relação transfero-contratransferencial, ou inclusive do desenvolvimento da metapsicologia. Nessa concepção, a psicanálise se inscreve também, como diz Freud, em um trabalho de cultura (*Kulturarbeit*).

A investigação “sobre” a psicanálise, frequentemente realizada por investigadores não analistas, utiliza instrumentos alheios à psicanálise, por exemplo, grades de avaliação provenientes da psicologia, da psiquiatria ou da sociologia. Apesar de estarmos de acordo sobre o fato de que todas as formas de investigação são úteis e deveriam ser apoiadas, temos a impressão de que nestes últimos anos a investigação objetiva, a investigação “sobre” psicanálise, foi principalmente valorizada política e financeiramente pelas instituições psicanalíticas, em detrimento da investigação clínica (“em” e “pela” psicanálise) e da investigação conceitual. Essa é uma contradição com relação à cultura analítica, já que foi a partir do enfoque clínico que se geraram todos os grandes modelos teóricos propostos por Freud e que também foi sobre a base da clínica que puderam ser desenvolvidas as controvérsias suscitadas por esses modelos. O enfoque de Freud, que se baseia essencialmente em uma aproximação e em uma reflexão clínica com seus *a posterioris*, demonstra bem a coerência interna que existe em seu método e que isso não pode ser reduzido a uma grade de critérios universais e irrefutáveis.

No entanto, nas duas últimas décadas, tanto os poderes públicos como os pacientes e a opi-

nião pública em geral exigem avaliações mais precisas do método analítico como técnica terapêutica e, sobretudo, dos resultados obtidos por meio desse enfoque. Por outro lado, novas terapias, frequentemente nas antípodas da perspectiva psicanalítica, se tornaram um boom nestes últimos anos.

A heterogeneidade das teorias analíticas e das técnicas utilizadas suscita interrogações entre um alto número de cientistas que não chegam a perceber que a riqueza do enfoque e do corpo teórico psicanalítico é o resultado inevitável da complexidade do psiquismo humano. Por sua vez, uma pressão cada vez mais forte é exercida, a partir do meio, sobre os psicanalistas no sentido de que proporcionem avaliações mais tangíveis e objetivas do seu trabalho. Devem também demonstrar os benefícios que podem ser obtidos com a psicanálise, que é longa e dispendiosa, frente a terapias mais curtas e, portanto, à primeira vista, menos caras.

A investigação *sobre* psicanálise se destina claramente a convencer as pessoas não analistas sobre a utilidade da psicanálise, sobre sua eficácia e sobre o fato de que a relação preço/eficácia não é desfavorável para a psicanálise, se ela for relacionada com as terapias que se centram nos sintomas (Fonagy, 2002, 2004). O destinatário da investigação muda profundamente a concepção. Os analistas estão submetidos a avaliações forasteiras onde necessidade, eficácia e economia se tornam os três eixos que determinam o seu trabalho. Encontra-se cada vez mais difundida a ideia de que a eficácia dos tratamentos é compreendida com relação ao fato de que possam oferecer resultados quantificáveis em lapsos de tempo cada vez mais breves.

Podemos distinguir diferentes modalidades de avaliação e investigação. A investigação clínica em psicanálise esteve, desde sempre, na origem da psicanálise e é ainda hoje o motor do seu desenvolvimento. Foi por conta do estudo do caso Schreber que Freud concebe a teoria da paranoia e por conta do estudo do “homem dos ratos” que chega a descrever a neurose obsessiva. Esse tipo de investigação

clínica está focada em um caso clínico isolado e são as observações congruentes sobre outros pacientes o que permite fazer extrapolações e que sejam extraídos dados gerais com o objetivo de descrever as entidades psicopatológicas, construir modelos teóricos e afinar as aproximações terapêuticas (Fonagy, 2002).

Paralelamente a esse tipo de investigação “em” psicanálise sobre um caso clínico individual e realizada por cada analista no seu consultório, um certo número de estudos se centra hoje em dia nas mudanças intrapsíquicas, ou seja, na relação do paciente com o seu próprio funcionamento mental e a evidenciação dos agentes provocadores dessas mudanças. Nesse sentido, tais investigações se aproximam da investigação clínica, mas na verdade utilizam outros instrumentos de medição, tais como certas escalas ou a decodificação de gravações de áudio e vídeo realizadas por terceiros.

As **investigações objetiváveis**, sistematizadas e estatísticas, adquirem uma importância crescente nas duas últimas décadas. Essas investigações são realizadas com um grande número de pacientes, várias centenas ou milhares de pessoas, e se estendem sobre toda a duração do tratamento e durante muitos anos de seguimento depois do fim do tratamento. Esses estudos são realizados por “avaliadores” externos à relação terapeuta-paciente.

Fonagy (2002) resume bem os objetivos científicos investigados por meio desses estudos:

Determinar categorias bem definidas de pacientes que extraem um benefício seguro de uma intervenção psicanalítica; identificar essas pessoas tanto em termos diagnósticos e sintomáticos como com relação ao seu funcionamento psíquico, ou ainda em função de sua situação social.

Medir com precisão as mudanças no funcionamento psíquico dos sujeitos analisados; essas técnicas devem ir além de uma simples melhora sintomática, devem destacar os benefícios da intervenção que são percebidos pelo paciente (ou por aqueles que dele cuidam), ou ainda aqueles elementos preditivos de uma ausência ulterior de transtornos (aspecto preventivo).

Conceber novas modalidades de intervenções psicanalíticas com o objetivo de torná-las mais eficazes tanto em termos de alívio dos sintomas como em sua finalidade preventiva.

Os detratores dessa posição, entre eles Roger Perron (1998), expressam críticas com relação à metodologia, à epistemologia e à técnica utilizada nas investigações “objetiváveis” em psicanálise. Perron destaca que há dois tipos de procedimento para estudar os transtornos e as dificuldades psíquicas: aqueles onde predomina a atitude clínica e que evidencia os “fatos psicanalíticos”, e aqueles que utilizam procedimentos de objetivação e sistematização formal que correspondem às terapias cognitivo-comportamentais.

Perron considera que, apesar de os tratamentos estatísticos serem pertinentes nas investigações objetiváveis, não podem desempenhar nada além de um papel secundário, e raramente são probatórios, na investigação clínica. As terapias “cognitivo-comportamentais” definem os casos a serem tratados pelos sintomas, o que faz com que, tratando os sintomas, se situem explicitamente na segunda ótica; as aproximações psicodinâmicas, ao contrário – ou, mais precisamente, a aproximação psicanalítica –, se situam na primeira, a da análise funcional. Assim, já de início, a escolha dos instrumentos que caracterizam os transtornos a serem tratados na ótica estatística inclina massivamente toda a investigação a favor de uma ótica e em detrimento de outra.

Creio me lembrar de que Buchholz escreveu que a investigação empírica atual exige qualificações completamente diferentes das de um terapeuta ou psicanalista. Ao compararmos o que investigadores e terapeutas fazem, é necessário admitir que possuem problemas muito diferentes, estratégias diferentes e soluções diferentes. Vemos aparecer, então, um novo tipo de investigador moderno, que não se dirige à psicologia. Um investigador que estudou informática, linguística ou matemática, e que deseja fazer investigação, mas não psicoterapia. Não pode haver aí uma relação hierárquica entre a investigação empírica e o trabalho clínico,

dado que se trata de dois domínios separados, cada um com as suas regras, com seus modelos de funcionamento e de pensamento. Ao serem dois sistemas diferentes, a prática clínica não pode ser determinada, nem dirigida pela investigação empírica, apesar do fato de que, de todos os modos, dois domínios autônomos não excluem o diálogo.

Conclusões

Sabemos que todos os caminhos levam a Roma: sim, sob a condição de considerar o próprio caminho e suas errâncias não como um problema, e sim como uma solução. Avançar é aceitar se perder. Foi se perdendo que Cristóvão Colombo descobriu a América. Perder-se no caminho a Roma nunca é um fracasso. Nem sempre se deve ir pelo caminho mais curto, como dizem por aí. Recordemos que Alexandre o Grande fracassa quando, cortando o nó górdio, não obtém mais do que uma vitória fugaz na Ásia (Attali, 2003). Fonagy (2002, 2004) considera que a sobrevivência da psicoterapia psicanalítica e, *a fortiori*, da psicanálise, enquanto modalidades de cuidado, depende dos resultados desses estudos sobre a psicanálise. Os objetivos da investigação assim mudam. Não se trata de fazer com que avancem as ideias psicanalíticas e de enriquecer a metapsicologia, mas sim de convencer quem tem poder de decisão política e certos universitários sobre a cientificidade da psicanálise.

Recordemos que Freud estava empenhado em que a psicanálise se mantivesse como uma disciplina científica por si só e que não fosse subordinada a nenhuma outra disciplina. Apesar disso, atualmente, de modo demasiado frequente, certos psicanalistas parecem investigar em outras ciências, por exemplo, as neurociências ou em investigações quantitativas, encontrando a confirmação do que a investigação clínica em psicanálise havia claramente evidenciado antes. Tais posições não são neutras: parecem mostrar uma perda da confiança de certos analistas na psicanálise e são utilizadas como meio de pressão política, para, a partir do interior, inclinar a orientação da psicanálise, desviar o ensino do método que Freud nos legou. É necessário ser consciente de que por trás de cada orientação na investigação se esconde também uma concepção diferente da psicanálise.

Referências

- Attali, J. (2003). *L'homme nomade*. Paris: Fayard.
- Fonagy, P. (2002). Reflections on psychoanalytic research problems – a French-speaking view. In Fonagy, P.; Jones, E.E.; Kächele, H.; Clarkin, J.F.; Krause, R.; Perron, R. et al. (Eds.). *An open door review of outcome studies in Psychoanalysis* (3-9). London: IPA.
- Fonagy, P. (2004). Foreword. In Richardson, P.; Kächele, H. & Renlund, C. *Research on psychoanalytic psychotherapy with adults* (Vols. XIX-XXVII). London: Karnac.
- Perron, R. (1998). La recherche en psychanalyse et l'association psychanalytique internationale. *Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris* (39-51), 50.

Psicanálise: Uma ciência observacional

Charles Hanly*

Minha opinião é que, por razões éticas, a psicanálise não é (e não pode ser) uma ciência experimental, e sim, na verdade, uma ciência observacional. Outras ciências observacionais são biologia evolutiva (por exemplo, as observações de Darwin sobre seleção natural), anatomia (por exemplo, a descoberta de Harvey sobre a circulação do sangue) e astronomia (por exemplo, as observações sobre a luz que passa através do campo gravitacional do sol e que validaram a teoria da relatividade de Einstein). Um exemplo similar a partir da psicanálise são as observações de Freud que revelaram os limites da sua teoria da sedução, o que levou a suas hipóteses sobre sexualidade infantil, a potencialidade patogênica da fantasia inconsciente e as séries complementares dos fatores patogênicos. Essas hipóteses foram, depois, corroboradas quando confrontadas com a experiência clínica de Freud, em desenvolvimento, e com a experiência de outros analistas. Na maioria das vezes, a teoria psicanalítica é desenvolvida a partir de observações clínicas, isto é, a partir do que se observa sobre o que acontece no funcionamento e na vida dos pacientes como resultado do processo clínico.

Durante algum tempo, a confiança no valor epistêmico da observação clínica foi atacada a partir de vários lugares. Os filósofos da ciência afirmaram que a observação clínica não é confiável cientificamente porque os efeitos placebo não podem ser descartados e/ou porque os conceitos psicanalíticos são tão elásticos que não podem ser provados. Alguns analistas argumentaram que as descrições podem apenas ilustrar teorias, mas não prová-las. Na mesma linha, alguns analistas hermenêuticos defendem que as observações clínicas estão tão dominadas pela teoria do analista, em conformidade com o que ele interpreta do que observa, que o analista confirma sempre subjetivamente suas próprias ideias favoritas e permanece cego a qualquer coisa que possa adulterá-las. Os analistas subjetivistas afirmam que a narrativa do paciente sobre a sua vida sofre sempre tanta influência por conta da presença do analista, para quem ele/ela fala, que a vida do paciente

* Associação Psicanalítica Internacional.



é uma co-criação do paciente e do analista, com o resultado de que o paciente deve ficar, a longo prazo, desconhecido e incognoscível. Além disso, outros asseguraram que as observações clínicas são irremediavelmente subjetivas. E, claro, se essas afirmativas estão corretas, a psicanálise não pode cumprir com os requisitos de uma disciplina clínica.

Cada uma dessas críticas tem mérito e teria que ser levada a sério, não como compreensão de falhas fundamentais em todas as observações clínicas, mas sim como advertência útil sobre os riscos reais do viés subjetivo e da distorção nas observações clínicas e nas interpretações que fazemos a respeito delas. É verdade que podemos (e o fazemos) falhar em compreender corretamente o que inconscientemente causa a ansiedade, os sintomas, as ini-

bições e o mau funcionamento do paciente. Mas também é verdade que a psicanálise nos proporciona os recursos necessários para identificar e corrigir essas falhas na nossa escuta psicanalítica. A situação analítica nos capacita para avaliar criticamente como nossas interpretações trabalham, seguindo as mudanças no funcionamento do paciente. As fontes de insuficiências no trabalho clínico do analista podem ser exploradas e corrigidas mediante a autoanálise ou a análise. Desse modo, podemos melhorar nossas habilidades clínicas e tornar nossas observações mais objetivamente confiáveis, o que nos permite responder às críticas tanto de analistas como de não analistas. Elas nos mantêm alertas e permitem à psicanálise cumprir as exigências de uma ciência observacional.

A investigação na API: Reflexões de um ex-tesoureiro

Moisés Lemlij*

Em uma reunião da Associação Psicanalítica Internacional (API) sobre outro assunto, um participante fez, de relance, um comentário irônico sobre a investigação psicanalítica. Alguns presentes protestaram de forma contundente, o que deu início a um longo e barulhento intercâmbio de opiniões. Enquanto alguns diziam que a investigação empírica não tem nada a ver com a psicanálise, já que se trata de aproximações epistemologicamente opostas, e que os que pensam o contrário não entendem o que é a psicanálise, outros diziam que quem se opõe à investigação empírica está na pré-história e, aí sim, não entende do que se trata nossa disciplina. Ambas as partes defendiam apaixonadamente que a outra posição terminaria destruindo a psicanálise.

Não me surpreendi de nenhuma maneira, até me causou graça. Não era a primeira vez que escutava um debate desse tipo. Em sua maioria, todos nós já tivemos a oportunidade de escutar ou ler argumentos igualmente apaixonados e sólidos dos dois lados. Na América Latina, por exemplo, temos Juan Pablo Jiménez e Ricardo Bernardi, que estão a favor da investigação empírica, e Marcelo Viñar e Leopold Nosek, que são contra ela.

No entanto, não sou neutro nesse debate. Antes de expor minha posição, e apesar do aforismo segundo o qual “quem se desculpa se acusa”, direi que tenho uma ligação com a investigação empírica na psicanálise que vem de muitíssimos anos. De fato, para minha tese de doutorado fiz uma investigação empírica que foi uma das primeiras a utilizar o método desenvolvido por Shapiro. E há mais de uma década sou consultor acadêmico do Mestrado em Estudos Teóricos em Psicanálise, que possui um dos índices mais altos de investigação entre os mais de 30 programas de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

Creio que o problema não é se deve ser feita investigação em psicanálise ou não. O problema é por que e como ela vem sendo realizada na API. Durante a presidência de Otto Kernberg, foi tomada a decisão de dar um forte impulso à investigação orientada a demonstrar

* Sociedad Peruana de Psicoanálisis.

a eficácia da psicanálise, para fazer frente ao fato de que os sistemas de seguro de vários países estavam deixando de cobrir tratamentos de caráter analítico com o argumento de que, diferentemente de outros métodos, como a farmacologia ou as terapias de conduta, não havia provas dos seus resultados. Desde então, o setor de investigação foi prioritário no orçamento anual da API, ou seja, na maneira como são utilizadas as cotas pagas pelos seus membros.

Grosso modo, a API tem uma verba de US\$ 2 milhões ao ano. Um terço desse dinheiro vai para a oficina central e para tarefas administrativas, outro terço, para as atividades relacionadas com o governo da instituição, e o último terço, para as atividades dos diversos comitês. Durante muitos anos, a metade do dinheiro destinado às atividades dos comitês foi aplicada ao setor de investigação em seus dois componentes: as subvenções às investigações e os programas de treinamento em investigação. A outra metade se divide entre o restante dos comitês, que são muitíssimos. Por exemplo, o Comitê de Psicanálise e Cultura recebe anualmente US\$ 10 mil, ou seja, o mesmo valor que se concede como subvenção para um projeto de investigação. Alguns comitês realizam atividades muito importantes com muito pouco dinheiro, por exemplo, o Comitê de Mulher e Psicanálise, mais conhecido pelas suas siglas em inglês: Cowap.

Não duvido que os programas de treinamento em investigação sejam uma experiência maravilhosa e que as subvenções sirvam para levar a cabo investigações que são interessantes para quem as realiza. Não é difícil deduzir isso, a partir da veemência e da determinação que caracterizam quem defende essas atividades. O que me pergunto é se o restante dos membros se beneficiou de alguma maneira do investimento que a API realizou nelas durante tantos anos e que soma vários milhões de dólares. Conseguiu-se, por acaso, demonstrar a efetividade da psicanálise aos sistemas de seguro e foram derrotadas as poderosas companhias farmacêuticas? Então foi a melhor maneira de investir nosso dinheiro?

Os últimos artigos do ex-secretário geral da API, Gunther Perdigão, publicados no Boletim Informativo Eletrônico, se referiram insistentemente à situação que atravessa nossa instituição. Não só se reduziu drasticamente a taxa de crescimento do nosso número de membros, senão que ela está envelhecendo: “70% dos membros têm entre 50 e 70 anos de idade e, se continuarmos nesse ritmo, dentro de 20 anos um terço dos membros da API terá mais de 80 anos”. Mas também estamos tendo dificuldades para recrutar candidatos jovens: “Nossos candidatos começam sua formação analítica mais tarde. Na Europa, 50% dos candidatos têm entre 40 e 50 anos, e um terço deles, mais de 50. Só temos candidatos e membros mais jovens em zonas novas para a psicanálise, como o Leste Europeu e a Ásia”. Em resumo, nos convertemos em uma associação de idosos.

Gunther Perdigão acrescenta: “O fracasso na tarefa de atrair suficiente gente jovem tem implicações financeiras, dado que muitas sociedades dispensam seus membros mais velhos do pagamento de cotas ou apenas lhes cobra uma tarifa reduzida. O Comitê de Orçamento e Finanças da API estudou esse problema e decidiu agir com prudência, ao reduzir nosso orçamento deste ano em US\$ 90 mil e possivelmente fazer a mesma coisa nos próximos anos para compensar a diminuição dos recursos advindos de cotas, prevista em decorrência do envelhecimento dos membros”.

Do meu ponto de vista, a situação atual da API se deve a múltiplas causas. Entre outras, não prestamos atenção suficiente à tarefa de recrutar jovens promissores —por exemplo, subvencionando a sua formação— nem à de melhorar a formação e torná-la mais atraente. Também não estimulamos de forma decidida as atividades de projeção à comunidade. Desperdiçamos tempo e dinheiro que serão muito difíceis de recuperar.

O problema não é se a investigação é importante ou não, o problema é que, para alimentar as vacas, ficaram desnutridos os bezerros, algo que, na minha opinião, evidencia

falhas na estrutura do governo da API. Infelizmente os tempos mudaram. Antes as decisões eram tomadas nas Assembleias Administrativas, onde os membros tinham a oportunidade de expressar o que pensavam. De membros deliberantes, nos convertemos em votantes por correspondência, e isso teve como resultado que não tenha havido jamais uma iniciativa da

Junta de Representantes que não tenha sido aprovada. É hora de debater e refletir sobre algumas decisões que se mostraram prejudiciais. Creio que todos os membros e também as sociedades, como faziam quando existia a Câmara de Delegados, devem fazer com que sua voz seja ouvida sobre as prioridades da nossa associação.



A pesquisa empírica e a especificidade da psicanálise

Leopold Nosek*



Penso que a grande invenção psicanalítica é a situação clínica. Duas pessoas combinam conversar livremente. Uma peleará para dizer o que lhe passa pela cabeça, tentando ser o mais genuína que consiga. A outra a receberá como hóspede e tratará de se abrir também ao traumático que provém dessa acolhida. Ambas se comprometem a abster-se de ações concretas no espaço do encontro, e, nessa arena do não acontecimento, virtualmente tudo poderá ocorrer. Paixões, assassinatos, nascimentos, incestos, amores, traições, dramas e tragédias de todo tipo vão se oferecer à observação. O empírico se transfigurará numa espécie de poesia, e esta buscará a abstração do conceito, que para se revelar necessita retornar à realização metafórica. A lente que observa tem os matizes dos conceitos fundadores do campo psicanalítico e os fatos que se desdobram perante o observador impõem um movimento de recomposição teórica. A partir da prática capturada pelo conceito, uma intrincada rede teórica se constitui e colore nossa escuta.

Estamos então diante de uma disciplina necessariamente crítica que se nutre do empírico - não vivemos sem a mutualidade de prática e teoria. Nossa teoria, por outro lado, se detém sobre o que não tem concretude, sobre o que não pode ser possuído, mensurado ou submetido a testes de laboratório. Assim é com o inconsciente, a sexualidade infantil, o recalque, o conflito pulsional e tantos outros construtos. Quantas vezes, embora perfeitamente compreendidos, eles já não nos escaparam por entre os dedos para em seguida ser novamente intuídos em outra rede associativa, em outras metáforas, alegorias e níveis de abstração?

Mas o espírito do tempo nos impinge certas perguntas: continuamos a acreditar que a plena compreensão da psicanálise implica que o analista viva a experiência de ser paciente e depois aprenda com seus pacientes? Que em psicanálise pesquisa e tratamento integram um procedimento único? Que a psicanálise constitui uma psicologia com direito próprio e que a metapsicologia é uma teorização que,

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

a exemplo da poesia, se desidrata pela repetição, pelo academicismo, pelos manuais de procedimento? Se assim é, por que voltamos outra vez ao campo do empirismo, do positivismo, à suposta necessidade de remodelar a psicanálise em função dos apelos de uma corrente social insidiosamente influente? Se o *Zeitgeist* nos pede *adaptação*, o que fazer com a subversão intrinsecamente associada ao campo da psicanálise?

Render-se a esses apelos será o caminho para uma rede de procedimentos que desaparecerão, como o fazem todas as adaptações – elas não resistem à crueldade do novo com que a história não cessa de nos atingir. Essa é, creio, a raiz de um tema onipresente nas nossas discussões: a dita “crise da psicanálise”. Situo nesse terreno o atual debate sobre pesquisa empírica, e essa reflexão proposta pela *Calibán* me autorizará a relatar um pequeno trajeto pessoal na história das nossas instituições.

Em 1996, na interface da gestão de Horacio Etchegoyen e a de Otto Kernberg, tornei-me editor do *International Psychoanalysis – The Newsletter of the International Psychoanalytical Association*. Tínhamos na IPA um movimento vibrante de renovação. Como exemplo das mudanças, lembro que Etchegoyen cancelara as decisões secretas (!) no *board* da instituição. Em nome da ética, decisões não eram publicadas, e havia, portanto, leis e regras desconhecidas dos membros.

Como pauta principal do primeiro número de uma editoria latino-americana da *Newsletter* (v. 5-1, 1996) –boletim informativo que transformáramos em revista–, escolhemos o debate entre André Green e Robert Wallerstein sobre pesquisa empírica. Green defende ser imprescindível cuidar do que é específico e definidor da psicanálise. Wallerstein, em clara formulação positivista, responde que “a posição de Green é uma questão empírica e a prova de tal pudim estará em comê-lo”. Green retruca que, se “a prova do pudim está em comê-lo, uma evidência ainda mais forte estará na indignação causada”. Não vem ao caso reportar toda a

longa argumentação dos dois autores. Quero apenas lembrar que houve desde o início essa polarização apaixonada e que as duas posições marcariam algo como dois partidos digladiando-se em debates científicos e políticos no interior da IPA. Até então a discussão se dava predominantemente entre escolas de pensamento teórico e clínico, mas, com a ruptura de paradigmas e certezas que abala as ciências humanas no final dos anos 80, volta ao centro dos debates o confronto entre parâmetros positivistas e especificidade psicanalítica –torna-se essencial discutir como prosseguir quando as convicções não podem mais pretender atingir a “verdade”.

Penso que o verdadeiro tema, aí, é a “crise” da psicanálise. Sob o assédio da simplificação dos diagnósticos psicopatológicos e do sucesso de marketing das novas drogas psiquiátricas, o apelo é para que se ofereçam respostas imediatas e pragmáticas. A psicanálise perde espaço e em muitos centros sua prática sofre uma queda dramática. Em países onde analistas são remunerados pela rede estatal de saúde e pelos seguros médicos e sociais, cresce a ideia de que é preciso provar empiricamente a validade e o êxito dos procedimentos analíticos; o *setting* se define pelo número de sessões, a eficácia terapêutica é avaliada segundo a nova nosografia psiquiátrica. Dados estatísticos ganham um status jamais atribuído a nenhum autor. Urgências existenciais tornam-se justificativas para recorrer à medicina e à psicologia clínica, das quais a psicanálise se desgarrara em seu nascimento.

Na época, a editoria do *International Journal* deixa de publicar o *International Review of Psychoanalysis*, que privilegiava a interface com a cultura e as artes. Essa hegemonia positivista se estenderá pelas administrações seguintes da IPA, e seu sintoma mais eloquente estará na verba destinada ao Comitê de Pesquisa, que por mais de uma década receberá anualmente 300 mil dólares, enquanto ao Comitê de Psicanálise e Cultura caberão 10 mil dólares –cerca de 3.000 dólares por região! De todo modo, é óbvio, o orçamento da pes-

quisa que deveria mostrar a relevância da psicanálise no campo da saúde é ridiculamente ínfimo, comparado às imensas quantias manejadas pelos laboratórios farmacêuticos. Assistimos então ao “milagre” das novas medicações e de esquemas psicoterapêuticos que fazem renascer o desacreditado behaviorismo dos anos 60. Como exceção nesse período, quero mencionar os esforços, na gestão de Claudio Eizirik, de pôr em primeiro plano a discussão dos diferentes modelos de formação analítica. Respeitando tradições diversas da anglo-saxônica, são acolhidos os ditos modelos uruguaio e francês, e o modelo de Eittington na organização. De fato, ocorrerá uma perda no poder de intervenção da IPA nas sociedades.

Se esse esforço empirista será irrelevante para as políticas de saúde, no nosso âmbito institucional será grande a importância do grupo favorável à pesquisa, o que se manifesta nas porções orçamentárias que esse grupo obtém e também na inclinação epistemológica positivista que se espalha pelas publicações, numa volta à visão psicopatológica, nas escolhas que privilegiam a psiquiatria. Cabe perguntar quais desenvolvimentos –respeitando nossa identidade teórica e clínica– teriam resultado de investigação empírica depois de quase 15 anos de esforços. Em contrapartida, é fácil citar, nesse mesmo período, enormes contribuições de autores que partiram da nossa especificidade clínica e metapsicológica: Green, Botella, Ferro e Ogdén, por exemplo, entre tantos outros. A psicanálise tem a característica de, a partir de situações extremas, identificar mecanismos que rapidamente percebemos como universais. Foi assim com as neuroses, criando uma psicopatologia da vida cotidiana, e com as psicoses, em que identificamos formas adaptativas ao viver comum. Foi assim com o luto e com a melancolia, mostrando como introjetamos imagos que constituirão o que chamamos caráter. Foi assim com o traumático e com as patologias borderline. Estamos longe, por definição, da divisão entre norma-

lidade e patologia, e também dos mecanismos de adaptação social que essas tentativas de navegar os tempos reintroduzem.

Talvez seja excesso de otimismo meu, mas creio que hoje a dita pesquisa empírica vai perdendo prestígio e terreno; cresce a percepção de que seus defensores falharam em corresponder às soluções que propagandeavam. Temos na IPA uma nova administração, produto da votação ampla de seus membros. Parece que transformações mais de acordo com o que nos é específico ocorrem... E, afinal de contas, quando foi que a psicanálise não se nutriu de crises?

Sua grandeza estará sempre na perturbação que ela introduz no pensamento filosófico, nas artes, na pedagogia, nas disciplinas das humanidades, na cultura, enfim. A tarefa que nos cabe, hoje mais do que nunca, é então reforçar o nosso método e a nossa prática. Manter o foco no poder subversivo de noções como inconsciente, sexualidade infantil ou conflito pulsional, nesse original método de pesquisa científica baseado em atenção fluente, livre associação e campo transferencial, na indiferenciação entre pesquisa científica e prática clínica –aí, sim, a nossa verdadeira pesquisa empírica. Manter o foco na essencialidade da metapsicologia, bruxa evanescente que paira sobre um conjunto de conceitos móveis. Ter sempre presente que, não existindo fatos de observação sem pressupostos metapsicológicos, nossos relatos factuais já nascem impregnados de coordenadas teóricas que definem o que observamos. Ter sempre presente que as memórias e os fatos clínicos com os quais nos importa lidar não são autônomos; são, isso sim, reconstruções erigidas com boa dose de licença inventiva. Ter sempre presente que não contamos com o benefício da estatística nem da prova factual, mas que progredimos, sim, lentamente, no esteio da percepção de toda uma comunidade de pares de que uma nova proposição clínica ou teórica faz sentido.

Nosso conhecimento será sempre incipiente e nosso progresso se fará com a passagem de

gerações e com a crítica aos apelos por pragmatismo com que os tempos tentam nos seduzir. A profissão que escolhemos nos impõe a ética da submissão ao estrangeiro, ao novo, ao desconhecido, e isso, por si só, significa que

estaremos sempre em crise, em busca do inevitável singular que vez por outra, na intimidade das nossas salas, como numa centelha, nos fará testemunhar a sombra do universal humano. Podemos comemorar.



Notas sobre a pesquisa em psicanálise

Carlos Alberto Plastino*

Ao descobrir a existência da realidade psíquica, como diferente da realidade material, postular sua natureza genuinamente inconsciente e revelar seu modo de ser através da descoberta do processo primário, Freud (1900/1976) confrontou as crenças básicas que embasam as concepções ontológicas, epistemológicas e antropológicas fundamentais do paradigma da modernidade. Entendo aqui por paradigma o conjunto de crenças que, aceitas como óbvias em determinado momento da história, constituem-se em pressupostos não questionados dos processos de produção de conhecimentos. Não sendo mais o resultado do conhecimento condicionante de todos os conhecimentos supostamente possíveis, esses pressupostos organizam os processos de conhecimento, mas também os limitam.

Referindo-se ao processo primário, o fundador da psicanálise afirma que nos processos psíquicos da humanidade ele é também primeiro, seja na experiência de espécie, na de cada indivíduo ou em cada ato psíquico. Através desses processos, atravessados de imagens e emoções, a espécie humana lidou com a problemática do sentido, antes de inventar a linguagem e, com ela, o processo secundário. Outro tanto faz o bebê humano, que lida com o sentido antes de poder aceder aos significados pela linguagem.

O processo secundário é sempre precedido de outro, configurado conforme o processo primário, sendo ele –segundo Einstein (in Veráldi, 1984) e também Winnicott (1945/2000)– o responsável pelas descobertas científicas. As breves considerações que antecedem, ilustram a dimensão do impacto que a descoberta do inconsciente e do processo primário tem sobre concepções fundamentais do paradigma moderno. Descobertas posteriores de Freud (1923/1976; 1921/1976), como as referidas à identificação primária e à secundária, ao primado da afetividade nos processos psíquicos (Freud, 1926/1976), à empatia, à apreensão intuitiva, à comunicação entre inconscientes (Freud, 1915/1976), à atenção flutuante, confrontam, também, esses pressupostos centrais

* Formado em ciências econômicas, com mestrado em ciências políticas e teoria psicanalítica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

do paradigma moderno. Esse, como se sabe, concebe o real como sendo homogeneamente organizado, conforme uma racionalidade redutível à lógica identitária, e atribui à razão o monopólio na produção de conhecimentos e a capacidade potencial de produzir um conhecimento verdadeiro da realidade. A esses pressupostos ontológicos e epistemológicos, o paradigma moderno faz corresponder uma concepção antropológica organizada em torno da separação radical (de substâncias) entre o corpo e o psiquismo, fazendo do primeiro a fonte de forças privadas de sentido e reduzindo o segundo a consciência racional. Essa concepção antropológica da modernidade é obviamente incompatível com o psiquismo inconsciente descoberto por Freud. As principais descobertas freudianas contestam assim os pressupostos centrais do pensamento moderno, afirmando o que, na perspectiva deste, nem sequer podia ser pensado. Como é óbvio, essa contestação dos pressupostos paradigmáticos da modernidade não se limitou às descobertas operadas pela psicanálise. O mesmo aconteceu em diversas áreas de saber, merecendo destaque as descobertas operadas na física (relativista e quântica). Entretanto, como comenta Castoriadis (1975), raramente os grandes descobridores reconhecem a dimensão e as consequências de suas descobertas. Foi o caso de Freud, e também de Einstein, em relação ao potencial crítico que suas descobertas tinham sobre as concepções fundamentais do paradigma moderno. O motivo disso talvez seja que, como afirmava Einstein, fosse “mais fácil dissolver o átomo do que um preconceito”. Freud, por sua parte, parece ter intuído obscuramente esse potencial crítico, chegando a afirmar que a psicanálise era portadora da peste. Apesar dessa afirmação, a rica e extensa obra do fundador da psicanálise torna evidente a persistência dos pressupostos paradigmáticos da modernidade na construção de sua teoria, pressupostos dos quais se afastou progressivamente, porém parcialmente ao longo de um prolongado processo. A influência das crenças paradigmáticas, ainda dominantes na sua época, sobre o pensamento

teórico de Freud é especialmente forte na sua metapsicologia, concebida por ele após o fracasso da tentativa ensaiada no “Projeto de uma psicologia para neurologistas” (1895/1976). Ao constatar a impossibilidade de encontrar um sustento material para os processos psíquicos descobertos na prática clínica –um “chão”, como escreve para Fliess–, Freud (1887-1904/1986) decidiu construir “um teto”: a metapsicologia. Ela configura assim a “superestrutura” da psicanálise, elaborada para poder lidar com os fatos psíquicos “não passíveis de observação direta” (1925/1976). Sendo a superestrutura, a metapsicologia não é a base que sustenta o saber produzido pela psicanálise. Essa base é a experiência clínica, concebida pelo fundador como uma experiência de conhecimento em tudo diferente dos experimentos organizados pelas ciências da matéria. É na defesa intransigente desse protagonismo da experiência clínica, na epistemologia da psicanálise, e na concepção da metapsicologia como uma superestrutura provisória e subordinada, que Freud mostra a dimensão de seu gênio. É essa defesa que fez com que sua obra fosse construída como uma obra aberta, permanentemente desenvolvida e modificada a partir da produção de conhecimentos produzidos pela sua fonte inesgotável: a experiência clínica. Para construir sua metapsicologia –um novo conhecimento sobre um novo saber– Freud (1915/1976) buscou ferramentas nas que considerava “ciências próximas” (anatomia, fisiologia, física, química), importando assim para a metapsicologia ferramentas teóricas elaboradas para lidar com a realidade material e totalmente inadequadas para fazê-lo com a “realidade psíquica” que descobrira. Esses empréstimos tiveram ainda uma influência maior sobre sua metapsicologia, na medida em que contrabandearam para o interior dela os postulados ontológicos, epistemológicos e antropológicos da modernidade que embasavam sua própria construção. É preciso acrescentar ainda que a metapsicologia foi também fortemente influenciada por crenças ainda dominantes na época e compartilhadas por Freud,

vinculadas à ideologia do patriarcado sobre o papel da mulher, sobre os diversos dualismos, entre natureza e cultura, corpo e psiquismo, afeto e razão, desvalorizando os primeiros termos, pensados como parte da “res extensa” e, portanto, privados de qualidade e sentido. Outra importante influência da ideologia patriarcal sobre a metapsicologia se verifica na concepção da vida social como inevitavelmente conflitiva (Hobbes, 1976) e sobre a necessidade da repressão e da dominação como condição de viabilidade da vida em sociedade (Freud, 1930/1976).

A fonte da qual emana o saber produzido pela psicanálise é então a experiência clínica. Essa experiência é radicalmente diferente dos experimentos que sustentam a produção de conhecimentos científicos nas ciências da matéria. Lidando com a realidade material, o conhecimento científico opera por experimentos que permitem verificar e quantificar as regularidades presentes nos processos materiais, tornando possível descobrir as relações de causalidade (causa eficiente) existentes, a previsão dos processos e a intervenção sobre eles. A forma de ser desse aspecto do real torna possível sua redução à lógica racional, transformando a ciência positiva numa poderosa ferramenta de conhecimento sobre a realidade material. Contudo Freud descobriu a especificidade da realidade psíquica e de sua forma de ser alheia à lógica identitária. Essa especificidade tornava evidente que os experimentos elaborados pelas ciências da matéria, concebidos para lidar com a realidade material, eram totalmente inadequados para lidar com a realidade psíquica, atravessada pela singularidade, pela fantasia, pela afetividade e pelo desejo. Descobertos através e a partir da prática clínica, o conhecimento dos aspectos da vida psíquica e emocional e de seus processos se inserem no que o próprio Freud designara como sendo “o saber dos poetas”, aos que atribuía a capacidade de “extrair da turbulência de seus próprios sentimentos, as intelecções as mais profundas” (Freud, 1930/1976). Sendo a realidade heterogênea – a realidade psíquica é diferente da ma-

terial-, as experiências de conhecimento precisam ser também diversificadas, adequando-se às características daqueles aspectos do real para lidar com as quais foram construídas. Dado que não lida com aspectos da realidade que possam ser reduzidos a relações de causalidade eficiente, o saber elaborado pela psicanálise não procura “explicar” os fenômenos psíquicos, mas compreendê-los. Trata-se, portanto, de um saber compreensivo, e não explicativo. Nesse ponto, convém lembrar o significado etimológico da palavra “compreensão”. Ela designa o ato de dar voltas em torno do que se deseja conhecer, olhando por todos os lados possíveis. Não é isso que fazemos na nossa prática clínica? A experiência psicanalítica, da qual surge o saber psicanalítico, não contém um sujeito cognitivo que observa um objeto. Ela se organiza em torno do encontro entre dois sujeitos, encontro que acontece tanto no nível consciente quanto no inconsciente. Trata-se, além disso, de um encontro atravessado por afetos, resistências, transferências e contratransferências. A essa modalidade de conhecimento pertence a “atenção flutuante”, expressão com a qual Freud designa a atitude do analista correlativa à “associação livre” requerida dos pacientes. Na “atenção flutuante” – escreve Freud –, o analista se abandona “à sua própria atividade mental inconsciente”, evitando, dentro do possível, a reflexão e a formação de expectativas conscientes, não pretendendo registrar particularmente na sua memória nada do escutado. Assim – acrescenta – “capturaria o inconsciente do paciente com o seu próprio inconsciente” (Freud, 1923/1976, p. 235). A “atenção flutuante” constitui, assim, uma modalidade do “saber dos poetas”, saber no qual o sentido dos afetos ocupa lugar de protagonista. Ambos são produto da atividade cognitiva do inconsciente, tema que Freud considerava importante a ponto de comunicar em 1907 estar planejando escrever um artigo “sobre as consequências epistemológicas da descoberta do inconsciente” (McGuire, 1976). Esse artigo nunca foi escrito, quiçá porque ele seria pouco compatível com

o papel atribuído por Freud aos pressupostos da modernidade, acima citados, na elaboração de sua metapsicologia. Todavia, e com relação ao pensamento epistemológico de Freud, é importante lembrar que no seu último grande texto –“Esboço da psicanálise” (Freud, 1938/1976)– afastou-se de importantes pre-conceitos epistemológicos da modernidade, superando a subordinação da psicanálise com relação às ciências da matéria ao sustentar que “todas as ciências” são construções, não existindo entre elas relações de subordinação ou dependência.

A experiência que sustenta a atividade de pesquisa na psicanálise é a prática clínica. É nela que se opera a compreensão. É a partir dela que podem ser construídas concepções teóricas que serão pertinentes –e não verdadeiras– na medida em que produzam “hipóteses que funcionam”, como afirma Winnicott (2000), referindo-se à sua Teoria do Desenvolvimento Emocional. A pesquisa em psicanálise constitui uma necessidade permanente, sendo em particular desafiada na contemporaneidade pelas profundas mudanças ocorridas tanto na vida dos indivíduos quanto nas modalidades de sofrimento e nas relações sociais. Para poder pensar as novas modalidades de sofrimento psíquico e as também novas experiências de constituição da subjetividade, é preciso ultrapassar os férreos limites estabelecidos pelos pressupostos encampados pela metapsicologia. É preciso superar seus dualismos, superar a desvalorização das emoções, reconhecendo sua autonomia em relação à linguagem e sua capacidade de produzir sentido, abandonar a crença no monopólio da representação na apreensão da realidade e do significativo na produção de sentido, diferenciar o sentido do significado, pesquisando sua relação com a dinâmica natural da vida. Pensar a psicanálise, nesse momento de acentuada decadência da dominação patriarcal, exige ainda superar a afirmação dogmática do ca-

ráter insuperável –porque supostamente natural– do conflito entre indivíduo e sociedade e da necessidade imperiosa de repressão como condição do convívio social. Toda essa herança moderna carregada pela psicanálise exige, hoje, um profundo esforço de reflexão, uma verdadeira “mudança de pensamento” para operar um segundo nível de pesquisa –o primeiro sendo a experiência psicanalítica com as novas modalidades de sofrimento e com as novas formas de subjetividade– que supõe uma exigência de diálogo com outros saberes, como a sociologia, a filosofia, a ciência política, a psicologia do desenvolvimento etc. Nesse diálogo, é preciso preservar a autonomia da experiência de conhecimento da psicanálise. Tomar cuidado, sobretudo, para não fazer da filosofia o tribunal que possa julgar a admissibilidade ou inadmissibilidade dos conhecimentos elaborados pela psicanálise. A filosofia só poderia ter esse papel arrogando-se a capacidade de julgar, a partir de pressupostos dogmáticos autoproclamados, quais seriam as experiências de conhecimento admissíveis e quais, não. A pesquisa em psicanálise não pode obviamente se dissociar da formidável transformação dos paradigmas de conhecimento em curso. Ignorá-la, mantendo a subordinação da teoria psicanalítica aos pressupostos modernos largamente superados em outras áreas do conhecimento, seria condenar nosso saber à repetição e à esterilidade. No contexto da gigantesca transformação em curso da sociedade e do conhecimento, e da profunda crise de civilização que estamos atravessando, parece ter chegado a hora de *a psicanálise re-assumir seu papel de ser portadora do escândalo*. Esse *escândalo*, para dizê-lo com as palavras de Castoriadis (1975), não emana agora de suas afirmações sobre a sexualidade, mas da profunda crítica que sua existência como saber, e o conteúdo deste, significa para as concepções ontológicas, epistemológicas e antropológicas da modernidade.

Referências

- Castoriadis, C. (1975). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freud, S. (1976). La interpretación de los sueños. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. V). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1976a). Proyecto de psicología. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. I). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1976b). El inconsciente. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XIV). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1976c). Psicología de las masas y análisis del yo. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 18). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (1976d). El yo y el ello. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XIX). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1976e). Inhibición, síntoma y angustia. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XX). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (1976f). Presentación autobiográfica. In Freud,

- S., *Obras completas* (Vol. XX). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1976g). Pulsão e destino de pulsões. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XIV). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1976h). El malestar en la cultura. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XXI). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (1976i). Esquema del psicoanálisis. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. XXIII). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1938-1940).
- Freud, S. (1986). *Correspondência para W. Fliess*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original de 1887-1904).
- Hobbes, T. (1976). *Leviatã* (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril.
- McGuire, W. (Org.) (1976). *Freud/Jung correspondência completa*. Rio de Janeiro: Imago.
- Véraldi, G. (1984). *Qu'est-ce que l'inspiration?*. Les extra-sensoriels.
- Winnicott, D. (2000). O desenvolvimento emocional primitivo. In *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1945).



Primeira infância. Pontes entre psicanálise e investigação

Clara Raznoszczyk Schejtman*

A palavra *investigação* deriva de duas raízes latinas: *in* e *vestigium*. A primeira significa “em”, “dentro”, e a segunda, “rastros”, “pegadas”, “indício”, “sinal”, “vestígio”. Investigar é inquirir, indagar, seguir vestígios, ou a pista, ou as pegadas de alguém ou de algo; descobrir alguma coisa.

Nesse sentido, a investigação psicanalítica baseada na escuta produzida no interior da sessão e a investigação sistemática compartilham um horizonte comum.

No entanto, quando se trata de cotejar o estatuto científico da psicanálise e seus métodos de indagação, o horizonte não é tão claro nem tão comum. Psicanalistas prestigiosos da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), como Peter Fonagy, Mary Target e Ricardo Bernardi –entre um grupo crescente de analistas–, apoiaram a investigação empírica sistemática e suas articulações com a clínica.

A preocupação com relação ao status científico da psicanálise também não foi alheia a Freud. Em 1918, comemora a inclusão da psicanálise na universidade para evitar que a saúde mental ficasse nas mãos de “curandeiros e charlatões”. Em 1932, propõe que a psicanálise deve se sustentar na investigação, que requer a elaboração intelectual de observações cuidadosamente comprovadas, que descartem “a revelação, a intuição ou a adivinhação”.

Freud (1932) defende que a psicanálise não é uma cosmovisão como a biologia e a filosofia, e que aspira resolver problemas acessíveis à observação. Por isso tateia na experiência, é inacabada e tolera o fato de que suas premissas sejam provisórias, retificáveis e modificáveis. Alerta para a atração que as cosmovisões exercem sobre os homens, já que permitem projetar desejos ideais e totalizadores, e fazer com que se sintam mais seguros. Posiciona a psicanálise em um lugar que é mais próximo das ciências naturais e se separa do apriorismo filosófico, defendendo o caráter aberto do experimental.

Apesar de o legado freudiano incluir a busca da verdade por meio de uma aproximação com o método científico das ciências naturais, não poucas vezes no campo psicanalítico consideram que esse tipo de investigação seria

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

contrária ao espírito da indagação psicanalítica, baseado no inconsciente.

Surgiram fortes confrontos no seio da IPA, como o que se estabeleceu entre Robert Wallerstein e André Green, e os questionamentos de Marcelo Viñar na América Latina.

Apesar de considerarmos que o encontro clínico em transferência é único e irrepetível, acreditamos que a investigação sistemática permite o aprofundamento sobre aspectos da teoria que correm o risco de se converter em cosmovisões.

Do campo epistemológico surgem vozes que apontam para a necessidade de abertura, como a de Bachelard, que defende que a verdade única é uma simplificação, ou a de Rolando García (2000), em defesa de que há um encontro entre a filosofia especulativa e o empirismo na construção do conhecimento.

Desde 2000, sou diretora, em Buenos Aires, de uma equipe de 13 profissionais clínicos, em sua maioria, treinados em institutos psicanalíticos da IPA. Todos desenvolvemos atividades de docência e de investigação na Universidade de Buenos Aires (UBA). A continuidade do programa permitiu que dois deles concluíssem seu doutorado e que alguns estejam realizando doutorados e mestrados com orientação psicanalítica na UBA. Esses projetos geram pontes entre a universidade e as instituições psicanalíticas, e instalam uma presença freudiana fecunda em ambos espaços.

Trabalhamos sobre problemáticas oriundas da clínica e da prevenção na primeira infância, e com a inquietude de produzir novos saberes teóricos sobre os primeiros e enigmáticos tempos de estruturação psíquica. Dois integrantes da equipe receberam treinamento no *Research Training Program* (RTP) da IPA em Londres. Essa formação nos ajudou na concepção metodológica dos nossos projetos, que foram credenciados e subsidiados em suas diferentes etapas pela IPA e pela área de Ciência e Técnica

da Universidade de Buenos Aires (UBACyT).

O eixo central do nosso programa é o estudo dos afetos, que constrói pontes entre a teoria freudiana dos afetos e as contribuições da investigação observacional minuciosa sobre as interações precoces. Relacionamos variáveis maternas com a passagem da regulação afetiva diádica para a autorregulação que os bebês vão atingindo. Estudamos gravações em vídeo de situações interativas lúdicas entre mães e bebês em dois momentos do desenvolvimento: aos seis meses e entre os quatro e os cinco anos de idade. Estudamos a relação entre variáveis maternas, encontros e desencontros interativos, e os níveis de simbolização que as crianças foram alcançando aos quatro-cinco anos. Os resultados foram amplamente publicados (Zucchi, Huerin, Duhalde & Raznoszczyk de Schejtman, 2006; Schejtman, Duhalde, Silver, Vernengo, Wainer & Huerin, 2009; Duhalde, Tkach, Esteve, Huerin, Schejtman, 2011, e muitos mais)¹.

Situamos nosso trabalho no paradigma da complexidade (Morin, 1990). Frente à interrogação sobre quais podem ser os benefícios do intercâmbio fluido entre uma psicanálise conceitual e hermenêutica, e a investigação empírica, coincidimos com Laplanche (1987) sobre a falsa disjunção entre a criança mítica da psicanálise e a criança real da psicologia: ambas visões se confundem e se recobrem. A observação dos gestos do infante possui um alto valor, uma vez que eles comunicam aspectos do mundo interno e podem ser considerados *pré-simbólicos*.

Como clínicos, a investigação microanalítica nos dá a oportunidade de descobrir detalhes impactantes sobre os modos de intercâmbio entre os infantes e suas mães, que não são reconhecíveis à primeira vista. Isso impulsiona mudanças em nosso conhecimento prévio e ativa explorações criativas.

Encontramos resultados que mostraram que a interação mãe-filho em díadas sem patologia

1. Um artigo sobre essa investigação obteve o prêmio de melhor Trabalho de Investigação em Regulação Afetiva, IPA, Congresso de Praga 2013.

não é tão recíproca e sincrônica como se pensava idealmente; que o sutil interjogo de encontros e desencontros permite ao bebê criar seus próprios recursos de autorregulação. Observamos que, às vezes, as mães têm dificuldades para tolerar a falta de resposta imediata dos bebês e oferecem um excesso de estimulação que pode produzir um retraimento defensivo. Nos trabalhos atuais, a partir da microanálise dos vídeos, nos concentramos em aprofundar o conhecimento sobre o autoerotismo constitutivo, a diferenciação entre autorregulação e retraimento, e a construção dos processos de simbolização na primeira infância, entre outros temas. Ao mesmo tempo, nos propusemos a descrever o complexo intrincamento entre a subjetividade materna, a subjetividade na constituição do infante e a transformação mútua entre mãe e infante. Essa transformação bidirecional do desdobramento afetivo da criança e de sua mãe tem suas próprias determinações e pode ser pensada como intermediária entre variáveis intrapsíquicas da mãe e do infante. Ao mesmo tempo, o desdobramento afetivo iterativo gera impactos sobre a subjetividade materna e ativa representações inconscientes ligadas a imagens idealizadas que aumentam a desregulação nos bebês. Essas ideias criaram uma nova linha de trabalho conjunto sobre o superego maternal, que segue os desenvolvimentos da doutora Emilce Dio Bleichmar.

Atualmente temos consciência sobre a necessidade de intervenções na primeira infância.

Acreditamos que os conhecimentos provenientes de investigações sistemáticas possam colaborar para a elaboração de modalidades novas de intervenção precoce dentro do marco psicanalítico e ampliar o horizonte clínico na primeira infância.

Referências

- Duhalde, C., Tkach, C., Esteve, J., Huerin, V. & Schejtman, C. R. (2011). El jugar en la relación madre-hijo y los procesos de simbolización en la infancia. *Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología UBA*, 18.
- Freud, S. (1996a). ¿Debe enseñarse el psicoanálisis en la universidad? In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 17). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1918).
- Freud, S. (1996b). 35ª Conferencia. En torno de una cosmovisión. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 22). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1932).
- García, R. (2000). *El conocimiento en construcción*. Barcelona: Gedisa.
- Laplanche, J. (1987). *Nuevos fundamentos para el psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Morin, E. (1990). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa.
- Schejtman, C. R., Duhalde, C., Silver, R., Vernengo, M. P., Wainer, M. & Huerin, V. (2009). Los inicios del juego en la primera infancia y su relación con la regulación afectiva diádica y la autorregulación de los infantes. *Anuario XVI*, Tomo I, Facultad de Psicología, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, pp. 277-286.
- Zucchi A., Huerin V., Duhalde C. & Raznoszczyk de Schejtman, C. (2006). Aproximación al estudio del Funcionamiento Reflexivo Materno. *Anuario de Investigaciones*, 19, Facultad de Psicología, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires.

A crise da psicanálise e o lugar da investigação

Daniel Rodríguez*

Freud se inquietou porque suas investigações, ao aproximá-lo das ciências sociais, afastavam-no da medicina e das “ciências”, apesar de que, do descuido da primeira por suas filhas, nasceria a psicanálise.

Após anos de desenvolvimento, aprofundamento e expansão pelo mundo, existem preocupações sobre o futuro da psicanálise diante de anúncios da sua extinção por diversos meios, científicos e outros nem tanto. Entre esses últimos, mencionaremos um semanário argentino (*Noticias*), particularmente reacionário, representante de setores do imaginário social, que periodicamente atualiza a questão. Em seus argumentos, destacam-se críticas a Freud, relativas não só ao seu exercício profissional, mas também à sua vida pessoal, ressaltando, por exemplo, sua condição de filho preferido, que o próprio Freud nunca escondeu.

Aconteceria algo à física se emergisse um rumor a respeito de que Einstein tenha extraído sua reconhecida fórmula ($E = m \cdot c^2$) do seu complexo edípico? Onde “E” seria Einstein, “m”, sua mãe, e “c” (“*chirurg*” em alemão), um cirurgião que a visitava furtivamente duas vezes por semana?

A comunidade analítica tenta abordar as possíveis causas, sugerindo recursos salvacionistas. Um contraponto Green-Wallerstein, a partir do setor das instituições psicanalíticas “organizadas” (IPA), passando em revista a responsabilidade dessas entidades, analisa riscos de pluralismos fragmentadores e ilusórias unidades, na promoção da investigação como um dos recursos preventivos.

Com um título contundente (“La ilusión del ‘terreno común’ y el pluralismo ‘mítico’”), Green (2005) coloca ferozmente em questão ambos temas frente a um Wallerstein (2005a, 2005b) contemporizador e otimista, atitude que aquele vincula com uma estratégia política.

Em instituições como a Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA) convivem diferentes correntes teóricas, algumas (Bion e Lacan, entre outras) são consideradas por Wallerstein extraterritoriais, “metapsicologias dissidentes”. Quando surgem na APdeBA inquietudes por conta da diversidade, aparece a

* Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

tranquilizadora ideia de que, apesar dela, “na clínica... nos encontramos todos”.

Do contraponto mencionado, extraímos uma impressão geral: aceitando a possibilidade de alcançar um saudável pluralismo e uma unidade desejável, a aposta mais favorecida seria esta última, apoiada por investigações “sérias”, onde “a mãe das ciências”, a física, particularmente em Wallerstein, aparece como pano de fundo ideal.

Green denuncia “pseudopluralismos”, geradores de caos e de confusão, mais do que de unidade, e mostra ceticismo sobre a possibilidade de que os analistas debatam, profundamente, sobre conceitos fundamentais das suas teorias. Não está de acordo com que a clínica nos aproxima e a teoria nos afasta, e aposta no fato de que apenas a afirmação de coincidências integradoras provenientes de extensas exposições de materiais clínicos consistentes geraria uma unidade real sustentada em concordâncias teórico-clínicas.

Wallerstein, buscando um “terreno comum” dentro da psicanálise organizada, aposta em teorias clínicas “próximas à experiência” e descarta as mencionadas metapsicologias afastadas dela. Encontra na psicanálise atual, com otimismo, indícios de tendências à desejada unidade, com o modelo científico de referência, mencionado, caracterizado por um economismo que tenta unificar fenômenos diversos. Cita como exemplo a tentativa de integrar em uma categoria única (“supercadeia” ou “*superstring*”) duas estruturas teóricas contraditórias, a da relatividade (macrocosmos) e a da mecânica quântica (microcosmos). Ao lado desses modelos, a pluralidade de teorias em psicanálise pareceria um verdadeiro esbanjamento.

Bachelard (1948/2000), em seu texto *La formación del espíritu científico*, observa que a fantasia da unificação do conhecimento pode funcionar como obstáculo epistemológico, empobrecendo conquistas de cada território (cada teoria?), e que as demandas de unificação de distintos domínios correspondem mais a imperativos ideológico-tecnológicos (econômicos no nosso caso?) do que a um problema interno do conhecimento.

De todos os modos, não deve nos passar despercebido o que mostram investigações em ciências sociais: que A ciência não é uma só. E que o modelo que for tomado como referência condicionará a seleção do objeto, a estratégia metodológica e os modelos de investigação e avaliação, como indicam numerosas investigações, extraterritoriais à IPA, mas muito interessadas na psicanálise, que nos pedem para não esquecer que as ciências da modernidade, como a física, necessitaram expulsar (“fora-clair”) do seu seio a subjetividade e o sujeito, temas centrais para nossa disciplina.

As considerações com relação ao tema unidade-pluralismo não são apenas para consumo interno e desenvolvimento do nosso campo, já que fazem parte da imagem da instituição, não só da porta para dentro. Apesar de a investigação somar nessa direção, pareceria ser uma peça importante para o mundo exterior, em uma tentativa de persuadir os sistemas de saúde sobre a relevância da psicoterapia psicanalítica e justificar investimentos em terapias analíticas prolongadas.

Resumindo, as instituições psicanalíticas abrigam hoje dois tipos de demandas:

Acadêmicas: onde incluímos a resolução da questão unidade-pluralismo, mas também a investigação, como modos de desenvolvimento da psicanálise dando solidez a suas teorias e práticas.

Profissionais: a tarefa consiste em dar mostras da sua eficácia e economia com relação a outras ofertas do mercado, onde os programas de investigação dariam mais credibilidade à psicanálise como disciplina e área de exercício profissional.

Não existe necessariamente complementaridade entre ambas demandas, sendo provável que a segunda atente contra a primeira.

A psicanálise e a investigação em psicanálise, pelo menos no nosso país, estenderam-se muito além das fronteiras da IPA, contribuindo com formas diversas de pensar dignas de serem consideradas. De investigações realizadas por especialistas em metodologia da investigação da UBA obtivemos interrogações que mostram

a pluralidade de sentidos que podem adquirir termos de uso corrente. A título de exemplo somente, porque as discussões superam as possibilidades dessa modesta contribuição, constatamos que falar sobre o “empírico” não se refere apenas ao observável, fenomênico, ou que as tentativas de formalização da psicanálise não necessariamente passam pelas matemáticas, inclusive dentro dela não imperam apenas critérios quantitativos.

O que, sim, fica claro para nós é que, se para escapar das dores de cabeça geradas pela discussão pluralismo/unidade, a única coisa que fazemos é pedir auxílio da investigação, estamos apenas fazendo um deslocamento do problema, já que voltamos a nos confrontar com as mencionadas preocupações freudianas e a polêmica ciências “duras”/ciências sociais com suas respectivas metodologias.

El psicoanálisis: Una mirada y una aventura que bien valen la pena (Rodríguez, 2010) foi uma apresentação onde mostrava minha opinião sobre alguns dos temas hoje comentados. Sou dos que pensam que os que mais e melhor podem falar da psicanálise, e de modo não muito preciso, são os que passaram pela aventura, não muito transmissível, nos termos de certas acepções do científico, e geralmente de difícil avaliação com critérios estatísticos ou quantitativos.

Os sofrimentos mais quantificáveis são os sintomas, porta de entrada que inaugura a partida, que deveria chegar mais longe em suas conquistas do que seu simples alívio, com vistas a alcançar o máximo de liberdade possível a que um sujeito possa ter acesso, com relação a seus determinantes inconscientes, e que possa encontrar seu lugar no mundo. E que conste que sou consciente de que, com os termos “aventura”, “liberdade” e “lugar no mundo”, posso parecer mais um poeta do que um cientista.

Divido uma observação de Green: “Como é que, com diferentes técnicas e sistemas de pensamento incompatíveis, podemos obter resultados positivos?” porque não creio que a diversidade teórica e suas implicações clínico-teóricas sejam uma doença institucional

preocupante, nem que as discussões intertribais levem a lugar nenhum. O saldo mais desejável é que os participantes fiquem pensando sobre quais instrumentos da sua bagagem teórico-clínica merecem continuar a ser desenvolvidos.

Creio que uma “unidade” desejável para a psicanálise, não orientada para a fusão em uma teoria única, seria a de poder chegar a estabelecer quais seriam para cada modelo seus “conceitos fundamentais” no modo proposto por Lacan ao dar sua versão sobre o que ele considerava como tais, a saber: inconsciente, repetição, transferência e pulsão.

Não penso que os analistas escolhamos “nossa teoria” depois de examinar cuidadosamente o menu de opções, baseando-nos em cientificidade ou eficácia. O ato de escolher aqui se parece com o que Freud chamava “escolha da neurose”, baseada em questões “afetivas” não necessariamente conscientes. Algumas mais evidentes, tais como quem foram seus professores ou analistas, e outras mais ocultas para o sujeito, relativas à maneira como se situa frente a grandes dilemas da condição humana com relação à vida, morte, sexualidade etc. Isso explicaria as paixões, às vezes “sangrentas” (Green), de discussões que refletem a profundidade do vínculo entre o analista e “sua” teoria. Mais ou menos como quando alguém, no calor de uma discussão, comete o desatino de chegar a dizer algo ofensivo com relação à mãe do seu interlocutor.

Referências

- Bachelard, G. (2000). *La formación del espíritu científico. Contribución a un psicoanálisis del conocimiento objetivo*. México: Siglo XXI. (Trabalho original publicado em espanhol em 1948).
- Green, A. (2005). La ilusión del “terreno común” y el pluralismo “mítico”. *International Journal of Psicoanálisis*, 86.
- Rodríguez, D. (setembro de 2010). *El psicoanálisis: Una mirada y una aventura que bien valen la pena*. Apresentação que fez parte do curso central da APDeBA “Os psicanalistas falam sobre sua prática”.
- Wallerstein, R. (2005a). ¿Será el pluralismo psicoanalítico un estado duradero de nuestra disciplina? *International Journal of Psicoanálisis*, 86.
- Wallerstein, R. (2005b). ¿Diálogo o ilusión? ¿Y cómo seguimos a partir de aquí? Respuesta a André Green. *International Journal of Psicoanálisis*, 86.

Sobre investigação em psicanálise: Refutação e proposta

Marcelo Viñar*

Ainda que pareça óbvio –ou chover no molhado–, quero partir de duas premissas freudianas elementares; verdades tão sabidas, às vezes esquecidas ou, de fato, desconhecidas:

O gesto analítico originário é investigar. A melhora (terapêutica), se vier, será por acréscimo e como consequência do reposicionamento do sujeito frente a si mesmo.

Se bem que a teoria tenha se enriquecido enormemente desde um século de reflexão de Freud e dos pós-freudianos, o ato fundador da psicanálise é nosso encontro com o potencial analisando e seu pedido de ajuda.

Isso implica voltar sempre à intempérie –que o fundador transitou com as suas histéricas– e buscar no absurdo e na insignificância aquilo que não é diretamente acessível à razão. Voltar ao inesperado, à intempérie, à experiência da análise original –diria Mannoni–, deixando em latência o saber teórico. Reconheceria estar combatendo moinhos de vento, se não visse que nos intercâmbios (em colóquios e congressos) é abundante a insistência na aplicação da teoria, o que apaga a singularidade com palavras ou modelos de um paradigma prestigioso da modernidade.

A chamada *investigação sistemática*, seja empírica ou conceitual, propõe um trajeto que se afasta, a meu ver, da singularidade original que propicia a indagação freudiana. No seu propósito de racionalidade tem que optar, creio, por separar da complexidade algumas unidades discerníveis (por exemplo, a questão da fusão e da discriminação nas ansiedades de separação) e cria regularidades observáveis em tabelas comparativas e quantificáveis. Esse proceder, copiado das ciências da natureza em sua intrínseca racionalidade, parece-me antinômico com a experiência de assombro e da ocorrência inesperada que é própria dos momentos fecundos do trabalho em sessão. Pichon Rivière a ilustrava com a metáfora de sair da roda d'água da repetição para entrar na espiral da *perlaboração*, que anuncia a mudança psíquica. O *não havia pensado* que Freud usou como critério de validação da interpretação é o oposto da previsibilidade. O proceder epide-

* Asociación Psicoanalítica del Uruguay.

miológico da investigação empírica é útil e legítimo em si mesmo, na minha opinião, mas não vejo razão para chamá-lo de investigação psicanalítica, porque tende a nos transformar em prisioneiros da medicalização e do eixo normal patológico como vetor privilegiado e mensurável. É bom reconhecer os critérios de saúde pública e levá-los em consideração, mas não utilizá-los como o único critério regente.

E o que seria ainda mais grave: uma investigação sistemática sempre tem por objetivo a certeza e a verdade, que no nosso caso seria uma definição acabada do humano. Prefiro para a psicanálise o estatuto do saber conjuntural, que sempre explora parcialmente, tateando e às cegas, e nunca alcança o nível de certeza que é a meta em outras áreas do pensamento científico.

Refutação e proposta

Penso que, como ricos herdeiros dos paradigmas da modernidade que nos foram legados por nossos antecessores, com a sagacidade de que foram capazes, hoje é a nossa vez de orientar a investigação psicanalítica na direção da cultura, sem tomar apenas a psicopatologia como referência exclusiva. E dizer *cultura* hoje é pensar em mudanças significativas da sensibilidade.

Como mudam a mente e os seus mal-estares neste mundo que muda seus códigos de convivência a um ritmo acelerado?

Tecnologia e vida mental, que eram capítulos diferentes e distantes, se enlaçam e se tornam interdependentes na civilização atual.

As mudanças societárias nas garantias metassociais que organizam nossa mente e nossas condutas não são as mesmas de antes. A velocidade do tempo social, sua provisoriade e a rapidez das mudanças são absorvidas em uma experiência interior (tempo vivencial) na qual o efêmero e o descartável ocupam o lugar daquilo que almejava deixar rastros permanentes.

Na cultura que habitamos (e diferenciar o local do global já é uma árdua tarefa), as questões que são os ingredientes ou a matéria-prima da sessão são hoje tratadas de modo diferente.

Família, sexualidade, vínculo parental, filiação, norma e transgressão, ócio e trabalho, rotina e criatividade, adultério e violência. Hoje sua avaliação transita itinerários inéditos, segue por raias diferentes das que percorria há poucas décadas. Os códigos e chaves de decifração podem ter critérios diferentes entre analista e analisando, provavelmente tão mais numerosos quanto maior seja o intervalo etário (idosos e jovens).

A afinidade de códigos e chaves pode ser uma plataforma já constituída para o desenvolvimento de um processo terapêutico, mas em uma proporção crescente de casos essa plataforma não está dada e é necessário construí-la, o que exige tempo, disposição e sagacidade do analista para criar um terreno comum, sem o qual o advento da transferência teria os mesmos frutos que semear no mar.

Na modernidade sólida, as tópicas freudianas foram modelo suficiente para enquadrar as ansiedades e defesas que definiam o conflito psíquico em um sujeito descentrado, mas submetido ao romance que construía sobre si mesmo e seus vínculos, onde procurávamos reconhecer a repetição e a elaboração, ou seja, o mal-estar neurótico e a mudança psíquica.

Hoje esse sujeito, capaz de entrar em si mesmo (*insichgehen*) e de desdobrar o tríptico vivencial da sua existência (passado, presente e porvir), está ausente ou em fuga dos seus afetos. Sua fala explosiva, catártica, não busca abordar o seu interlocutor, e sim evitá-lo com sua autossuficiência. É o uso da função falante (mais do que o seu conteúdo) o que se torna necessário interrogar. O ato de falar está mais próximo de uma descarga, da linguagem operatória da doença psicossomática, do que do modelo da histeria ao qual estamos habituados e cuja polissemia e movimento metafórico e metonímico abrem a construção de um campo transferencial apto para a leitura da causalidade fantasma. No mundo da imagem e do Twitter, dizer ganha muitas vezes o valor de passagem ao ato; um presente exuberante que devora os tesouros do passado e os anseios do futuro, e é um cenário que desconcerta os que temos a

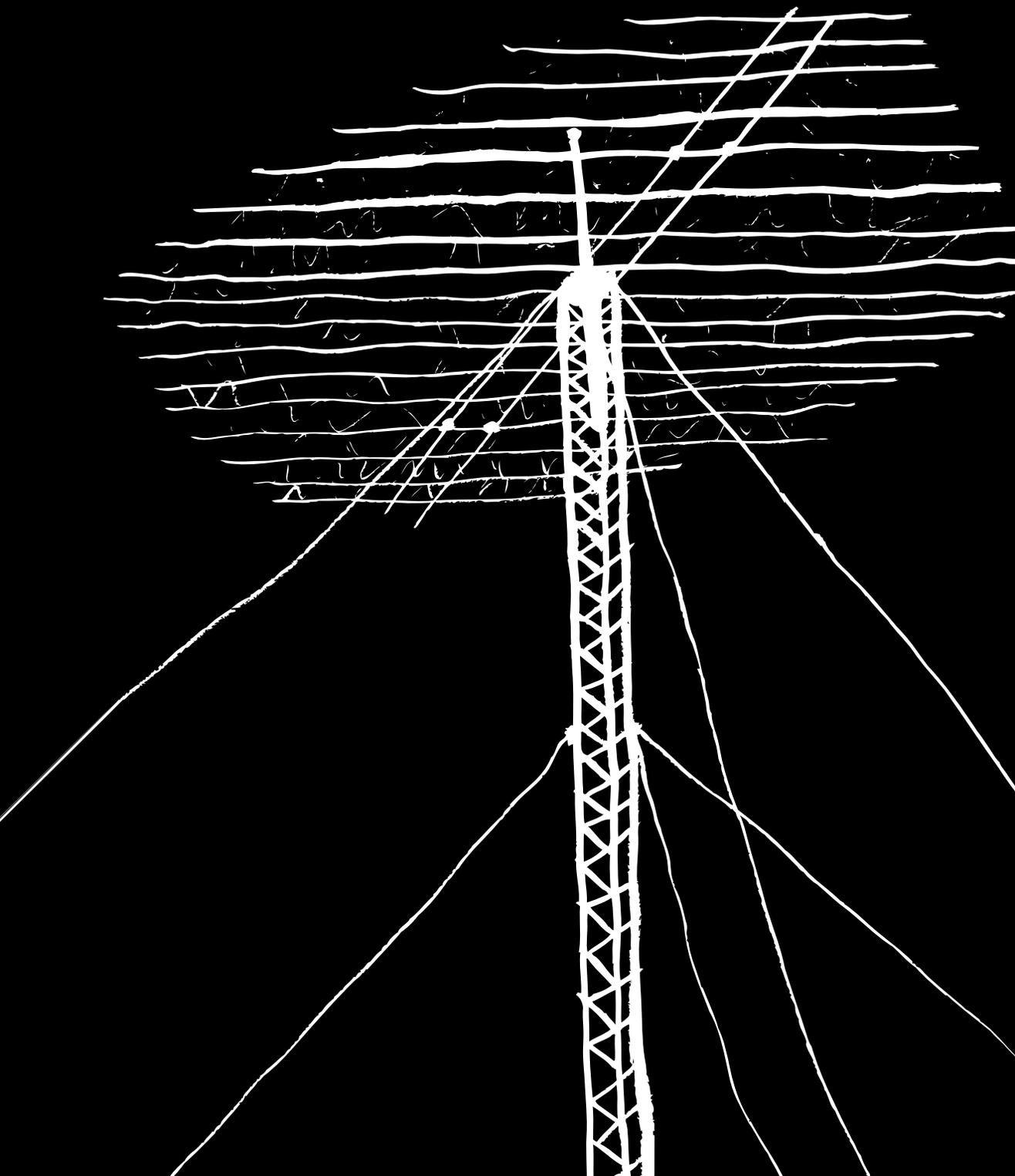
mente formatada por outra temporalidade psíquica: o tempo próprio do *durch-arbeiten* (“per-laboração”).

Penso que o aumento dos motivos de consulta da passagem ao ato e ao corpo nos empurra a um esforço coletivo para investigar as zonas de sinapse que permitem a interlocução entre esses códigos heterogêneos ou diferentes,

e para inventar novos modos de recrutar transferência nesse tipo de casos, o que constitui um desafio na nossa clínica atual.

Um diálogo mais notável com os estudiosos da mutação civilizadora em curso parece-me necessário e mais fecundo do que a interface com a epidemiologia psicopatológica e com as neurociências.

Fora de Campo



Um achado-abertura na clínica e na técnica: O objeto analítico lúdico¹

1. Definição

O objeto analítico lúdico é aquele que se constrói no processo analítico, através do qual se expressa, representa e elabora a problemática psíquica.

Minha reflexão sobre o conceito de objeto analítico lúdico começou em uma região onde confluem em mim as teorias e clínicas de dois analistas em particular. Refiro-me a Donald Winnicott (com o seu *jogo do rabisco*) e a André Green (com o seu conceito de objeto analítico).

Winnicott diz sobre o jogo do rabisco: “Se eu descrever o que faço, há o perigo muito real de que outros o usem e o convertam em algo parecido com o Teste de Apercepção Temática. A diferença entre ele e o TAT é, em primeiro lugar, que não se trata de um teste e, em segundo lugar, que o consultor contribui com o seu próprio engenho quase tanto como a criança” (Winnicott, 1964-1968/1991, pp. 26-27).

Destacando a posição ativa do analista, continua a dizer, sobre a proposta para realizar o jogo do rabisco: “Esse jogo de que gosto não tem regras. Simplesmente pego o lápis e faço isso, traço um rabisco às cegas. Você me dirá com que se parece isso que eu faço, ou, se puder, o converterá em alguma coisa; depois fará o mesmo para mim, e eu verei se posso fazer algo com o seu” (Winnicott, 1964-1968/1991, pp. 26-27).

No espaço potencial da análise, vai sendo criado, a partir do gesto espontâneo do analisando e da intervenção lúdica do analista, algo *novo* que poderíamos descrever como um *rabisco analítico-lúdico*².

2. Minha experiência analítica com crianças

Apresentarei os dois primeiros casos clínicos de crianças onde comeci a definir o conceito de objeto analítico lúdico (OAL) diferenciando a problemática psíquica representada (PP) e a função analítica (FA), para refletir sobre seu possível uso como indicador de mudança psíquica.

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

1. Prêmio Sigmund Freud.

2. Sobre o conceito de objeto analítico, nos diz André Green (2008): “O que se chama aliança terapêutica ou aliança de trabalho, e que prefiro chamar de associação analítica, funda-se, na minha opinião, na possibilidade de criar um objeto analítico (...)”. “O objeto analítico não é nem interno (para o analisando ou para o analista) nem externo, mas se situa entre os dois.” “Corresponde-se com a definição de Winnicott de objeto transicional e de sua localização na área intermediária do espaço potencial, no espaço de ‘superposição’, delimitado pelo enquadre analítico” (pp. 314-325).

Caso clínico I: “Bebê-cachorro”

Dados pessoais e familiares

Juan tem cinco anos. Vive com sua mãe, seu pai e um meio irmão de 14 anos (filho de um casamento anterior da mãe). Segundo o relato dos pais, na gravidez não houve problemas, e o parto foi por cesárea. Mamou no peito apenas um mês, porque a mãe conta que lhe machucava os mamilos. Observa-se na mãe uma grande desconexão com relação a Juan, tanto atual como passada. O pai, que, ao nascer Juan, estava terminando seus estudos universitários e não trabalhava, esteve muito tempo com a criança durante seu primeiro ano e meio, suprimindo em parte o déficit de conexão da mãe, que apresenta características narcisistas. O pediatra que atende Juan desde que nasceu diz sobre sua percepção da mãe: “É como se sempre estivesse fazendo as unhas”, e expressa dessa forma seu registro da desconexão materna. Tomou mamadeira até os quatro anos.

O pai começou a trabalhar quando Juan tinha um ano e meio. Começou o jardim da infância aos dois anos. Custou a começar a falar. Não pode dormir sozinho: necessita que o pai esteja com ele até que adormeça. Tem pesadelos, acorda angustiado. Apresenta episódios de encoprese. Mostra comportamentos descontrolados, impulsivos e desorganizados (grita, joga coisas). Devido a tal comportamento, as pessoas do jardim se referem a Juan como uma “criança terrível” com quem “já não sabem o que fazer”. O psicodiagnóstico é feito por sugestão do jardim de infância.

É o pai quem chama para agendar os horários e quem o traz às sessões. Os horários das duas sessões semanais foram combinados de acordo com as possibilidades de horário do pai (apesar do fato de que, atualmente, a mãe não trabalha, e o pai, sim).

Psicodiagnóstico

De acordo com o que foi avaliado no processo psicodiagnóstico, observam-se transtornos na constituição do aparelho psíquico ligados a falhas na consolidação dos vínculos primários. É estabelecido um enquadre analítico que inclui duas sessões individuais com Juan e entrevistas de orientação e acompanhamento com os pais.

Material clínico:

Juan me mostrou desde o começo do encontro analítico –através da sua desorganização e caos– o sofrimento que significaram para ele as falhas na estruturação dos vínculos primários (o desencontro materno básico).

Sobre isso, diz Green (2008): “O trauma não é apenas algo que aconteceu, no sentido clássico de traumatismo, mas sim algo que não aconteceu, por conta de uma ausência de resposta por parte do objeto-mãe” (p. 319).

Sessões significativas de 11 meses de análises

Primeiro mês de tratamento – sessão A

Mostra-se descontrolado em seus movimentos, joga coisas, rasga papéis. Separa e junta uma massinha. Constrói uma bola, joga-a com força. Tenta ordenar sua ação e lhe digo que jogue a bola de massinha pelo chão. Enfia lápis na bola de massinha. Quando faz a bola e gruda nela pedacinhos de papel para cobri-la, digo: “Parece que você está colocando pele nela”. Volta a cravar os lápis na

massinha, que fica novamente esburacada. Joga o conteúdo da sua caixa no chão. O consultório fica cheio de pedaços de papel, massinha, lápis, giz de cera espalhados por todos os lados.

Finca a tesoura na bola de massinha. Digo a ele: “Fica toda machucada por dentro”. Penso na representação de vivências muito primitivas de laceração interna e fragmentação corporal, ligadas fundamentalmente ao registro corporal de recusa por parte do objeto materno.

Segundo mês de tratamento – sessão B

Pega a massa e vai arrancando pedaços com violência. Emito sons de dor a cada vez que arranca um pedaço: “Ai!”. Ele me pede que continue a fazer isso. Digo: “Ai, me arrancaram um pedaço!” (colocando-me no lugar da massinha rasgada/corpo despedaçado). Mostro alívio quando ele junta as partes. Depois finca a tesoura na massinha, gruda papéis nela e continua a perfurá-la até destruí-la.

Penso que a falta de consolidação dos vínculos primários deixa-o em um estado de terror e de fragmentação corporal.

Quarto mês de tratamento – sessão C

Construindo o bebê-cachorro

Ao chegar à sessão, diz: “Sou um cachorro”. Ele me pede que lhe jogue o *lápiz-pau*, vai buscá-lo e o traz na boca. Diz: “Os humanos jogam pedaços de pau para os cachorros” (ele se situa como não humano). Joga-se na poltrona que habitualmente eu ocupo; digo que a poltrona é a caminha do cachorro. Pede que lhe dê algo de comer. Vou fazendo a *comida* com massinha. Sai do consultório caminhando de quatro.

Sessão D

Chama o *cachorro* de “bebê-cachorro” e se enfia na poltrona *berço/caminha*. Está prestes a tirar as calças. Pergunto a ele o que quer fazer e me diz que vai ficar pelado como os cachorros. Digo a ele que aqui não se fica pelado. O *bebê-cachorro* está dentro do seu *berço* (minha poltrona) e tenho que lhe jogar a bolinha. Depois faz de conta que é a minha roupa. Pendura-se nos braços da poltrona e com gestos me indica que eu faça de conta que me “visto com ele”. Diz: “Falta você colocar o cinto ou os sapatos”.

Penso que nesse jogo de ser minha roupa representa vivências ligadas à fusão dos corpos (tenho que me “vestir de” ele). Ele é meus sapatos, minha calça e até o meu cabelo. Esse jogo se repete em várias sessões.

Joga umas bolinhas, que previamente havia enfiado dentro da massinha, e me pede que o ajude a encontrá-las, dizendo: “Somos uma equipe” (com o que expressa a aliança analítica).

Quinto mês de tratamento – sessão E

O *bebê-cachorro* se apresenta desde o começo da sessão. Aparece de quatro e tenho que lhe abrir a porta. Aproxima-se, joga-se para trás e diz: “Ele morreu porque você não gostava dele”. Vai para baixo do divã (o divã parece funcionar como couraça/carapaça protetora). Pega a massinha e a faz de almofada. Apa-

recem gestos que comunicam: levantar a mão é que quer leite, com a outra mão, é que quer que eu pare. Na comunicação com o *bebê-cachorro*, eu o *alimento*, faço de conta que lhe dou leite, paro, continuo, de acordo com o que ele vai expressando com seus gestos. Sai de debaixo do divã. Eu digo: “Que bom que pude alimentar o bebê-cachorro, que tinha tanta fome!”

Faz de conta que come todas as coisas que encontra, de forma desesperada. Digo: “Parece que nunca te deram comida”. Ele diz: “O que acontece é que não lhe deram de comer porque os pais eram velhos, e agora ele quer comer porque tem uma família”. Pede que eu lhe prepare oito bolos de massinha, em silêncio, enquanto ele dorme. Dou-lhe os bolos *para comer*. Pede que eu prepare mais para a próxima sessão.

Vai sendo construído no espaço analítico um lugar no qual alojar, cuidar, alimentar e compreender esse *bebê-cachorro*, que é ele.

Sexto mês de tratamento – sessão F

Alimentando o bebê-cachorro

Ele me diz: “A cabeça é o cachorro, e os pés são o bebê”. Tenho que *alimentar* os dois. Fazemos os bolos com massinha, embrulhados em papéis. Traz uma nave espacial que usa como forno para assar os bolos. Já em outras sessões vem aparecendo o jogo de se queimar ao tirar os bolos do forno, e há uns papezinhos que aliviam a dor. Aparece dessa forma a representação de uma mãe que alivia e tranquiliza. Diz: “Vamos a um piquenique. Você é outro bebê-cachorro”. Digo a ele: “Que bom! O bebê-cachorro não está mais sozinho!”. Vamos para debaixo da escrivaninha. Ele é o pai, eu sou a mãe, e temos dois filhos que devemos alimentar. Fazem bagunça e chamamos a atenção deles. Diz: “Mas essas crianças não obedecem!”.

Sessão G

É uma sessão onde reaparecem o caos e a desorganização. Traz um bonequinho robô. Depois faz com que chegue o *bebê-cachorro*. Tenho que jogar para ele o sapato que tirou e fazer de conta que o lanço, mas não lançá-lo de verdade. Ele vai buscar. Diz a mim que devo fazê-lo três vezes, e na terceira começa uma fase de progressivo descontrole. Encolhe-se. Diz a mim que alimente o *bebê-cachorro* que *se transforma* em uma máquina que recolhe pedaços de massa do chão. Suas mãos são garras. Pega pedaços de massinha e os atira em minha direção, enquanto diz: “Sou a máquina de lixo”. É um robô que pega a *massa-lixo* e a atira. Joga-se no chão, tira o relógio do pulso, joga-se no divã. Pega o relógio de mesa e muda a hora, e faz com que o despertador toque. Há momentos de caos intenso. O bebê é cachorro, é robô. Falo com o bebê desesperado que sofre porque não sabe quem é (mostra intensas angústias confusionais e desorganizadoras). Depois de atravessar uma zona de grande caos ligado à emergência de angústias confusionais-desorganizadoras, reaparece o *bebê-cachorro*.

Sétimo mês de tratamento – sessão H

Dando nome ao bebê-cachorro

E agora o *bebê-cachorro* tem nome e sobrenome. Pega um lápis e começa a escrever letras: “A”, “I”, “O”, “L”. Eu tenho que lê-las. Diz que em outra folha vai

colocar o sobrenome. Falo sobre ele a respeito da emoção e de quão valioso é ter um nome, que pela primeira vez o *bebê-cachorro* tem nome e sobrenome. Faz uma ponte com a massinha e depois um caracol, que coloca atrás de uma almofada, e me pede que ninguém o veja.

Sessão I

Chega à sessão um *bebê-cachorro* muito desorganizado. Joga coisas, chupa tudo, pega as coisas com a boca e se pendura na poltrona. Tenho que segurá-lo para não cair. Lembro-lhe que tem um nome. Leio o nome. Continua desorganizado. Digo-lhe que ele está me contando que houve um bebê muito desesperado. Pega o relógio. Coloca uma pilha e o faz funcionar. Digo-lhe que quer que eu o ajude a curar esse bebê, como se pudéssemos voltar no tempo. Ele me diz que devo dormir. Faço de conta que fecho os olhos. Vai colocando objetos e pedaços de objetos espalhados pelo consultório dentro de suas meias –que havia tirado–, preenchendo-as. Depois vai colocando outros objetos dentro da sua caixa. Falo com ele sobre a importância do que fez ao criar um continente –suas meias– para poder alojar seus objetos. Talvez seja dessa maneira que vamos poder curar o *bebê-cachorro*. Pela primeira vez, vejo Juan brincar com um carrinho da caixa. Depois de uma oralidade desesperada e despedaçadora (corpo fragmentado) aparece algo capaz de conter (aspectos ligados à constituição do eu).

Oitavo mês de tratamento – sessão J

Entra como *bebê-cachorro*. Joga objetos. Ponho-lhe limites. Pega papezinhos e os rasga. Para me comunicar, tenho que falar como cachorro-gato: *miau, uau* e outros sons. Também sou o pai que lhe diz para não quebrar seus brinquedos. Pela primeira vez desenha um bebê sobre quem caiu um raio. Do outro lado da folha, desenha uma árvore, um sol, nuvens. Coloca maçãs na árvore. Depois me pergunta: Como você se chama? Digo a ele meu nome e sobrenome, e ele me pede meu número de telefone. Ao se despedir, pela primeira vez, diz meu nome.

Análise dos diversos objetos analíticos lúdicos

Para a análise dos diversos OAL seguirei a sequência do material clínico, diferenciando a problemática psíquica e a função analítica.

Primeiro OAL

Objeto analítico lúdico: Ser minha roupa.

Problemática psíquica: Problemática ligada à fase simbiótica.

Função analítica: Função materna ligada a estados fusionais arcaicos.

Segundo OAL

Objeto analítico lúdico: Bebê-cachorro.

Problemática psíquica: Problemática ligada à estruturação de vínculos primários. Expressão de vivências de fragmentação corporal e angústias desorganizadoras.

Função analítica: Função materna organizadora e unificadora.

A construção continua

Nono mês de tratamento – sessão K

O *bebê-cachorro* se aloja debaixo do divã e tenho de fazer a interlocução entre *bebê-cachorro* e *menino-gato*. O *menino-gato* manda mensagens que tenho que transmitir ao *bebê-cachorro* ou objetos que tenho que entregar. O *bebê-cachorro* faz a mesma coisa com o *menino-gato*. “Bebê-cachorro, o menino-gato manda um bolo para você.” “Menino-gato, o bebê-cachorro manda balas para você.” Em uma dessas mensagens, o *menino-gato* escreve com letras soltas uma mensagem que diz: “Bebê-cachorro, te amo muito”.

Sessão L

Fala de uma tinta que o torna invisível. Muda coisas de lugar e eu, ao *não poder vê-lo*, me surpreendo ao observar que as coisas se movem. Pega os lápis, leva-os de um lugar para o outro. Expresso minha surpresa e desconcerto: “Mas como estão se movendo as coisas? O que está acontecendo? Se agora há pouco os lápis estavam aqui... e agora?”. E vou até esse lugar, tateando no ar para tentar agarrar esse *ser invisível* que move as coisas. Digo: “Ah, já vou pegar quem está fazendo isso!”. E tateando no ar exclamo: “Te peguei!”. Aparece nele o prazer do riso quando tento pegar, sem conseguir, o *ser invisível* que move as coisas.

Décimo mês de tratamento – sessão M

Ele pede que eu faça aviõezinhos com papel. Indica-me que fique a uma certa distância e os lança. O avião tem a função de correio. Espero suas notícias. Pergunto: “Quando chega o correio (avião)?”. Expresso minha alegria quando chega. “Que bom! Recebi carta de Juan! Recebi a carta que estava esperando”. Começa a escrever e me esclarece o que escreveu. Eu lhe escrevo. Convido Juan à minha casa, e ele deve responder minha proposta. Em várias oportunidades escreve “NÃO” (expressando satisfação com o seu “não” e rindo quando eu dramatizo a tristeza por conta da sua ausência; aceita seu “não” como mostra da sua individualidade). Digo: “Ai, e eu tinha tanta vontade que ele viesse! Bom, depois vou convidá-lo de novo, vamos ver se ele pode vir”.

Décimo-primeiro mês de tratamento – sessão N

Traz o jogo de cartas de *Os padrinhos mágicos*. Divide as cartas e montamos pares de jogo. Os participantes no jogo são ele, o *bebê-cachorro*, o *menino-gato* e eu. O *bebê-cachorro* e eu jogamos em dupla. Trata-se do intercâmbio de cartas e de ver quem fica com mais cartas: “Você me dá um 6, me dá um 3...”.

Depois devemos contar para ver quem tem mais cartas. Ele me diz até que número sabe contar: “1, 2, 3...”. Parabeno Juan por ter aprendido a contar.

Análise dos novos objetos analíticos lúdicos

Terceiro OAL

Objeto analítico lúdico: Menino-gato.

Problemática psíquica: Consolidação e integração do eu.

Função analítica: Funções egóicas.

- Reconhecimento do vínculo e da identidade.
- Desenvolvimento de intercâmbios simbólicos.

Quarto OAL

Objeto analítico lúdico: Tinta invisível.

Problemática psíquica: Presença-ausência (*fort-da*).

Função analítica: Trabalho de simbolização.

Quinto OAL

Objeto analítico lúdico: Aviãozinho/“Não”.

Problemática psíquica:

Processo de individuação.

O “não” como organizador psíquico.

Função analítica:

- Estabelecimento e sustentação de vínculos simbólicos.
- Reconhecimento das diferenças subjetivas.

Sexto OAL

Objeto analítico lúdico: Jogo de cartas *Os padrinhos mágicos*.

Problemática psíquica: Desenvolvimento das sublimações.

Função analítica:

- Historiação de objetos analíticos lúdicos anteriores (bebê-cachorro, menino-gato).
- Reconhecimento das novas possibilidades sublimatórias e das mudanças psíquicas alcançadas.

Sequência de objetos analíticos lúdicos

Primeiro OAL: Ser minha roupa.

Segundo OAL: Bebê-cachorro.

Terceiro OAL: Menino-gato.

Quarto OAL: Tinta invisível.

Quinto OAL: Aviãozinho/“Não”.

Sexto OAL: *Os padrinhos mágicos*.

Vemos desse modo que a sequência dos objetos analíticos lúdicos, bem como as suas transformações, pode ser utilizada como indicador (correlato lúdico) da mudança psíquica (por exemplo, bebê-cachorro que se transforma em bebê-cachorro, menino-gato). Tal análise permite por sua vez definir intervenções analíticas específicas associadas às diversas problemáticas psíquicas representadas e pensar sobre seus efeitos no campo analítico.

Caso clínico II: “Pepe, o sapo”

Dados pessoais e familiares

Sofia tem quatro anos. O motivo da consulta está ligado a reações impulsivas: bate, xinga, não aceita limites. Tem encoprese. Os pais contam desde o começo da primeira entrevista uma situação traumática: quando Sofia tinha dois anos perderam uma gravidez no oitavo mês de gestação, razão pela qual foi necessário induzir o parto para desalojar o feto morto. Os pais contam que, ao estarem tão afetados pela morte do filho, deixaram de estabelecer limites. Dizem sobre isso: “Sofia começou a fazer o que queria, já não obedecia. Fazia cocô na roupa” (aos

dois anos estava começando a controlar os esfíncteres, processo que ficou interrompido). Passado um ano e nove meses, nasce um irmão prematuro que deve ficar em incubadora durante alguns dias e que apresenta problemas de saúde, por conta dos quais é internado diversas vezes. Tal situação traz consigo ausências reiteradas da mãe. Sofia vai ao jardim de infância desde os dois anos. Os pais contam com angústia um episódio que motivou a decisão de realizar a consulta psicológica: ao se levantarem de manhã, veem que Sofia tinha besuntado com cocô as paredes do seu quarto.

Com relação a seus dados evolutivos, destaca-se que Sofia nasceu de parto normal. Mamou durante um ano. Aos dez meses, teve bronquiolite, o que a levou a ficar internada durante cinco dias. Teve vários broncoespasmos. Segundo o relato dos pais, durante o primeiro ano os estados angustiados de Sofia (chorava muito, tinha dificuldades para dormir) estavam ligados a questões relacionadas ao ambiente familiar. Durante esse ano, ambos pais estavam finalizando suas respectivas carreiras universitárias, o que ocasionava constantes mudanças de horário que não permitiam consolidar uma rotina familiar organizadora.

Psicodiagnóstico

A partir do psicodiagnóstico, observam-se os efeitos perturbadores e desorganizadores da situação traumática, tanto em Sofia como nos seus pais. Inicia-se um processo analítico de duas sessões semanais, e é indicada psicoterapia de casal para os pais.

Sessões significativas de seis meses de tratamento

Primeiro mês de tratamento – sessão A

Sofia traz um rolo grande de papel, onde há rabiscos. Coloca cola no rolo de papel. Pede-me que o faça também. Pega a cola com a boca, espalha a cola sobre o papel e constrói uma forma. Diz: “É um helicóptero”, e depois acrescenta: “É Pepe, o sapo”. Continua a colocar cola com a sua boca no papel, ao qual chamou de “Pepe, o sapo”, e também nas suas mãos e nas minhas. Suas mãos e as minhas, untadas com cola, se unem e se separam. Coloca cola na boca de *Pepe, o sapo*. Agora *Pepe, o sapo* está *dormindo*. Acaricia-o. (Penso nela acariciando a barriga da mãe. Segundo a narrativa dos pais, Sofia tinha um estreito contato com a barriga durante a gravidez). Sofia pinta *Pepe, o sapo* e me diz: “Quer dançar?”. Pede que eu coloque música. Ao ritmo da música, fazemos uma ciranda, ela, *Pepe, o sapo* e eu. Depois senta *Pepe, o sapo* na minha poltrona e diz: “Ai, ele se sujou! Limpe-o!”. Quando estou limpando Pepe com um pano, diz: “Está destruído!”. Com grande angústia, faz uma bola e o destrói. Encolhe-se na minha poltrona mostrando um rosto de dor. Digo-lhe: “Você me mostra essa tristeza tão grande por causa do que está destruído”. Sofia diz: “Estou triste”. E acrescenta: “Está destruído e me fazia tão feliz... Nunca mais serei feliz” (Quando me refiro a “essa tristeza”, sem sujeito definido, é porque não sei da tristeza de quem estamos falando. É a tristeza dos pais pela morte do seu filho e, especialmente a da mãe, que carrega em seu ventre morte, e não vida? É a própria tristeza de Sofia, por conta da desconexão afetiva dos seus pais no luto? “Nunca mais serei feliz” soa como uma frase ouvida, possivelmente dita por sua mãe).

Segundo mês de tratamento – sessão B

Sofia traz um boneco e diz: “Esse é meu” (na sessão anterior havia trazido um boneco semelhante). “O outro era da Maria, uma amiguinha do jardim.” Acrescenta: “Quebrei os óculos dela quando era pequenininha”. Dá ao boneco o nome de Chiquelitu. Pede que eu coloque música para dançar. Estamos os três em ciranda: ela, Chiquelitu e eu. Rodamos, e Sofia cai. Digo a ela: “Ai, fiquei com Chiquelitu!”. Voltamos a dançar. Ao rodar, ela e Chiquelitu caem, e ela me diz: “Você ficou sozinha”. Coloca Chiquelitu no divã e, dobrando lenços de papel, diz: “Essa sou eu, essa é você, esse é Chiquelitu, esses são seus óculos, esses são os óculos de Chiquelitu”. Depois faz uma bola e mistura tudo. Digo: “Todos se misturaram: você, eu, Chiquelitu, meus óculos (representados por um lenço de papel) e os óculos de Chiquelitu”. Sofia pega toda a mistura e a joga na lixeira. Digo: “Ai, todos para o lixo!”.

Objetos analíticos lúdicos

Primeiro OAL

Objeto analítico lúdico: Pepe, o sapo.

Problemática psíquica: Modalidade de processamento anal da situação traumática (associa-se sujar/limpar com o que foi destruído).

Função analítica:

- Sustentação do vínculo libidinal diante da retirada angustiada, associada à irrupção brusca de angústias de aniquilação.
- Função de ligadura afetiva (“essa tristeza”) com o registro da vivência traumática.

Segundo OAL

Objeto analítico lúdico: Chiquelitu.

Problemática psíquica:

- Processamento fusional da situação traumática.
- Angústias de abandono (“você ficou sozinha”), pela fantasia de ter causado dano ao ventre materno e por medo do seu poder destrutivo (onipotência negativa) ligado à rivalidade fraterna.

Função analítica: Expressão lúdica de estados fusionais e angústias de abandono.

Terceiro mês de tratamento – sessão C

Sofia traz uma canetinha marrom, com que desenha uma menina e diz: “A boca, o nariz, os olhos. É para você, não para o meu pai”. Vai aparecendo o descontrolado e quer sujar tudo com a canetinha marrom. Estabeleço limites, sobre quais coisas podem ser sujas e quais coisas não podem. Fica furiosa e o descontrolado aumenta: morde, rasga papéis. Quer me chutar, tenho que segurá-la para evitar isso. Digo a ela: “Sofia, acho que você estava muito assustada quando não entendia o que estava acontecendo. Ia chegar um bebê que não chegou, e seus pais se afastaram. Você mordida, fazia cocô e estava muito assustada. Nesse momento, você era muito pequena e sentia que estavam te deixando sozinha”. Sofia vai se acalmando, encolhe-se em um canto e liga o rádio. Digo: “Você usa a música para te acompanhar e ver se pode se tranquilizar. Eu estou aqui, para

te acalmar com palavras e, se você não puder me escutar, vou te segurar como agora há pouco”. Depois de um momento de calma, volta o descontrole motor. Digo: “Você me conta que se sentia como um bebê louco, que sujava, mordida e estava muito assustada”. Sofia volta a se acalmar e me olha. Digo: “Aqui, nós duas vamos trabalhar para ajudar esse bebê, que se sentia louco e estava muito assustado. Esse bebê que se sujava e mordida e estava desesperado e sozinho”. Ela se tranquiliza, me olha e concorda com a cabeça.

O pai vem buscá-la. Sofia lhe dá o desenho, que havia sido preservado da sua destrutividade.

Quarto mês de tratamento – sessão D

Sofia chega mordendo e chutando. Joga os objetos da sua caixa no chão, espalhando-os por todo o consultório. Desenha em dois lugares: sobre a tampa da sua caixa e em um papel grande. Pede-me mais folhas para desenhar. Aparece a luta entre sua vontade de rasgar o desenho, destruindo-o com seus dentes, e a possibilidade de guardá-lo na *pasta protetora* (pasta na qual guardo seus desenhos e que chamo dessa maneira). A *pasta protetora* tem a função de resguardar suas produções dos seus impulsos de destruir/rasgar. Sofia dramatiza a luta entre rasgar/destruir ou frear seu impulso destrutivo. Digo a ela: “Vou colocar seu desenho na pasta protetora”. (Aumenta o sadismo oral e hesito entre deixar que rasgue seu desenho e a *pasta protetora*, ou colocar-lhe um limite. Opto por deixá-la fazer. Sofia destrói e rasga seu desenho e a pasta. O consultório está cheio de pedaços do seu desenho e da *pasta protetora*).

Digo: “Acho que você me conta que alguma vez se sentiu assim destruída” (Penso em vivências de laceração e fragmentação ante a ruptura brusca do vínculo com os pais, associada ao luto. O trauma como a ruptura de barreiras/*pasta protetora*). Digo: “Talvez você tenha sentido que não ter a mãe era como te destruir”.

Terceiro OAL

Objeto analítico lúdico: Bebê louco.

Problemática psíquica:

- Aspectos regressivos ligados a vivências de desespero e descontrole oral-anal.
- Aumento de componentes destrutivos pulsionais ligados a angústias de abandono.
- Carência de assistência calmante e organizadora ante o descontrole pulsional destrutivo.

Função analítica:

- Limites estruturadores ante descontrole pulsional.
- Função vincular de contenção do estado regressivo, com efeitos calmantes e organizadores.

Quarto OAL

Objeto analítico lúdico: Menina quebrada.

Problemática psíquica:

- Aumento do sadismo oral ante vivências de laceração por brusca desinvestidura dos seus pais (associada ao luto).

- Vivências de fragmentação corporal.
- Função analítica: Proteção ante impulsos destrutivos (*pasta protetora*).

Sexto mês de tratamento – sessão E

Sofia traz uma bolsinha da *Barbie* com objetos do seu irmão Leo (fralda, trocador, mamadeira). Tira-os da bolsa e os coloca na minha poltrona. Traz um boneco bebê, que coloca sobre o divã. Diz: “São coisas do Leo” (o irmão). Pega uma canetinha marrom e com descontrole quer pintar tudo. Digo a Sofia que ela pode pintar as suas coisas, mas não as do consultório.

Sofia marca suas coisas com marrom. Pinta o interior das suas caixas, fazendo o que ela chama de “porcarias”. Coloca os animaizinhos sobre a mesa. Canta e inclui a palavra *porcaria*. Continua marcando de marrom os objetos da sua caixa. Digo que a cor marrom faz lembrar cocô. Sofia pinta um bicho de pelúcia e lhe desenha a boca. Digo: “Que bom! Tem boca, pode falar! (Penso na diferença com *Pepe, o sapo*, que tinha a boca colada).

Sofia pinta o cabelo e o bumbum do bicho, e diz: “Quer fazer xixi”. Vamos ao banheiro. No banheiro, pinta o umbigo do bicho. Digo: “Ai, ele tem umbigo!”. E pergunto: “Você sabe o que é o umbigo?”. Diz que não. Conto a ela que é o nó que se faz quando se corta o cordão que unia o bebê com a mamãe, que é o cordão através do qual o bebê se alimenta quando está na barriga da mãe. Sofia dá banho no bicho de pelúcia e apaga o que pintou. Pergunta: “Você gosta?”. Digo-lhe que sim, mas que também gostaria que tivesse boca, bumbum, umbigo, cabelo. Sofia chupa a água do bicho.

Quinto OAL

Objeto analítico lúdico: Bicho de pelúcia com boca.

Problemática psíquica:

- Desenvolvimento de aspectos libidinais orais-anais.
- Diminuição de componentes destrutivos pulsionais.
- Função analítica: Investidura de funções e zonas libidinais.

Sequência dos objetos analíticos lúdicos

Primeiro OAL: Pepe, o sapo.

Segundo OAL: Chiquelitu.

Terceiro OAL: Bebê louco.

Quarto OAL: Menina quebrada.

Quinto OAL: Bicho de pelúcia com boca.

Análise da sequência dos objetos analíticos lúdicos

A partir da sequência dos diversos OAL, é possível refletir sobre a problemática psíquica de Sofia e o impacto da situação traumática. Nesse caso, o trauma fez impacto em um terreno psíquico no qual se registravam angústias prévias não elaboradas. A partir de um processamento fusional oral-anal de tal situação, ficaram ligadas as atividades próprias dessas etapas (morder, sujar) com os aspectos destrutivos associados à situação traumática (morte, perda, abandono).

A desinvestidura brusca do vínculo dos pais absortos pelo luto com relação a Sofia gerou intensas vivências de abandono e produziu um aumento dos com-

ponentes destrutivos pulsionais, associados com a falta de ligaduras vinculares organizadoras.

Quanto às transformações dos OAL, observa-se a mudança entre *Pepe*, o *sapo*, destruído por estar sujo e ser limpo, no qual predominam os aspectos destrutivos pulsionais, e o bicho de pelúcia com a boca, no qual as zonas libidinais são investidas (boca, bumbum, umbigo) como lugares de intercâmbio vinculante.

3. As intervenções lúdicas

Na construção do objeto analítico lúdico, o analisando mostra seu gesto espontâneo e o analista realiza o que denomino *intervenção lúdica*.

O objetivo de tal intervenção será situar o gesto espontâneo dentro do universo lúdico. Por essa perspectiva, um ato impulsivo pode ser transformado em objeto analítico lúdico, a partir de intervenções adequadas que coloquem em jogo suas potencialidades lúdicas. Quero destacar um conceito desenvolvido por Emilio Rodrigué, que se refere ao que ele chamou de *interpretação lúdica*.³

Diferentemente da interpretação lúdica, na intervenção lúdica não se trata de uma atitude mimética, e sim de favorecer o desdobramento do gesto espontâneo do analisando. Mas, para além das diferenças, destaca-se em ambas ideias a posição ativa do analista com relação ao espontâneo expresso pelo analisando. A possibilidade de realizar intervenções lúdicas não exclui as interpretações que se referem ao conteúdo (pulsão, defesa, vínculo), mas considero que certa pressa interpretativa pode funcionar como obstáculo para o desenvolvimento da experiência analítica.

Gostaria de destacar que em uma das minhas releituras do texto *Realidad y juego* de Donald Winnicott (1971/1982), verifiquei que algumas das suas intervenções analíticas podem ser pensadas como intervenções lúdicas.

Transcrevo a seguir o material clínico a que faço referência. Trata-se do caso de Diana. Winnicott se refere a ele dizendo: “Na descrição desse caso, como fiz no de Edmund, vou expor o que aconteceu entre Diana e eu, e deixarei de lado o material da consulta com a mãe” (Winnicott, 1971/1982, p. 68).

“As crianças brincam com maior facilidade quando a outra pessoa pode e sabe ser brincalhona. De repente aproximei o ouvido do ursinho que tinha no bolso e disse: ‘Ouvi-o dizer algo’. Ela ficou muito interessada. Eu continuei dizendo: ‘Acho que precisa de alguém para brincar’, e lhe falei da ovelhinha peluda que encontraria se procurasse no outro extremo da sala, na montanha de brinquedos que havia debaixo da biblioteca” (Winnicott, 1971/1982, p. 69).

As intervenções lúdicas vão criando desse modo um campo representacional intersubjetivo, que favorece o desdobramento do gesto espontâneo como motor da criatividade e do processo de subjetivação.

3. Emilio Rodrigué se refere à ideia de interpretação lúdica e diz a respeito: “A interpretação lúdica começa com um contato direto e sensorial do material empregado pela criança. Nesse sentido, está orientado do meio de expressão não verbal e plástico à comunicação verbal. Esquematizando, a interpretação lúdica consta de dois tempos; no primeiro, o analista imita o jogo da criança e, no segundo, transmite o que compreendeu verbalmente, mas fazendo uso, de modo complementar, dos meios não verbais que a criança usou”. Tal atitude mimética favorecerá a elaboração e permitiria uma melhor compreensão do material (1966, p. 135).

4. Objetos lúdicos na análise com adolescentes e adultos

“Tudo o que se disser sobre a brincadeira das crianças vale também, na verdade, para os adultos, só que o assunto se torna de descrição mais difícil quando o material do paciente aparece principalmente em termos de comunicação verbal. Na minha opinião, devemos esperar que o brincar se torne tão evidente nas análises dos adultos como no caso do nosso trabalho com crianças” (Winnicott, 1971/1982, p. 63).

O objeto analítico lúdico na psicanálise de adolescentes e de adultos estaria constituído por representações linguísticas ou jogos de palavras, que como construções compartilhadas servem para expressar, representar e elaborar determinadas problemáticas psíquicas.

“Himalaia ou buraco”

Com um analisando adulto, o jogo de palavras “Himalaia ou buraco” era a representação linguística criada no diálogo analítico para nos referirmos à autoavaliação egóica exigente e cruel a partir de onde media suas conquistas: o não ser perfeito (escalar o Himalaia) equivalia ao desastre, à queda, à ruína, ao buraco. A partir da referência a esse OAL, podiam se tornar compreensíveis analiticamente certos estados depressivos que atravessava, que se apresentavam como efeito de tal autoavaliação superegóica.

“O filtro”

Era o modo como foi sendo expresso/representado, na análise com uma adulta, o processo de desidentificação com uma mãe descontrolada, impulsiva, que “não parava”, que “não podia se calar”. O *filtro* representava o registro da mudança psíquica, de onde ela podia “frear” seu próprio falar evacuativo (identificação materna), dando lugar a outro modo de circulação simbólica baseado no registro da alteridade e na possibilidade de processar/elaborar suas tendências impulsivas.

“O camareiro”

Vou me referir agora a um caso clínico apresentado pelo psicanalista Antonino Ferro (2008) no seu trabalho “Transformaciones en el sueño y personajes en el campo psicoanalítico. Reflexiones preliminares sobre las diferencias entre los modelos teóricos del psicoanálisis”. Quando Antonino Ferro desenvolve o material clínico de Filippo, diz: “Partindo de uma separação qualquer produzida na análise, Filippo, para sua própria surpresa, volta a se apropriar de resíduos de sentimentos desconhecidos por ele, como a experiência de ter sido enviado ao exílio, o terror de que o deixassem fora da sua casa e o que tinha dos seus pais (e de si mesmo), como figuras que deviam ser acalmadas. Assim, ocupa a cena um personagem que podemos chamar de *o camareiro*, que durante anos leva para seus pais na cama, todos os dias, o café-da-manhã, e que representa sua atitude complacente e, às vezes, até servil (um *fantozzi*)”.

Nesse sentido, penso que *o camareiro* funciona como um objeto analítico lúdico, enquanto se trata de uma representação criada em transferência a partir do diálogo analítico, que representa um aspecto da problemática do analisando.

Quero destacar que meus próprios OAL, criados na minha análise –e as intervenções lúdicas da minha analista, que possibilitaram tais criações compartilhadas–, constituíram-se em eixos elaborativos para o desenvolvimento e a consolidação deste trabalho de construção conceitual.

5. Entrelaçamentos conceituais

“A psicoterapia é efetuada na superposição de duas áreas lúdicas, a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é” (Winnicott, 1971/1982, p. 61).

A partir da reflexão posterior ao desenvolvimento da ideia de objeto analítico lúdico foram sendo gerados entrelaçamentos com outros conceitos e desenvolvimentos psicanalíticos. Vou me referir especialmente às ideias de Freud, Winnicott, Green e W. e M. Baranger.

Freud (1920/1979), ao desenvolver a análise do jogo do *fort-da*, no seu texto “Más allá del principio de placer”, diz: “Agora proponho que se abandone a escura e árida questão da neurose traumática e que se estude o modo de trabalho do aparelho anímico, em uma das suas práticas mais precoces. Refiro-me ao jogo infantil” (p. 14).

Depois de descrever o tipo de jogo do qual trata, diz: “A interpretação do jogo tornou-se então óbvia. Ele estava relacionado com a função cultural mais importante da criança, a renúncia à pulsão (à satisfação da pulsão) de permitir, sem resistência nenhuma, a saída da mãe. A criança elaborava essa situação dramatizando o desaparecer e o retornar da mãe, utilizando-se dos objetos que estavam ao seu alcance” (Freud, 1920/1979, p. 15).

Ao continuar a análise do valor de tal jogo, expressa: “Na vivência era passivo, era afetado pela experiência, agora se colocava em um papel ativo, repetindo-a como jogo, apesar de não ter sido prazerosa” (Freud, 1920/1979, p. 16).

Destaca desse modo a importância do jogo como atividade psíquica que permite converter em objeto de recordação e elaboração anímica o que em si mesmo foi desagradável (Freud, 1920/1979).

Por essa perspectiva conceitual, o OAL é criado a partir do interjogo simbolizante da experiência analítica.

Por sua vez, Winnicott (1971/1982) vincula o jogo com o espaço potencial e destaca o lugar fundador dos fenômenos transicionais e do gesto espontâneo, enquanto se constituem em motores para o viver criativo.

No texto *Realidad y juego* diz, sobre isso: “Para mim o significado do brincar adquiriu um novo matiz desde que segui a questão dos fenômenos transicionais e procurei suas pegadas em todos os seus sutis desenvolvimentos, desde a primeira utilização do objeto ou das técnicas transicionais até as últimas etapas da capacidade de um ser humano para a experiência cultural” (Winnicott, 1971/1982, p. 63).

“O lugar onde se localiza a experiência cultural é o espaço potencial que existe entre o indivíduo e o ambiente (no princípio o objeto). O mesmo pode ser dito sobre o jogo. A experiência cultural começa com o viver criativo, cuja primeira manifestação é o jogo” (Winnicott, 1971/1982, p. 35).

Interessa-me destacar também o lugar teórico-clínico que Winnicott dá ao que ele denomina “o informe”: a questão que se refere à “busca da pessoa”. “A pessoa que pretendemos ajudar necessita de uma nova experiência em um marco especializado. Tal experiência corresponde a um estado não intencional, para sublinhar, para dizer de alguma maneira, os elementos da personalidade não integrada. Isso chamei de ‘o informe’ na descrição de casos” (Winnicott, 1971/1982, p. 81).

Nesse sentido, o OAL é criado no espaço potencial da análise, dando forma ao “informe” e favorecendo o desdobramento subjetivante do gesto espontâneo do analisando.

W. Baranger e M. Baranger (1969) definem o conceito de *campo analítico* dizendo: “A situação analítica tem que se formular, não como situação de uma pessoa frente a um personagem indefinido e neutro, no final, de uma pessoa frente a si mesma, mas sim como situação de duas pessoas indefectivelmente ligadas e complementares enquanto dura a situação, e envolvidas em um mesmo processo dinâmico. Nenhum integrante desse par é inteligível dentro da situação sem o outro” (Baranger & Baranger, p. 129).

Dentro desse marco conceitual, situo o OAL como parte da dinâmica do campo analítico.

Por sua vez, Green (1996) realiza fecundos desenvolvimentos com relação à dialética pulsão-objeto. Diz em seu livro *La metapsicología revisitada*: “O que é notável na posição freudiana é que o projeto metapsicológico vai se concentrar em funções cujo cumprimento, em um grau ou outro, fará com que o objeto intervenha. Isso, em suma, equivale a dizer que o objeto desempenha para a vida psíquica um papel equivalente ao do oxigênio ou dos componentes da nutrição para a vida biológica, mas com a diferença de que o objeto atuará no sentido da organização ou da desorganização da vida psíquica em função das propriedades inerentes a ela. Para Freud, a última palavra será dada sempre por essa função propulsora, que empurra, aconteça o que acontecer, a investir novos objetos” (p. 35).

Situando o objeto como “revelador” da pulsão, ele se refere à função *objetalizante*: “A função objetalizante cuja existência postulo consiste, como bem indicou Winnicott, não só em ligar-se a objetos, mas também em criá-los. Em criá-los, achando-os; em achá-los porque já estavam aí. Nesse aspecto o campo do objetalizável é infinito” (Green, 1996, p. 38).

Em *Ideas directrices para un psicoanálisis contemporáneo. Desconocimiento y reconocimiento del inconsciente*, afirma: “Pode se dizer que uma das formas mais bem-sucedidas de atividade psíquica com relação ao afeto é a gênese, diferenciação e consolidação dos processos lúdicos” (Green, 1996/2005, p. 191).

Por essa conceitualização, a construção do OAL teria uma função objetalizante e favoreceria o trabalho de representação e a criação de novos objetos; objetos criados a partir de processos lúdicos surgidos na transferência.

6. Objeto analítico lúdico e dialeto analítico

Em um processo analítico poderão ser construídos diversos OAL, a partir dos quais vai sendo criada uma espécie de dialeto, enquanto tais representações linguísticas se transformam em “palavras-chave” (Urribarri, 1998), que terão

um sentido particular e formarão um dialeto privado-compartilhado, coescrito no espaço potencial da análise.

Penso que a partir desse “novo dialeto” poderão ser retomados aqueles “gestos espontâneos não ouvidos ou deformados” para que, através da construção dos OAL, tenham a oportunidade de ser mostrados, dando forma ao “informe” (Winnicott), pois daí pode emergir o mais autêntico e genuíno de cada sujeito.

A partir dessa “criação compartilhada”, é possível tornar comunicável/representável no diálogo analítico algo dessa “loucura privada” (Green), para que possa ser transformada em “espaço potencial criativo” (Winnicott).

Trata-se de um dialeto criado na minissociedade analítica, onde, evocando algo das técnicas de reciclagem, o “passado” pode adquirir um “novo sentido”.

7. Conclusão

“Agora examinarei um traço importante do jogo, a saber, que nele, e talvez só nele, a criança ou o adulto estão livres para serem criativos” (Winnicott, 1971/1982).

Emoldurado pelo tripé de formação, como formalização metapsicológica e técnica da minha própria experiência analítica, entrelaçando meu trabalho clínico e minha formação teórica, foi ganhando forma o conceito de *objeto analítico lúdico*.

Essa ideia foi sendo nutrida e consolidada a partir do intercâmbio e do debate com colegas, do estudo da obra freudiana e pós-freudiana, do diálogo analítico e o das supervisões. Desse modo, os OAL próprios e os dos meus analisandos se constituíram em base e eixo de construção do trabalho de elaboração conceitual.

Resumo

A autora define e desenvolve o conceito de objeto analítico lúdico: trata-se de objetos criados ou construídos no processo analítico, através dos quais são expressas, representadas e elaboradas diversas problemáticas psíquicas. Apresenta dois casos clínicos de crianças onde analisa a criação e a sequência de objetos analíticos lúdicos que aparecem durante o processo analítico. A autora amplia o conceito à psicanálise com adolescentes e adultos. Como abertura a partir da técnica, define e desenvolve o que denomina intervenções lúdicas, que favorecem o desdobramento simbolizante do gesto espontâneo do analisando. Desenvolve diversos entrelaçamentos com outros conceitos psicanalíticos. Liga a experiência analítica, o jogo e a criação; destaca o valor dos seus próprios objetos analíticos lúdicos criados em sua análise como eixo para o trabalho de elaboração conceitual, em um movimento de integração/consolidação analítica, teórica e clínica.

Palavras-chave: Campo psicanalítico, Jogo, Objeto.

Abstract

A discovery – opening in clinical work and technique: The analytic play object

The author defines and develops the concept of a ludic analytical object, created-constructed during the analytic process and through which different kinds of psychological problems are expressed, represented and worked through. In two clinical

examples with children she describes the analytical sequence of these ludic analytical objects created during each of the cases. She extends the concept to psychoanalysis with teen agers and adults. As a starting point, she defines and develops the idea of what she calls ludic interventions, whose aim is to favor symbolization and spontaneous gestures of the patient. Interactions with other psychoanalytical concepts are also commented. Relating analytical experience to playing and creating, she emphasizes the value of her own ludic analytical objects created during her own analytical experience as central in her capability to elaborate conceptually and to integrate theory with clinical experience.

Keywords: *Psychoanalytic field, Play, Object.*

Referências

- Baranger, M. & Baranger, W. (1969). *Problemas del campo psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman.
- Ferro, Antonino. (2008). Transformaciones en el sueño y personajes en el campo psicoanalítico. Reflexiones preliminares sobre las diferencias entre los modelos teóricos en psicoanálisis. *Revista de Psicoanálisis*, 65(4).
- Freud, S. (1979). Más allá del principio de placer. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 18). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1920).
- Green, A. (1996). *La metapsicología revisitada*. Buenos Aires: Eudeba.
- Green, A. (2005). *Ideas directrices para un psicoanálisis contemporáneo. Desconocimiento y reconocimiento del inconsciente*. Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1996).
- Green, A. (2008). *De locuras privadas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Rodríguez, E. & Tronquoy de Rodríguez, G. (1966). *El contexto del proceso analítico*. Buenos Aires: Paidós.
- Urribarri, R. (1998). Sobre adolescencia, duelo y a posteriori. In Goijman, L. & Kancyper, L. (Comp.), *Clinica psicoanalítica de niños y adolescentes* (Colección de psicología integrativa, perspectiva interdisciplinaria).
- Winnicott, D. (1991). El juego del garabato. In Winnicott, D., *Exploraciones psicoanalíticas II*. Buenos Aires: Paidós (Trabalho original publicado em 1964-1968).
- Winnicott, D. (1982). *Realidad y juego*. Buenos Aires: Gedisa (Trabalho original publicado em 1971).

O assunto sexual freudiano. Ponto de encontro e divergência entre psicanalistas e neurociências

I. O sexo freudiano e os outros

“*Dans des cas pareils, c’est toujours la chose génitale. Toujours, toujours, toujours...*”¹ Essas parecem ter sido as palavras que Charcot, suspicaz, deslizou no ouvido de Brouardel ao finalizar um ateneu clínico na Salpêtrière. Confidência que não foi secreta o suficiente para impedir que o jovem Freud conseguisse ouvi-la, atento como estava em 1885 a tudo que seu novo mestre dizia. Assim o encontramos mencionado na sua *Autobiografía* (Freud, 1925/1979f) e assim também o reproduzem, entre muitos que repararam na famosa expressão, nossos colegas franceses no número que a *Nouvelle Revue de Psychanalyse* (1984) dedicou a “*La chose sexuelle*”.

Terá sido esse o primogênito *click* freudiano com relação à *liaison* heterossexualidade? Impossível e inútil, ao mesmo tempo, duvidar disso ou afirmá-lo como pretenderia um historiador documentarista. Para nós, basta considerá-la uma formulação convenientemente construída, com um núcleo de verdade material inegável, que se mostra útil mais uma vez como marco das nossas reflexões. Se nos deixarmos tentar pelo afã cronológico, talvez tenha sido o mesmíssimo Brouardel o responsável por ter transmitido a Freud que os “problemas de alcova” bem poderiam ter a dignidade de um assunto de interesse acadêmico. Segundo narra o próprio Freud (1886/1982a) em seu *Informe sobre mis estudios en París y Berlín*, a única coisa que lhe interessava na Salpêtrière, além de tudo o que estivesse relacionado a Charcot, era frequentar o necrotério para presenciar as autópsias realizadas pelo célebre forense. Em 1913, no prólogo que escreve para um livro de J.G. Bourke, recorda algo que Brouardel costumava repetir naqueles tempos e que lhe havia impressionado a ponto de que não esqueceria nunca mais: “*Les genoux sales sont le signe d’une fille honnête*”² (Freud, 1913/1980b).

É evidente que já nesses tempos Freud não tinha olhos apenas para a minuciosidade e a perspicácia da descrição semiológica. Seu admirado patologista honrava com essa precisão na observação a agudeza do olhar clínico distintivo

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

1. “Nesse tipo de caso é sempre uma questão dos órgãos genitais. Sempre, sempre, sempre...”

2. “Os joelhos sujos são o signo de uma moça honesta”.

da escola francesa, qualidade que o jovem médico vienense costumava contrastar com o caráter fisiopatológico da escola alemã onde havia se formado. Nesses tempos precoces, Freud escutava, depois do que havia ouvido, que o mórbido não era alheio aos pormenores da vida cotidiana e que os signos da doença marcavam um sujeito. E esse sujeito freudiano nascido em berço francês será definitivamente, daí por diante, um sujeito sexuado. Como abarcar esse sujeito e sua pertinência para a investigação e a operação clínica? O *assunto sexual* (preferimos esse termo ao de *sexualidade*, como se costuma mencioná-lo quase sempre de modo vago e impreciso) pareceu a Freud, daí por diante, o caminho apropriado para se aproximar do sujeito da psicanálise³.

Nas memórias –continuamos com a *Autobiografia*–, recorda esses primeiros tempos de definições sem dissimular o motivo pragmático: “(...) O aspecto médico do assunto era apoiado (...) pelo fato de que a sexualidade não era algo puramente mental. Possuía também uma faceta somática (...)”, diz em um trecho que teremos a oportunidade de retomar mais adiante (Freud, 1925/1979f). O assunto sexual é instituído precocemente por Freud como pedra angular da sua teoria do padecimento psíquico, da doença mental em seu amplo leque de formas e variedades, a partir do seu interesse inicial e provavelmente especial no campo das neuroses. Um campo, por outro lado, totalmente redefinido a partir das suas concepções.

Preferimos fazer esse breve percurso pelo que foi chamado de “as origens da psicanálise” para introduzir o marco no qual queremos inscrever nossa reflexão sobre o debate atual neurociências/psicanálise⁴.

Se o encontro Freud-Charcot acontecesse hoje, quase 130 anos depois, ambos atores se encontrariam com um roteiro que transformaria em realidade seus sonhos de uma “ciência do cérebro”. Espectadores dessa “sequência”, queremos nos interessar por um olhar crítico dessa cena e para isso necessitamos de um guia que nos garanta a cada passo que não abandonamos o território freudiano. É por isso que adotamos como peça central, como a alma da estrutura teórica psicanalítica que trançará muitos outros fios ao seu redor, a *coisa sexual*. Alma, no final, para explicar o psíquico; alma-psique que não “cessará de não se escrever”, como disse Lacan, inventor do modelo dos nós, um dos modelos mais avançados, que possamos chamar de *científicos*, para capturar a alma.

3. Como aparece bem indicado no prefácio do mencionado número 29 da *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, a expressão *sexualidade* empregada no contexto psicanalítico tanto pode aludir à “prática ou à conduta sexual” de uma pessoa como à “psicossexualidade” da teoria. Como acreditamos que o lugar que o *gozo sexual* ocupa no corpus psicanalítico não se esgota em nenhum desses termos, senão que os engloba e os excede em complexidade, preferimos usar *assunto sexual* ou *coisa sexual* como denominações que nos parecem mais afins com a “coisa freudiana”.

4. O Tomo XXII das *Obras completas* de Freud (1887-1902/1956) é a versão da correspondência Freud-Fliess que utilizarei para esses fins. É oportuno recordar que os originais das cartas enviadas por Freud a Fliess foram resgatados quase milagrosamente por M. Bonaparte, que havia comprado esses textos de um livreiro berlinense (Reinhold Stahl) que, por sua vez, havia obtido os documentos das mãos da viúva de Fliess. Das 284 cartas foram publicadas apenas 168. Essa seleção obedeceu à paleta de escrúpulos que os editores alemães consideraram razoável para ser utilizada e que foi transladada à edição inglesa. Os autores, tanto da censura como do elogiável trabalho de compilação de um documento tão valioso (A. Freud, M. Bonaparte e E. Kris), dizem no prólogo: “O autor do material contido neste volume não teria consentido a publicação de nenhuma das suas partes”. Sabe-se que Freud destruiu todo manuscrito que não estivesse pronto para publicação, e que as cartas escritas por Fliess não foram uma exceção. É pelo menos curioso que os editores da publicação alemã tenham exercido sua liberdade para dar à luz o que Freud não teria autorizado e, ao mesmo tempo, tenham censurado o que, para sua própria sensibilidade, era “incompatível com a discrição profissional e pessoal” (Freud, 1887-1902/1956, pp. 15-17).

Cordas e nós, cordas com alma nos guiam nesse território de fronteira para o qual Freud propôs a coisa sexual como bússola, instrumento ao qual pouco tempo depois batizará de “pulsão”. Um termo ausente no discurso das neurociências, certamente por terminar sendo mítico. Um termo transformado em *xibolete* pelos psicanalistas e com o qual, às vezes, obturamos o buraco que vez por outra é rondado pela pulsão na busca da satisfação⁵.

Não avançaremos às cegas, ingenuamente. Não vamos negar nem deixar de aproveitar a produção de saber que nestes 130 anos aconteceu no campo psicanalítico. Sabemos, por exemplo, que “o problema da excitação sexual” que Freud apresentou rigorosamente em 1905, em seus *Tres ensayos de teoría sexual* (Freud 1905/1978b), é um problema sem solução, mas que atingiu uma notável resposta com o conceito do *gozo*. O gozo resolve em certos termos articuláveis teoricamente o que há de insolúvel no assunto sexual, como a pulsão articula o não articulável do inconsciente, da realidade sexual do inconsciente. Pusemos nesses termos o que Lacan formula para o desejo com o recurso de certa retórica paradoxal: “Que o desejo seja articulado, é justamente por isso que ele não é articulável” (o desejo nunca alcançará uma formulação definitiva no discurso, mas sim, em todo caso, uma ética que lhe seja conveniente). Continua a citação: “(...) Entendemos: no discurso que lhe é conveniente, ético, e não psicológico” (Lacan, 1966/1985, p. 90).

Vamos nos deter nessa formulação, que é decisiva para a delimitação dos campos em questão. Pelo lado da psicanálise, que alguma vez soube promover a ilusão de um *eu autônomo*, dono pleno de uma lógica “razoável” do desejo sexual, a mudança que confere, a esse cenário, a proposta de um comando ético do processo que um sujeito possa dar ao seu desejo implica que o assunto sexual, o gozo, passa a ser comandado a partir desse lugar que Freud chamou de *superego*.

Por parte das neurociências, cabe formular também a pergunta sobre quem comanda o progresso do seu desejo (de saber). Um pensamento autônomo ajustado a um método que garante uma verdade atingível pelo único esforço do trabalho e da investigação? Ou uma metodologia conciliada sob a direção de *outro* com rosto reconhecível, a quem alguns chamam de “mercado”, e outros, de “corporações” (profissionais, industriais etc.)?

De todos os modos, em ambos campos, se há alguma garantia de “progresso” possível, ela provém da descoberta dos “interesses” dos saberes dados como constituídos, ou seja, do exercício de um pensamento crítico nunca ausente.

Comecemos, então, por dizer que ambos campos recebem denominações alusivas a coletivos de saberes claramente heterogêneos. Tanto *psicanálise* como *neurociências* se referem a campos disciplinares e discursivos que abrem um leque de complexidade que, a priori, parece impossibilitar qualquer cruzamento conceitual. Muitas das tentativas de explorar/explodir essa articulação parecem excessivamente simplificadoras. Daí a importância de uma alma que, como o fio de Ariadne, nos ajude a voltar ao nosso território sempre que for necessário.

5. Refiro-me a qualquer entre as inclinações em direção a um ou outro dos limites fronteiros. Dá no mesmo que seja uma posição que reduz a pulsão ao instinto e a coisa sexual ao orgasmo (“a la Reich”), como seu contrário, que propõe uma direção da cura analítica que tem como alvo uma sublimação sublime (“a la Jung”).

Neurociências/psicanálise: cenários não sobreponíveis de uma mesma obra? Versões ou arranjos distintos da mesma partitura? Línguas diversas, não traduzíveis, lançadas para dizer o indizível de um objeto perdido? Seja como for, definem campos de trabalho que por momentos entram em conflito teórico e prático.

Em ambos campos encontramos atores mais ou menos abertos a um diálogo. Em ambos campos, quem se dispõe a um intercâmbio espera resultados díspares de tal encontro. Em ambos campos, encontramos partidários da fusão (creio que um pouco mais na psicanálise). Essa fusão é para alguns do tipo *yin e yang*: um encaixe perfeito (criou-se a *neuropsicanálise*, para sustentar a promessa dessas delícias conjugais). Em ambos campos também encontramos os dialogadores condescendentes, que praticam a política da boa vizinhança, mas encarapitados nas alturas da varanda da ciência, de onde se compadecem dos esforços conjecturais daqueles que –pensam– melhor deveriam se dedicar à filosofia ou, por que não?, à religião. No extremo oposto ao da fusão, estão os que propõem a mais radical segregação dos *campos* (sic). Com nosso compatriota Mario Bunge como embaixador, pode-se supor que são exclusivos do lado das neurociências, mas também existem do lado da psicanálise⁶.

Não encontro melhor exemplo desse último caso que o de Allouch (1997), psicanalista francês de quem tanto aprendemos e de quem continuamos a aprender graças à sua produtividade inesgotável. No entanto, sua forma extrema de separar *cidadão* de *psicanalista* –muito mais radical ainda que psicanalista/psiquiatra ou psicanalista/psicólogo– leva-o a considerar com Lacan que “só há analista no ato analítico”, de um modo assombrosamente literal. O mesmo Lacan, que disse isso em seu seminário de 1967-1968, também havia manifestado pouco tempo antes que se sentia, enquanto psicanalista, “missionário do médico” (Lacan, 1966/1985). Isto é, que tinha coisas importantes para dizer e fazer sobre uma prática que alguma vez havia sido sua⁷.

Tal posição extrema do analista corre o risco de lhe propor já não uma “profissão impossível”, mas sim a “profissão do impossível”, aceitável como metáfora, e não como a imposição de um *não-lugar* que muitas vezes não é outro senão o do cínico. Não será possível acusar Allouch (1997) de não ter corrido os riscos pertinentes no momento de expor seu ponto de vista. Sobretudo quando o fez abordando temas muito sensíveis socialmente, como foi o caso do analista brasileiro Leão Cabernite e seu analisando Amílcar Lobo Moreira, à época um médico envolvido em atos de tortura durante a ditadura em seu país.

Vamos nos deter por enquanto nesse ponto, com a esperança de ter efetuado uma demarcação suficiente. Não vamos nos embrenhar nessa selva, com o machado nas mãos, para tentar abrir alguma trilha. Não é nosso objetivo para o momento, e isso implica resistir à tentação de desenvolvimentos muito atraentes. Investigar, por exemplo, as implicações que teve nas primeiras aproximações

6. Comentamos o *sic*: qualquer que seja a lógica do “puro” empregada e qualquer que seja a intenção de uma demarcação fronteiriça impermeável, sempre será necessário enfrentar o risco de sustentar a própria postura na suposição de uma raça ou de um povo “escolhidos”.

7. O que foi publicado como *Psicoanálisis y medicina* (op. cit.) corresponde a sua intervenção em uma mesa-redonda com esse título organizada pelo Colégio de Medicina na Salpêtrière, em 16 de fevereiro de 1966. Lacan manteve interlocução com a medicina e com a psiquiatria em muitas oportunidades, como no ano seguinte, quando foi convidado por H. Ey ao Círculo Psiquiátrico que dirigia, de onde surge o conhecido dito, como “Pequeno discurso aos psiquiatras”.

das neurociências com a psicanálise (Damasio, 2010; Kandel, 2007), que tomaram como referência a versão norte-americana desse último. Ou nos perguntarmos sobre as razões pelas quais a exploração dessa fronteira interessou tanto quem desde muito tempo se ocupava da questão psicossomática a partir da psicanálise. Comprovar que, finalmente, nos últimos anos não se afastaram desse interesse autores do campo lacaniano (Miller, 2002; Pommier, 2010; entre outros) e que, inclusive, foram tentadas colaborações “em dupla”, como as de Magistretti e Ansermet (2007) e, entre nós, Alvano e Bauleo (2008).

O propósito deste trabalho é, em primeiro lugar, buscar os termos onde aparece e se desenvolve o *fator sexual* nas origens da psicanálise, para compreender em detalhes os motivos que levaram Freud a formular sua teoria química da sexualidade e das neuroses.

Em segundo lugar, percorrer os diversos momentos e lugares da obra de Freud onde expressou sua esperança –inevitável, lógica– de que fosse a biologia, em seu progresso, que validaria ou não suas convicções teóricas e clínicas; poder vislumbrar os motivos dessa ilusão freudiana, sustentada até o final da sua vida, mesmo que com algumas variações às vezes significativas.

Finalmente, localizar os momentos em que Freud parece vacilar com relação a essa certeza positivista e pode, de várias maneiras (antes, durante e depois de 1920, ano da ruptura), tomar coragem para anunciar que a sua criatura não devia esperar a certificação do genoma humano para existir. Quero dizer, assumir-se como um inventor: o pai dessa criatura.

O destino final do nosso trabalho aparece, então, por si só: que nos interroguemos sobre se a moderna ciência do cérebro e sua filha preferida no campo da medicina clínica, a moderna psicofarmacologia, cumprem ou não aquela expectativa freudiana, não tão longínqua no tempo como pode parecer. Mas isso é farinha de outro saco e não será tratada nesta ocasião.

Em 1925, Freud diz em sua *Autobiografia* sobre seu paradigma psicopatológico, que sustenta a divisão neuroses atuais/psiconeuroses (também conservado desde o início e até o final da sua obra, e uma das peças centrais do quebra-cabeça que tentamos montar):

“Essa formulação (neuroses atuais/psiconeuroses) satisfaz meus escrúpulos médicos. Esperava ter *enchido uma lagoa da medicina*⁸ (...)”.

E continua Freud: “O aspecto médico do assunto era, além disso, apoiado pelo fato de que a sexualidade não era algo puramente mental. Possuía também uma faceta somática sendo também possível atribuir-lhe processos químicos especiais, e atribuir a excitação sexual à presença de algumas *substâncias específicas*, embora desconhecidas no momento” (Freud, 1925/1979f, pp. 216-217).

Em 1952, Henri Laborit descobre o primeiro psicofármaco (por meio de um *serendipismo*⁹), ao comprovar os efeitos tranquilizantes e antipsicóticos da clorpromazina.

8. Todos os itálicos desta página são meus.

9. Sobre *serendipismo*, diz *Wikipedia*: “(...) É um anglicismo que se refere às descobertas afortunadas feitas, aparentemente, por acaso. A história da ciência está repleta de casos que podem ser classificados como serendipismo. O conceito original de serendipismo foi muito usado, em sua origem. Nos dias de hoje, é considerado como uma forma especial de criatividade, ou uma das muitas técnicas de desenvolvimento do potencial criativo de uma pessoa adulta, que alia perseverança, inteligência e senso de observação” (Recuperado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Serendipidade>). O popular *bambúrrio*, como no bilhar, aconteceu aqui na descoberta do valor psicofarmacológico da clorpromazina, originalmente usada como anti-histamínico.

*A hipótese que colocamos sob consideração neste trabalho é se a ciência com essa descoberta encontra-se no trajeto daquela formidável e utópica esperança freudiana de dominar o fator sexual*¹⁰.

Daí em diante, no discurso médico não se falará de *libido*, mas sim de *estéroides sexuais*; não se recorrerá a termos como *voluptuosidade* ou *gozo*, mas sim às funções plenamente objetiváveis do *núcleo accumbens*; não haverá mais *compulsão*, e sim *craving*, e o prazer será a partir desse momento uma questão *dopaminérgica*. Mas não se trata de um mero jogo de palavras: acreditamos que a esperança freudiana é retomada com mais força pelo *outro contemporâneo*: a ilusão da ciência parece ser a de um domínio possível, autorizado e comercializável, prescritível e eficaz, de substâncias moduladoras do fator sexual freudiano, que hoje escrevemos como 5-HT (“serotonina”)¹¹.

Várias vezes nos ocuparemos de revisar as principais referências que estão na obra de Freud sobre o assunto sexual.

II. Esperando a substância

A grande quantidade de referências que encontramos ao longo da obra de Freud sobre o tema que estamos tratando (o apoio que as ciências biológicas dão ou darão no futuro à sua criação de um sujeito psíquico derivado da realidade sexual do inconsciente) não são homogêneas quanto à visão com que se aproximam do assunto.

Podemos estabelecer um núcleo duro teórico composto por desenvolvimentos clínicos, metapsicológicos e aqueles que o próprio Freud denominou “especulativos”, em cujo seio se destacam especialmente suas proposições sobre o assunto sexual que podemos denominar *biologistas*. Esse grupo de referências é o mais numeroso, e seus componentes temáticos são:

- a) A teoria da libido;
- b) A teoria tóxica das neuroses;
- c) O dualismo pulsional, com sua expressão psicopatológica (neuroses atuais/psiconeuroses) e sua expressão metapsicológica (pulsões de auto-conservação/pulsões sexuais).
- d) As bases biológicas do dualismo pulsional (cujo desenvolvimento mais importante encontramos em *Más allá del principio del placer* (Freud, 1916-1920/1979e): pulsões de vida/células somáticas, pulsões de morte/células germinais.

É muito interessante a apreciação de Miller (2002) sobre o fato de que a biologia de Freud se ocupa da vida, mas não do corpo. Coincidimos em que a postulação

10. Com as devidas desculpas por conta da ênfase aplicada, sabemos que, obviamente, não se trata de uma finalidade deliberada, consciente ou muito menos alcançável, como sabem os neurocientistas sérios. Os desenvolvimentos que se sucederam a esse histórico evento de 1952 continuam a construir um modelo de funcionamento cerebral que não consegue evitar a fragilização do fator sexual freudiano e de suas diversas maneiras de nomeá-lo. Veja, por exemplo, Damasio (2002).

11. Esquematizamos o problema, sabemos disso. Também Freud anunciava em *La sexualidad femenina* (1931/1980c), como veremos em breve, que o assunto biológico é complexo. Mas nos permitimos essa licença para mencionar pela primeira vez o neurotransmissor sobre o qual intervém a molécula batizada de *Prozac* pela indústria farmacêutica, o primeiro psicofármaco proposto para curar a neurose.

de uma pulsão de morte inclui um mais além da vida de caráter simbólico, determinado pela linguagem humana, que excede a morte como um evento natural. No entanto, não nos parece a opção mais adequada a de fazer um corte entre *biologia* e *biologia freudiana* (“a biologia freudiana não é a biologia”), e propor uma espécie de “biologia psicanalítica” a ponto de ser completada por Lacan, sobretudo com seu conceito de *gozo*, ainda levando em conta sua intenção metafórica.

O biologismo freudiano se modela em algumas poucas referências de tipo analógico, onde utiliza a química ou a biologia como elemento comparativo de figuração das ideias que quer transmitir.

E, por último, o grupo de comentários que nos parece mais significativo se caracteriza por proposições e desenvolvimentos onde o pensamento freudiano se solta da referência biológica e não procura uma garantia no modelo científico vigente para a época ou que se supõe para o futuro. Essas afirmações e conceitos que chamaremos de *rupturistas* nos permitem supor que Freud não era alheio ao conhecimento de que estava inaugurando uma nova *discursividade* e que, portanto, não era imprescindível a aprovação do seu método pelo método científico. Dizemos que ele “não era alheio”, o que não implica que isso estivesse à disposição da sua consciência.

A seguir, nos dedicaremos a repassar as principais referências *biologistas* para ter uma medida mais precisa da expectativa que Freud depositava na ciência como contexto de justificativa da sua descoberta do inconsciente.

A via final comum da dedicação e das esperanças freudianas é, em todos os casos, a “descoberta de uma substância” ou de um grupo de substâncias cuja atividade no organismo desse sustento ao que sua “bruxaria metapsicológica” e suas especulações sobre a pulsão haviam-no levado a propor. Recordamos anteriormente a recapitulação que faz do tema em sua *Autobiografia* (Freud, 1925/1979f), mas já temos notícias disso naquela que costuma ser considerada sua primeira nota oficial sobre o assunto sexual: a carta enviada a Fliess em maio de 1894, conhecida como “Manuscrito D”, uma espécie de rascunho para um livro que nunca foi escrito e que teria como título *Sobre la etiología y la teoría de las grandes neurosis*. O capítulo E desse livro sonhado se chamaria “El proceso sexual en el sentido de la teoría de la constancia”, e um dos seus destaques, “Teoría de una sustancia sexual” (Freud, 1894/1982c).

Não vale a pena que entremos em detalhes aqui no tão reconhecido poder de antecipação do gênio freudiano sobre os futuros avanços da neurofisiologia quanto ao papel das substâncias (hoje chamadas de neurotransmissores, neuromoduladores, neuromônios, fatores neurotróficos etc.), um vasto repertório de moléculas mais ou menos complexas cuja participação na atividade do sistema nervoso central é estudada pela moderna neurobiologia em nossos dias. Freud chegou apenas a conhecer a descoberta do hormônio da tiróide e dos hormônios adrenais como fundamento das doenças endócrinas, e faz menção a eles reiteradamente em seus escritos.

Mas assim como o vetor que podemos ver nascer no “Manuscrito D” está dirigido ao futuro, também lança para trás a primeira substância com que o jovem neurologista Freud havia tido oportunidade de experimentar: a cocaína. Esse “episódio desgraçado” com a substância coca –como se refere a ele E. Jones em sua biografia–, que havia acontecido uma década antes, desembocou na es-

crita de vários trabalhos neurocientíficos muito sérios para a época e havia sido sepultado muito mais pelos exegetas e comentadores –salvo algumas exceções– do que pelo próprio Freud. Muito menos ainda pelo *sujeito sexuado Freud* que emergirá na autoanálise e em especial no sonho da injeção de Irma¹².

Na sua apresentação em sociedade de uma nova entidade clínica, a *neurose de angústia* (Freud, 1895/1981a)¹³, vai estabelecer as bases da teoria tóxica e caracterizar outro componente do que chamamos “núcleo duro”: as *neuroses atuais* (NA)¹⁴. Nesse texto, no ponto E, define os componentes básicos da etiologia da neurose de angústia:

- a) Acúmulo de excitação;
- b) Excitação de origem somática;
- c) A qualidade somática é de natureza sexual;
- d) Há uma diminuição da participação psíquica.

Sua tese psicopatológica tornada clássica é a seguinte: “O mecanismo da NA deve ser procurado em uma deflexão da excitação sexual somática da esfera psíquica, com um conseqüente emprego anormal dessa excitação” (Freud, 1895/1981a, p. 108).

Estamos aqui ante uma formulação freudiana da *normalidade* para o sujeito humano, expressa em termos simples e contundentes, que, no que é substancial, irá manter. O excesso pulsional a que o humano está condenado¹⁵ deverá ser *empregado* (aplicado, investido, ligado) naquilo que se denomina “psíquico”. O psíquico se constitui a partir de representações recebidas de *outro auxiliador* e que permitem derivar essa “tensão sexual somática” a esse lugar que o *outro* habilita e sustenta em forma de trabalho, sublimações e essa descarga tão mal chamada de “direta” da relação sexual.

Ao mesmo tempo, escrevia a Fliess que supunha que alguns casos de enxaqueca tinham uma etiologia sexual e que seus sintomas eram produzidos por “agentes tóxicos”, o que lhe permitia supor que “também o estímulo sexual é químico” (Freud, 1895/1982d).

São épocas de mudança no interlocutor com que Freud, a essa altura da vida, precisava manter uma relação de dependência –que não abusaremos em chamar de “transferencial”–, em termos de suportar um lugar de suposto saber sobre o qual ele estava buscando saber. São épocas da passagem Breuer/Fliess. Ao mesmo tempo em que suas investigações clínicas o levam a publicar junto ao primeiro os *Estudios sobre la histeria* (1895) –que cumprem a ilusão do “Ma-

12. A questão da relação de Freud com a cocaína despertou meu interesse já faz quase duas décadas, como acontecimento mais decisivo do que se costuma acreditar na história da psicanálise (Toyos, 1993). E mantive o interesse ao longo do tempo, por exemplo, no estudo das adições a partir de uma perspectiva psicanalítica (Toyos, 2010).

13. Já esboçado no chamado “Manuscrito B” de 8 de fevereiro de 1893.

14. Em outras ocasiões, essa denominação de Freud para essas neuroses encontra-se traduzida para o espanhol como “neurose propriamente dita” (Freud, 1916-1920/1979e) ou “neuroses genuínas” (Freud, 1906/1978c), o que talvez esteja mais de acordo com o sentido original.

15. Se parece forte a expressão *condenado*, remeto o leitor a uma carta de Freud a Jones em 1914, pouco depois da sua ruptura com Jung, onde diz: “Aquele que prometer à humanidade libertá-la da humilhante sujeição sexual, sejam quais forem as bobagens que lhe ocorra dizer, será considerado um herói”.

nuscrito D”–, apesar de que já nesse momento suas diferenças são notórias e incontornáveis (diferenças justamente com relação ao papel do assunto sexual), já estava preparando a obra em que desenhava um “aparelho neuronal” encarregado dessa transmissão do excesso sexual à *normalidade* da ação específica.

O período que se estende entre 1887 e 1902 da vida de Freud –entre os seus 31 e 46 anos– se destaca pelo abandono da cocaína, o começo da autoanálise e a relação com Fliess, médico berlinense com quem entra em contato por conta das relações de Breuer¹⁶. É o tempo em que Freud se estabelece como “especialista em doenças nervosas”. Sem dúvida, Fliess será o último interlocutor freudiano de carne e osso a ocupar o lugar de “sujeito suposto saber”. Dali por diante Freud dialogará nesses termos com grandes homens através das suas obras e dos textos (Leonardo, Moisés, Darwin, Goethe, o presidente Wilson e o presidente Schreber, entre outros).

Essa passagem Breuer/Fliess merece algumas reflexões com relação ao tema que nos ocupa. É a passagem de um representante da ciência médica oficial, com reconhecimento acadêmico e social, a um representante da “medicina alternativa” da época, um personagem excêntrico segundo os parâmetros da normalidade regulados pelo método científico e os parâmetros da normalidade psíquica para muitos (Lacan incluído, que sempre se referiu a Fliess com um irônico desdém). Podemos considerar essa passagem da mesura científica de um Breuer para a desmesura fliessiana como um indicativo do *impulso* a um território “paracientífico” para onde suas próprias investigações o levavam¹⁷. Impulso ao qual não seria abusivo acrescentar “em direção à mulher”. O assunto sexual freudiano, pouco a pouco, se tornará cada vez mais feminino no que tem de opacidade e de mistério; o corpo ingovernável, que transborda os períodos matemáticos e astrológicos com que Fliess tenta fazê-lo calculável e que o levam à beira do delírio megalomaniaco. Esse corpo escorregadio é fundamentalmente sexuado e feminino.

Enquanto durou a circunvalação do planeta Fliess, foram muitas as direções que Freud percorreu na busca da sua substância sexual:

- a) Menção da agorafobia –o ataque de pânico dos nossos dias– e do papel das glândulas endócrinas na elaboração de substâncias endógenas (Freud, 1894/1982b).
- b) Também no *Proyecto* conjectura que existe uma relação entre “estímulos endógenos” e produtos químicos (Freud, 1895/1981b).
- c) Na *Carta 42* (1896) propõe o modelo da tensão menstrual como protótipo da ação de substâncias endógenas, produzidas por um “órgão enigmático” que Fliess certamente descobriria (Freud, 1887-1902/1956).
- d) Insiste no tema na célebre *Carta 52* (1896) com a curiosa ideia, fiel à bissexualidade fliessiana, de que existiriam substâncias femininas ou da aversão sexual e substâncias masculinas ou do prazer (Freud, 1887-1902/1956).

16. No outono de 1887 Fliess viaja a Viena para realizar cursos de aperfeiçoamento e é convidado por Breuer a algumas aulas de neurologia dadas por Freud. No círculo íntimo de Breuer também conhece aquela que seria sua esposa, uma jovem vienense que era sua paciente (Kris, 1956).

17. Não posso evitar a comparação com Jorge Luis Borges e sua “passagem” de Lugones a Macedonio Fernández.

- e) *Tres ensayos de teoría sexual*, publicado em 1905 e várias vezes atualizado, é o texto onde a teoria química atinge seu mais alto nível formal. Menciona os hormônios sexuais, o papel das tiróides e compara as neuroses atuais com a intoxicação e a abstinência de alcalóides.

É interessante o que acontece a partir de *Introducción del narcisismo* (1914/1979b), texto que vai problematizar a teoria pulsional de um modo que lhe custará anos destrinchar –conseguirá fazê-lo somente em 1920. Em meio à disputa teórica com Jung, Freud necessita reafirmar o dualismo pulsional, única postura que lhe parece adequada para enfrentar a ameaça *dessexualizante* da libido constituída pela versão “baixas calorias” que seu admirado discípulo suíço propunha sob a denominação “energia psíquica unitária”. É então que Freud buscará na biologia e na nascente endocrinologia o fundamento dessa taxativa divisão entre “fome e amor”.

Em 1915, um elemento chave nessa história faz sua apresentação formal. Trata-se de uma espécie de referência mestra para compreender a que nos referimos quando em psicanálise falamos de *assunto sexual*, e chave também como marco separador entre os campos da psicanálise e das neurociências. É um conceito que Freud qualifica, não por acaso, como “fronteiriço”: a *pulsão*¹⁸.

Em *Pulsiones y destinos de pulsión*, seu estudo mais sério a respeito, volta a dar à biologia o lugar de fundamento objetivo: “(...) Em geral, me parece duvidoso que sobre a base da elaboração do material psicológico possam ser obtidos indícios decisivos para a divisão e a classificação das pulsões. (...) Seria desejável que pudessem ser tomados de outro âmbito para transferi-los à psicologia. O que a biologia diz sobre isso não contraria certamente a separação entre *pulsões egóicas* e *pulsões sexuais*” (Freud, 1915/1979d, p. 120).

O dualismo pulsional que por diversos motivos é para Freud uma premissa inegociável, e sua suposta base biológica assentada na divisão entre células sexuais e células germinais –com seu correspondente correlato hormonal–, será daqui por diante o argumento sobre o qual giram todas as suas afirmações de corte *biologista*. A separação entre os campos da biologia e da psicologia defende uma espécie de “paralelismo terapêutico” no qual Freud parece embarcar a psicanálise. Essa postura tem uma forte inserção nos desenvolvimentos que a partir desse momento e até nossos dias foram realizados com relação à ação conjunta de abordagens psiquiátricas e psicanalíticas no campo da clínica¹⁹.

Repassemos agora alguns dos lugares em que essa delimitação vai se constituindo e vejamos como Freud vai pensando o lugar específico da psicanálise:

- a) Retornando à *Autobiografía*, em seguida da menção que fizemos, ele se refere ao fato de que seria um “mal-entendido” supor que nas neuroses atuais não há “conflito psíquico”. O que Freud afirma é que nessas neuroses

18. Essa particular tópica da pulsão, localizada por Freud em uma espécie de “terra de ninguém”, na fronteira entre natureza e cultura, poderia justificar o emprego por parte de Miller do oximoro “biologia lacaniana”.

19. Uma grande maioria de trabalhos psiquiátricos e ensaios clínicos de terapêutica concluem que os resultados dos “tratamentos combinados” (psicofármacos e psicoterapia) são superiores, quanto à efetividade e eficácia, a qualquer uma dessas abordagens separadamente. Agora, é necessário esclarecer que, em quase todos esses trabalhos, *psicoterapia* é sinônimo de *terapia cognitivo-comportamental*. O que não é uma “injustiça do destino”, na minha opinião, mas sim o destino, simplesmente.

há um “componente sintomático” que não tem origem psíquica nem é acessível a partir do psíquico (Freud, 1925/1979f, pp. 24-25).

- b) No epílogo do *Caso Dora* diz que só a técnica da psicanálise é psicológica, e que é a teoria que necessita saber sobre as “bases orgânicas da neurose”, que são evidentemente químicas (Freud, 1901/1978a).
- c) Em *Mis tesis sobre la sexualidad en la etiología de las neurosis* (Freud, 1906/1978c), texto em que se encontra a definição canônica e a delimitação mais clara entre *neuroses atuais* e *psiconeurose*, estabelece uma diferença entre *causação da neurose* (conflito psíquico) e *natureza da neurose* (componente sexual-somático).
- d) Em 1908, vem se somar *La moral sexual cultural*, que impõe a sufocação pulsional e, conseqüentemente, colabora para o efeito tóxico do assunto sexual (Freud, 1908/1979a).

Nas *Conferencias* de 1916-1917, disposto a ser pedagógico, apresenta propostas contundentes. Na *Conferencia 25* volta sobre as bases biológicas do dualismo pulsional e, antecipando-se aos desenvolvimentos de 1920, cunha a conhecida figura do indivíduo como “titular temporário de um legado que lhe sobreviverá”, a parte “germinal” do sujeito transportada por vontade desse *outro* que é “a espécie” para Freud (1916-1917/1978e).

Mas é na conferência anterior, *El estado neurótico común* (1916-1917/1978d), onde tudo o que estamos repassando encontra sua formulação mais acabada. Diz ali que “o edifício da teoria psicanalítica (...) é na verdade uma superestrutura que está *destinada* a receber seu fundamento orgânico”. Assim como havia recordado em sua *Autobiografía* em 1925, já nessa época Freud sabia que seu edifício havia atingido uma altura inimaginada duas décadas atrás, que desde as suas origens indesculpavelmente clínicas a psicanálise havia percorrido caminhos que –unidos por um propósito comum como é “descobrir o inconsciente na vida da alma”– se embrenhavam em qualquer terreno que se abrisse à aplicação do seu método de investigação: “A história da cultura, da ciência da religião e da mitologia, bem como a doutrina das neuroses”. Seguindo essa direção, que talvez seja a máxima expressão do seu “separatismo” entre ciência e psicanálise, Freud chega a dizer que as neuroses atuais devem ser “*abandonadas*”²⁰ à investigação médico-biológica”. Propõe que o desenvolvimento da psicanálise deve superar a estreiteza da doutrina das neuroses que, finalmente, constituem “um capítulo da medicina como qualquer outro” (Freud, 1916-1917/1978d).

Para esse Freud tão categórico, algo deve cair das alturas do edifício com relação ao qual já se assumiu como arquiteto e construtor principal. É o “destino” que assim o impõe, é a “natureza da psicanálise” que decide deixar nas mãos da ciência e de suas artes particulares –por exemplo, a medicina– o que não pode ser outra coisa que o organismo corporal que se faz presente no estado neurótico comum, no atual da neurose. Ressaltamos *abandonar*, um verbo forte. Por um lado, seu emprego denota uma culpabilidade com relação a um objeto que foi considerado familiar e que está sendo deixado de lado. Esse objeto não pode ser

20. Itálicos meus.

outro senão a esperança no fundamento biológico, uma expectativa que já se mostra tão estreita como seria supor a psicanálise como especialidade médica. Mas, por outro lado, é um ato necessário para a fundação de um método de trabalho e de uma *discursividade* novos.

Esse ato fundador pode ser vislumbrado quando, na mesma conferência, vai considerar a psicanálise como uma ciência. Uma ciência que “não se caracteriza pelo material que trata, mas sim pela técnica com que trabalha”. Aqui dá um passo mais, um verdadeiro passo de sentido: um material comum –o sujeito humano e suas produções– é recortado por uma técnica que, qualquer que seja, deixará de fora “realidades objetivas” ou “objetos reais” –diria Lacan–, os *realia* que alguma vez esperou de Fliess, que morarão para sempre na periferia do seu território. Aqui, como em outras passagens da sua obra –como o primeiro parágrafo de *Pulsiones y sus destinos* (1915/1979d)–, Freud se afasta do positivismo.

Um dos objetivos que perseguimos com este trabalho é interrogar sobre um movimento que, partindo das neurociências, parece considerar que elas constituem a expressão atual desse objeto real que ex-siste à psicanálise; uma espécie de nova versão da velha esperança freudiana. Por essa perspectiva, deveríamos, os psicanalistas, perceber que a boa nova das neurociências está batendo à nossa porta para “completar” nossa disciplina e nosso trabalho, quando não legitimá-lo e dar a ele estatuto e crédito institucional. Essa nova versão do anseio freudiano se apresenta como a oportunidade de tornar mais inteligível o discurso psicanalítico; mais racional, mais aceitável. Quando sua característica, sua razão de ser, é justamente o inaceitável por toda consciência, por melhor que seja. Essa é sua dimensão ética.

Incluo-me entre aqueles que consideram que esse chamado deve ser atendido, mas não sem antes examinar criticamente as razões dessa expectativa quase religiosa, como se fosse a chegada do messias da psicanálise. Para estar em melhores condições de realizar essa tarefa, resta ainda percorrer outras expressões freudianas que não se alinham com a direção *biologista* das que vimos até aqui.

Mencionaremos algumas considerações sobre esse tema que, em uma espécie de transição, vão anunciando a ruptura.

Uma consideração muito precoce é *Arquitectura de la histeria*, onde compara as fantasias histéricas e paranóicas usando uma analogia com a química, sem nenhuma expectativa de convalidação (Freud, 1897, p. 240)²¹.

A mais interessante dessas propostas analógicas está no trabalho de 1931, *Sobre la sexualidad femenina*. Depois das conhecidas referências aos fundamentos biológicos das suas hipóteses e de deixar clara uma vez mais sua esperança na bioquímica, continua Freud: “(...) Mas tal esperança não parece menos ingênua do que aquela outra, *hoje felizmente obsoleta*, a de ser possível, ao microscópio, isolar os diferentes fatores excitantes da histeria, da neurose obsessiva, da melancolia etc. *Mesmo na química sexual, as coisas devem ser um pouco mais complicadas* (...). Para a psicologia, contudo, é indiferente que exista no corpo uma única substância sexualmente excitante, duas, ou um número incontável

21. É interessante indicar que na tradução de Etcheverry para esse manuscrito não aparece a palavra *análogo*, e sim “gerado como automaticamente (por um caminho químico)” (Freud, 1895/1982e). Desse modo, o sentido é bem outro.

delas. A psicanálise nos ensina a lidar com uma *libido única*²², a qual, é verdade, possui objetivos (isto é, modalidades de satisfação) tanto ativos quanto passivos. Essa antítese e, acima de tudo, a existência de tendências libidinais com objetivos passivos, contém em si mesma o restante de nosso problema” (Freud, 1931/1980c, p. 241).

Maravilhosa articulação e apresentação do assunto. Por um lado, Freud reconhece a “complexidade” do assunto sexual, inclusive no próprio campo da ciência biológica²³. As últimas investigações sobre o papel dos hormônios em diversas manifestações da clínica psiquiátrica mostram que a separação entre hormônios sexuais e hormônios não sexuais é de pouca ou nenhuma relevância: todos os hormônios têm ação sobre o cérebro (a única condição é que, por seu tamanho molecular, possam atravessar a barreira hematoencefálica) e vice-versa (os neurohormônios a possuem sobre o território somático). Isso é parte da “complexidade” do sistema, como mostra, entre muitos outros, o trabalho de Vemuri e Williams (2011) sobre a influência dos hormônios sexuais sobre o estado de ânimo.

III. A natureza do assunto

Não é nenhuma novidade dizer que 1920 é o ano da ruptura. O princípio do prazer é sepultado como princípio reitor do sujeito freudiano e isso determina que o assunto sexual perca definitivamente o rastro biológico. Definitivamente, a pulsão não busca o bem do sujeito.

No capítulo IV desse texto refundador da psicanálise (ali onde propõe ferramentas conceituais decisivas no futuro, como a pulsão de morte, os novos princípios que governam a economia pulsional, Eros e Tânatos, o gozo masoquista e outros), Freud (1916-1920/1979e) volta a se referir à necessidade que teve ao longo de sua obra de “tomar empréstimos da ciência biológica”. Elogia suas “possibilidades ilimitadas” que considera em um processo de expansão sem limites visíveis. Defende sua esperança de que a biologia possa responder “alguma das interrogações que lhe fizemos”, mas não exclui a possibilidade de que não o faça e de que inclusive suas descobertas “derrubem todo o nosso edifício artificial de hipóteses”²⁴.

É o momento da pergunta divisora de águas: “Por que aceitar trabalhos como os consignados? Por que comunicá-los, além do mais?”. E Freud responde essas perguntas de um modo assombrosamente ambíguo: “Bem, não posso negar que algumas das analogias, correlações e vinculações (...) pareceram-me *merecer consideração*”²⁵ (Freud, 1916-1920/1979e, pp. 58-59).

Uma resposta que se transforma em uma espécie de mistério psicanalítico que invocamos às vezes no momento de cada intervenção *digna* de se chamar

22. Os itálicos são meus.

23. Uma fonte de novidades científicas tão frequentemente utilizada de modo simplista pela comunicação –com a colaboração de “especialistas” mais ou menos ignorantes, mais ou menos especuladores–, mas nunca por quem realmente é sério. Referimo-nos a coisas como “o gene da paixão”, “o centro do prazer erótico”, “a substância da depressão”, “os neurônios da sociabilidade”, entre muitas outras etiquetas. Notícia de último momento, segundo o jornal *La Nación* (Buenos Aires) de 27 de maio de 2012: “(...) 50% da ideologia pode estar nos genes”.

24. O recente livro de G. Pommier (op. cit.) propõe justamente o contrário. Segundo esse autor, as neurociências “demonstram a psicanálise”.

25. Os itálicos são meus.

psicanalítica: “Tome isso em consideração... talvez seja digno dela”. Não há intervenção analítica que não “rompa” com algo, e com essa ruptura e com a arte de saber torná-la suportável é possível abrir caminho para a *dignidade* de uma verdade.

Encontramos evidências dessa ruptura tanto antes como depois de *Más allá del principio del placer*, texto onde Freud torna pública a mudança radical do seu pensamento.

Mais uma vez, a correspondência com Fliess nos permite vislumbrar os primeiros indícios de contradições que Freud soube manter reservadas, apesar de não poder impedir sua tradução sintomática. Partimos da carta que lhe envia em 2 de abril de 1896, aquela onde lhe manifesta que o considera seu “fio terra”: “Gosto de comprovar que você é capaz de substituir todos os meus fios soltos por ‘coisas reais’ (*realia*)”. Diria-se –com Lacan– que esperava de Fliess uma função de quarto nó e que, portanto, temia que seu ímpeto teórico ameaçasse sua possibilidade de manter um equilíbrio intelectual. Mas suas confissões ao amigo não se detêm aí: “Em minha juventude não conheci outro desejo que o do saber filosófico, desejo que estou a ponto de realizar agora, *quando me disponho a passar da medicina à psicologia. Cheguei a ser terapeuta contra a minha vontade*²⁶” (Freud, 1887-1902/1956, pp. 195-196). Certeza de uma passagem com consequências –o “abandono” da medicina–, junto à consciência de estar contrariando algo profundo do seu ser no caminho da construção da psicanálise.

Na mesma época se refere, no capítulo XXI do *Proyecto de psicología*, à sua paciente Irma e ao seu famoso sonho, com relação ao modo como a “natureza sexual” de sua neurose histérica se torna consciente (Freud, 1895/1981b, pp. 387-388). Sabemos que na conclusão do sonho essa forma de que o assunto sexual se torne consciente em Irma é uma fórmula química: a trimetilamina. Essa substância presente no sêmen, de cheiro característico, é a mesma com que Freud compara o cheiro dos sais de cocaína em sua não menos famosa –mas menos conhecida– monografia *Über coca* e, portanto, esse sonho de Freud constitui um documento do fim da experiência pessoal e médica com essa droga. O assunto sexual acaba então na escrita de uma fórmula, um significante imaginário da estrutura edípica na leitura de Lacan, que diz que Freud dali por diante já não se dirige à comunidade médica (“ruptura”, “abandono”), mas sim a nós, os psicanalistas (Lacan, 1954-1955/1978).

É verdade que em nenhuma das interpretações freudianas do célebre sonho há uma separação do olhar *biologista*, e que é Lacan quem, em uma não menos célebre introdução do registro simbólico no relato clínico do seu professor, descreverá essa ruptura com o discurso médico como um saber inconsciente para Freud. Mas sem dúvida algo disso estava em gestação porque o *Proyecto* não é publicado e, pelo contrário, sim, dá à luz um aparelho psíquico que tenta tornar inteligível a caudalosa novidade representada pelos sonhos.

Assim, encontraremos expressões contundentes da ruptura que podem ser formuladas décadas mais tarde como em *Lo inconsciente*. Depois de dar um lugar privilegiado ao cérebro (“A investigação científica demonstrou de forma incontestável que a atividade psíquica está vinculada com a função do cérebro,

26. Os itálicos são meus.

mais do que com qualquer outro órgão”), de reconhecer os avanços do ponto de vista da complexidade do funcionamento cerebral (“Leva-nos um passo mais adiante, embora não possamos dizer que esse passo seja grande”), vai dizer: “Todos os esforços realizados para deduzir desses fatos uma localização dos processos psíquicos, ou seja, todas as tentativas de entender as ideias como armazenadas nas células nervosas e as excitações como seguindo o curso das fibras nervosas *fracassaram por completo*”²⁷ (Freud, 1915/1979d, citado por Kris, 1956, pp. 375-376). No mesmo texto metapsicológico, quando se refere à continuidade ou descontinuidade entre processos psíquicos conscientes e inconscientes, dirá sobre a natureza de tais processos que “(...) seus caracteres físicos nos são completamente inatingíveis; nenhuma ideia fisiológica, nenhum processo químico podem fazer-nos vislumbrar *sua essência*”²⁸ (Freud, 1915/1979c). Além de qualificar sua tão ousada tentativa de um *Proyecto de psicología para neurólogos* como um categórico “fracasso”, acrescenta agora uma dimensão ontológica (“essência”) às diferenças de aproximação psicanalítica e das ciências naturais aos processos psíquicos, o que deveríamos trasladar ao assunto sexual em psicanálise e à natureza da sexualidade em biologia.

Nessa mesma linha, quase dez anos depois defende a delimitação estrita entre a medicina e a psicanálise com uma posição epistemológica semelhante à que destacamos na *Conferencia 24*: “(...) Toda ciência é unilateral (...). O ponto de vista buscado (em psicanálise) é encontrado apenas no caso de passar da medicina à arte prática de curar”. Resgata da relação medicina/psicanálise sua dimensão terapêutica. No entanto, quando se refere à sua criação psicopatológica –a neurose–, diz: “Os estudos médicos não contribuíram para nada –o que se diz nada– nem em sua apreciação nem em seu tratamento” (Freud, 1926/1979g, pp. 216-217).

A dignidade do trabalho do analista reside na dignidade do assunto sexual. Terminamos nesse ponto o percurso pelo trabalho de quem teve sobre seus ombros a imensa tarefa de abrir o sulco do sujeito humano quando em intervenção por esse assunto, em certa medida acossado e em certa medida afortunado por essa obrigação de ter que saber lidar com o gozo²⁹.

Dignidade de uma clínica que não escapa do assunto, como o jovem Freud não escapou de escutar em cada um dos seus pacientes os batimentos secretos da pulsão, e a eles deu palavras. “A mim causa singular impressão comprovar que minhas histórias clínicas carecem, por assim dizer, do severo selo da ciência, e que apresentam mais um caráter literário. (...) Esse resultado depende inteiramente *da natureza do objeto*” (Freud, 1895/1980a, pp. 174-175).

27. Os itálicos são meus.

28. Os itálicos são meus.

29. Adiantamos o que nos parece a saída que encontramos com Lacan para o mistério a ser solucionado que nos deixou Freud: a ferramenta do gozo. Nessa direção pretendemos encaminhar futuros desenvolvimentos de nosso trabalho.

Resumo

Dentro do marco da relação de mútua interrogação entre as neurociências e a psicanálise, o autor revisa detalhadamente os momentos da obra de Freud onde manifesta sua esperança de que as ciências biológicas legitimem os planos do edifício psicanalítico, do qual progressivamente ia se assumindo como arquiteto, ou que, por outro lado, o destruam.

Em uma grande quantidade de textos, dos primeiros até os últimos tempos, Freud expressa que sua teoria tóxica das neuroses, sua divisão entre neuroses atuais e psiconeuroses, sua teoria pulsional darão em algum momento as boas-vindas à descoberta de uma “substância” que lhes dará valor de verdade. No entanto, em outros lugares parece pensar que deve deixar essa ilusão de lado. Parece conceber que haja outro ponto de vista diferente do positivismo para validar a psicanálise.

Por sua parte, as neurociências, em seu impetuoso avanço das duas últimas décadas, ratificam que a realidade última de todos os processos cerebrais é química, o que dá razão ao Freud biologista. O chamado “assunto sexual” se propõe como um ponto de encontro decisivo para delimitar ambos campos, como também são os sonhos, a memória, a consciência etc. A necessidade de incorporar o conceito de gozo responde ao ponto de ruptura entre ambos discursos.

Diz o autor: “A hipótese que colocamos sob consideração neste trabalho é se a ciência com essa descoberta encontra-se no trajeto daquela formidável e utópica esperança freudiana de dominar o fator sexual”.

Palavras-chave: Sexualidade, Biologia, Epistemologia, Gozo, Libido, Neurociência, Neurose atual, Pulsão, Sexualidade. **Candidata a palavra-chave:** Química.

Abstract

Within the relationship of mutual interrogation between neuroscience and psychoanalysis, the author examines several moments in Freud’s work when he expressed his hope that biological sciences would legitimize psychoanalysis, thinking of himself as its creator, or turn it into an old-fashioned discipline.

In a large number of texts, from early to late, Freud states that his “toxic theory” of neuroses, its division between actual neuroses and psychoneuroses and his drive theory, will eventually welcome the discovery of a “substance” that would grant them truth value. However, in other works he appears to deem necessary to set aside this illusion, seemingly assuming that there may be a non-positivist validation of psychoanalysis.

In turn, the neurosciences, in his impetuous advance of the last two decades, confirm that the ultimate reality of all brain processes is chemical, agreeing with Freud. The so-called “sexual affair” is proposed as a crucial meeting point for defining both fields, as are others (dreams, memory, consciousness etc.).

The need to incorporate the concept of “jouissance” responds to a breaking point between the two disciplines.

The author says: “The question we consider is: Can we think that the developments of science meets Freud’s great hope of dominating the ‘sexual affair’?”

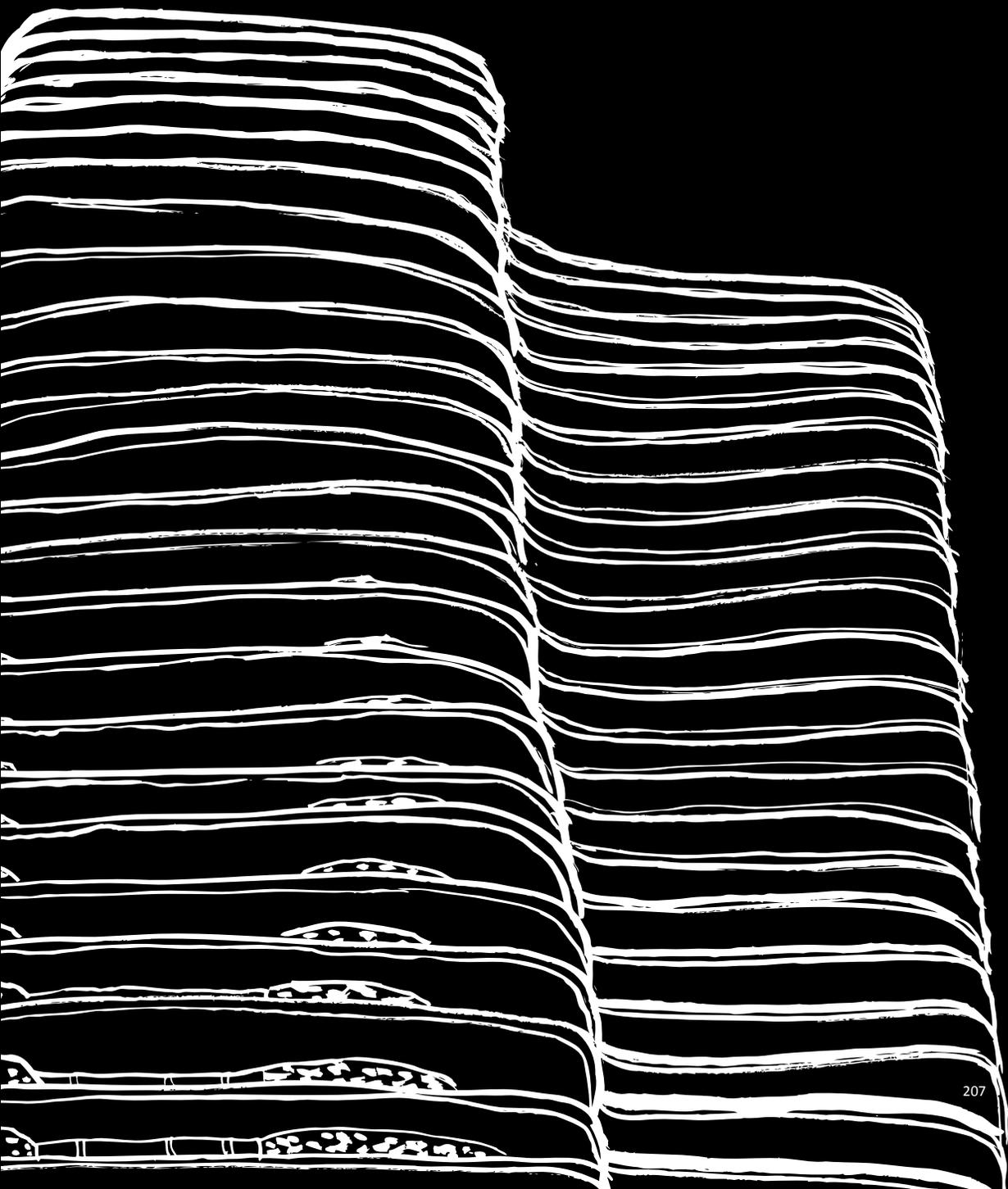
Keywords: Sexuality, Biology, Epistemology, Jouissance, Libido, Neuroscience, Actual neurosis, Instinct. **Candidate to keyword:** Chemistry.

Referências

- Allouch, J. (1997). *La etificación del psicoanálisis. Calamidad*. Buenos Aires: Edelp.
- Alvano, S. & Bauleo, A. (2008). *Avatares de la clínica. Un proyecto de complementariedad entre neurociencia y psicoanálisis*. Buenos Aires: Mediciencia.
- Damasio, A. (2002). *El error de Descartes*. Barcelona: Paidós.
- Freud, S. (1956). *Obras completas* (Vol. 22). Buenos Aires: Santiago Rueda (Trabalho original publicado em 1887-1902).
- Freud, S. (1978a). Análisis fragmentario de una histeria. El caso Dora. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 7, 99). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (1978b). Tres ensayos de teoría sexual. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 7, 190-197). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1978c). Mis tesis sobre la sexualidad en la etiología de las neurosis. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 7, 269-270). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1906).
- Freud, S. (1978d). Conferencia 24. El estado neurótico común. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 16, 353-354). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1916-1917).
- Freud, S. (1978e). Conferencia 25: La angustia. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 16, 376). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1916-1917).
- Freud, S. (1979a). La moral sexual cultural y la sexualidad moderna. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 9, 166-167). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (1979b). Introducción del Narcisismo. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 14). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1979c). Lo Inconsciente. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 14). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1979d). Pulsiones y destinos de pulsión. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 14, 120). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1979e). Más allá del principio del placer. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 18, 58-59). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1916-1920).
- Freud, S. (1979f). Autobiografía. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 24-25). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1979g). ¿Pueden los legos ejercer el psicoanálisis? In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 20, 216-217). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (1980a). Estudios sobre la histeria. Epicrisis de Elizabeth von R. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 2, 174-175). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1980b). Prólogo a J.G. Bourke: Elementos escatológicos en las costumbres, los usos, las creencias y el derecho consuetudinario de los pueblos. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 12, 355). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (1980c). Sobre la sexualidad femenina. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 21, 241). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1931).
- Freud, S. (1981a). Sobre la justificación de separar de la neurastenia un determinado síndrome en calidad de “neurosis de angustia”. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 3, 108). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1981b). Proyecto de Psicología. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 3, 366). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1982a). Informe sobre mis estudios en París y Berlín. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 1, 8). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1886).
- Freud, S. (1982b). Prólogo y notas a la traducción de J.M. Charcot “Leçons du Mardi” de la Salpêtrière. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 1, 173-174). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1894).
- Freud, S. (1982c). Manuscrito D. Sobre la etiología y la teoría de las grandes neurosis. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 1, 226). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1894).
- Freud, S. (1982d). Manuscrito I. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 1, 254). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1982e). Manuscrito M. In Freud, S., *Obras completas* (Vol. 1, 294). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1985).

- Jones, E. (1981). *Vida y obra de Sigmund Freud* (Vol. 2, 165). Buenos Aires: Hormé.
- Kandel, E. (2007). *En busca de la memoria*. Buenos Aires: Katz.
- Kris, E. (1956). Estudio Preliminar. In Kris, E., *Los orígenes del Psicoanálisis* (27). Buenos Aires: Santiago Rueda.
- Lacan, J. (1975). Subversión del sujeto y dialéctica del deseo en el inconsciente freudiano. In Lacan, J., *Escritos 2* (784). México: Siglo XXI.
- Lacan, J. (1978). El Yo en la teoría y la técnica psicoanalítica. El Seminario. In Lacan, J., *Libro 2* (237-243). Barcelona: Paidós (Trabalho original publicado em 1954-1955).
- Lacan, J. (1985). Psicoanálisis y Medicina. In Lacan, J., *Intervenciones y Textos 1* (99). Buenos Aires: Manantial (Trabalho original publicado em 1966).
- Magistretti, P. & Ansermet, F. (2007). *A cada cual su cerebro. Plasticidad neuronal e inconsciente*. Buenos Aires: Katz.
- Miller, J A. (2002). *Biología lacaniana y acontecimiento del cuerpo* (18). Buenos Aires: Colección Diva.
- La chose sexuelle (1984). *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 29, 8. Paris: Gallimard.
- Pommier, G. (2010). *Cómo las neurociencias demuestran el psicoanálisis*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Toyos, N. (1993). "El psicoanálisis, ese allotrion fecundo...". *Revista de Psicoanálisis*, L(1), 135-156.
- Toyos, N. (2010). Trastorno de la sustancia: No sustanciar el goce. Una mirada psicoanalítica al problema de las adicciones. *Revista de Psicoanálisis*, LXVII(3).
- Vemuri, M. & Williams, K. (2011). *Actualización sobre estrógenos y progesterona como tratamiento de los trastornos del estado de ánimo en mujeres*. Recuperado de www.psychiatrictimes.com

Cidades Invisíveis



Caracas Caracas

Intro

Sou *caraqueño*, simplesmente assim. *Caraqueño* com “ñ”, assim como se diz *limeño*, *portenho*, *santiagueño*, *panameño* e até *madrileño*¹. Com o “ñ” de uma língua áurea estabelecida pela Espanha, talvez para aliviar as culpas e os ressentimentos, em troca de ouro e pérolas outrora arrancados, primeiro exílio sem retorno registrado pela nossa história. Até aqui a filiação. E não diremos “parisenho”, “budapestehno”, muito menos “oslenho”. Sou *caraqueño*; para mais pistas, habitante de um espaço onde a exceção não se mantém alheia à regularidade, porque aqui o regular, o cotidiano, é essa mesma exceção. Aqui vivo, daqui sou.

Track 1

Propor que a prática psicanalítica é um derivado da cidade, bem como da vida privada – condição apenas possibilitada quando contraposta ao cenário público e comum das grandes aglomerações urbanas –, termina sendo uma obviedade que não tira o mérito da descoberta freudiana. Acaso não é a moral um dos aspectos constituintes do sofrimento, moral que não é outra coisa senão a *urbanidade*? Dizer cidade é dizer *pcidade*.

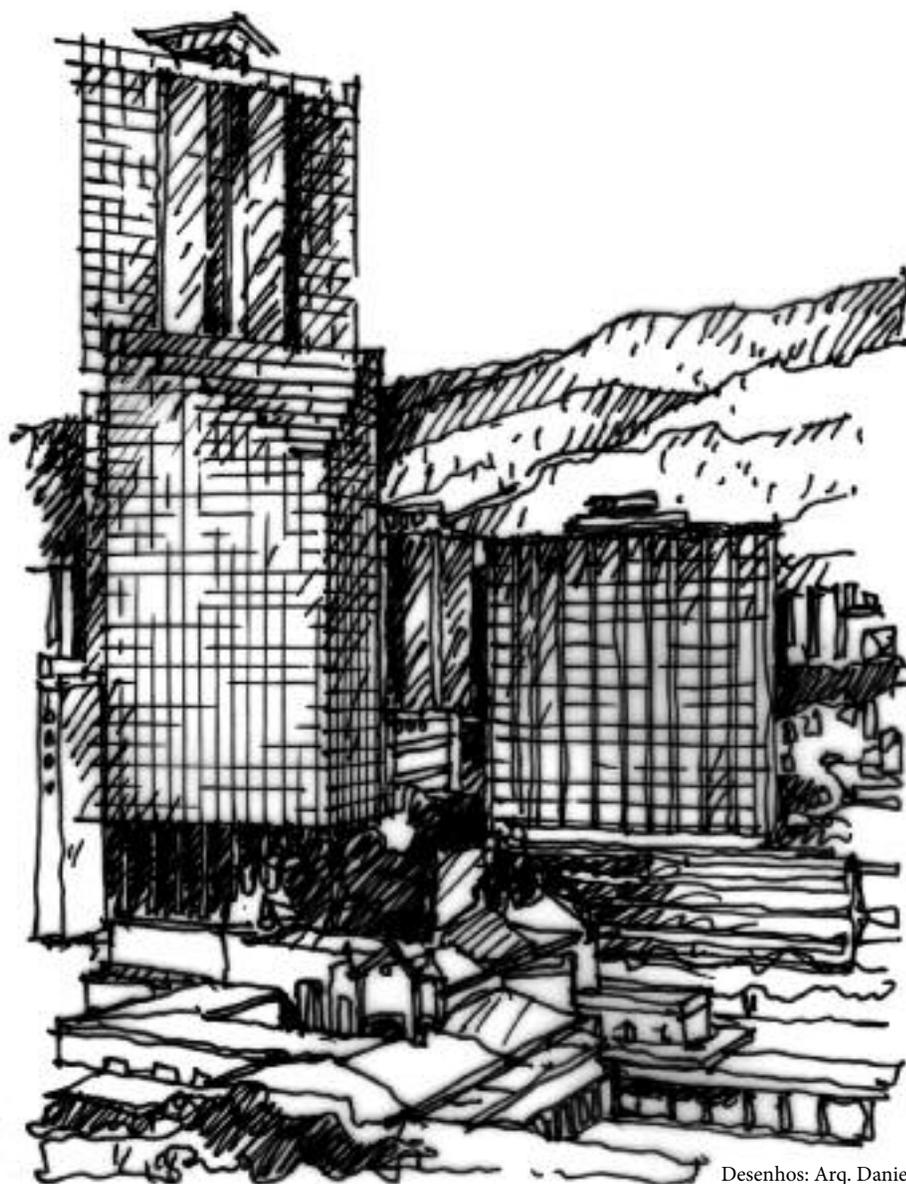
Track 2

Fazer psicanálise em Caracas? Volto ao dia 4 de novembro de 2010, quinta-feira, 7 da manhã, para oferecer mais pistas. Sempre é Úrsula quem espera por mim na entrada do

consultório. Nesse dia, não aconteceu assim. Transcorreu o tempo da sua sessão e ela não apareceu: em três anos, vendo-a três vezes por semana, pela primeira vez não aparecia. Às 7h45, espero Horacio, que também não aparece; apenas dez minutos mais tarde recebo sua ligação para me informar que não chegará, seu antigo e confiável assistente havia sido assassinado na noite anterior ao sair do seu escritório, haviam-lhe roubado sua motocicleta; Horacio está cuidando das questões funerárias. Às 8h30 e em um incomum alarde de pontualidade, ainda que também sem aparecer, Cristina telefona, perplexa, para me dizer que não vai conseguir chegar. Não encontrou o seu carro onde sempre o estaciona. O desconcerto me paralisa. Sei que não verei Bárbara às 9h15, me avisou pessoalmente na noite anterior, seu cartão de crédito havia sido “clonado” e parte das suas economias havia sido roubada; imagino-a enquanto espera ser atendida no banco para fazer formalmente a sua denúncia. Às 10, sim, atendo Mónica, que se joga no divã e continua com a narrativa do dia anterior: seu marido continua sequestrado e os negociadores, que praticamente moram na sua casa, insistem que deve ser adotada uma nova estratégia; Mónica viajará de noite para outra cidade com o fim de entregar parte do pedido dos sequestradores em uma ação, claramente, arriscada. Já são 10h45 e, cara a cara, Manuel, abatido, insiste em continuar, sob procedimentos legais, com a recuperação dos edifícios que lhe haviam

* Sociedad Psicoanalítica de Caracas.

1. “Caraquenho”, “limenho”, “portenho”, “santiaguino”, “panamenho” e “madrilenho”, em português.



Desenhos: Arq. Daniel Villani.

sido expropriados pelo governo nacional de modo intempestivo: Manuel é construtor, creio que se trata de uma infrutífera batalha perdida de antemão. Às 11h50, recostada no divã e depois de haver chegado com 20 minutos de atraso, Virginia pragueja e destrói de mil maneiras o mesmo de sempre: o trânsito que faz com que lhe seja impossível chegar na hora para a sessão. Dessa vez, me ameaça: ou eu mudo a hora das quintas-feiras por outra no

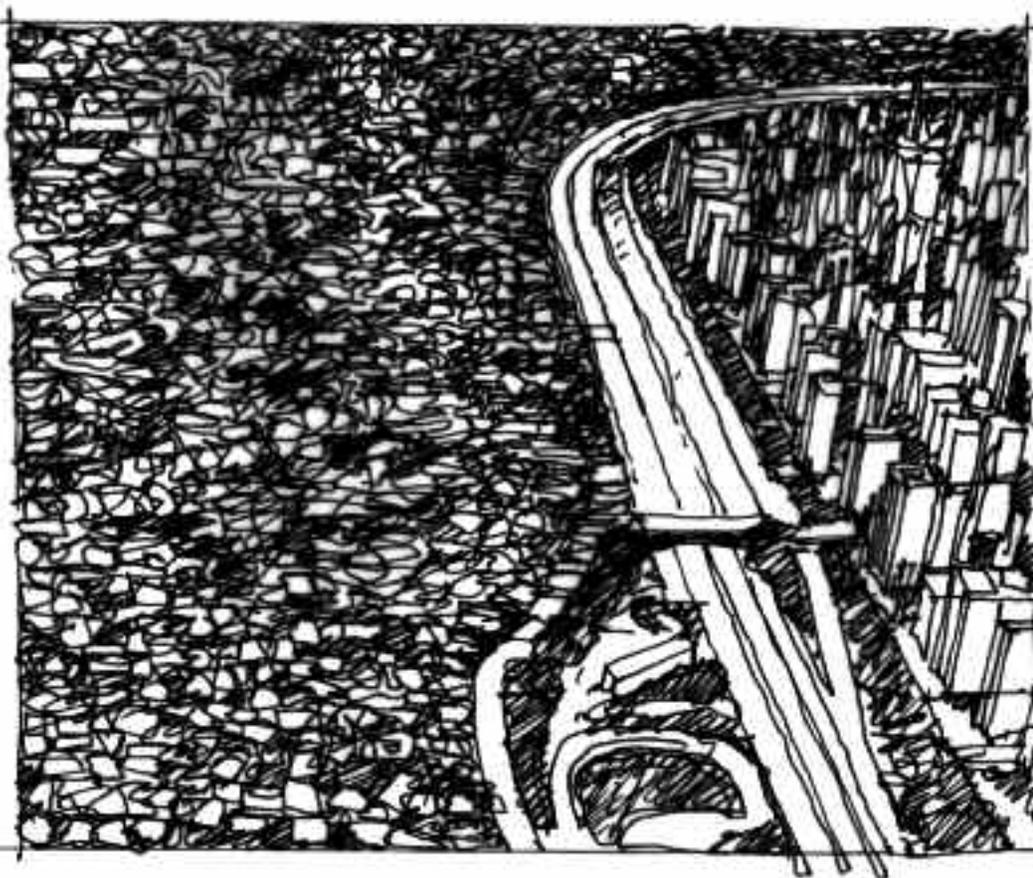
final da tarde, como a das segundas e das terças-feiras, ou simplesmente não vai vir mais. Penso que nem nas segundas nem nas terças Virginia costuma chegar na hora, mas prefiro ficar calado e não fazer nenhuma observação. Está furiosa, fazer o quê? Da varanda do consultório, que se abre aos pés da minha paciente, distingo, bem abaixo, o noroeste de Caracas, onde os carros estão praticamente estacionados em plena pista; em direção ao sul uma

grande nuvem branca sobe: são gases lacrimogêneos, outro protesto. De repente, um casal de exuberantes e barulhentas araras intercepta meu olhar enquanto voam em frente à varanda, sempre tão pontuais, tão cotidianas. Na segunda-feira seguinte, saberei que Úrsula, minha primeira paciente da manhã, havia sido vítima de um sequestro *express*, em que foi mantida presa durante nove horas até que seus familiares pagaram uma vultosa cifra para tê-la de volta.

Track 3

Já às 12h30 me encontro almoçando em um pequeno *self service* que fica dentro do supermercado que frequento, muito próximo do lugar onde trabalho. Enquanto abro as bandejas de *sushi*, que cada vez vêm com menos *wasabi* – não sei que aversão secreta pelo ardor terá o novo chef –, observo, com certo encanto, a sucessão de belas mulheres que, vestidas

todas com roupas esportivas (há tenistas, corredoras e até cavaleiras de salto equestre), muito maquiadas e sem uma gota de suor, fazem suas compras. Imagino então uma nova categoria para nossos arqui-conhecidos concursos de beleza: desfile em traje de banho, traje de gala, traje típico e a nova proposta: desfile com carrinhos de supermercado. Sorrio. Logo, é claro, a manhã se impõe. De repente, me lembro daquela teimosa insistência com que Melanie Klein, enquanto analisava o pequeno Richard, se empenhava em fazer com que aparecesse a realidade psíquica no lugar onde a guerra, com a sua opressora e desagradável presença, tentava se impor; mulher inclemente, sem dúvidas, certa, bruxa voraz. Mesmo assim, me pergunto como enfrentar uma prática inserida em uma cidade como Caracas, onde os critérios de fim de análise afundam com a emigração recorrente de muitos pacientes, ou naquelas situações em que agendar uma hora



para alguma figura notória do âmbito político passa por revisar qual tendência (tanto a política como a da passagem ao ato) possui quem vem antes ou depois dessa sessão, porque assim é minha Caracas: polarizada, maniqueísta e desarticulada. Foi aí que meu colega, com as primeiras chuvas de outubro e diante dos múltiplos deslizamentos que obstruíram a cidade por conta da precária manutenção que é feita, teve que pernoitar em seu consultório com sua paciente! (“Nessa cidade você se acostuma aos desapegos/aos buracos no chão/a ver como caminham todos os corpos menos o próprio”)². Ou onde aquela outra colega, em plena sessão junto à sua analisanda, foi interrompida por ladrões que entraram na sala, amarrando-as e imobilizando-as juntas enquanto eles faziam o seu trabalho e, frente a isso, em um recurso ao humor que conjura a angústia, o que cabe é imaginar a paciente dizendo à sua analista: “Sem dúvida, acabo de me lembrar de um sonho que tive à noite, te conto?”.

Track 4

Acontece que, sobre Caracas, esse é um dos vértices que contempla sua *atual* qualidade, o da violência e do desamparo. E é que Caracas, assim como soa no plural, porque nunca ouvimos falar de Bogotás, nem de Cidades do México, nem de São Paulos, nem de Montevidéus, nem de Havanas –só Buenos Aires teve o bontino de pluralizar o seu nome–, Caracas, repito, é essa na percepção dos seus habitantes. Aqui tudo está por ser feito, por ser construído. E o que antes, como bem apontou José Ignacio Cabrujas ao finalizar a década de 80, era uma cultura da demolição (“Porque, assim como há pessoas que proclamam com orgulho pertencer a um povo de grandes construtores, me atrevo a exibir até com certa arrogância que venho de um povo de grandes ‘derrubadores’, um povo demolidor que fez do escombros um emblema”)³, onde as maravilhosas edificações de arquitetura basca ou moderna, para citar

apenas algumas, foram destruídas para abrir caminho a construções carentes de sentido e coerência com o entorno, nos aparece hoje, nessa cidade em que pouquíssimas obras públicas de envergadura foram realizadas em mais de 15 anos –tirando-nos qualidade de vida e noção de cidadania enquanto habitantes–, como um espaço onde o que ainda resta em pé teve seu significado transformado, para dizer o mínimo, de um modo alucinado e alucinante. Os museus, os espaços públicos, os grandes hotéis e arranha-céus viraram as novas residências dos desatendidos que saíram prejudicados –apelidados de “dignificados”, o cúmulo do ataque à percepção–, o que valida, com isso, a consolidação da anticidade, sustentada na espacialização de dois universos que não só se denunciam como divididos, senão que devem continuar assim –segundo o discurso oficial–, separados e irreconciliáveis.

Track 5

Caracas é verde, verde como nenhuma outra, abrigada pelo majestoso monte Ávila, fortaleza montanhosa que a marca com a sua presença indelével. Verde profuso, esparramado e denso; vale fértil e generoso. *Natura* onipresente de clima sossegado. Eis sua graça, também sua desgraça. E nos sentimos orgulhosos, no nosso caso, de tanto araguaney colorido ou apamate florido; e, com relação às nossas ruas, avenidas e urbanizações, as reconhecemos e as chamamos por esse dom natural: Los Jabillos, Los Caobos, Los Cedros, Las Palmas, Los Mangos, Los Samanes, Los Chaguaramos, Las Acacias. E, diante de tanta natureza transbordante, aparece a sua outra faceta, também *natural*. Os caraquenhos somos transgressores de lei. E note que não digo transgressores *da* lei, mas sim *de* lei, como quem diz “prata de lei” para certificar que algum artigo elaborado com o precioso metal possui a proporção correta junto à liga que o compõe. E, se Dostoievski argumentou que a cidade é uma tribo acidental,

2. Da reunião de poemas *Gramática de piedras* (2011), de Ruth Hernández Boscán.

3. Da crônica “La ciudad escondida” (1988), de José Ignacio Cabrujas.

saberemos que transitar por Caracas será constatar que o carro de trás fará com que soe sua buzina desafortadamente ao automóvel da frente, apesar de o semáforo estar vermelho, porque, se não vem nenhum carro na via que, sim, está com a luz verde, que sentido tem permanecer com o freio acionado? As calçadas, quando existem, serão para os motorizados, e isso quando algum carro estacionado sobre ela assim o permitir. E a venda de cópias de filmes ou livros, que, sem o consentimento do titular dos direitos de autor, circulam por onde você for estarão disponíveis em qualquer luxuoso centro comercial ao lado das últimas tendências de marca que, por momentos, farão com que acreditemos na ilusão de estar em uma grande capital, porque Caracas, essa que se vangloriava de ser a sucursal do céu, é hoje, talvez, o tímido rascunho daquilo “(...) que nos pareceu certo em algum momento, mas apenas com a certeza do parecido”⁴. Que paródia da modernidade (“A avenida/foi inaugurada ontem e hoje envelhece/entre novos asfaltos que a ignoram/porque milhares de pás e uniformes/não podem se deter, é necessário/que tudo fique jovem no improviso/liquidificada a memória no cimento/o pátio da infância leiloado/para tratores sonâmbulos que viajam/pelo ar letal dos nossos sonhos”)⁵. E não estão distantes os dias em que, em 4 horas e 10 minutos, o *Concorde* aterrissava em Caracas, via Paris, com um notável, apesar de esmorecido, Jacques Lacan, que legou nesse rincão seu último seminário público e gerou, entre outras coisas, um movimento do qual são percebidas, ainda, relevantes consequências. A mesma Caracas que, frente à cruel perseguição na Argentina de finais dos anos 70, abrigou Luis Hornstein, Diana Rabinovich ou Hugo e Emilce Dio Bleichmar.

Track 6

Desloquemo-nos no tempo e façamos com que passe um ano a partir daquela manhã de

trabalho que narro no início deste texto. Agora, novembro de 2011. Falarei de Mónica, de como sonhou que dormia com o seu marido – já são e salvo depois do sequestro–, e de como, ao abrir os olhos de repente –dentro do seu sonho–, notou a presença, do outro lado da cama, de um homem corpulento e ameaçador de quem soube que o assassinaria –o marido; observou com espanto a cena e temeu que, ao gritar, o crime se consumasse de modo irreversível. Mónica acordou aterrorizada. Sugeri à minha paciente que talvez nela coabitasse, junto ao desejo de cuidar e proteger seu marido, tal como havia feito um ano atrás quando estava em cativeiro, desejos de agredi-lo e de não vê-lo mais. Mónica soluçou, calada, para em seguida insinuar um tímido e antigo ódio que reconhece ter sentido por seu intocável pai, expressando de modo mais aberto seus sentimentos de desprezo e rancor sufocados por anos. Descobriremos juntos, a partir daqui, facetas inéditas da sua experiência subjetiva. Disse, ao seu modo, Juan Villoro: “Sem que tenhamos nos movido de lugar, mudamos de cidade”⁶. Lembro-me, enquanto Mónica continua falando, sobre o divã, de que em cinco meses estabelecerá residência em outro país. E considero, sem deixar de escutá-la, que, com relação a Caracas, *minha* Caracas, a odeio e a amo como nenhuma outra cidade.

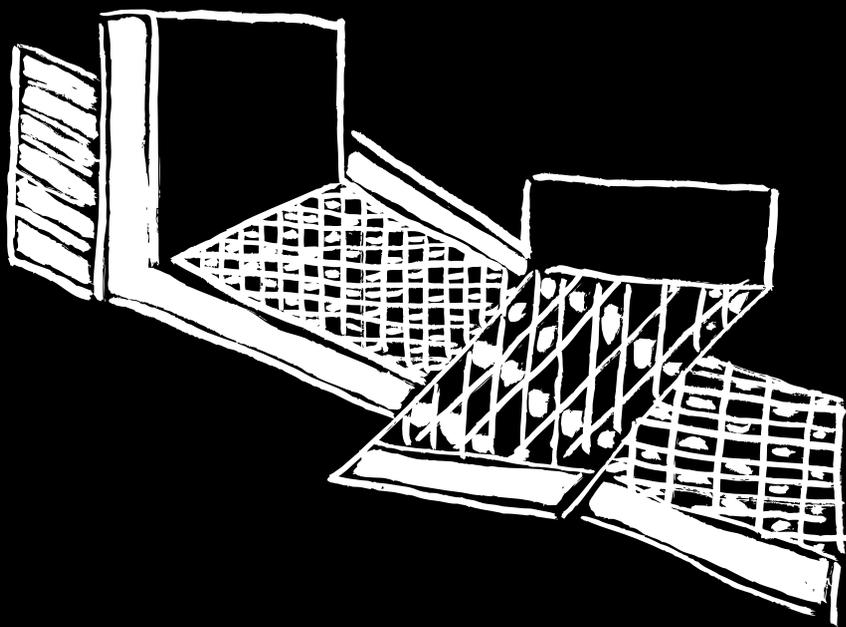
Referências

- Boscán, R.H. (2011). *Gramática de piedras*. Caracas: Eclepsidra.
- Cabrujas, J.I. (1999). La ciudad escondida. In: Lucca, R.A. (Ed.), *Cuatro lecturas de Caracas*. Caracas: Fundarte. (Trabalho original publicado em 1988).
- Guardia, A.R. (1989). *Hacia la noche viva*. Caracas: FabriArt.
- Villoro, J. (2003). El eterno retorno a la mujer barbuda. *El Malpensante*, 47. Recuperado de http://www.elmalpensante.com/index.php?doc=display_contenido&id=1780

4. Novamente Cabrujas.

5. Tradução livre da reunião de poemas *Hacia la noche viva* (1989), de Armando Rojas Guardia.

6. Do ensaio “El eterno retorno a la mujer barbuda” (2005).



Clássica & Moderna

Luisa Álvarez de Toledo: Uma analista de vanguarda

I.

Todos aceitamos facilmente a ideia de que o psicanalista é um especialista em questões linguísticas. No entanto, muita água já correu debaixo da ponte da literatura psicanalítica para que o artigo fundador de Luisa Álvarez de Toledo, *El análisis del “asociar”, del “interpretar” y de las “palabras”* (1993), possa ser lido à luz das teorias do filósofo John Austin (1962) sobre os *atos de fala*.

Comparemos as posições de ambos pensadores:

“O falar como ação e fora do conteúdo realiza a satisfação de impulsos libidinais, orais, anais, fállicos e genitais. O falar, a palavra como forma de contato, supre, substitui e realiza no ato de falar a primeira forma de contato com o objeto que é mamar, chupar” (Álvarez de Toledo, 1993).

Álvarez de Toledo se refere basicamente ao falar como ato destinado à satisfação pulsional. Por outra perspectiva, ao afirmar que o dizer é fazer, e não um mero enunciado, Austin questiona uma posição filosófica de longa tradição:

“Vamos considerar, lembremo-nos, alguns casos e sentidos (...) em que dizer algo é fazer algo; ou em que, porque dizemos algo ou ao dizer algo, fazemos algo. Esse tópico constitui um desenvolvimento (...) que questiona uma vetusta suposição filosófica: a suposição de que dizer algo (...), em todos os casos considerados, é sempre enunciar algo, e nada mais do que isso. Não há dúvidas de que essa suposição é inconsciente e errônea” (Austin, 1962).

Com o objetivo de delinear aproximações e discrepâncias entre ambos autores, recapitularemos algumas ideias sobre os processos de simbolização e sua relação com o uso da linguagem, questões abordadas por Álvarez de Toledo no trabalho mencionado anteriormente, bem como em outro menos conhecido, *Psicoanálisis de la comunicación verbal* (1962). Afirmou-se reiteradamente que esses escritos contêm uma notável aproximação, autônoma e ao mesmo tempo parcialmente convergente, ao que seria anos depois a preocupação com a pragmática lingüís-

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

tica: a noção de *ato de fala* como um acontecimento discursivo que vai além do conteúdo dos enunciados, e que requer, para sua apropriada interpretação, a inclusão de um contexto¹.

II.

As diferentes concepções sobre a linguagem, seja como organizadora da estruturação psíquica ou como um elemento crucial da comunicação, percorreram na psicanálise caminhos com relativas aproximações às teorias linguísticas. No entanto, não houve uma formulação psicanalítica sobre a linguagem consensualizada de forma satisfatória (Anzieu, 1981; Green, 1995, 1996). De forma genérica, é possível estimar que tais teorias exerceram influência sobre três áreas cruciais do pensamento e da prática psicanalíticas: 1) foram enunciadas teorias sobre a formação do símbolo, a constituição dos processos simbólicos, a aquisição da linguagem e as conseqüentes perturbações no seu *desempenho* (Chomsky, 1965)²; 2) foram apresentadas concepções da linguagem como função e/ou estrutura psíquica, assim como foi explicado seu papel nos processos e nos mecanismos psíquicos; e, fundamentalmente, 3) refletiu-se sobre a linguagem (a fala) como instrumento de trabalho, ou seja, sobre seus usos e significados no discurso terapêutico (Vinocur Fischbein, 1996, 2002, 2003, 2005).

Os trabalhos fundadores de Álvarez de Toledo, concebidos durante o apogeu da influência de Melanie Klein (1930) e da sua escola na nossa região, foram precursores na última das áreas mencionadas, e não foram alheios às duas primeiras. Sustentando-se quase exclusivamente em uma concepção da linguagem e do simbolismo inspirada na teoria kleiniana, incorporou contribuições de Susanne Langer (1948) com relação ao signo e ao símbolo de raiz saussuriana (De Saussure, 1916), aos quais acrescentou algumas ideias de Jean Piaget sobre os inícios do conhecimento na criança. Percebemos também em seus textos a referência freudiana da perspectiva econômico-libidinal e da visão estrutural própria da segunda tópica, com um predomínio evidente do pensamento kleiniano tanto sobre as precoces relações objetais como em relação às primitivas fantasias inconscientes, todas elas matizadas pelos perigosos impulsos agressivos e hostis frente ao ego e aos objetos, inerentes às sucessivas etapas libidinais. Papeis não menos cruciais desempenham, no pano de fundo da interação analisando-analista, as ansiedades persecutórias e depressivas, bem como os mecanismos defensivos de identificação projetiva e introjetiva. A partir de ideias formuladas por Ferenczi, Kubie, Klein e Isaacs, Álvarez de Toledo sintetiza sua conceituação do processo de simbolização através das palavras: 1) os órgãos e as funções corporais se projetam sobre os objetos do mundo exterior; 2) esse processo traz como conseqüência uma identificação projetiva entre sujeito e realidade exterior, *atualizada através da voz e das palavras*; 3) produz-se uma identificação por deslocamento ou substituição; 4) o objeto carregado pelas projeções e pelos deslocamentos é novamente introjetado e *sua representação física adquire o significado de símbolo*. Adere à conceituação postulada por Susan Isaacs (1948)

1. Infelizmente não é possível contar com o material clínico apresentado pela autora ao expor seu trabalho, já que aparentemente nunca publicou o livro ao qual faz referência em sua *Nota preliminar*.

2. *Competence e performance* em termos de Chomsky (1965).

sobre os elementos corporalmente concretos da experiência total de percepção e de fantasia que são parcialmente reprimidos, privados de sua emoção, dessexualizados e tornados independentes na consciência das ataduras corporais. Isso os transformaria em imagens no sentido de representações mentais de objetos externos reconhecidos como tais. Essas imagens afetam a mente e exercem influência sobre os sentimentos, a conduta e a personalidade, na medida em que se fundam sobre seus elementos associados: somáticos, inconscientes e reprimidos. Conseqüentemente, na fantasia inconsciente os objetos simbolizados pela imagem serão considerados como localizados no interior do corpo.

Podem-se fazer objeções quanto a que as anteriores formulações, subscritas por Álvarez de Toledo, confundem *fantasia inconsciente* (à qual se atribui um valor simultâneo de imagem e de representação mental) e *símbolo*, ao não estabelecer uma clara demarcação entre esses elementos pertencentes a diferentes níveis da função significante:

“Quando foram analisadas e interpretadas as fantasias orais, comprova-se que, *ao falar, realizam-se também fantasias anais, uretrais e genitais*. (...) Ao ser analisado o associar e o interpretar, fora dos seus conteúdos, *comprova-se que o ato que simboliza é para o inconsciente do analisando um fato consumado*” (Álvarez de Toledo, 1993, p. 273)³.

Cabe perguntar se, nesse caso, seria uma simbolização através do ato de realizar fantasias primitivas ou, pelo contrário, de uma operação análoga à equação simbólica. O *fato consumado* indica a ausência da distância que a simbolização requer entre a representação mental e o objeto ao qual a referencialidade do falar se dirige.

A autora insiste sobre o aspecto pré-edípico da aquisição da operação simbólica, uma questão ainda em debate.

“Ao analisar-se o falar, tanto no associar como no interpretar, *se ‘desfaz’ o processo de simbolização que determinou a formação da linguagem (...)*. *Vivencia-se a primitiva relação simbólica com os objetos e com o mundo*” (Ibid, p. 277).

No entanto, Álvarez de Toledo se preocupa em delinear uma ontogênese do processo de simbolização da linguagem, fundamentada nas contribuições de Langer sobre a formação de símbolos⁴, para quem a utilização do som é a forma mais primária, rápida, ativa e fácil de lidar, onde a função simbólica pode se realizar⁵.

“É provável que as sensações auditivas provenientes do mundo externo

3. Em quase todas as citações, os itálicos são meus.

4. Em sua concepção ressoam as ideias de Freud expostas no Manuscrito L (Freud, 1897) sobre o ouvido –um dos componentes das fantasias inconscientes.

5. Para Langer (1948) o homem utiliza os sinais provenientes de suas sensações, não só para indicar coisas mas também para representá-las. Considera que esse é o processo pelo qual os signos-sinais se transformam em símbolos. O símbolo substitui depois o objeto, em sua ausência passada, presente e futura.

ou do mundo interno do próprio sujeito sejam particularmente aptas para a estruturação das fantasias primárias e para satisfazer dessa maneira desejos orais frustrados” (Álvarez de Toledo, 1993, p. 278).

Álvarez de Toledo –ainda seguindo Langer (1948)– também utiliza *sinais* como equivalente de *signos* para elaborar suas ideias sobre a contratransferência⁶:

“As sensações e emoções contratransferenciais são *sinais dos desejos, das sensações e das emoções (fantasias) do paciente* que estimulam o analista e despertam nele, com a reativação das suas fantasias primárias, a resposta emocional necessária” (Ibid, p. 280).

Um episódio clínico com um paciente que lhe exige “devolver suas palavras” marca um avanço epistemológico que aproxima Álvarez de Toledo da posição da filosofia da linguagem corrente, sem abandonar o modelo da atualização e da persistência das fantasias inconscientes como permanente fonte motivadora:

“Esse fato permitiu-me compreender que, ao analisar ‘o falar’, tanto em seus aspectos do ‘associar’ como nos do ‘interpretar’, era possível *atualizar as fantasias inconscientes, com suas vivências correspondentes (...)*. Compreendi o valor concreto que tinham ‘o falar e as palavras’, à parte e para além do conteúdo que expressavam” (Álvarez de Toledo, 1993, p. 271).

Conseqüentemente, o que se comunica ao falar não constitui exclusivamente uma representação de coisas no mundo externo, ou no interno, estritamente categorizáveis apenas como verdadeiras ou fictícias. Foi Austin, precisamente, que marcou os limites das demandas positivistas hegemônicas quanto a apartar todas as expressões declarativas ou descritivas da classificação *verdadeiro/falso*.

A aliança não intencional de Álvarez de Toledo com a concepção de Austin sobre a linguagem se acentua ao reconhecer o que denomina “o valor concreto” do falar e das palavras, o que sublinha a mútua implicação do paciente e do analista, seja como falantes ou ouvintes nos atos de fala, e indica, por sua vez, a importância de tal situação no diálogo analítico.

“As associações, o associar, que unem o analisando e o analista, são *vividos profundamente como o que o analisando faz ao, ou com, seu analista; e a interpretação, a expressão e a atuação do analista em sua relação com o paciente serão vividas por esse como aquilo que o analista está fazendo ou quer fazer com ele*, e que, além do mais, é o que o paciente quer que o

6. Em um avanço rumo a uma conceituação semiótica (diferente da de De Saussure (1916) defendida pela autora), até seria possível reinterpretar sua afirmação em termos triádicos de C.S. Peirce (1998) sobre o signo. As sensações e as emoções, matéria-prima das fantasias, entrariam na categoria da *primeiridade*, como *quali-signos* e *ícones*. Através de um trabalho psíquico se alcançaria a *segundidade*, ou seja, a emergência das fantasias que indicam esses significados primordiais, e o resultado são os *sin-signos* e *índices*. Se tais fantasias são traduzidas para um código verbal (*representamen* ou *signo*) e comunicadas a um *intérprete* (ou seja, se elas são comunicadas ao analista na sessão), a *terceiridade* advém por meio do *interpretante lógico* ou *final* (as associações e interpretações, tanto do paciente como do analista). (Vinocur Fischbein, 2011).

analista faça. (...) Em um plano mágico, a interpretação como atuação do analista completa a 'gestalt' da fantasia primária inconsciente que age nesse momento" (Ibid, p. 272).

"Se o falar nesse momento, independentemente do conteúdo, tinha o sentido de morder e destruir o analista, esse fato para o inconsciente do analisando se consumou. Da mesma maneira, a interpretação do analista tem, fora do seu conteúdo, o valor de um ato que ele consuma com o analisando" (Ibid, p. 273).

III.

É conhecida para nós a visão de Wittgenstein (1953) de que a filosofia emerge do abuso da linguagem, e que seus problemas afloram diante da sua falta. Restabelecer *um uso da linguagem no contexto adequado* resolve o problema. É o que Wittgenstein chama de ocupar o seu lugar no "jogo da linguagem". Essa atividade possui similitudes notáveis com a prática analítica: "O tratamento dado por um filósofo a um problema é similar ao tratamento de uma doença" (Álvarez de Toledo, 1993, p. 91e).

No mesmo período, John Austin lança sua teoria dos atos de fala como um revolucionário discurso frente às ideias da filosofia da linguagem ideal⁷. Apesar de haver um paralelismo entre ambos, já que Austin (1962) considera que "o ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno real, que em última instância estamos comprometidos a elucidar" (p. 147), sua teoria deve ser tratada como separada da de Wittgenstein. Austin enfatiza a natureza pragmática, e não lógica, da linguagem natural.

Afirma em sua *Segunda conferência*:

"Comecei chamando a atenção, a modo de exemplo, sobre *algumas poucas expressões linguísticas simples do tipo que chamei de executivas ou realizativas*" (Austin, 1962).

São expressões linguísticas ou enunciados que não poderiam ser qualificados como verdadeiros ou falsos. Seu clássico exemplo foi o "*sim, juro*" (desempenhar o cargo fiel e lealmente) formulado durante a cerimônia de posse de uma função. Ao pronunciar essas palavras, *estamos fazendo algo*: tomando posse de um cargo.

Austin toma como ponto de partida a oposição entre os enunciados com sentido, que representam um fato, e aqueles que não o representam, incluídos na categoria de *nonsense*. Revolta-se contra tal categorização, que envolve uma conceituação restrita representacional do significado, e opõe a ela não só os enunciados não declarativos (ordens, promessas, perguntas etc.) mas também as proposições éticas destinadas a manifestar emoções, influir sobre os outros e, mais ainda, proposições epistêmicas tais como "sei que...", "acho que..."⁸.

7. Alguns dos lógicos que defendiam o estudo das linguagens formais e, através delas, a linguagem natural foram Frege, Russell, Carnap, Tarski.

8. Às quais sem dúvidas poderíamos acrescentar as conhecidas expressões psicanalíticas "parece que...", "o sr. pensa que...", "penso que...". Apesar de tais enunciados descreverem de algum modo um fato, as palavras *sei, creio, parece, penso* indicam, além disso, as circunstâncias em que a afirmação é formulada e/ou o modo como deve ser entendida.

Em *How to do things with words* (1962), Austin tenta demolir sutilmente uma visão da linguagem que coloca as condições de verdadeiro/falso como centrais para a compreensão, ignorando outros elementos não descritivos que colaboram para ela. Analisa uma série de enunciados que gramaticalmente parecem afirmações, mas que não descrevem nem informam nem representam fato nenhum; tampouco são verdadeiros ou falsos, ainda que sejam perfeitamente corretos. Sua característica fundamental reside no fato de que sua execução ou enunciação constitui a realização de uma ação. Denominam-se *realizativos* ou *performativos*, em oposição aos enunciados *constatativos*, que apenas descrevem processos⁹.

Austin distingue em todo enunciado (e inclui os imperativos e as interrogações) um aspecto *locucionário* e outro *ilocucionário*, que se encontram quase sempre ligados¹⁰. O aspecto *locucionário* é o que se diz através do significado convencional das palavras; é o conteúdo (proposicional). Um enunciado pode ser ao mesmo tempo um *ato ilocucionário*. A enunciação de certas palavras pode significar fazer uma promessa, uma afirmação, uma confissão, formular uma ordem, uma advertência, uma ameaça etc. Ou seja, são atos levados a cabo ao se dizer algo e que têm certa força (convencional). Finalmente, ao dizer algo, executa-se uma ação ou busca-se causar um efeito sobre o ouvinte – confundi-lo, persuadi-lo, assombrá-lo –, o que não deve ser confundido com a ação de pronunciar as palavras¹¹.

“Muitas vezes, e inclusive normalmente, dizer algo produzirá certas consequências ou efeitos sobre os sentimentos, pensamentos ou ações do auditório (...). E é possível que, ao dizer algo, o façamos com o objetivo, com a intenção ou com o desígnio de produzir tais efeitos (...)” (Ibid., p. 101).

Austin chama a realização de um ato desse tipo de *perlocução*. Tal ato *perlocutivo* é específico das circunstâncias de emissão e inclui todos aqueles efeitos que um particular enunciado possa causar em uma particular situação, tal como

9. Exemplos:

1) Batizo essa criança Juan. 2) Eu os declaro marido e mulher. 3) Prometo que virei. 4) O tribunal decide...

Dizer 1, 2, 3, 4 nas circunstâncias apropriadas é realizar o ato de batizar um bebê, consagrar um matrimônio, comprometer o falante a realizar uma promessa, efetuar uma resolução institucional. Sua verdade já não é a dos constatativos, mas sim uma verdade de instauração, o que não quer dizer que não se possa errar. De acordo com a tipologia de Austin, esses atos cumprirão condições que denomina de *felicidade* ou *infelicidade* segundo consigam ou não a realização das ações correspondentes, se forem ajustadas determinadas convenções que unem as palavras a procedimentos institucionais.

10. O enunciado “aceito vir três vezes por semana” é uma promessa, e como tal a compreendemos (do contrário, pense na valorização de *enactment* que pode ser concedida a certas condições do seu não cumprimento). O enunciado “o sr. disse na semana passada...” é uma afirmação. Cada uma delas tem uma dimensão *constatativa* e outra *realizativa*.

11. Há uma tentativa de Austin de caracterizar os performativos em termos linguísticos. Em condições padrão, um enunciado se instaura como afirmação, promessa, ordem ou confissão mediante um verbo *realizativo* (*confessar, afirmar, prometer, ordenar, declarar* etc.) utilizado na primeira pessoa, no presente, na voz ativa, no modo indicativo. Imediatamente surge a insuficiência dessa caracterização, já que em numerosos casos comprovamos que não é necessária a presença de um verbo performático para que um enunciado adquira valor de ato. Da mesma forma, uma pessoa pode substituir a primeira; outro tempo e modo verbal podem substituir o presente do indicativo (como no exemplo 4 da nota 8). Austin avança ainda mais em seu argumento, que, apesar de começar com uma teoria sobre alguns enunciados performativos, especiais e peculiares, termina com uma teoria geral relevante para todo tipo de enunciados. Não há nenhum enunciado que não seja um ato de discurso e que não se apresente explícita ou implicitamente como tal.

a analítica, em que as palavras pronunciadas podem permitir integrar, associar ou recordar¹².

As ideias expostas acima guardam consonância significativa com as formulações de Álvarez de Toledo, que reconhece a intencionalidade latente nas associações “livres” e afirma que a atuação precede sempre o pensamento e o expressa em seu verdadeiro significado total. No ato de falar, tal atuação se repete simbolicamente e integra sua causa e sua finalidade:

“Quando os analisandos realizam essas manobras verbais, creem estar comunicando seus pensamentos. *Na verdade, estão tentando atuar sobre o analista para induzir uma determinada interpretação positiva ou negativa. Nessas ocasiões, o analista pode experimentar reações contratransferenciais* (irritação, fantasias de índole diversa etc.)” (Ibid., p. 22).

Essas ideias também orientam suas premissas técnicas: interpretar primeiro o ato, e não o conteúdo, ainda que a interpretação imediata requeira a interrupção das associações. Assinala a diferença entre interpretar o que faz o paciente ao falar e a elaboração da interpretação que remete aos conteúdos. Semelhante discriminação, ou dissociação em seus termos, é proposta com relação ao fazer e dizer do paciente.

“Em um primeiro momento, o que o paciente faz e diz ao falar diretamente com o analista, tanto como ao que se refere, *são elementos diferentes*, e é útil apontar essa dissociação. *Mas, depois de um tempo, indico ao paciente que, de alguma maneira, com o que diz ou com o que conta realiza o ato oral, anal, uretral ou genital que estava significando o falar nesse momento.*” (Ibid., p. 286).

IV.

Se imaginássemos um encontro entre uma psicanalista (nada alheia às preocupações filosóficas neopositivistas dos anos 50) e um filósofo (crítico dos exemplos fictícios dos empiristas lógicos), caberia interrogar-se sobre como teria transcorrido um diálogo entre eles.

As contribuições de ambos autores foram consideradas de vanguarda em meados do século XX, com crucial influência sobre os desenvolvimentos das suas respectivas disciplinas. No entanto, seu impacto diminuiu décadas depois.

No terreno da psicanálise, o enfoque de Álvarez de Toledo sobre a comunicação verbal no contexto específico da sessão, seus efeitos sobre a dinâmica que está presente entre os dois membros do par analítico, sua consideração do falar como efator das emoções ligadas às primitivas fantasias inconscientes com independência do conteúdo semântico das palavras, junto à sua visão da implicação do analista na conversação e em suas reações contratransferenciais, constituíram um fundamento para posteriores teorizações, tais como as de Willy

12. Depois da morte de Austin, a obra de J. Searle (1972) continuou a desenvolver a teoria. Detalhou as regras que governam a produção efetiva dos atos de fala e estabeleceu a distinção entre *atos de fala diretos e indiretos*. Também afirmou que o ato de fala se cumpre apenas com a sua compreensão.

e Madeleine Baranger sobre a situação analítica como campo dinâmico e as de David Liberman com referência aos estilos comunicativos, essas últimas já flagrantemente assinaladas em contribuições da pragmática¹³.

Por outro lado, no terreno da filosofia da linguagem, Austin atentou para o fato de que as diferentes funções das palavras não são necessariamente exclusivas, e que muitos enunciados podem envolver os três tipos de atos. Segundo Austin, a compreensão do fenômeno linguístico implica considerar *o ato de fala total na situação total, ou seja, considerar os enunciados como produtos emitidos pelo falante em determinada situação*, conceitos que nenhum analista recusaria, dado que estão implícitos na sua função de escutar e intervir dizendo o apropriado, no momento adequado. Assim como as palavras do sacerdote consagram o batismo, ou as do juiz certificam o ato do matrimônio, as do analista produzem efeitos no contexto da sessão.

A filosofia legalista de Austin, em que a palavra torna-se nossa garantia, converge para uma noção contratual de intersubjetividade:

“(…) Sempre é necessário que *as circunstâncias* em que as palavras são ditas sejam *apropriadas* de alguma maneira (...). É preciso que aquele que fala, *ou outras pessoas*, deva *também* realizar *outras* ações determinadas, sejam ‘físicas’ ou ‘mentais’, ou ainda atos que consistem em expressar outras palavras.” (Ibid., p. 8)¹⁴.

Também a noção de intersubjetividade está implícita nos postulados de Álvarez de Toledo quando defende que:

“Debaixo da atuação consciente, tanto do analisando como do analista, as ansiedades paranóides e os temores persecutórios entre ambos estão sincronizados, e os processos de identificação projetiva e introjetiva por parte de ambos são o fundo sobre o qual transcorre e se estrutura a sessão” (Ibid., p. 269).

Se tivesse sido possível manter um diálogo, ambos teriam manifestado cetismo sobre a possibilidade de alcançar uma comunicação plena. Para nenhum deles a linguagem consegue abarcar cabalmente os estados da mente, como a tradição científica positivista insistia em corroborar. Possivelmente teria sido difícil para Austin aceitar a teoria pulsional como fonte promotora de condutas, já que os pensamentos e as emoções eram para ele uma questão emaranhada, mas talvez os dois estivessem de acordo em mostrar a falácia de uma concepção habitual da linguagem: a noção de que o falante e o ouvinte se encontram em posição simétrica. As interpretações do analista, bem como um ato de fala executado por qualquer outro falante, restringem a suposta liberdade do ouvinte no momento em que são pronunciadas, tal como emerge das indicações técnicas de Álvarez de Toledo citadas acima.

13. Foi precisamente a partir dessa teoria dos atos de fala que se começou a falar da dimensão pragmática dos enunciados, ou seja, da inserção do ato linguístico no contexto social dentro do qual se desenvolve a comunicação (Benveniste, 1971).

14. J. Searle (1979) também faz relação com isso, com suas regras constitutivas e regulativas da comunicação. Ou seja: existe uma convenção social segundo a qual há regras implícitas que instituem e pautam o uso das palavras. Projetadas para a situação analítica, essas regras também determinariam “o clima” do campo subjacente da transferência e da contratransferência.

Por último, ambos pensadores não só teriam debatido sobre as implicações dos atos de fala mas também sobre o estatuto de certas entidades metapsicológicas (as imagens e as representações mentais dos objetos, sem esquecer a natureza das fantasias inconscientes associadas em seus sentidos a determinadas configurações libidinais) e sobre as categorias do abstrato e do concreto.

É até possível fazer conjecturas de que não teriam deixado de abordar as duas queixas de Austin promovidas pelos debates de sua época sobre a percepção, os dados sensoriais e as coisas materiais. Austin recusou a dicotomia *dado sensorial/coisa material*, não só porque considerava que essas noções estavam definidas de modo impreciso, e que algumas entidades não caíam em nenhuma delas, senão porque, além do mais, não haveria no argumento da ilusão –às vezes fusionada com a alucinação– nada que pudesse mostrar que a única coisa que percebemos diretamente são os dados sensoriais. Segundo Austin, existem na mente objetos internos da percepção, e eles representam os objetos físicos externos, sem descartar o fato de que podem causar percepções errôneas (*misperceptions*). Mas esse é assunto para outro texto...

Referências

- Álvarez de Toledo, L. (1993). El análisis del “asociar”, del “interpretar” y de “las palabras”. *Revista de Psicoanálisis APA*, 11(3) e 50(2) (Trabalho original publicado em 1954).
- Álvarez de Toledo, L. (1962). Psicoanálisis de la comunicación verbal, *Acta Psiquiát. Psicol. Arg.*, 8(1), p. 16.
- Anzieu, D. (1981). *Psicoanálisis y lenguaje, del cuerpo a la palabra*. Buenos Aires: Kapelusz.
- Austin, J. (1955 [1962]). In Urmson, J. O. (Ed.), *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1971.
- Austin, J. (1959 [1962]). In Warnock, G. (Ed.), *Sense & sensibilia*. Oxford: Clarendon Press.
- Benveniste, E. (1971). *Problemas de lingüística general* (Vol. 1). Buenos Aires: Siglo XXI (Trabalho original publicado em 1966).
- Chomsky, N. (1965). *Aspects of a theory of syntax*. Cambridge: MIT Press.
- Freud, S. (1950 [1886-1899]). Draft L. *Pre-psychoanalytic publications and unpublished drafts*. SE 1: 248, London: The Hogarth Press, 1973.
- Green, A. (1995). *El lenguaje en el psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1984).
- Green, A. (1996). *La metapsicología revisitada*. Buenos Aires: Eudeba (Trabalho original publicado em 1995).
- Isaacs, S. (1948). On the nature and function of phantasy. *Int. J. Psycho-Anal.*, 29(2) (Trabalho original publicado em 1943-1944).
- Klein, M. (1930). The importance of symbol formation in the development of the Ego. *Int. J. Psycho-Anal.*, 11(1), pp. 24-39.
- Langer, S. (1948). *Philosophy in a new key*. New York: Penguin.
- Peirce, C.S. (1867-93) *The essential Peirce. Selected philosophical writings* (Vol. 1). In Houser, N., Kloesel, C. (Eds.) (1992). Vol. 2 (1893-1913). Bloomington, IN: Indiana UP: Peirce Edition Project, 1998.
- Saussure, F. de (1969). *Curso de lingüística general*. Buenos Aires: Losada (Trabalho original publicado em 1916).
- Searle, J. (1972). *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press (Trabalho original publicado em 1969).
- Searle, J. (1979). *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vinocur Fischbein, S. (1996). Psicoanálisis y lingüística. Contactos e intercambios. Lo femenino, *Revista de Psicoanálisis APA*, 58(2).
- Vinocur Fischbein, S. (2002). Algunos posibles aportes del análisis del discurso en el contexto de la situación analítica. Trabalho apresentado no XXIV Congresso da Fepal, Montevideu.
- Vinocur Fischbein, S. (2003). Algunas reflexiones sobre el lugar del lenguaje y la expresión de los afectos en el campo analítico. In Cachay, J. (Ed.), *El triángulo de la comunicación* (pp. 199-227). Lima: Centro de Psicoterapia Psicoanalítica de Lima.
- Vinocur Fischbein, S. (2005). Psychoanalysis and linguistics: Is dialogue possible? In Lewkowicz, S. & Flechner, S. (Eds.). *Truth, reality and the psychoanalyst: Latin American contributions to Psychoanalysis* (pp. 97-124). Emma Piccioli General Editor, London: International Psychoanalysis Library.
- Vinocur Fischbein, S. (2011). The use of dreams in the clinical context. Convergencies and divergencies. *International Journal of Psychoanalysis*, 92, pp. 333-358.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. Oxford: Basil Blackwell.



Extramuros

Uma contribuição da psicanálise para a saúde coletiva: Protocolo de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil²

Introdução

Desde a criação da psicanálise, Freud dedicou-se a tecer articulações com outros campos do saber. Antropologia, biologia e educação são apenas algumas das áreas com as quais tal discussão se fez presente ainda nos primórdios daquilo que se considerou um método de investigação de processos mentais, uma forma de tratamento dos mesmos e o conjunto de informações decorrentes (Freud, 1923), ao que se pode acrescentar a dimensão da ética (Azambuja, 2004; Sandler, 2012).

A articulação da psicanálise com outras áreas do saber veio a se consolidar como uma tradição tanto entre psicanalistas como entre pensadores de outras áreas que a ela recorrem em seu trabalho. A título de exemplo, Tizard (1999) afirmou que a influência das hipóteses de Winnicott sobre o desenvolvimento infantil se estendeu da pediatria a outras áreas, com efeitos benéficos na prática de parteiras, visitadores sanitários e assistentes sociais.

No presente trabalho, serão discutidas algumas contribuições da psicanálise para a saúde coletiva, caracterizada por Oliveira, Neto,

Pinto, Silva e Jorge (2010) “pela produção de conhecimentos sobre o processo saúde-doença, reunindo distintas disciplinas que o abordam sob diferentes ângulos” (p. 282). Tais autores destacaram que, por um lado, a proposta flexneriana³ de educação em saúde agregou maior cientificidade e precisão técnica ao conhecimento; por outro, carregou uma tendência ao tecnicismo que tem levado os profissionais da saúde a desconsiderar aspectos humanos sutis e complexos que têm influência no processo saúde-doença, não contemplados pelas especialidades. Dentre as críticas endereçadas aos profissionais de saúde que se graduam, a principal relaciona-se ao perfil profissional tecnicista voltado para o trabalho em instituições privadas, com o conseqüente despreparo para lidar com a complexidade da saúde no âmbito público e coletivo (Guimarães & Silva, 2010).

Nota-se, entretanto, a existência de uma sensibilidade para mudar o quadro enunciado acima: em pesquisa realizada por Oliveira et al. (2010) com acadêmicos de medicina, 67,1% dos participantes ressaltou a importância das disciplinas da saúde coletiva no seu curso, ava-

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo; Psicólogas – Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da USP; Pediatra – Projeto Desenvolver do Programa de Integração docente-assistencial do Embu/Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

1. Este trabalho ganhou o Prêmio Comunidade e Cultura da Federação Psicanalítica da América Latina de 2012.

2. Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelas verbas nas formas de bolsas e auxílio à pesquisa que viabilizaram a realização deste trabalho.

3. Para uma discussão sobre o impacto do trabalho de Flexner a respeito da educação médica remetemos o leitor ao texto de Lerner, Cullere-Crespin & Kupfer (2011).

liando-as como bastante importantes e muito importantes; quase a totalidade dos entrevistados (90,7%) esteve de acordo com sua inserção na grade curricular, avaliando seus conteúdos empaticamente.

Segundo Ferreira Neto, Kind, Pereira, Rezende e Fernandes (2011), tendo uma abordagem inicial centrada no materialismo histórico e nas ciências sociais, a discussão em saúde coletiva ampliou-se a partir da referência a diversas concepções de subjetividade oriundas das ciências humanas, com destaque para diferentes escolas de filosofia e para a psicanálise. Segundo os autores, a crescente operação do Sistema Único de Saúde no Brasil engendrou discussões nas quais a noção de subjetividade assumiu três conotações associadas entre si: constituição política dos atores sociais para o processo de reforma sanitária, consideração pela dimensão da intersubjetividade no cuidado e na gestão em saúde (ou seja, destaque para o fato de que profissionais de saúde não se relacionam com objetos, mas com sujeitos) e o incremento da condição de autonomia das pessoas envolvidas.

Fleury-Teixeira et al. (2008) afirmaram que, desde os anos 80, uma corrente epidemiológica em saúde coletiva passou a evidenciar “a presença do elo psíquico nas cadeias de determinação social da saúde, demonstrando também sua crescente importância na contemporaneidade” (p. 2.118). Os autores consideraram que existe uma profunda associação entre condições psíquicas e formas de interação social, influenciadas por ordenamentos sociais e posições recíprocas dos indivíduos na hierarquia social, o que se constitui como elo fundamental incidente sobre as causas das principais circunstâncias patológicas da contemporaneidade.

A proposta de recuperação da complexidade que serve de enquadramento para o processo de saúde-doença por meio da interdisciplinaridade componente da saúde coletiva, a contribuição da noção de subjetividade para a área e o destaque dado ao psíquico no elo fundamental mencionados acima concordam com a abordagem teórico-clínica psicanalítica, que conta com noções tais como séries complementares (Freud, 1905, 1912, 1916, 1933) e coincidência de vulnerabilidade (Mitrani, 2003). Tais noções psicanalíticas enunciam a influência recíproca que psiquismo, organismo e relacionamentos interpessoais têm um sobre o outro. Ainda assim, observa-se uma quase inexistência de disciplinas de psicologia ou psicanálise nos cursos da área de saúde coletiva (Nunea et al., 2010).

No presente trabalho, o protocolo de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil – IrDi (Lerner & Kupfer, 2008; Kupfer et al., 2008, 2009, 2010) será apresentado como uma contribuição atual da psicanálise para a saúde coletiva.

Apresentação do protocolo IrDi

Em pesquisa realizada no período entre 1999 e 2008, com financiamento do Ministério da Saúde, do CNPq e da Fapesp, foi desenvolvido por um grupo de especialistas,⁴ a partir da psicanálise, um instrumento (IrDi) composto por 31 itens que expressam o estado de saúde do bebê no vínculo com seus pais nos primeiros 18 meses de vida. Assim, a ausência de alguns dos itens pode representar risco para o desenvolvimento da criança. As bases psicanalíticas de sua fundamentação e os itens componentes do instrumento podem ser acessados nos escritos de Kupfer et al. (2009, 2010).

O IrDi foi empregado por pediatras previamente formados para tal aplicação (Lerner,

4. Grupo de experts reunido por Maria Cristina Machado Kupfer, do Ipusp, para construir o protocolo de indicadores para conduzir a pesquisa multicêntrica em seus diferentes centros. O grupo foi constituído por Leda M. Fischer Bernardino (PUC-Paraná), Paula Rocha e Elizabeth Cavalcante (CPPL-Recife), Domingos Paulo Infante, Lina G. Martins de Oliveira e M. Cecília Casagrande, de São Paulo, Daniele Wanderley, de Salvador, Lea M. Sales, da Universidade Federal do Pará, Regina M. R. Stellin, da Unifor de Fortaleza, Flávia Dutra, de Brasília, Otavio Souza, do Rio de Janeiro, e Silvia Molina, de Porto Alegre, com coordenação técnica de M. Eugênia Pesaro, coordenação científica de Alfredo Jerusalinsky e coordenação científica nacional de M. Cristina M. Kupfer.

Cullere-Crespin & Kupfer, 2011) em consultas em unidades básicas e centros de saúde, a fim de detectar sinais iniciais de problemas de desenvolvimento. O estudo utilizou um desenho de corte transversal seguido por estudo longitudinal em uma amostra de 726 crianças atendidas em nove cidades brasileiras (totalizando 11 centros). Após três anos de seguimento, as crianças foram avaliadas para identificação de transtornos psicológicos ou psiquiátricos e verificadas as correlações com os Irdi, que tiveram significativa capacidade de predição de riscos de transtornos psíquicos do desenvolvimento infantil. Tendo sido proposto a fim de ser utilizado no âmbito da atenção primária em saúde pública, o Irdi é inespecífico quanto a diagnóstico.

A aplicação do Irdi foi concluída em 2006. Uma subamostra de 267 crianças foi constituída. Ao completar três anos de idade, essas crianças foram submetidas a um diagnóstico psiquiátrico e psicanalítico, por meio de dois protocolos criados para esse fim: o roteiro para a avaliação psicanalítica – AP3 e o roteiro para a avaliação psiquiátrica. A partir dos resultados da avaliação psicanalítica, foi montada uma tabela de sintomas clínicos. Definiu-se em seguida o desfecho clínico da pesquisa: a) presença ou ausência de problemas de desenvolvimento para a criança, ou b) presença ou ausência de risco para a constituição do sujeito. As avaliações foram finalizadas em 2007, estabelecendo-se o valor preditivo dos indicadores (Irdi) que haviam sido aplicados de 0 a 18 meses de vida.

A análise estatística apontou que o Irdi como um todo possui capacidade de prever problemas de desenvolvimento: um percentual de 70,3% (risco relativo = 1,75; IC95% 1,07-2,88) das crianças consideradas casos (tiveram dois ou mais indicadores ausentes) durante a avaliação nos 18 meses de vida apresentaram problemas de desenvolvimento aos três anos.

Dentre todos os indicadores, quatro deles apresentaram, isoladamente, capacidade de predição de risco psíquico, medido pelo risco relativo, estatisticamente significante (Kupfer

et al., 2008): Irdi-7: a criança utiliza sinais diferentes para expressar suas diferentes necessidades (RR= 3,46; IC95% 1,19-10,07), Irdi-18: a criança estranha pessoas desconhecidas para ela (RR= 2,93; IC95% 1,49-5,73), Irdi-22: a criança aceita alimentação semissólida, sólida e variada (RR= 3,75; IC95% 1,37-10,28) e Irdi-30: os pais colocam pequenas regras de comportamento para a criança (RR=4,19; IC95% 1,74-10,06).

Os seguintes conjuntos de indicadores, após análise estatística fatorial, tiveram correlação significativa para prever risco psíquico:

- **Na faixa de 0 a 4 meses:** todos os cinco indicadores formam um fator só que é significativo para prever risco psíquico (RR=3,51; IC95% 1,10-11,17): Irdi-1: quando a criança chora ou grita, a mãe sabe o que ela quer; Irdi-2: a mãe fala com a criança em um estilo particularmente dirigido a ela (*manhês*); Irdi-3: a criança reage ao *manhês*; Irdi-4: a mãe propõe algo à criança e aguarda a sua reação; Irdi-5: há trocas de olhares entre a criança e a mãe.
- **Na faixa de 4 a 8 meses:** há um fator que é significativo para prever risco psíquico (RR=2,50; IC95% 1,01-6,59) formado pelos indicadores Irdi-6: a criança começa a diferenciar o dia da noite; Irdi-7; Irdi-8: a criança solicita a mãe e faz um intervalo para aguardar sua resposta; Irdi-9: a mãe fala com a criança dirigindo-lhe pequenas frases.
- **Na faixa de 8 a 12 meses:** há um fator que é significativo para prever risco psíquico (RR=5,01; IC95% 1,97-13,15) formado pelos indicadores Irdi-16: a criança demonstra gostar ou não de alguma coisa e Irdi-22: a criança aceita alimentação semissólida, sólida e variada.
- **Na faixa de 12 a 18 meses:** há um fator que é significativo para prever risco psíquico (RR=1,99; IC95% 1,03-3,85) e também para prever risco para o desenvolvimento (RR=2,82; IC95% 1,45-5,45)

formado pelos indicadores: Irdi-23: a mãe alterna momentos de dedicação à criança com outros interesses; Irdi-24: a criança suporta bem as breves ausências da mãe e reage às ausências prolongadas; Irdi-26: a mãe já não se sente mais obrigada a satisfazer tudo o que a criança pede e Irdi-30: os pais colocam pequenas regras de comportamento para a criança.

O Irdi tem se prestado a inúmeras aplicações: alguns indicadores serviram de base para a construção dos itens “Desenvolvendo-se com afeto” da Caderneta da Criança reformulada em 2006 e adotada pela Área de Saúde da Criança (responsável pelo financiamento da pesquisa mencionada, em associação com a Fapesp) do Ministério da Saúde (Caderneta de Saúde, 2007).

Di Paolo (2010) verificou a capacidade do Irdi para prever qualidade de vida aos seis anos a partir de resultados obtidos no *Child Health Questionnaire* – CHQ-50, instrumento que apresenta dois índices sumários referentes à condição física (aspectos funcionais) e à condição psicossocial (aspectos relacionais). As análises indicaram que 28 (60,9%) crianças apresentaram escore satisfatório para o índice físico (PhS), e 18 (39,1%), insatisfatório para o mesmo fator; 27 (58,7%) crianças apresentaram escore satisfatório para o índice psicossocial (PsS), e 19 (41,3%), insatisfatório para o mesmo fator. Das 34 crianças consideradas não caso, 58,8% apresentaram índice satisfatório, e 41,2%, insatisfatório para o bem-estar físico; em relação ao bem-estar psicossocial, 67,6% das mesmas crianças apresentaram índice satisfatório, e 32,4%, insatisfatório. Das 12 crianças consideradas caso, 66,7% delas apresentaram índice satisfatório, e 33,3%, insatisfatório para o bem-estar físico; em relação ao bem-estar psicossocial, 33,3% das mesmas crianças apresentaram índice satisfatório, e 66,7%, insatisfatório. Os resultados da análise estatística apontaram que o Irdi tem capacidade maior para prever diminuição na qualidade de vida relacionada ao índice psicossocial ($p=0,049$).

Lerner (2011), utilizando um banco de dados com filmes caseiros de bebês que quando crianças tiveram diagnósticos de retardo mental e de autismo, determinou a capacidade discriminativa entre autismo, por um lado, e retardo mental e normalidade, por outro, dos seguintes itens do Irdi: no primeiro semestre, Irdi-5; no segundo semestre, Irdi-5, Irdi-10: a criança reage (sorri, vocaliza) quando a mãe ou outra pessoa está se dirigindo a ela e Irdi-16; no terceiro semestre, Irdi-16, Irdi-29: a mãe começa a pedir à criança que nomeie o que deseja, não se contentando apenas com gestos e Irdi-30.

O protocolo Irdi decorreu de uma perspectiva psicanalítica não reducionista, ou seja, levando em conta contribuições dos campos da psicologia do desenvolvimento e da medicina. Considerou-se que o desenvolvimento decorre de uma articulação entre aspectos orgânicos e interativos vividos pelo bebê desde o começo da vida.

Os indicadores que fazem parte do protocolo são circunstâncias recorrentes no cotidiano dos pais e dos bebês nas quais se expressam indiretamente operações psíquicas tais como incorporação, projeção, integração, cisão, fragmentação, rêverie. Para que o Irdi seja aplicado, os profissionais passam por um curso onde são explicitadas a ocorrência das operações psíquicas subjacentes a cada indicador e sua importância para o desenvolvimento. Dado o risco de que o Irdi seja tomado como mais uma escala de pautas a ser aplicada de forma meramente técnica, dá-se especial destaque ao sentido do seu fundamento, isto é, de que o desenvolvimento requer uma relação pessoal e emocionalmente rica para ocorrer. A situação de aplicação dos indicadores deve tentar criar um ambiente onde os aspectos pessoais e a riqueza e complexidade emocionais partilhados pelos pais e bebês possam ser expressos, comunicados, expostos ao trabalho com o profissional, que está, assim, em posição de cuidador. O objetivo central do curso tem sido o uso do Irdi para avaliação do desenvolvimento.

Apresentação e discussão de vinhetas de aplicação do Irdi

O Irdi tem sido aplicado em diversos contextos. As vinhetas apresentadas a seguir são oriundas de algumas das pesquisas conduzidas pelo grupo de trabalho do qual os autores fazem parte. Algumas decorrem de aplicações do protocolo feitas por profissionais de unidades básicas de saúde – UBS (auxiliares de enfermagem e agentes comunitários – ACS do Programa de Saúde da Família – PSF) que passaram por curso para utilizá-los para fins de avaliação. Essas aplicações são monitoradas por alguns dos autores deste trabalho. Outras vinhetas decorrem de aplicações feitas por alguns autores deste trabalho em pacientes de puericultura do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU) e em algum Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Capsi.

Ana é uma auxiliar de enfermagem acostumada a acompanhar bebês e orientar as mães. Sempre introduz nos atendimentos informações quanto à amamentação quando a criança é pequena ou quanto a quedas e acidentes domésticos quando a criança é maior e tem mais autonomia. A profissional também ensina as mães a realizarem massagens em seus bebês (*shantala*). Ana passou por um curso para utilizar o Irdi e estava aplicando a quarta faixa do protocolo quando perguntou para uma mãe cujo puerpério acompanhava se ela estimulava seu filho de 13 meses a nomear os objetos (Irdi-29). A resposta foi negativa. A aplicação prosseguiu. No final do atendimento, o bebê apontou para a caneta que estava na sua mão e gesticulou, expressando seu desejo por pegá-la. Ana disse: “É a caneta o que você quer? É? Então, fala c-a-n-e-t-a. É, c-a-n-e-t-a”. A auxiliar se voltou para mãe e disse: “Viu? É assim que a gente faz quando a criança pede alguma coisa”. E continuou dizendo para a mãe que seria importante ela incentivar o filho dessa maneira para melhorar sua capacidade de se comunicar.

O objetivo do curso do qual Ana participou não era fornecer indicações de como fazer orientações. Suas finalidades eram: sensibilizar profissionais para a importância, no que se re-

feria às funções psíquicas e ao desenvolvimento, de que o vínculo entre pais e bebês seja emocionalmente rico, vivido de forma a que os pais se engajem pessoalmente com o bebê, tomando-o também como uma pessoa. Além disso, buscou-se instrumentalizar profissionais para detectar sinais de sofrimento que se expressam nesse vínculo. A cena relatada acima com Ana mostra que a sensibilização a levou a utilizar um sinal de possível sofrimento como um elemento de orientação para a mãe que acompanhava com seu bebê. A natureza da comunicação ocorrida com a mãe não foi impossível como costumava ocorrer com outras orientações que Ana fazia em seu trabalho.

Mariana, auxiliar de enfermagem, aplicava a terceira faixa do protocolo quando a mãe disse que não dava alimentos inteiros (Irdi-22) para a criança de 11 meses. Mariana questionou a razão, e a mãe contou que temia que a criança se engasgasse. A profissional explicou que a criança tinha capacidade para chupar o alimento e que só assim ela poderia fortalecer a mandíbula. Comentou que a criança já deveria comer arroz, feijão, legumes amassados, carnes desfiadas e que era importante experimentar coisas diferentes das que estava acostumada para poder aprender a gostar delas.

Na aplicação da quarta faixa do protocolo, a criança veio em companhia da avó. Quando se perguntou se a criança comia bem, a avó contou que sim e que, anteriormente, a mãe só dava comida batida, mas que recentemente havia introduzido alimentos amassados e em pequenos pedaços. A criança aceitou bem, comendo no mesmo prato da mãe e da avó, costume cultural da região de fora de São Paulo de onde se originam.

A orientação feita por Mariana contemplou elementos pessoais da mãe ao levá-la a explicar seu medo de o filho se engasgar, ao mesmo tempo em que mencionou a necessidade de que ele pudesse experimentar as comidas de que viesse a gostar, permitindo que a mãe se apropriasse à sua maneira do que foi orientado. O compartilhamento do mesmo prato da mãe e da avó, elemento cultural de ligação pessoal,

familiar e íntima, reforça a natureza pessoal do contato com o menino, dando-lhe a oportunidade de estar em uma posição diversa da que tinha até então, mais de acordo com suas necessidades de desenvolvimento do momento.

Andrea é uma ACS com grande envolvimento no acompanhamento de bebês, estando muito atenta a eles e discutindo as sutilezas que os indicadores do Irdi propõem. Em uma das famílias que visitou em companhia da psicóloga monitora, comentou a anotação do Irdi-12 (a mãe dá suporte às iniciativas da criança, sem lhe poupar o esforço) como ausente. Ao detalhar sua observação, a ACS referiu-se a situações em que a mãe entregava tudo na mão da criança. Lembrou-se ainda de que, na ocasião do nascimento do primeiro filho dessa família, tal tendência materna pode ter influenciado no atraso na fala. Andrea comentou a associação entre tais situações com a mãe, que respondeu que tinha dificuldades em antecipar as realizações da criança. A postura educativa característica das intervenções de Andrea encontra-se relativizada nessa situação, por escutar a mãe antes de prescrever uma ação e, ainda, pelo fato de que a intervenção descrita se deu sob forte transferência com a ACS –evidenciada pelo tom carinhoso entre ambas e pelo conhecimento, por parte da profissional, de grande parte da rotina e do modo de cuidado dessa mãe em relação a seus filhos. Na segunda aplicação do Irdi na mesma faixa desse bebê, o item 12 havia se tornado presente.

Quando a ACS Livia acompanhava uma menina de um ano com o auxílio dos indicadores da quarta faixa, notou que a fala da mãe quanto aos itens associados à imposição de regras (Irdi-26 e Irdi-30) parecia dúbia. Embora parecesse que os mesmos estavam presentes, insinuava-se que apenas o pai da menina estava encarregado dessa função. Livia pedia exemplos à mãe sobre situações de proibição, para que ela falasse mais a respeito. A mãe comentou, então, que a filha não a obedecia. Ela até falava “não”, mas a filha não a levava a sério, parecendo “achar que é brincadeira”. Já o pai, por gritar, ela obedecia. A intervenção de Livia

foi: “Será que você também não leva esse ‘não’ na brincadeira, Graça?”. A mãe riu e concordou. Seguiu-se uma conversa sobre o tom desse “não” e sobre a possibilidade de que a mãe negasse coisas à filha, não se sentindo obrigada a fazer tudo o que exigisse. Permitindo que aspectos pessoais dos pais surgissem, a dificuldade da mãe com a imposição de regras pode ser trabalhada pela ACS a partir da investigação do indicador relacionado ao assunto.

Durante uma consulta pediátrica ocorrida no HU, uma das psicólogas autoras deste trabalho fez a aplicação do Irdi com a mãe e Helio, um bebê com 54 dias. A mãe estava bastante nervosa e preocupada com o peso do filho. A criança permaneceu dormindo a maior parte da consulta e despertou apenas na hora de ser examinada. A mãe dizia estar preocupada porque, quando o bebê estava prestes a completar um mês, ela percebeu que estava sem leite. Helio chorava muito e chegou a ser internado por três dias no hospital com problemas de alimentação e baixo peso. Perguntou-se à mãe se ela falava com a criança em um estilo particularmente dirigido a ela (Irdi-2, relativo ao *manhês*). A mãe respondeu não ter o hábito de falar com a criança em um estilo diferente, especialmente por andar muito nervosa e achar que o nervosismo poderia ser transmitido na fala e afetar o filho. Perguntou se esse medo teria fundamento e lhe foi respondido que é possível que o bebê perceba quando a mãe não está bem, ressaltando-se que esse momento da fala dirigida ao filho é um momento de cumplicidade, de troca de afetos que podem ser negativos ou positivos. A pergunta que a mãe dirigiu à psicóloga demonstrou que ela foi tocada pela atenção que estava sendo dada à sua dificuldade com o bebê, de forma a confiar e comunicar seus sentimentos. A mãe contou, então, que o bebê gostava quando o pai conversava com ele, pois o pai era mais tranquilo e cantava para ele dormir. Foi combinado que seria feito um acompanhamento psicológico devido às dificuldades sentidas pela mãe.

Em consulta com um pediatra do HU que já havia realizado um curso sobre o Irdi e sobre

transtornos na infância, a mãe de Emilia, então com dez meses, buscava esclarecer algumas dúvidas sobre a alimentação da filha. O pediatra perguntou o que a criança estava comendo (questão relacionada ao Irdi-22), e a mãe disse que ela comia frutas amassadas e alguns legumes batidos no liquidificador. O médico pediu à mãe que começasse a introduzir frutas sem amassar e legumes amassados sem passar no liquidificador, para que a criança começasse a mastigar os alimentos. Em outro momento da mesma consulta, o pediatra se voltou para Emilia, que estava com a sobrançelha franzida olhando seriamente para ele, e disse: “Você tá brava? Por que você tá franzindo a sobrançelha pra mim?” (comentário relacionado ao Irdi-18: a criança estranha pessoas desconhecidas para ela). Essa cena mostra como os indicadores e a importância dada ao aspecto pessoal do vínculo foram incorporados na prática clínica do pediatra.

Angelo foi encaminhado para um Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Capsi a pedido da creche por não se relacionar com outras crianças e não se vincular com a educadora. Na ocasião em que o Irdi foi aplicado, Angelo tinha 18 meses de idade e estava em avaliação diagnóstica com suspeita de autismo. Enquanto a psicóloga que aplicava conversava com sua mãe a respeito do Irdi-24 (a criança suporta bem as breves ausências da mãe e reage às ausências prolongadas), o menino estava no grupo terapêutico. A mãe afirmava que o filho não reagia à sua ausência, mas naquele momento o bebê foi trazido até ela por estar chorando, inconsolável, no grupo. Angelo olhou para sua mãe, fez uma pausa em seu choro e lhe estendeu os braços pedindo colo. A mãe acolheu o filho, e ele parou de chorar. A psicóloga perguntou o que a mãe achava que tinha acabado de acontecer, e ela respondeu: “Ah, sei lá... Acho que ele estava incomodado com alguma coisa e quando me viu ficou calmo, mas não acho que ele estava chorando porque estava sentindo minha falta”. Logo, Angelo foi para o chão e começou a andar pela sala. Apontou para o armário e tentou abri-lo, mas estava

trancado. Imediatamente, ele começou a chorar, e a mãe colocou uma mamadeira em sua boca. A psicóloga perguntou: “Por que será que Angelo começou a chorar?”. A mãe sorriu e disse: “Ele queria abrir o armário, porque sabe que lá tem brinquedo”. Diante disso, a psicóloga perguntou por que ela havia dado a mamadeira ao filho, ao que ela sorriu sem graça e respondeu: “É mesmo, é que é tão difícil para mim ouvi-lo chorar que preferi calá-lo, mas assim ele não vai falar, né?”. Ainda nessa aplicação, a mãe disse que o filho fala “mã” e “pã”, mas que ela não sabe se isso quer dizer “mamãe” e “papai”, e por isso não assume que quando ele diz “mã” está chamando por ela. A psicóloga disse que, mesmo que inicialmente não fosse essa a intenção de Angelo, pode ser que esse “mã” virasse “mamãe”.

Na semana seguinte, a mãe pediu para conversar com a mesma psicóloga, para dizer que, depois da conversa que tiveram a respeito do desenvolvimento de Angelo, ela conversou com o marido e os dois mudaram de atitude em relação à criança: “À noite, estamos contando historinhas para ele, e agora ele já sabe contar até cinco!”. A aplicação do Irdi possibilitou que houvesse uma conversa com a mãe a respeito da relação estabelecida com o filho e sobre o desenvolvimento emocional da criança, favorecendo que se enriquecesse o vínculo pais-bebê.

A cena a seguir serve para ilustrar que o uso do Irdi não se reduz à aplicação do conhecimento sobre funções importantes do desenvolvimento infantil. Durante o acompanhamento de uma criança de um ano por uma ACS e pela psicóloga monitora, ambas notaram a ausência do Irdi-29 (o cuidador começa a pedir à criança que nomeie o que deseja, não se contentando apenas com gestos). Segundo o relato da mãe, a filha costumava apontar para o que queria ou apenas fazer barulhos. A mãe conseguia entender e atendê-la dessa maneira, pois já conhecia seus gostos e seu modo de se comunicar. Apesar de conhecer e estar acostumada com as visitas domiciliares, a mãe não parecia estar muito à vontade com essa visita,

falando muito pouco. Quando perguntada se não incentivava a filha a falar, afirmou que ainda achava-a pequena para isso. A psicóloga monitora, então, interveio no sentido de informá-la sobre a importância desse incentivo, apostando no surgimento da fala da menina. A mãe respondeu com uma pergunta, de modo muito sério: “Por acaso você é mãe?”. A monitora compreendeu, então, que aquela intervenção parecia ter repercutido na mãe de forma a desautorizá-la como tal, impondo um modo de ser mãe que para ela não fazia sentido. A falta de vínculo entre mãe e monitora, e a maneira diretiva da intervenção podem ter sido um dos fatores que levaram à situação de impasse. Em outras palavras, não se constituiu um ambiente contínuo aos aspectos pessoais no bojo do qual uma orientação fosse inserida no panorama dos cuidados para com a mãe e o bebê.

Discussão

Winnicott (2006) afirmou que a mãe entra em uma fase da qual ela comumente se recupera nas semanas e nos meses que se seguem ao nascimento do bebê, na qual, em grande parte, ela é o bebê, e o bebê é ela. E não há nada de místico nisso. Afinal de contas, ela também já foi um bebê e traz com ela lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e essas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe (p. 4).

As vinhetas discutidas acima permitem pensar que a aplicação do Irdi pode auxiliar nos momentos em que a experiência pessoal da mãe é vivida com dificuldades. Winnicott (2006) argumentou que alguns procedimentos podem se constituir como maus tratos por ser uma violação da relação mãe-bebê. Isso porque ambos precisam de tempo e espaço para criar o que pode estar potencialmente entre eles, mas que requer uma construção pessoal para ser instaurado. Diante da pergunta: “O que podemos fazer, se não somos capazes de instruir as mães quanto a essas questões de procedimento?”, o autor sugere:

“O que podemos fazer como médicos e enfermeiras é evitar interferências. Trata-se de algo realmente simples. Temos que saber qual é a nossa especialidade e temos que saber exatamente de que forma as mães realmente necessitam de cuidados médicos e enfermeiras. De posse desse conhecimento, facilmente deixamos a cargo da mãe exatamente aquilo que ela é capaz de fazer sozinha” (p. 56).

Podemos acrescentar que as interferências a evitar são as realizadas de forma puramente técnica, elidindo a dimensão pessoal do vínculo entre pais e bebê. Nosso conhecimento especializado deve ser submetido ao cuidado com o elemento pessoal existente nesse vínculo a fim de que facilitemos que os pais se encarreguem daquilo que são capazes. O que temos visto é que a aplicação do Irdi tem ensejado orientações realizadas no panorama do zelo com o elemento pessoal existente no vínculo entre pais e bebê.

Ferreira Neto et al. (2011) afirmaram que a dimensão relacional da subjetividade é um modo de contemplar a dimensão dialógica sempre presente nas práticas de saúde, quer reconhecamos ou não. Por isso, imersos na dimensão dialógica da existência, cabe aos profissionais de saúde criar pontes linguísticas entre o mundo tecnocientífico e o senso comum, no desenvolvimento de ações de cuidado. Além disso, as práticas de cuidado transcendem à ação de construir um objeto e intervir sobre ele, seja a doença ou mesmo o doente. Há que se considerar e construir projetos sustentáveis ampliados, que incluam a compreensão dos “projetos de felicidade, de sucesso prático de quem quer ser cuidado” (p. 835).

Em articulação com a psicanálise, podemos considerar que a circunstância que permite a abertura para o acompanhamento da experiência vivida sob angústia representa a chance de sucesso em ser cuidado (Figueiredo, 2009), ao passo que a função de rêverie do profissional e a consequente integração dos aspectos fragmentários, idealizados e persecutórios da pes-

soa assistida permitem que sejam restituídos os aspectos bons da experiência, levando à recondução de seus projetos de felicidade.

Jesus e Assis (2012) fizeram uma análise crítica das diferentes noções de acesso presentes nos modelos de organização dos sistemas de saúde no Brasil. Destacaram haver predominância de considerações burocráticas e assistencialistas que desconsideram a dimensão simbólica da construção social das representações de saúde-doença que envolve profissionais e usuários. Poderíamos acrescentar que a circunstância de aplicação do Irdi pode contribuir no sentido de propor o acesso, nas práticas em saúde, a diferentes dimensões eminentemente psíquicas investigadas pela psicanálise que são simultaneamente atuantes: a existência de competências e iniciativas do bebê para se vincular aos pais; a importância de que os pais estejam em condições de interagir espontaneamente e pessoalmente com as competências e iniciativas do bebê; a sensibilização do profissional de saúde para a importância desses aspectos no desenvolvimento do bebê e dos pais, de maneira a considerar o vínculo resultante como campo tanto de expressão dos sentidos vivenciados como de constituição de novos sentidos; a instrumentalização do profissional para detectar os sinais de sofrimento que podem vir a se manifestar nesse vínculo; o apoio ao profissional de saúde para tolerar o contato com a inexorável e necessária angústia envolvida nas interações com bebês e pais.

Muñoz-Sánchez e Bertolozzi (2007) apontaram para a necessidade de trabalhar, em saúde coletiva, com a noção de transdisciplinaridade, dado que a complexidade do objeto da saúde requer diferentes aportes teórico-metodológicos, sob pena de reduzir as ações a “tarefas” pontuais, de caráter emergencial, que não modificam a estrutura da teia de causalidade. Vale enfatizar que a interpretação da saúde/doença, além de se apoiar nos processos de produção e de reprodução social, não deve se descolar da dimensão subjetiva, que diz respeito às representações/significados que os indivíduos atribuem a fatos e à vida em si, o que

acaba por se refletir nos comportamentos e nas atitudes das pessoas (p. 322).

O curso realizado e a aplicação do Irdi podem levar o conhecimento oriundo da perspectiva teórico-clínica da psicanálise a ter esse efeito transdisciplinar no campo da saúde, dada sua contribuição para o destaque da dimensão subjetiva e pessoal vivida na rede que envolve profissionais, pais e bebês.

Fleury-Teixeira et al. (2008) afirmaram que o ativismo em promoção de saúde necessita contemplar o desenvolvimento de aptidões pessoais: favorecer o desenvolvimento pessoal e social proporcionando informações, educação sanitária e aperfeiçoando as aptidões pessoais indispensáveis para a vida; a reorientação dos serviços de saúde, de tal forma que transcenda a mera responsabilidade de proporcionar serviços clínicos e médicos. Esses serviços devem tomar uma nova orientação que seja sensível e respeite as necessidades culturais dos indivíduos (p. 2.119).

Oriunda da medicina e centrada em uma atividade clínica, a psicanálise tem hoje como construir diferentes formas de contribuição para o aperfeiçoamento de aptidões pessoais indispensáveis para a vida, o que pode ser feito reorientando profissionais de saúde a exercerem suas especialidades no contexto de sensibilização para os aspectos pessoais inexoráveis das necessidades de quem é atendido.

Considerações finais

A aplicação do Irdi tem ocorrido em diversas instituições de saúde, como UBS, HU e Capsi. Em cada uma delas, há uma maneira particular de apropriação do instrumento por parte da equipe e de aplicação por parte das psicólogas pesquisadoras. Nas UBS, a aplicação tem sido realizada por ACS e auxiliares de enfermagem que passaram por um curso onde a complexidade da interação entre aspectos orgânicos e relacionais do desenvolvimento é considerada pela abordagem do psiquismo proposta pela psicanálise e explicitada em situações cotidianas. O destaque dado ao longo do curso para o sentido que tais situações cotidianas têm

no entrelaçamento entre desenvolvimento da criança e relações estabelecidas com seus pais faz com que o uso do protocolo Irdi não se reduza a uma mera repetição de mais uma escala a ser aplicada pelo profissional, o que pode ser ilustrado pela cena descrita a seguir.

Em dado momento de discussão ocorrido em um dos encontros do curso, um dos autores deste trabalho advertiu: “O Irdi, assim como qualquer instrumento do desenvolvimento, não serve para ficar culpando a mãe. Qual o papel do profissional de saúde quando as coisas não vão bem?”. A discussão avançou para comentários feitos pelos profissionais acerca “dos pais que dão trabalho”, que ficam “procurando demais os profissionais, por qualquer coisa”. O coordenador da equipe que ministrava o curso falou, então, que o ser humano, quando se sente incomodado, pode reagir incomodando os outros. No caso das crianças, que não sabem falar, isso ficaria ainda mais claro, mas também adultos reagem dessa maneira: “Um tanto a gente sabe sobre o que nos incomoda, outro tanto não”. A intenção era abordar expressões de transferência maciça das famílias com os ACS, muitas vezes negativa, fazendo perceber que haveria algo incomodando a pessoa que, por não conseguir se expressar, faria uma atuação envolvendo o profissional de saúde que lhe é mais próximo. Nas situações das famílias com seus bebês, suas dificuldades também poderiam aparecer dessa maneira, por meio de reclamações frequentes. A resposta de uma ACS, então, foi: “Mas isso ele não sabe, né!? Isso não é... inconsciente?”.

Seguiu-se um pequeno alvoroço, com risos e o espanto da equipe que dava o curso. Comentou-se que os profissionais haviam chegado ao cerne da questão tratada no curso para uso dos Irdi. Nesse momento, todos ficaram muito

interessados, o que foi facilmente observável pela sua postura.

As vinhetas demonstram que, após o curso, os profissionais de saúde passaram a utilizar o Irdi não só como instrumento de avaliação, mas também como facilitador para orientação das famílias. No HU, nota-se que a aplicação geralmente ocorre na presença do pai e da mãe, que vão juntos às consultas pediátricas, ocasião em que é possível observar a ocorrência de muitos indicadores durante o exame e a conversa com o pediatra. Nos Capsi, há uma predominância maior da presença materna, que vai ao lugar por uma questão de tratamento, pois um quadro já está instalado em um dos filhos. Assim, enquanto os pais que frequentam o HU levam seu bebê em consultas de puericultura, as mães que levam seus bebês para serem avaliados nos Capsi já temem a possibilidade de risco de desenvolvimento. Essa situação exige que o aplicador esteja sensível ao temor dos pais prestando acolhimento e, simultaneamente, informações claras quanto ao risco da criança.

A diversidade de lugares evidencia alguns benefícios proporcionados pela instrumentação para uso dos Irdi por parte da equipe que a recebe. O Irdi permite dar uma significação a interesses e preocupações prévios da equipe, uma sistematização de observações que de outra maneira ficariam soltas e que podem passar a fundamentar o início de possíveis tratamentos com bebês em risco. Para as famílias, a aplicação e a decorrente orientação podem servir como oportunidade de cuidado e acolhimento de sua singularidade, representando uma possibilidade de alívio quanto a algum temor de dificuldade de desenvolvimento avaliado como inexistente ou de início de trabalho quando algum sinal é detectado.

Resumo

O protocolo de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil – IrDI é uma contribuição da psicanálise para a saúde coletiva. Decorrente do princípio de que o desenvolvimento ocorre da articulação entre aspectos orgânicos e interativos vividos pelo bebê. Seus itens são circunstâncias cotidianas nas quais subjazem operações psíquicas. Serão apresentadas vinhetas mostrando que a aplicação do IrDI propõe acesso, nas práticas em saúde, a dimensões eminentemente psíquicas investigadas pela psicanálise: competências e iniciativas vinculares do bebê; condições parentais para interagir de forma pessoal com o bebê; aumento da sensibilidade do profissional para tais aspectos, de maneira a considerar o vínculo resultante como campo de expressão dos sentidos vivenciados e de constituição de novos; instrumentalização do profissional para detectar sinais de sofrimento que podem vir a se manifestar nesse vínculo; apoio ao profissional de saúde para tolerar o contato com a inexorável e necessária angústia envolvida nas interações com bebês e pais.

Palavras-chave: Psicanálise aplicada, Família, Enfermidades, Sintomas.

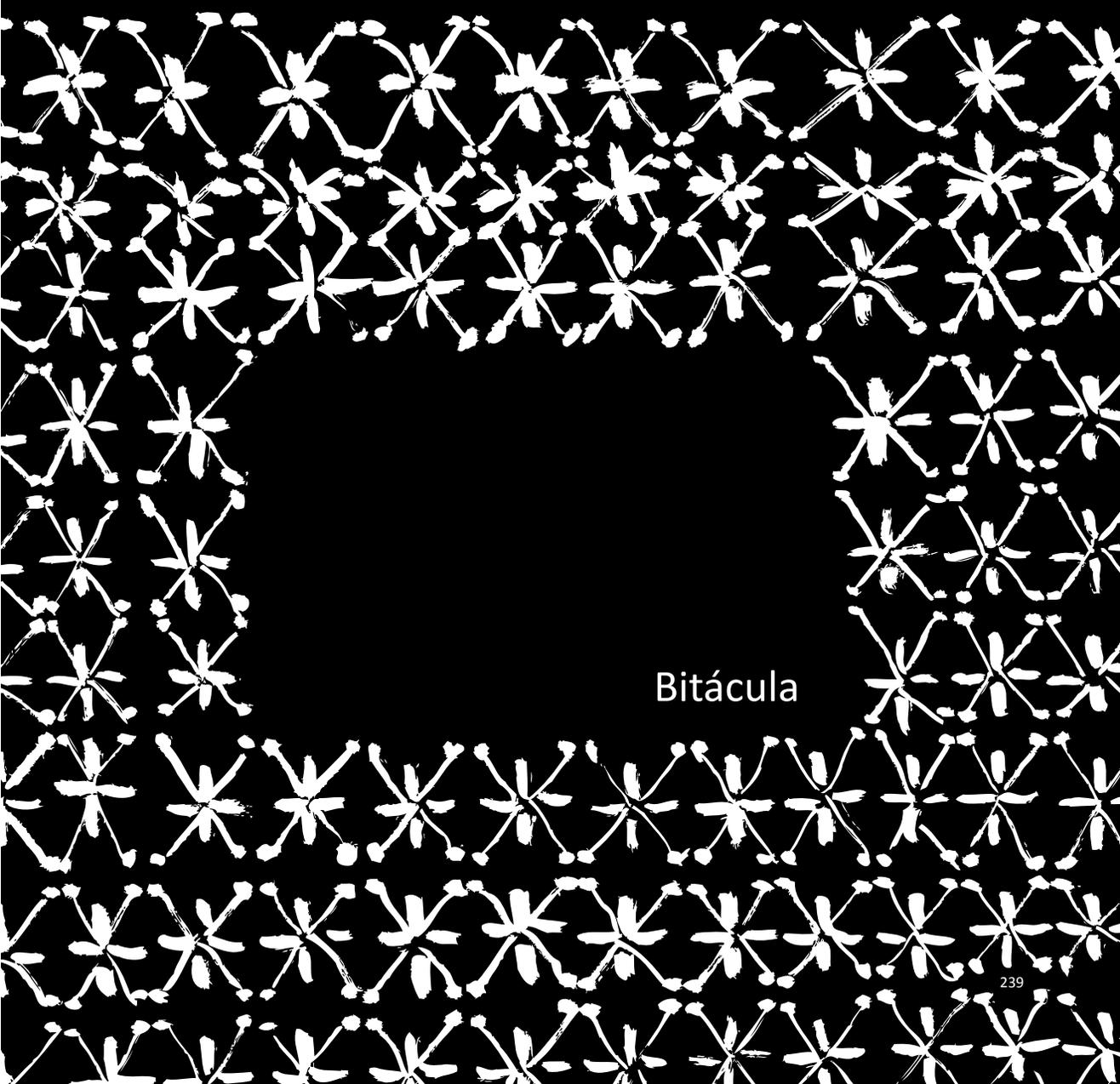
Abstract

The protocol of Clinical Indicators of Risk for Infantile Development is a contribution of Psychoanalysis for Public Health, considering development as an interaction between organism and relationships experienced by the baby. Its items are everyday circumstances with underpinning psychic operations that are core for development. Some vignettes will show that its use leads to psychic dimensions studied by Psychoanalysis: existence, in the baby, of competences and initiatives for bonding; importance of parents being in conditions of interacting in a personal way with the baby; increase of the sensitivity of health professionals for the importance of such aspects, as a manner of considering the resulting bond as a field of expression of meanings experienced and the possibility of building new ones; preparing professionals for detecting early signs of sufferance which might be expressed in such bond; support for professionals for tolerating the contact with the necessary anxiety involved among babies and parents.

Keywords: Applied Psychoanalysis, Family, Illnesses, Symptoms.

Referências

- Azambuja, S. C. (2004). A ética da psicanálise: Uma iluminação freudiana. *Jornal de Psicanálise*, 37 (68), 143-150.
- Di Paolo, A. F. (2010). *Estudo exploratório dos indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil e da avaliação psicanalítica aos três anos para avaliar qualidade de vida e condição sintomática aos seis anos*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferreira Neto, J. L., Kind, L., Pereira, A. B., Rezende, M. C. C. & Fernandes, M. L. (2011). Usos da noção de subjetividade no campo da saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 831-842.
- Figueiredo, L. C. M. (2009). *As diversas faces do cuidar*. São Paulo: Escuta.
- Fleury-Teixeira, P., Vaz, F. A. C., Campos, F. C. C., Álvarea, J., Aguiar, R. A. T. & Oliveira, V. A. (2008). Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13 (Supl. 2), 2.115-2.122.
- Freud, S. (1980). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Freud, S., *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp. 129-251). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1980). A dinâmica da transferência. In: Freud, S., *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 12, pp. 133-148). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1980). Conferência XXII: Algumas ideias sobre desenvolvimento e regressão – Etiologia. In: Freud, S., *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 16, pp. 397-417). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916).
- Freud, S. (1980). Dois verbetes de enciclopédia: Psicanálise e Teoria da Libido. In: Freud, S., *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 18, pp. 287-307). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1980). Conferência XXXIII: Feminilidade. In: Freud, S., *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 22, pp. 139-166). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933).
- Guimarães, D. A., & Silva, E. S. (2010). Formação em ciências da saúde: Diálogos em saúde coletiva e a educação para a cidadania. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(5), 2.551-2.562.
- Jesus, W. L. A. & Assis, M. M. A. (2012). Revisão sistemática sobre o conceito de acesso nos serviços de saúde: Contribuições do planejamento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(1), 161-170.
- Kupfer, M. C. M., Jerusalinsky, A. N., Bernardino, L. M. F., Wanderlei, D. B., Rocha, P. S. B., Molina, S., Sales, L. M. M., Stellin, R. M. R., Pesaro, M. E. & Lerner, R. (2008). A pesquisa Irdi: Resultados finais. In: Lerner, R. & Kupfer, M. C. M. (Org.). *Psicanálise com crianças: Clínica e pesquisa*. São Paulo: Fapesp/Escuta.
- Kupfer, M. C. M., Jerusalinsky, A. N., Bernardino, L. M. F., Wanderlei, D. B., Rocha, P. S. B., Molina, S., Sales, L. M. M., Stellin, R. M. R., Pesaro, M. E. & Lerner, R. (2009). Predictive value of clinical risk indicators in child development: Final results of a study based on psychoanalytic theory. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 6, 48-68.
- Kupfer, M. C. M., Jerusalinsky, A. N., Bernardino, L. M. F., Wanderlei, D. B., Rocha, P. S. B., Molina, S., Sales, L. M. M., Stellin, R. M. R., Pesaro, M. E. & Lerner, R. (2010). Predictive value of clinical risk indicators in child development: Final results of a study based on psychoanalytic theory. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 13, 31-52.
- Lerner, R. (2011). *Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil Irdi: Verificação da capacidade discriminativa entre autismo, retardo mental e normalidade*. Tese de livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lerner, R., Cullere-Crespin, G. & Kupfer, M. C. M. (2011). Formação de pediatras para detecção de riscos de transtornos de desenvolvimento: Da especialização à abertura para a constituição subjetiva da criança. In: Conte de Almeida, S. F., Kupfer, M. C. M. (Org.). *A psicanálise e o trabalho com a criança sujeito*. Rio de Janeiro: Wak.
- Lerner, R. & Kupfer, M. C. M. (Org.). (2008). *Psicanálise com crianças: Clínica e pesquisa*. São Paulo: Fapesp/Escuta.
- Ministério da Saúde do Brasil (2007). *Caderneta da criança*. Recuperado em 04 de maio de 2012 de http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderneta_crianca_2007_29.pdf
- Mitrani, J. L. (2003). Notes on some transference effects of the Holocaust: Unmentalized experience and coincidence of vulnerability in the therapeutic couple. *Israel Psychoanalytic Journal*, 1, 71-88.
- Muñoz-Sánchez, A. I. & Bertolozzi, M. R. (2007). Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em saúde coletiva? *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 319-324.
- Nunea, E. D., Ferreto, L. E., Oliveira, A. L. O., Nascimento, J. L., Barros, N. F. & Castellanos, M. E. P. (2010). O campo da saúde coletiva na perspectiva das disciplinas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(4), 1.917-1.922.
- Oliveira, J. A. A., Neto, F. J. M., Pinto, F. J. M., Silva, M. G. C. & Jorge, M. S. B. (2010). A transversalidade do conhecimento da saúde coletiva no currículo de medicina de uma escola médica pública: Relevância das disciplinas na formação dos alunos. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 34(2), 278-283.
- Sandler, E. H. (2012). O plural no singular: Uma contribuição à reflexão sobre ética e psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(1), 39-51.
- Tizard, P. (1999). Apresentação. In: Winnicott, D. W. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (2006). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.



Bitácula



Ideas directrices para un psicoanálisis contemporáneo: Desconocimiento y reconocimiento del inconsciente

André Green

Green se propõe a inventariar as ideias diretrizes da prática psicanalítica contemporânea e a debetê-las com a retenção do essencial. Assim, retoma os dados fundamentais relacionados com a interpretação atual da prática e da teoria, apresentando os principais conceitos de sua obra. O texto reflete sobre a localização do saber psicanalítico dentro do pensamento contemporâneo. Visto em retrospectiva, Freud aparece como um precursor das teorias da complexidade.

(Analía Wald)

Buenos Aires:

Amorrortu, 2005



Mitos, emblemas, indicios. Morfología e historia

Carlo Ginzburg

O interesse central exposto no livro está no método que o autor propõe para a investigação historiográfica. O “paradigma indiciário”, de ampla repercussão no âmbito acadêmico, propõe um conhecimento histórico baseado na compilação e na interconexão morfológica de pegadas, rastros ou sintomas. A investigação histórica sobre o paradigma indiciário em suas relações com a orientação quantitativa das ciências da natureza estabelece as bases de um debate epistemológico de atualidade inquietante. (Silvia Acosta)

Madrid:

Gedisa, 1989



How to do things with words

J. L. Austin

O texto contém as ideias finais expostas por John Austin —uma figura-chave no mundo filosófico contemporâneo— em suas aulas e em um ciclo de conferências (Universidade de Harvard) sobre assuntos candentes da filosofia da linguagem: as *William James Lectures*. Contribuiu com sua original análise das denominadas “expressões realizativas” (*performative utterances*), a noção de força ilocucionária e sua teoria dos Atos de Fala. As ideias de Austin sobre a importância da linguagem comum, o caráter cooperativo da investigação filosófica e a necessidade de uma ciência da linguagem “livre” do jugo da filosofia fazem com que essa obra possua atração especial não só para os interessados na reflexão filosófica sobre a linguagem, senão que também na comunicação, na semântica, na linguística, na filosofia do direito e inclusive na psicanálise.

(Susana Vinocur Fischbein)

London:

Oxford University Press, 1976



En busca de la memoria: El nacimiento de una nueva ciencia de la mente

Eric R. Kandel

Kandel, psicanalista e neurocientista, une os divididos campos da neurociência, da psicologia e da psicanálise. Por seus trabalhos sobre a aprendizagem e a memória, recebeu o Prêmio Nobel de Medicina junto a dois colegas. Essa nova ciência, a biologia da mente, leva em consideração os seguintes princípios: mente e cérebro são inseparáveis; cada função mental é realizada por circuitos neurais especializados, de neurônios que produzem sinais entre e dentro dessas células tanto nos humanos como em organismos unicelulares e pluricelulares. Segundo Kandel, ao compreender o cérebro humano a partir da sua incorporação à evolução da espécie, a biologia da mente seria a revolução do século XXI, assim como a biologia genética, a revolução científica do século XX. (Liliana Novaro)

Buenos Aires:
Katz, 2007

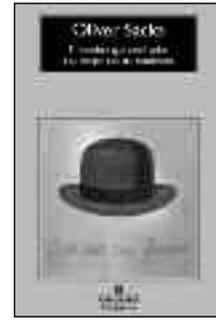


A cada cual su cerebro. Plasticidad neuronal e inconsciente

**François Ansermet
e Pierre Magistretti**

Trata-se de um texto que aborda a “intersecção” entre psicanálise e neurociências. Os autores, um neurocientista e um psicanalista, propõem um “encontro” entre ambos discursos, apesar do seu caráter incomensurável, e concretizam essa ação ao escrever esse livro. Apresentam articulações lúcidas e abrem caminhos para transitar por esse assunto inquietante, mas não podem se privar, não podem resistir à tentação do “paralelismo psicofísico”, verdadeiro canto da sereia para aqueles que navegamos por essas águas. Sua proposta mais avançada e, sem dúvida, atraente é a série traço mnêmico-traço sináptico-traço significativo. No entanto, propõem pontes teóricas forçadas e desnecessárias para uma política de boa vizinhança científica. (Néstor Marcelo Toyos)

Buenos Aires:
Katz, 2006



El hombre que confundió a su mujer con un sombrero

Oliver Sacks

Histórias impensáveis encontram abrigo em suas páginas —extraordinárias e não isentas de humor—, sobre um médico em busca de alívio para seus pacientes. São 20 histórias clínicas, reunidas sob os títulos: “Perdas”, “Excessos”, “Transportes” e “O mundo dos simples”, onde os pacientes são definidos como “viajantes que viajam por terras inimagináveis”, perdidos no estranho e, aparentemente, irremediável mundo das doenças neurológicas. O título faz alusão à agnosia visual de um paciente e nos confronta com esta pergunta: que relação há entre o cérebro e os processos mentais? (Verónica Ester Díaz)

Barcelona:
Anagrama, 2004



Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade

Boaventura Souza Santos

Sociólogo e diretor do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, nesse livro Souza Santos procede a uma análise das dimensões sociais, políticas e culturais dos rápidos processos de transformações das sociedades contemporâneas. A extrema pobreza de grande parte da população mundial, o agravamento das desigualdades sociais, a degradação ambiental levam o autor a pensar que o que está em crise é o paradigma da modernidade.

(Liana Albernaz de Melo Bastos)

São Paulo:

Cortez, 2003



La sombra inmóvil

Antonio López Ortega

Trata-se de um livro composto por histórias que abordam a sensação de vazio, da morte, das contradições que convivem em uma geografia que as aloja. Algumas dessas narrativas estão em primeira pessoa, poderiam ser consideradas de tom autobiográfico e têm Caracas como cenário ou, melhor, trazem a vivência que o narrador tem de Caracas, quando se reencontra com ela. Diz López Ortega: “No final das contas, você aspira a ter um leitor que comungue com uma proposta discursiva que também implique algo de análise”. (Osvaldo Canosa)

Caracas:

Planeta-Seix Barral, 2013



Passagens secretas: Teoria e técnica da relação intersíquica

Stefano Bolognini

Bolognini aborda a prática psicanalítica de maneira viva e instigante, abrindo espaços de sentido para as emoções mal elaboradas expressas na experiência clínica. Propõe que relações “intersíquicas” e “transpsíquicas” se dão a partir das mucosas, “áreas de passagem entre o dentro e o fora destinadas ao intercâmbio...”. Enfatiza que essas aberturas dentro de um indivíduo buscam comunicação direta com o interior do outro indivíduo. Passagens de uma relação primária que convoca o analista a ocupar sua função elementar de continência, que precede o compartilhar.

(Eloá Bittencourt Nóbrega e Wania Maria C. F. Cidade)

São Paulo:

Casa do Psicólogo, 2013

Serge Frisch

Psicanalista, Sociedade Belga de Psicanálise. Ex-presidente dessa instituição e da Federação Psicanalítica Europeia (EPF).
sfrisch@pt.lu

Charles M.T. Hanly

Psicanalista, Sociedade Canadense de Psicanálise. Presidente da IPA no período 2011-2013. Durante sua gestão estimulou pesquisas sobre a observação clínica na psicanálise. Entre suas contribuições: *The problem of truth in applied psychoanalysis* (1992), *El psicoanálisis y los usos de la filosofía*, artigo para o livro *Ensayos en honor del Dr. Horacio Etchegoyen* (2000).
cema.hanly@utoronto.ca

Moisés Lemlij

Psicanalista, Sociedad Peruana de Psicoanálisis. Professor na Universidade de Lima, Peru. Ocupou cargos de direção em sua própria instituição, na Fepal e na IPA. Entre seus livros, destacam-se: *Reflexiones sobre la violencia, Historia, memoria y ficción* e *Cara a cara: Entrevistas profanas*.
sidea@chavin.rcp.net.pe

Rógerio Lerner

Psicanalista, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Fez mestrado, doutorado e livre-docência no Instituto de Psicologia da

Universidade de São Paulo (USP), onde é professor associado. Fez pós-doutorado no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente do Grupo Hospitalar Pitié-Salpêtrière e é fellow do College of Research Training Programme, University College London/International Psychoanalytical Association. Prêmio Comunidade e Cultura (Fepal, 2012).
rogerlerner@usp.br

Rodolfo Moguillansky

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires. Reitor e docente do Instituto Universitário de Saúde Mental da APdeBA. Ministrou seminários nas universidades de São Paulo, Complutense, de Santiago de Compostela, de Córdoba. Mais de 300 artigos publicados. É autor, coautor ou organizador de 20 livros em distintos idiomas. Prêmios Bleger, Liberman, Storni e Feap (Federación Española de Asociaciones de Psicoterapia).
moguilla@fibertel.com.ar

Leopoldo Nosek

Psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, da qual foi presidente (1993-1996). Presidente da Fepal no período 2010-2012. Foi editor das seguintes publicações: *International Journal of Psychoanalysis*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Revista*

Latinoamericana de Psicoanálisis. Algumas contribuições: *Trauma y cultura* (EPF, 2010), *Psicoanálisis y arte contemporáneo* (Docta, 2011), *Cuerpo e infinito: Notas sobre la genitalidad* (APU, 2011).
nosek@terra.com.br

Fernando Orduz

Psicanalista e presidente da Sociedad Colombiana de Psicoanálisis. Faz parte do comitê editorial da revista da Sociedad Colombiana de Psicoanálisis. Foi catedrático da Faculdade de Psicologia e da Faculdade de Arte da Universidade Javeriana de Bogotá, bem como do Mestrado em Psicologia da Universidade do Norte de Barranquilla. Publicou três livros sobre a temática da cidade e foi diretor e pesquisador da Fundaurbana.
orduzsolamente@hotmail.com

David Oubiña

Doutor em literatura, Universidade de Buenos Aires. Dá aulas na Universidad del Cine e na New York University em Buenos Aires. Pertence ao Conselho Diretor de *Las Ranas*, bem como ao Comitê Editorial de *Cuadernos del Caimán*. Entre seus livros, destacam-se: *Filmología. Ensayos con el cine, El silencio y sus bordes, Modos de lo extremo en la literatura y el cine* (2011).
doubinia@retina.ar

Lúcia Palazzo

Psicanalista, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Programa de Psicanálise e Interface Social-Propis, da SBPRJ. Integra a coordenação e a redação do programa de rádio *Escutar e pensar e Perguntar e pensar*, SBPRJ - rádio do Ministério da Educação e Cultura - MEC, desde 2003. Coautora da coleção *Para ler e pensar*, com os temas sentimentos, sexualidade e família.
lpalazzo@superig.com.br

Carlos Alberto Plastino

Primeira formação em ciências econômicas. Mestrado em ciências políticas, mestrado em teoria psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assessor ad hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Livros e artigos sobre teoria psicanalítica, paradigma da modernidade e sua crise, e fundamentos antropológicos das teorias políticas modernas.
plastino@gmail.com

Rosa Resegue Ferreira da Silva

Médica pediatra. Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Pediatria da Unifesp, onde atua como pediatra na disciplina de pediatria geral e comunitária. Coordena o Projeto Desenvolver do Programa

de Integração docente-assistencial do Embu/Unifesp desde 1995.
rresegue@uol.com.br

Clara R. Schejtman

Psicanalista e especialista em crianças e adolescentes, Asociación Psicoanalítica Argentina. Mestrado em psicologia infantil, Universidade Bar Ilan, Israel; professora adjunta de psicologia evolutiva de pós-graduação e doutorado. Diretora de programas de extensão para a comunidade infantil vulnerável, Faculdade de Psicologia, UBA. Diretora de projetos de pesquisa em infância – UBACyT (IPA). Entre suas publicações, estão: *Primera infancia, Psicoanálisis e investigación*.
claraschejtman@gmail.com

Daniel Rodríguez

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires. Especialista em psiquiatria. Docente, membro fundador e professor consultor pesquisador na Universidade Nacional de Lanús, Província de Buenos Aires. Foi diretor do Departamento de Saúde Comunitária dessa universidade por mais de 15 anos. Seus artigos tratam de psicanálise, saúde e resiliência. É coautor do livro *La misteriosa desaparición de las neurosis*.
dhrunla@hotmail.com

Patricia Saks

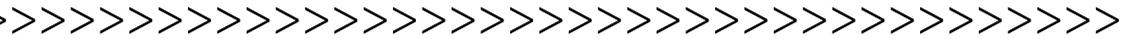
Psicanalista. Membro aderente, Asociación Psicoanalítica Argentina. Criou e desenvolveu o conceito de “objeto analítico lúdico”. Primeira menção no Prêmio Anual Arminda Aberastury (APA, 2007) ao melhor trabalho sobre psicanálise com crianças e/ou adolescentes, Prêmio Sigmund Freud, Fepal, 2012.
sakspatricia@yahoo.com.ar

María Teresa Reyes

Formada em psicologia e especializada em abordagem psicanalítica em patologias psicossomáticas. Membro da Asociación Psicoanalítica Argentina. Diretora do curso de psicologia da Universidade de Belgrano. Professora titular de várias cátedras universitárias em graduação e pós-graduação. Docente e supervisora em hospitais, centros privados e na APA. Ampla participação em congressos e publicações de trabalhos científicos.
teresa.reyes@ub.edu.ar

Susana Vinocur Fischbein

Psicanalista, especialista em crianças e adolescentes, Asociación Psicoanalítica Argentina. Comissão de Investigação e Epistemologia em Psicanálise, APA. Fellow RTP, IPA. Ex-membro do Clinical Research Committee; membro do Conceptual Research Committee (IPA).



Ticho Foundation Lectureship Award (IPA, 2009), associate book review editor for LA, *IJPA*, comitês de publicações (AEAPG, APA, FEPAL, IJPA). Publica sobre a interface psicanálise, semiótica e linguística. vinfisch@arnet.com.ar

Jean Marc Tauszik

Psicanalista em formação, Sociedad Psicoanalítica de Caracas. Vice-presidente da OCAL (2010-2012) e secretário científico da OCAL (2012-2014). Coordenador do projeto Pensamento Psicanalítico Latino-Americano, que reúne os escritos de mais de 300 psicanalistas. jmtauszik@gmail.com

Nathalia Teixeira Caldas Campana

Psicóloga. Tem experiência em acompanhamento terapêutico e observação de bebês. Fez aprimoramento na Clínica de Casal e Família da PUC-SP e especialização em psicologia da infância pelo Departamento de Pediatria da Unifesp. Realiza, com bolsa da Fapesp, mestrado

no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da USP. Prêmio Comunidade e Cultura (Fepal, 2012). nacampana@gmail.com

Marcelo Toyos

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica Argentina. Psiquiatra, com mestrado em neuropsicofarmacologia, Universidade Favaloro, Buenos Aires. Docente autorizado do Departamento de Saúde Mental, Faculdade de Medicina, UBA. Ex-chefe do Serviço de Psiquiatria, Hospital Thompson, San Martín, Buenos Aires. Coordenador da Comissão Produção Escrita (APA). Escreve principalmente sobre a experiência freudiana com a cocaína e suas consequências no advento da psicanálise, e o efeito placebo e as adições. ntoyos@intramed.net

Marcelo Viñar

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica del Uruguay. Ex-professor do Departamento de

Educação Médica Continuada, Faculdade de Medicina. Desde 1990 coordena um grupo de pesquisa de campo sobre adolescência marginalizada e menores fora da lei. Foi presidente da Asociación Psicoanalítica del Uruguay e da Federação Psicanalítica da América Latina. Representante no Board da IPA. Autor de múltiplos artigos e livros. marcelo@belvil.net

Analia Wald

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica Argentina. Professora titular do seminário Clínica de Crianças e Adolescentes no Mestrado em Psicanálise APA-Usal. Professora adjunta em pré-graduação e pós-graduação. Coordenadora do Programa de Extensão Universitária de assistência clínica a crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem, cátedra psicopedagogia clínica, Faculdade de Psicologia, UBA. Pesquisadora em projetos subsidiados por UBACyT, ANP-CyT e IPA. awald1963@gmail.com

Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise é a publicação oficial da Federação Psicanalítica da América Latina (Fepal), organização vinculada à Associação Psicanalítica Internacional (API), editada regularmente, sob o título de *Revista Latino-Americana de Psicanálise*, desde 1994.

Sua proposta editorial tem por finalidade favorecer a difusão e o desenvolvimento do pensamento psicanalítico latino-americano em sua especificidade e promover o diálogo com a psicanálise de outras latitudes. Busca estimular a reflexão e o debate, inserindo as questões pertinentes à psicanálise nos contextos científico, cultural, social e político contemporâneos. Sua periodicidade é quadrimestral.

Cada número incluirá em seu conteúdo artigos em formato de ensaio, artigo científico, entrevista, resenha ou outros que os editores considerarem pertinentes. Os trabalhos a publicar serão inéditos e redigidos em espanhol ou português. No entanto, se na avaliação dos editores forem considerados de especial interesse, poderão ser editados trabalhos que tenham sido publicados ou apresentados em congressos, mesas-redondas etc., sendo informados data e lugar onde foram expostos originalmente. Poderão ser publicados trabalhos originais em outros idiomas que não contem com versões em espanhol ou português.

No caso de que seja incluído material clínico, o autor tomará as mais estritas medidas para preservar absolutamente a identidade dos pacientes, sendo de sua exclusiva responsabilidade o cumprimento dos procedimentos para alcançar tal finalidade ou obter seu consentimento.

As opiniões dos autores dos trabalhos ou das pessoas entrevistadas são de sua exclusiva responsabilidade. Sua publicação em *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise* não implica de nenhum modo que seus editores compartilhem os conceitos apresentados.

A publicação de trabalhos implica para o/os autor/es a cessão legal dos direitos, razão pela qual se proíbe sua reprodução escrita, impressa ou eletrônica sem a autorização expressa e por escrito por parte dos editores.

Os trabalhos apresentados serão objeto de uma avaliação independente com características de “duplo-cego”, por pelo menos dois integrantes do Comitê Revisor da *Revista*, que poderão fazer recomendações para sua eventual publicação. A avaliação será feita com critérios parametrizados e a eventual aceitação, negativa ou solicitação de mudanças ou ampliações nos textos

constituem tarefa do Comitê Revisor da *Revista*, que remeterá suas sugestões ao Comitê Editor. Os editores definirão, em razão da pertinência temática e das possibilidades da revista, a oportunidade da publicação.

Os trabalhos devem ser enviados por correio eletrônico para **fepal@adinet.uy** e **revista@fepal.org**.

A extensão dos textos não deverá exceder as 8.000 palavras em formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, com entrelinhamento duplo. A bibliografia, que não será considerada para contabilidade da extensão máxima permitida, deverá ser a imprescindível e ajustar-se às referências explícitas no texto. Trabalhos para seções específicas da *Revista* poderão ter especificações adicionais. Os trabalhos poderão ser redigidos em espanhol ou em português, de acordo com o idioma de seu autor, e deverão ser enviadas duas cópias do texto, com o mesmo título. Uma delas deve informar o nome do autor (que será acompanhado de uma breve descrição curricular e de dados de contato), e a outra, apenas um pseudônimo. Recomenda-se extrair do corpo do trabalho toda menção ou inclusão bibliográfica que permita eventualmente identificar o autor.

Será acrescentado também um resumo em espanhol ou em português das principais ideias do trabalho, bem como um resumo em inglês (obrigatório para qualquer um dos dois casos), redigido em terceira pessoa e de aproximadamente 150 palavras. Serão incluídos todos os dados de referência das publicações citadas, com especial cuidado em esclarecer casos de citações de outros autores, e onde as mesmas forem fiéis ao texto original.

A bibliografia e as citações bibliográficas serão ajustadas às normas internacionais da American Psychological Association, indicadas em

http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/instructivo_citas.pdf.

Os descritores serão obtidos no Tesouro de Psicanálise da Asociación Psicoanalítica Argentina. Ver Tesouro na página web da Biblioteca Virtual de Psicanálise da América Latina: <http://www.bivipsil.org>, seção “Tesouro” e depois “Listado alfabético simple”. Ou também é possível ver/baixar a lista, em ordem alfabética, em **<http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/tesauro.pdf>**.



Calibán

Revista Latinoamericana
de Psicoanálisis



Excesso

Argumentos: Albernaz de Melo Bastos/
Canteros/Cassorla/Moguillansky/Reyes

Cidades Invisíveis: Caracas

O Estrangeiro: David Oubiña

Vórtice: Investigar em psicanálise

Clássica & Moderna: Luisa Álvarez de Toledo

Textual: Néstor García Canclini

Extramuros & Fora de Campo:

Prêmios Fepal

Bitácula

